

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE TEOLOGIA E CIENCIAS HUMANAS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELIS PALMA PRIOTTO

**VIOLÊNCIA ESCOLAR: POLÍTICAS PÚBLICAS
E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

CURITIBA
2008

ELIS PALMA PRIOTTO

VIOLÊNCIA ESCOLAR: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná como requisito à obtenção ao título de mestre.

Orientador: Dr. Lindomar Wessler Boneti
Co-orientador: Dr Wu Feng Chung

CURITIBA

2008

ELIS PALMA PRIOTTO

VIOLÊNCIA ESCOLAR: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós - Graduação de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção ao título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dra. Ana Maria Eying

Prof.^a Dra. Maria Antônia de Souza

Prof^o.Dr. Wu Feng Chung

Prof^o.Dr. Lindomar Wessler Boneti

Curitiba, 20 de maio de 2008.

Aos meus pais Álvaro Palma (in memorian) e Deusdete T. Palma, os alicerces da minha vida. Sem o exemplo, a formação transmitida e o empurrão necessário para o despertar dos valores humanos, eu não estaria escrevendo neste momento. Especialmente pela paciência e carinho que me possibilitaram conhecer os caminhos de uma longa jornada para a minha auto-realização;

Ao meu esposo, Celso, amigo e companheiro, pelo apoio, carinho, paciência e atenção, sem isso, com certeza não poderia estar viajando mais de 1.200 Km semanalmente;

Aos meus filhos, Carolina, Leonardo e Heloisa que, mesmo não entendendo o porque das minhas ausências para a dedicação à leitura, ao estudo e ao trabalho de organização deste, aceitaram e sempre teve “mãe eu te amo”; “mãe você tá trabalhando muito”; “mamãe vem aqui só um pouquinho por favor...”; “Mãe o que tem, de tão importante, neste teu trabalho?

AGRADECIMENTOS

Em especial a Deus, presença e força em minha vida;

Ao professor Lindomar Wessler Boneti, por suas orientações em especial pela paciência diante de todas as minhas inquietações e dúvidas, por sua disposição e boa vontade na elaboração e finalização deste trabalho;

Aos professores do mestrado, pelas dicas e conhecimento transmitido, dos quais, aprendi muito;

Aos diretores das três escolas estaduais de Foz do Iguaçu que nos recebeu, oferecendo apoio para que o trabalho fosse realizado;

Aos alunos, professores, coordenadores pedagógicos, juiz, auditor e policial da patrulha escolar, que gentilmente se dispuseram a colaborar com esta pesquisa;

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Centro de Educação e Letras e Colegiado do Curso de Enfermagem representado pelos professores que me liberaram por um ano para concluir o trabalho;

Ao PDTA – Programa de desenvolvimento tecnológico avançado, por ter viabilizado o desenvolvimento da presente pesquisa por meio de bolsa concedido durante o curso de mestrado;

Aos professores: Dra. Ana Maria Eyang, Dra. Maria Antonia de Souza, Dr. Wu Feng Chung, pelas preciosas intervenções na banca de qualificação deste estudo, para cuja direção, mediante argüições precisas, tanto contribuiram;

Ao professor Mario D.Torrezan, pela maneira simpática e atenciosa que atendeu-me e fez a revisão do trabalho.

E, finalmente, a todos que direta ou indiretamente contribuiram para a conclusão deste.

Minha vida

Eu pedi forças e
Deus deu-me dificuldades para fazer-me forte

Eu pedi sabedoria e
Deus deu-me problemas para resolver

Eu pedi prosperidade
E Deus deu-me cérebro e músculos para trabalhar

Eu pedi coragem e
Deus deu-me obstáculos para superar

Eu pedi amor e
Deus deu-me pessoas com problemas para ajudar

Eu pedi favores e
Deus deu-me oportunidades

Eu não recebi nada do que pedi
Mas, eu recebi tudo de que precisava.

HOWARD (2005, p.102)

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério.
Com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho e
inviabilizando o amor.
Se a educação, sozinha, não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.
Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da eqüidade e não
da injustiça.
Do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente.
E não sua negação, não temos outro caminho, se não viver plenamente a nossa opção.
Encarná-lo, diminuído assim à distância entre o que dizemos e o que fazemos!

Paulo Freire

Escola é....

O lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros...
Programas, horários, conceitos...
Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.
O diretor é gente, o coordenador é gente,
o professor é gente, o aluno é gente,
cada funcionário é gente.
A escola será cada vez melhor na medida
em que cada um se comporte como colega amigo, irmão.
Nada de ilha cercada de gente por todos os lados.
Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir
que não tem amizade a ninguém
Nada de ser um tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem,
é conviver, e se amarrar nela
Ora, é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil
Estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz.

Paulo Freire.

RESUMO

O presente estudo situa-se no âmbito das políticas públicas educacionais objetivando identificar a relação com a temática violência, sua representatividade no espaço escolar e as práticas educativas efetivadas pelas escolas públicas para prevenir a violência. Neste sentido, buscou-se englobar como aspectos relevantes: o crescimento do município com relação ao aumento da violência local; à conceituação da fase da adolescência e ao papel da escola para o seu aluno; a concepção do fenômeno da violência, distingindo-a e situando-a na realidade brasileira, com ênfase à violência escolar; a definição da abrangência e do papel das políticas públicas, ressaltando a responsabilidade das políticas sociais e educacionais com a diminuição da violência escolar; a operacionalização e os impactos das práticas educativas existentes nas escolas pesquisadas; a opinião sobre as ações existentes pelos profissionais e alunos entrevistados, demonstrando a inexistência de uma articulação entre políticas e a prevenção da violência escolar. A fundamentação teórica apoiou-se em questões como: informações históricas da cidade de Foz do Iguaçu por Webber (2003), Lima (2001); os referenciais utilizados para discutir escola baseou-se em, Gadotti (2003), Freire (1992, 1996, 1999, 2001), Giroux (1997); em adolescência, Outeiral (1994) Ariés (1981); em violência, Chauí (1999), Maffesoli (1987); em violência escolar, Abramovay (2002,2003,2005), Chesnais (1981), Charlot (1997, 2002), Waiselfisz (1987,1998,2003); em políticas públicas, Boneti (2003, 2006), Enguita (2004); em práticas educativas, Freire (1974, 1996,1999), Behrens (2005), Libâneo (1994); pesquisa qualitativa, Triviños (1987), Bogdan; Biklen (1999); Minayo (1994). Consultaram-se documentos de domínio público: Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Lei de Diretrizes e Bases (1996). Para a pesquisa optou-se por três escolas estaduais públicas indicadas pelo Núcleo Regional de Educação e patrulha escolar (Foz o Iguaçu- PR.), devido ao número de ocorrências registradas no ano de 2006. Elaborou-se um instrumento específico para os profissionais (09 professores, 01 juiz, 01 policial, 06 pedagogos, 03 diretores e 01 auditor) e 12 alunos da 5º série do ensino fundamental ao 2º ano do ensino médio, a fim de proceder as entrevistas gravadas. Dentre os resultados o estudo demonstrou que: os profissionais tem uma visão crítica sobre a violência e sua expansão reforçado pelas desigualdades sociais, desestruturação familiar e nível sócio-econômico; os alunos têm uma visão negativa frente às atitudes e posicionamento de professores, direção e supervisão; práticas educativas de prevenção da violência são inexistentes, no entanto as demais práticas educativas existentes e apresentadas têm como resultado a diminuição da violência; é necessário maior divulgação e aproximação dos alunos para obter sua participação e co-responsabilidade nas iniciativas para amenizar a violência escolar. Conclui-se que o fenômeno da violência escolar têm enfoque para ser discutido na interdisciplinaridade como real e emergente. Que não serão somente políticas públicas para amenizar ou diminuir a violência e sim um conjunto de ações entre família, escola, comunidade, sociedade e Estado.

Palavras-chave: políticas públicas; violência; adolescentes; educação; prática educativa.

ABSTRACT

The present study is situated in the context of the educational public politics aiming to identify the relation with the theme violence, theirs representation on the school space and what is the practical education done by the public schools to prevent the violence. In this sense trying to cover as relevant aspect: the city's growth in relation to local violence increase; the explanation of adolescence and the school role with their students; the concept of violence, differing and classifying at Brazilian reality, emphasizing the violence education; the inclusion definition and public politics role, pointing of the responsibility of social and educational politics with the decrease of violence; the operation and the impacts of school practices on the schools with the opinion about this actions by the teachers and students, that shows the lack of conduction among politics and school violence prevention. The theoretical statement has how support: historical information, Webber (2003), Lima (2001); school, Gadotti (2003), Freire (1992, 1996, 1999, 2001), Giroux (1997); adolescence, Outeiral (1994) Ariés (1981); violence, Chauí (1999), Maffesoli (1987); school violence, Abramovay (2002, 2003, 2005), Chesnais (1981, 2002), Charlot (1997, 2002), Waiselfisz (1987, 1998, 2003); Public politics, Boneti (2003, 2006), Enguita (2004); educational practices, Freire (1974, 1996, 1999), Behrens (2005), Libâneo (1994); qualificated research, Triviños (1987), Bogdan; Biklen (1999), Minayo (1994). Researched in public control: Federal Contitution (1988), Child and Teenager bylaw (1990), Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Lei de Diretrizes e Bases (1996). To research, three public schools that was nominated by Núcleo Regional de Educação and Patrulha Escolar (Foz do Iguaçu – PR), were opted because of the occurrences in 2006. Was made a specific method for professionals (09 teachers, 01 judge, 01 policeman, 06 pedagogues, 03 head teachers and 01 auditor) and for 12 students between five grades up to secondary education, to be done the voice interview. This research shows that: The professionals are critical about violence and that their expansion was created by social problems, family problems and poverty; and the students disagree with the teachers and the others professionals; the educational practices for preventing violence are missing, however the other existing educational practices has how result reduction of violence; that need greater disclosure and closer to students for their participation and co-responsibility in efforts to alleviate violence at school. Conclude that the phenomenon of school violence has focus to be discussed in interdisciplinary as real and emerging. That will not only public policies to mitigate or reduce the violence, but a set of actions between family, school, community, society and State.

Key-Words: public politics; violence; teenagers; education; educational routine.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DADOS DOS ALUNOS ENTREVISTADOS.....	25
TABELA 2 - MUNICÍPIO GEOGRAFICAMENTE DIVIDIDO EM 12 REGIÕES	42
TABELA 3 - PERFIL DA POPULAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU ANO 2006 - SEXO, IDADE	42
TABELA 4 - DADOS COLETADOS NAS ESCOLAS PESQUISADAS NA CLASSIFICAÇÃO SUGERIDA PELOS PESQUISADORES PARA IDENTIFICAÇÃO DE VIOLENCIA ESCOLAR BASEANDO-SE NAS DESCRIÇÕES DOS AUTORES CHARLOT (1997) E ABRAMOVAY (2003).....	101
TABELA 5 – INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS A, B E C	176

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B.O	Boletim de ocorrência	19
CEEBJA	Centro de Educação e Ensino de Jovens e Adultos	47
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho	123
CF	Constituição Federal	77
D.A.R.E	Drug Abuse Resistance Education	169
DEA	Delegacia Especial do Adolescente	19
DST(s)	Doenças de Transmissão Sexual	131
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente	60
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo	43
FACISA	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu	46
FEA	Formação de Educadores Ambientais	156
HIV	Human Immunodeficiency Virus	63
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	43
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano	45
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	45
LDB	Lei de Diretrizes e Bases	65
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul	39
MS	Ministério da Saúde	84
NRE	Núcleo Regional de Educação	46
OIT	Organização Internacional do Trabalho	82
OMS	Organização Mundial da Saúde	14
ONGs	Organizações Não Governamentais	47
OPAS	Organização Pan Americana de Saúde	16
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais	62
PDTA	Programa de Desenvolvimento Tecnológico Avançado	5
PPP	Projeto Político Pedagógico	156
PM	Polícia Militar	169
PMPR	Polícia Militar do Paraná	168
PROERD	Programa Educacional de Resistência as Drogas e a violência no Paraná	169

PROSAD	Programa de Saúde do Adolescente	131
SEED	Secretaria de Estado da Educação	46
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida	131
SIM	Serviço de Informação sobre Mortalidade	81
SIM	Sistema de Informação Municipal	81
UHI	Usina Hidroelétrica de Itaipu	44
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação à Ciência e à Cultura	35
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	46
Zona Franca	Zona de livre comércio	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 FOZ DO IGUAÇU- INFORMAÇÕES HISTÓRICAS E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO.....	33
2.1 FORMAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DESORDENADO	33
2.2 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL.....	44
3 ADOLESCÊNCIA E ESCOLA.....	49
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA	49
3.2 A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E ADOLESCÊNCIA.....	58
4 VIOLENCIA ESCOLAR.....	69
4.1 O QUE SE ENTENDE POR VIOLENCIA	69
4.2 TIPOS DE VIOLENCIAS/DEFINIÇÕES/CARACTERÍSTICAS	72
4.3 A VIOLENCIA NAS ESCOLAS PESQUISADAS.....	85
4.4 VIOLENCIA ESCOLAR: NA ESCOLA, DA ESCOLA E CONTRA A ESCOLA	88
4.5 A ESCOLA PRODUZ VIOLENCIA	103
4.6 VIOLENCIA ESCOLAR NA VISÃO DOS ENTREVISTADOS	108
5 POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO	116
5.1 POLÍTICAS SOCIAIS	118
5.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	121
5.3 PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO DA VIOLENCIA ESCOLAR NAS ESCOLAS PESQUISADAS	139
5.4 A NEGAÇÃO DE CONHECER OU RECONHECER PRÁTICA EDUCATIVA PARA COMBATER OU PREVENIR A VIOLENCIA ESCOLAR.....	165
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS	181
APÊNDICE B - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA AO	194
DIRETOR (A) DA ESCOLA.....	194
APÊNDICE C - INFORMAÇÕES AOS ENTREVISTADOS NA PESQUISA	195
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA....	196
APÊNDICE F- INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS ADOLESCENTES.....	198

APÊNDICE G - RELAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR IDADE E TEMPO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL	199
APÊNDICE H – CARTA DE AGRADECIMENTO	200

1 INTRODUÇÃO

Identificar qual a melhor estratégia para o enfrentamento da violência escolar não é tarefa fácil para os que se interessam por este assunto e muitas vezes dada a complexidade existente em torno da temática, suas características e definições, percebe-se que ela vem se alastrando e constituído-se um grande desafio para a sociedade.

Compreendemos que a violência faz parte das civilizações e como tal participa da própria constituição e organização das sociedades. Sob este ponto de vista, constitui um aspecto essencial da formação social. Por estar presente na sociedade, não se limita a determinados espaços, classes sociais ou faixas etárias.

Conhecida como um dos fenômenos que se manifesta de várias formas, amplas e complexas como a criminalidade organizada, as quadrilhas do narcotráfico, os grupos de extermínio e as gangues, pondo em risco muitas vezes a própria coesão social. Assim, ouve-se e fala-se em nosso país sobre violência doméstica, política, religiosa, criminal, violência nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra o jovem e adolescente, a criança, a mulher, os idosos, os portadores de necessidades especiais, os afro-descendentes, os homossexuais, etc. Exemplo disso é o relatório mundial sobre violência e saúde pela Organização mundial de saúde (OMS) que afirma que a cada ano, mais de 1,6 milhões de pessoas perdem a vida violentamente. Isto sem considerar que na maior parte dessas situações não se tem dados oficiais sistematizados ou registrados, tornando as mortes e as deficiências físicas causadas pela violência o principal problema de saúde pública da atualidade (OMS, 2002).

Segundo dados da pesquisa Mapa da violência dos municípios brasileiros 2006 de Waiselfisz (2008), o número de homicídios entre pessoas de 15 a 24 anos subiu de 13,1 mil, em 1996, para 17,3 mil, no ano de 2006, acarretando um aumento de 31,35. No mesmo período, o crescimento de homicídios entre a população total foi de 20%. Entre 2004 e 2006 houve uma queda do índice de homicídios que se deve à adoção de políticas públicas específicas para a juventude nesse período.

Quanto ao município de Foz do Iguaçu-PR, o setor da Secretaria de Segurança Pública (2007), responsável por coletar e reunir informações sobre violência e ocorrências, registrou que no período de 2001 a 2006, o número de jovens assassinados na cidade cresceu 74%. No ano de 2001 foram registradas 31 mortes. Mas, a partir de 2002, a média de vítimas por ano passou a ser de 51, chegando a um total de 56 em 2006, tornando o município o primeiro no

mapa da violência dos municípios brasileiros (2006) com a taxa média de homicídios entre jovens, de 234,6 assassinatos em cada 100 mil habitantes.

Não foram somente as mortes de adolescentes que aumentaram em Foz do Iguaçu. A violência na cidade alcançou em 2006 os números mais altos em toda a história da cidade. As mortes por assassinato posicionam a cidade como a mais violenta do estado e uma das primeiras no ranking nacional. Deste modo, a média de homicídios no Brasil é de 24 para cada grupo de 100 mil habitantes, em Foz do Iguaçu, o índice sobe para 106 casos, número esse comparável aos de municípios como Camaragibe (PE) e Duque de Caxias (RJ), onde as mortes têm ligação direta com narcotráfico. Entre as vítimas dos crimes estão desempregados (80%), os de baixa escolaridade (70%) e os que não concluíram o ensino fundamental com aproximadamente 50% de jovens entre 18 e 30 anos (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ – MP NA IMPRENSA, 2007).

Por esses motivos, esse tema vem sendo objeto de atenção de políticas públicas que, de alguma maneira, buscam apresentar alternativas estratégicas para a solução de um problema de tal magnitude.

Neste contexto, abordou-se mais especificamente a violência escolar. Esta violência também desperta preocupação e apresenta contornos e modos específicos de manifestação no âmbito escolar. Uma problemática que envolve diferentes dimensões como a política, a econômica, a social, e o cultural.

As políticas exigem conhecimento de seu funcionamento e de sua relação com o sistema educativo da escola, dado pertencerem a uma mesma totalidade social. Neste sentido é necessário explicitar a violência e sua repercussão no cotidiano escolar contextualizando-a com as políticas públicas existentes.

Abramovay (2003) confirma a importância de indicação de políticas públicas para que ocorram mudanças dentro das escolas.

A construção de uma visão crítica sobre o fenômeno da violência mostra-se fundamental, na medida em que permeia todas as relações sociais, em que são profundamente afetados os membros da comunidade escolar, alunos, professores, direção e pais (ABRAMOVAY, 2003, p.102).

Preocupados com toda essa questão de violência escolar envolvendo alunos adolescentes é de grande interesse identificar o que as escolas públicas estão fazendo para amenizar esse problema. Assim, este trabalho propõe como objetivo geral identificar, nas políticas públicas em relação à temática da violência, qual a sua representatividade no espaço escolar e quais as práticas educativas efetivadas pela instituição escolar pública para preveni-

la envolvendo alunos adolescentes. Como objetivos específicos: identificar ações/atos de violência no espaço escolar e o possível encaminhamento; analisar quais as práticas educativas de prevenção da violência existentes nas escolas pesquisadas; apresentar os programas institucionais de prevenção da violência escolar existentes nas três escolas públicas de Foz do Iguaçu, PR.

Não se pode falar sobre o tema sem que se destaque a circunstância de ser adolescente, por constatar que a realidade cultural, econômica e social de nosso país parece obstruir a possibilidade de iniciativas de sua prevenção e de atendimentos voltados especificamente à essa faixa etária.

Adolescência é uma etapa peculiar do crescimento e desenvolvimento humano, pois é nessa fase que todo o processo de maturação biopsicossocial do indivíduo culmina, tornando-o vulnerável principalmente à violência.

É nesta fase que se manifesta e exerce um tipo chamado por Winnicott (1987, p.78) de “Violência salutar”. Ela é própria deste momento do desenvolvimento. Assim, preocupados com toda essa questão envolvendo adolescentes, é essencial identificar quais as práticas educativas utilizadas pelas escolas públicas para atuar com adolescentes na prevenção da violência escolar.

A OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde (2002) refere que a violência praticada entre os jovens é um dos problemas mais sérios das Américas. Os adolescentes que foram vítimas na infância, assim como os que abandonaram a escola, têm maior risco de se tornar perpetradores da violência.

A instituição de ensino está inserida na sociedade, onde se influenciam reciprocamente; não sendo pretensos espaços neutros, é premente discutir a complexa dinâmica político-pedagógica, instigando a comunidade escolar a aprofundar-se na temática da violência na escola, para atuar com habilidade nesse tão árido campo.

Assim buscou-se possibilitar com esse estudo o entendimento da violência escolar, oportunizando uma reflexão por parte dos profissionais e alunos entrevistados de quais práticas educativas e/ou programas são realizados para diminuir ou tentar prevenir a violência.

Salienta-se que o presente trabalho na área de Educação tornou-se um desafio e uma real intenção de realizá-lo da melhor maneira. Neste sentido buscou-se o fundamento em uma metodologia adequada para a abordagem dos aspectos a estudar e compreender.

Para isto, a pesquisa está abalizada numa abordagem qualitativa, onde buscou contribuição em Triviños (1987) e Bogdan e Biklen (1999), para os quais, o investigador tem por objetivo atingir uma interpretação da realidade do ângulo qualitativo. De acordo com

Bogdan; Biklen (1999) a investigação qualitativa tem como característica a fonte direta de dados é o ambiente natural, sendo o investigador o instrumento principal. O investigador introduz-se e despende de grande quantidade de tempo em escolas e outros locais tentando elucidar questões educativas, além de freqüentar os locais de estudo porque se preocupa com o contexto. Para ele divorciar o ato, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista seu significado.

O investigador tenta analisar os dados em toda a sua riqueza; a palavra escrita assume particular importância tanto para o registro de informações como para a disseminação dos resultados. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre o investigador e os respectivos sujeitos (colaboradores da pesquisa), porque estes não são abordados por aquele de forma neutra (BOGDAN; BIKLEN, 1999, p. 47-51).

Na pesquisa qualitativa Triviños (1987) salienta que:

[...] num primeiro momento existe a escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações. A coleta e análise das informações não são divisões estanques. A fundamentação teórica não existe como um capítulo separado. Ela serve para apoiar as idéias que vão surgindo no desenvolvimento da investigação. O investigador que se orienta pela pesquisa qualitativa tem ampla liberdade teórica metodológica para realizar o estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições de exigência de um trabalho científico, coerente, consistente, original (TRIVIÑOS, 1987, p. 131)

Minayo (1994) confirma que:

A pesquisa qualitativa trabalha com um nível de realidade que engloba significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um aspecto mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantificáveis (MINAYO, 1994, p.21).

Portanto, para apreender a visão dos profissionais e dos alunos sobre a violência escolar, é adequada tal abordagem, considerando que, nos estudos qualitativos, o pesquisador busca, por meio de dados descritivos da realidade, ver como os sujeitos encaram a questão em estudo (LÜDKE; ANDRE, 1986).

Minayo (1994) considera que é preciso buscar entender o fenômeno social, a partir da sua história e não apenas analisar os fatos sociais na qualidade de objetos fixos. Assim, procurou-se identificar a problemática da violência escolar e as ações utilizadas para preveni-la.

Então, para efetivação do intento, este estudo pauta-se na realização do levantamento de dados por meio das falas dos professores, diretores, coordenadores pedagógicos, juiz,

auditor e policial da patrulha escolar. Por meio desse procedimento alcançou-se identificar o que pensam, o que sentem e como vêem as questões trabalhadas, bem como seus anseios e dificuldades em relação ao seu cotidiano profissional, revelando como trabalham com essa realidade, caracterizada pela violência escolar, ou seja, de dentro da escola e intrinsecamente ligada à violência gerada fora dela.

A pesquisa quantitativa, segundo Cruz Neto (1996, p.58 a 62), utiliza como campo de estudo um local que apresenta a possibilidade de o pesquisador se aproximar do objeto, conhecê-lo e estudá-lo, a partir de sua realidade. Essa percepção possibilita-o visualizar um leque de procedimentos e descobertas. Na visão desse autor, o campo de estudo é considerado um recorte espacial que o pesquisador utiliza um contexto social que vai representar empiricamente a realidade a ser estudada. Esse recorte é ocupado por pessoas e grupos que convivem numa dinâmica de interação social e são sujeitos a uma determinada problemática a ser estudada. Ainda, segundo o autor, o campo torna-se um palco de manifestações de inter-subjetividade e interações entre o pesquisador e o grupo estudado, propiciando a criação de novos conhecimentos.

A partir disso, o ambiente escolar enquanto espaço onde ocorrem as relações de ensino-aprendizagem, com os educadores sociais que direcionam o processo educativo e o local de trabalho dos demais profissionais fora da escola, foram os locais utilizados para a realização desse trabalho. Foz do Iguaçu conta com 28 escolas estaduais públicas voltadas para o ensino fundamental e médio. As três escolas selecionadas estão localizadas da seguinte forma: uma na região central da cidade e outras duas na periferia Sul e leste da cidade.

Os motivos para a escolha das três escolas foram as ocorrências envolvendo alunos adolescentes no transcorrer do ano de 2006. Segundo dados apresentados pela patrulha escolar naquele ano houve 63 ocorrências de violência naquelas escolas e, até junho de 2007, registraram 55 casos, apontando para um quadro geral de aumento de notificações considerado preocupante. Outro motivo foi a localização dessas instituições: A escola que, apesar de estar no centro da cidade tem alunos moradores de outros bairros de periferia; duas na periferia próximas de favelas e uma de área verde denominada *cracolândia* (grifo nosso), assim identificada pela comunidade como local onde reúnem jovens e adolescentes para fumar Crack ou injetar drogas.

Os fatos remeteram a realizar a relação de comparação da região e da localização destas. Mesmo sabendo que a violência esteja, atualmente, cada vez mais presente no viver social entende-se, por outro lado, que ela adquire contornos específicos e diferenciados conforme o espaço físico e social em que ocorre.

É o que confirma a policial da patrulha escolar ao referir que problemas de violência externos à escola precisam ser considerados. “Existem também os fatores externos que acabam causando problemas no ambiente escolar, como a desestrutura familiar, a localização da escola em bairro de grande índice de criminalidade, que são problemas difíceis de serem resolvidos pela escola”. (POLICIAL)

Para a realização da pesquisa solicitou-se por escrito, autorização do Núcleo Regional de Educação e do diretor (a) da instituição pesquisada. (Apêndices A e B respectivamente).

Outro meio utilizado para a pesquisa foi a coleta de informações sobre as escolas, um breve histórico das mesmas, o registro de ocorrências feito em atas - casos de Indisciplinariedade, violências, intercorrências dentro e fora da escola envolvendo alunos, feito pelo coordenador pedagógico - e quais as práticas educativas utilizadas pelas escolas públicas estaduais para prevenir e/ou diminuir a violência escolar. Junto à patrulha escolar foi solicitado o BO - Boletim de Ocorrência - do aluno efetivamente atendido pelos policiais com encaminhamentos ou não, nas três escolas no ano de 2006 e no primeiro semestre de 2007. Os dados quantitativos serviram para a análise dos tipos de violência apresentados neste período e, classificá-los de acordo com os critérios estabelecidos na identificação da violência da escola, violência na escola e violência contra a escola.

Cabe destacar que, ao se procurarem os dados registrados de atendimento às escolas pesquisadas, o Policial informou que muitos são registrados somente em livros ata, explicando quando é necessário fazê-lo por BO - Boletim de Ocorrência – quando é encaminhado à Delegacia Especial do Adolescente – DEA:

A escola fez o acionamento chama a patrulha escolar; tem um aluno que teve o olho roxo, causou uma lesão. A patrulha escolar vai até a escola, aciona os pais. Para encaminhar precisa estar acompanhado dos pais e, se não foi encontrado os pais, chama o conselho tutelar ou algum funcionário da escola; tem que acompanhar esse adolescente. Encaminha para a Delegacia do Adolescente – DEA - e lá são tomadas os procedimentos de via de fato: é realizado o termo circunstanciado, vai ser ouvido e vai ser marcada a audiência com o juiz da Vara da Infância e Juventude e lá vai ser tomada a pena pelo ato cometido. Em alguns casos que os pais são chamados e não querem acompanhar o policial, tem que registrar e tentar resolver; na escola é feito ata para registrar a ocorrência e no BO que o pai ou responsável não teve interesse em comparecer para que o policial não possa estar incorrendo na situação de precariação ou alguma outra (POLICIAL).

Ressalta-se o papel da escola frente ao ato infracional e indisciplina no caso de uma criança ou adolescente pratique um ato infracional, o encaminhamento a ser dado é de competência do Conselho Tutelar e do Juizado da Infância e da Juventude, respectivamente. Assim, tendo o ato infracional ocorrido na Escola, deve o responsável (diretor, vice-diretor,

professor, assistente, coordenador pedagógico) fazer os encaminhamentos necessários, sendo que:

- a) se for praticada por criança, até 12 anos, deve encaminhar os fatos ao Conselho Tutelar, independente de qualquer providência no âmbito policial (não há necessidade de lavratura de Boletim de Ocorrência);
- b) no caso de ato infracional praticado por adolescente, deve ser lavrado o Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia, que providenciará os encaminhamentos ao Ministério Público e Juízo da Infância da Juventude (GUARDA MUNICIPAL DE VARGINHA, 2008).

Entende-se como definição de registro em BO quando o aluno comete um ato infracional e/ou ato de indisciplina:

Ato infracional é a definição dada ao crime ou a contravenção penal praticado por menor de idade, ou seja, qualquer crime, como, furto, roubo, homicídio, lesão corporal cometido por menor de idade (menor de 18 anos) denomina-se ato infracional. já o ato indisciplinar, é qualquer ato cometido por aluno contrário ao regimento escolar e também ao estatuto da criança e do adolescente, dentro das circunscrições escolares (dentro da escola), neste último caso, além do ato ser considerado indisciplinar será também infracional. exemplos: ato infracional- qualquer crime ou contravenção: homicídio, estupro, vias de fato, lesão corporal, roubo, porte de arma. Saliento que para ser considerado ato infracional deve-ser cometido por menor de idade. Ato indisciplinar- contra o regimento escolar- desrespeito aos professores e demais funcionários, sair da escola antes do horário previsto (matar aula), fumar dentro da escola, etc....obs.: ato indisciplinar é todo ato contrário as regras escolares (GUARDA MUNICIPAL DE VARGINHA, 2008).

O ato infracional a definição é dada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece:

Art. 103 - Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal". Assim, toda infração prevista no Código Penal, na Lei de Contravenção Penal e Leis Penais esparsas (ex. Lei de tóxico, porte de arma), quando praticada por uma criança ou adolescente, corresponde a um ato infracional. O ato infracional, em obediência ao princípio da legalidade, somente se verifica quanto a conduta do infrator se enquadra em algum crime ou contravenção previsto na legislação em vigor (ECA, 1996).

Existem os casos de um mesmo ato ser considerado como indisciplina um ou ato infracional, dependendo do contexto em que foi praticado. Uma ofensa verbal dirigida ao professor pode ser caracterizada como ato de indisciplina. No entanto, dependendo do tipo de ofensa e da forma como foi dirigida, pode ser caracterizada como ato infracional – ameaça, injúria ou difamação. E para cada caso, os encaminhamentos são diferentes devido ao ato infracional estar descrito na legislação vigente. Já o ato indisciplinar deve ser regulamentado, nas normas que regem a escola, no seu regimento escolar documento que contemple direitos e

deveres dos alunos. Esse deve ser claro e de conhecimento de todos os alunos para poder exigir-se o seu cumprimento.

Quando ação ou ato praticado for de indisciplina a apreciação é de competência da escola:

(...) se o ato for de indisciplina (e não ato infracional) praticado por criança ou adolescente, a competência para apreciá-lo é da própria escola. A falta disciplinar deve ser "apurada pelo Conselho de Escola que, em reunião específica deverá deliberar sobre as sanções a que os mesmos estariam sujeitos, dentre as elencadas no Regimento Escolar, após assegurada a ampla defesa e o contraditório GUARDA MUNICIPAL DE VARGINHA, 2008).

Salienta-se a necessidade de observar que, na interpretação e aplicação do estatuto e do regimento escolar, os fins sociais da norma e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Diante dos objetivos da pesquisa e do universo de atores que uma escola oferece ao estudo de temas como a violência, foi necessário delimitar os sujeitos desta pesquisa com: três professores do ensino fundamental de 5^a a 8^a séries e 1^º e 2^º ano do ensino médio; dois coordenadores pedagógicos; um diretor ou diretora e quatro adolescentes de cada escola.

Quanto aos demais profissionais optamos por: um policial da patrulha escolar, um auditor do núcleo de educação e um juiz da Vara da Infância e Adolescência da cidade.

Assim a escolha incidiu sobre os professores, diretores e coordenadores pedagógicos pela importância no processo educativo baseado no pressuposto de que eles são elementos fundamentais por vivenciarem o problema da violência escolar, sem desconsiderar a importância daqueles não contemplados, mas que fazem parte desse processo na escola.

A importância do professor no processo educativo é referida por Chalita (2001):

(...) o grande agente do processo educativo. A alma de qualquer instituição de ensino. Por mais que se invista na equipagem das escolas, em laboratórios, bibliotecas, anfiteatros, quadras esportivas, piscinas, campo de futebol – sem negar a importância de todo esse instrumental – tudo isso não se configura mais do que aspectos materiais se comparadas ao papel e à importância do professor (CHALITA, 2001, p.163).

Dos demais profissionais por atenderem adolescentes que comentem ações ou atos de violência como juiz, auditor do núcleo de educação e policial da patrulha escolar pela importância do discernimento quanto aos quesitos de violência com repercussão e consequência social aos alunos adolescentes. E, os alunos adolescentes por vivenciarem as violências no contexto escolar.

Os critérios para escolha dos sujeitos da pesquisa definiram-se por:

- a) Professor: exercer o magistério há mais de três anos, por considerar-se o tempo mínimo necessário para experiência como professor no ensino fundamental; ter disponibilidade para conceder entrevista e interesse em participar do estudo;
- b) Alunos: adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, do ensino fundamental de 5^a a 8^a série e 1^º e 2^º do ensino médio, de ambos os sexos, ter disponibilidade para conceder a entrevista e interesse em participar do estudo. Buscou-se um grupo heterogêneo, composto de alunos com problemas indisciplinares, atos ou práticas de violência, e outros que não tivessem esses problemas e, sim com boas notas;
- c) Outros profissionais: diretores, coordenadores pedagógicos, juiz, auditor e policial da patrulha escolar, ter disponibilidade para conceder a entrevista e interesse em participar do estudo.

Participaram do estudo nove professores, três diretores, 12 estudantes do ensino fundamental e ensino médio, um juiz, um policial da patrulha escolar, um auditor do núcleo e seis coordenadores pedagógicos.

Considerou-se que os números foram suficientes por apresentarem elementos que permitiram visualizar o alcance dos objetivos propostos. É o que nos confirma a autora Minayo (1993, p.102) ao considerar que o “número de sujeitos é suficiente ao permitir uma certa reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta”.

Sendo assim, identificaram-se e descreveram-se os dados coletados e registrados das escolas, sempre protegidos com o nome fictício de: Escola (A), (B) ou (C).

Quanto aos entrevistados, passaram a ser identificados no trabalho, seguindo determinados códigos como: escola, letra e um número pela seqüência de entrevistas para professores. Ex: escola C (2); Para os alunos, escola, letra da escola e números pela seqüência de entrevista de 1 a 4. Ex: escola C aluno (2); Os coordenadores pedagógicos pela escola e letra, seguido da função “pedagogo ou pedagoga” e na seqüência da letra A ou B. Ex: escola (A) pedagogo (A). O juiz, a policial e o auditor serão simplesmente: Juiz, Policial e Auditor, respectivamente.

Utilizou-se, como recursos metodológicos para a coleta de dados, uma técnica que combina com os objetivos do estudo a ser realizado. Identificaram-se as práticas educativas existentes nas escolas de prevenção da violência por meio de entrevistas semi-estruturadas e gravadas. A entrevista requer entre outros itens a visão de compreensão dos entrevistados sobre o fenômeno. Elas foram realizadas no período de maio a julho de 2007.

Optou-se pela entrevista individual como instrumento na coleta de dados para os professores, diretores, juiz, policial e coordenadores pedagógicos. Para os alunos adolescentes preferiu-se a entrevista coletiva, assim com os dois ou quatro alunos convidados apresenta e explica sobre a pesquisa e seu objetivo. Discutiram-se alguns temas voltados à questão da violência e após um tempo, a entrevistadora inicia a entrevista gravada fazendo as perguntas do roteiro estabelecido a todos e cada um responde sempre que ela os identifica. A intenção foi evitar o constrangimento inicial após perceber-se que preferiam ficar em grupo.

Para tanto, precisou-se escolher qual a maneira mais efetiva que pelo diálogo com o entrevistado, proporcionasse de forma espontânea, sua visão sobre o fenômeno.

Buscou-se com essa conduta a compreensão de que a pesquisa de caráter dialógico não se restringe apenas à compreensão e à interpretação dos significados que surgem em determinados pressupostos, e sim, à busca das suas raízes. Essa é a referência de Trivinós (1987, p.131) “as causas da sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social, histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados nos seus diversos meios culturais”.

A entrevista semi-estruturada esteve norteada por um roteiro com questões abertas e elaboradas previamente, pois a intenção era oportunizar a expressão livre, mas de modo orientado dos entrevistados e, assim, analisar suas opiniões quanto às ações de prevenção da violência.

Por meio dessa dinâmica, as entrevistas se caracterizaram pelo estabelecimento de um bom entrosamento com os entrevistados, cuja estruturação básica foi constituída por duas partes: identificação do sujeito por letras e números e questões norteadoras. (apêndice E – Instrumento para coleta de dados dos profissionais e apêndice F – Instrumento de coleta de dados dos alunos adolescentes).

Assim, a entrevista foi semi-estruturada baseando-se em Trivinós que a conceitua como “ aquela que parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e, em seguida amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVINOS, 1987, p.146).

Primeiramente houve contatos por telefone para apresentação do trabalho de pesquisa e para agendamento de datas das visitas às escolas quando seriam entregues as solicitações por escrito e as cópias do projeto, onde constam o desenvolvimento da pesquisa de campo e sua respectiva abrangência.

Nesta fase da pesquisa de campo para a realização das entrevistas (gravada) com diretores, professores, alunos, coordenação pedagógica, patrulha escolar, juiz, auditor do Núcleo Regional de Educação. Os agendamentos e ou solicitações em alguns momentos, apresentaram as seguintes dificuldades: desmarcar do compromisso, não fornecimento de imediato de documentos, reunião dos alunos para a entrevista que sempre de comum acordo com a direção e coordenação pedagógica solicitava alunos em número de dois ou quatro por turnos.

No dia e horário marcado, aguardávamos os alunos e quando chegavam apresentava-me e inicialmente, conversávamos sobre questões de violência escolar e depois explicávamos sobre a pesquisa objetivando diminuir a ansiedade devido ao entrevistador ser um estranho e também ao aparelho de gravador. Após um tempo de esclarecimentos e preparo apresentava o termo de consentimento para a participação destes e identificava-os por aluno 1, 2, 3 ou 4. A partir do momento do momento onde todos de acordo iniciávamos a entrega do instrumento de coletas de dados com a identificação dos sujeitos, sexo, idade, e formação profissional (série) e com as mesmas questões específicas estruturadas para os profissionais (05 questões). E, conjuntamente a essas oportunizava coletar os dados referente à escola e região que estava inserida.

Entrevistamos um total de doze (12) alunos a escolha destes restringiu-se às séries de quinta (5º) a oitava (8ª) séries do ensino fundamental e primeiro (1º) e segundo (2º) do ensino médio, com idade entre doze (12) a dezoito (18) anos, e destes seis (5) do gênero feminino e seis (7) do gênero masculino.

Com este critério, os 12 alunos escolhidos para a entrevista, estavam assim divididos por série e período de aulas no ano de dois mil e sete (2007) nas respectivas escolas estaduais.

Tabela 1 - Dados dos alunos entrevistados.

Aluno	Sexo	Série	Idade	Período	Escola
1	Masculino	6ª E. F.	14	Manhã	A
2	Feminino	1º E. M.	14	Manhã	A
3	Feminino	5ª E. F.	15	Manhã	A
4	Feminino	2º E. M.	16	Manhã	A
1	Feminino	6ª E. F.	13	Tarde	B
2	Masculino	6ª E. F.	16	Tarde	B
3	Masculino	7ª E. F.	15	Manhã	B
4	Masculino	1º E. M.	16	Manhã	B
1	Masculino	7ª E. F.	16	Manhã	C
2	Feminino	1º E. M.	15	Manhã	C
3	Masculino	1º E. M.	15	Manhã	C
4	Masculino	2º E. M.	18	Manhã	C

Fonte: A autora

Quanto aos locais de realização das entrevistas, estas aconteceram na sala da direção, na sala dos professores, sala da supervisão e nas instituições onde encontramos os demais profissionais como no caso do Juiz (no seu escritório no Fórum na seção da vara da Infância e Adolescência), o policial 14º Batalhão da Policia Militar (sala da patrulha escolar), e no Núcleo Regional de Educação com o auditor (na sua sala). Entre os meses de maio a julho de 2007.

Lüdke e André (1986, p.35), nos recomendam, “Em primeiro lugar, um respeito muito grande pelo entrevistado. Esse respeito envolve desde um local e o horário marcado e cumprido de acordo com sua conveniência até a perfeita garantia de sigilo e anonimato em relação ao informante se for a caso”.

O tempo de duração das entrevistas foi de 40 minutos à uma hora e quarenta e cinco minutos, respeitando o ritmo de cada indivíduo na emersão de seus pensamentos. Assim, que o entrevistado assinava o termo de consentimento para a participação (Apêndice D), iniciava-se a entrevista, estas foram gravadas com o auxílio de um gravador modalidade digital e um gravador MP3 (dois, no caso de haver falha em um dos equipamentos disponíveis).

O uso do gravador, mesmo podendo constranger, o entrevistado, constitui-se de um instrumento importante no sentido de que o pesquisador faz uma melhor coleta do material.

Quanto à organização e análise dos dados, esta foi sem dúvida à parte mais difícil do trabalho e dividimos em 3 (três) fases: coleta de dados; análise de conteúdo e análise final.

- 1- Coleta dos dados (descritos acima); transcrição das falas (gravadas) – após as entrevistas terem sido realizadas, de posse do material para análise, fora transcritas uma a uma em ordem cronológica de realização;
- 2- Análise de conteúdo – seguiu-se então a análise, lendo cada entrevista detalhadamente, buscando a ordenação dos conteúdos no intuito de destacar os pontos mais importantes e significativos, para facilitar a classificação. Entende-se por análise de conteúdo “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1977, p. 26). E, ainda de acordo com o autor a análise de conteúdo é um método empírico, um conjunto de técnicas de análise de comunicações que, dependente do tipo de fala a que se dedica e o tipo de interpretação que se têm como objetivo tem por finalidade desvendar tudo o que é dito ou escrito, tendo como objeto principal, a palavra, adotando em consideração as significações, a forma e a distribuição de conteúdos, considerados o que elas podem nos ensinar após serem analisadas;

3- Análise final: nesta fase procuramos estabelecer articulações elaborando uma série de categorias, atendendo cada questão entre os dados obtidos e as referências teóricos do estudo, respondendo as questões da investigação com base em seus objetivos. Esta fase é denominada por Minayo (1999) como análise final. A autora chama à atenção para que nesta fase, haja indicação de sugestões que possam contribuir para propostas de avaliação de programas, revisão de conceitos, mudanças institucionais dentre outras, buscando assim, elaborar o contexto estudado.

Muitas das afirmações e análises que aqui se tecem baseiam-se em observações feitas no cotidiano das escolas e mesmo que o trabalho não apresentou como prioridade a interação entre pesquisadora e pesquisados. Isso ocorreu naturalmente, ajudando em muito nas conversas informais e, também, resultando no convite para realizar (até) um curso com os professores para discutir sobre violência, sem dúvida, motivo de alegria, oportunizando o retorno a escola para continuar com outras pesquisas. Mesmo com uma boa interação a pesquisadora fez por respeitar o objetivo maior desta pesquisa que é, a contribuição para caracterizar as práticas educativas existentes nas escolas e com isso identificar possíveis políticas públicas necessárias para diminuir a violência. Para isso, colocou-se a necessidade de que todos os sujeitos envolvidos conhecessem o processo de realização da mesma, tendo clareza dos objetivos, metodologia e os encaminhamentos da pesquisa que esta buscava alcançar. No decorrer da pesquisa de campo, os professores, coordenadores pedagógicos e diretores das escolas foram informados, sobre o seu andamento. Foi, portanto, de suma importância a compreensão dos objetivos da pesquisa para a direção, coordenação pedagógica e os professores da escola. Este fato ajudou-os a manterem-se acessíveis, com finalidade de discutir e de tirar possíveis dúvidas sobre a realização da mesma e para fazermos o levantamento sobre as práticas educativas efetivadas que pudessem estar contribuindo para diminuir a violência escolar.

Além da coleta de dados no campo de pesquisa por entrevistas, buscamos também dados formalizados por documentos da escola como: a síntese do histórico escolar, o número de funcionários. Realizamos um registro fotográfico dos espaços físicos das escolas do entorno da escola, a participação em algumas das práticas educativas realizadas no período estabelecido para a coleta de dados, sempre com a permissão da direção da escola. E como complementação, em todos os momentos, o entrevistador anotava em um caderno detalhes, observações e informações que colaborassem com a memorização e registro do seu levantamento.

Houve também os depoimentos informais que propiciaram a caracterização do mesmo. Os depoimentos informais foram utilizados em alguns momentos nos quais durante as entrevistas os sujeitos, muito a vontade, conversavam com o entrevistador e narravam fatos que possibilassem conciliar na descrição dos fatos de violência e assim, serem descritos na pesquisa com maior ilustração dos problemas apontados pelos sujeitos. Procuramos respeitar que os sujeitos fizessem seus comentários até porque nos interessava que os temas surgissem naturalmente.

Desta forma, a partir da interpretação da realidade expressa pelos sujeitos entrevistados e, para que se possa compreender melhor a pesquisa, descreveu-se a localização das escolas pesquisadas.

A escola estadual (A) representada pela escola da região leste, situa-se na periferia de Foz do Iguaçu – PR. Essa região é a mais populosa com 45.298 habitantes sendo limitada ao norte pela BR 277, a oeste pela Rua Iapó e pelo Rio M'Boicy, a leste pelo rio Tamanduazinho e ao sul, Av. República Argentina. Com 25 bairros, sete escolas municipais, cinco escolas estaduais e três pré-escolas. O bairro tem como perfil sócio-econômico um dos primeiros grandes loteamentos do município de ex-funcionários de mão de obra da Itaipu e da construção civil do município. A escola estadual (A) iniciou suas atividades como uma extensão de um colégio estadual e esteve sob administração Municipal até 1995. Em vinte e cinco de janeiro de 1996, de acordo com o parecer nº 312/96, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação o projeto de implantação do ensino de 1º grau, com oferta de 5º a 8º série da então escola estadual (A) de forma simultânea, a partir desse ano letivo, com autorização de funcionamento. Desde então já teve quatro diretores e cinco com a atual diretora eleita em 2005. Em 2006 a escola possui sede própria localizada no bairro Jardim Itália com 14 salas de aula, refeitório, cozinha, ginásio de esportes coberto, salas para laboratório de informática, ciências e vídeo, biblioteca e demais dependências administrativas. A escola atende uma população de 850 alunos, divididos em dois períodos: matutino das 7h30min às 11h50min horas, de segunda a sexta feira e obedecendo a um período letivo de 200 dias e oitocentas horas de efetivo exercício.

Os alunos desta escola são advindos da baixa renda per capita (igual ou menor ao salário mínimo vigente de \$ 350,00), são alunos heterogêneos, oriundos de lares desestruturados e na maioria itinerantes.

A escola conta hoje com 34 professores, a maioria habilitado nas disciplinas que atuam e alguns pós-graduados. A equipe técnica pedagógica compõe-se de 03 pedagogas, com ciclo de trabalho de 08 horas. Do quadro administrativo fazem parte uma diretora geral e

na área de serviços gerais possui nove funcionários que exercem as funções de merendeiras, zeladoras e inspetores de alunos. Hoje funciona o ensino fundamental (5^a a 8^a) e ensino médio (1^º e 2^º). Nesta escola entrevistamos três professores, uma diretora, duas coordenadoras pedagógicas e quatro alunos. Os dias registrados de visitas na escola foram entre os meses de maio a julho de 2007 nos dias 25/5/07, 31/5/07, 12/6/07, 15/6/07, 23/7/07.

A escola estadual (B) representada pela escola do centro de Foz do Iguaçu – PR. Essa região apresenta 33.554 habitantes limitada ao norte pela Av. Republica Argentina, a oeste pelo Rio Paraná, a leste pela Rua Harry Shinkler e Av. João Paulo II e ao sul pelo Rio M'Moicy e Avenida dos Imigrantes. A região conta com 20 bairros, seis escolas municipais e cinco estaduais, além de duas faculdades. Seu perfil sócio-econômico é caracterizado por: um centro financeiro e comercial, administrativo e gastronômico. A escola estadual (B) foi fundada em 1976 e tem por finalidade ministrar o ensino fundamental de 5^a a 8^a séries e o ensino médio. A escola atende em três períodos: manhã, tarde e noite, totalizando 23 turmas distribuídas em oito turnos de 5^a séries, seis turmas de 6^a séries, cinco turmas de 7^a séries e quatro turmas de 8^a séries. A comunidade escolar é constituída de um diretor, um diretor auxiliar, 32 professores, 14 funcionários sendo três merendeiras, quatro zeladoras, dois inspetores, cinco coordenadores pedagógicos e 1.155 alunos. Cabe explicar que a escola tem as merendeiras, zeladores e inspetores como serviços gerais. Esses cargos são designados pelo diretor. Ocorre também de uma pessoa, ou seja, num período o funcionário ajudar na cozinha ou em outro de limpeza, justificando a falta de funcionários contratados e ou concursados para escola pública. A escola atualmente não conta com laboratório de informática em funcionamento, pois está em fase de finalização. Após a construção desse laboratório contará com 16 computadores além do serviço de internet. Em relação aos demais laboratórios: biologia, química e física, estão em fase de construção e tem a prerrogativa de ficarem prontos para o próximo ano (2008). A instituição conta ainda com uma sala de apoio voltado ao reforço das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, além de possuir a única sala de recursos da região para alunos com dificuldades na aprendizagem.

Nesta escola foram entrevistados três professores, um diretor, dois coordenadores pedagógicos e quatro alunos. Os dias registrados de visitas à escola foram entre os meses de maio a julho de 2007 nos dias 10/5/07, 31/5/07, 14/6/07, 15/6/07, 21/6/07, 03/7/07, 10/7/07.

A escola estadual (C) está localizada na região sul, periferia de Foz do Iguaçu- PR. Este apresenta população em torno de 37.569 habitantes e, é limitada ao norte pelo Rio M'Boicy e Av. dos Imigrantes, ao oeste pelo Rio Paraná, ao leste Av. das cataratas e do Mercosul e ao Sul pelo Rio Iguaçu. Esta região possui 32 bairros com sete escolas municipais

e quatro estaduais. O perfil sócio-econômico da população pólo central com relações exteriores de compra/venda com o país Argentina. Local de grandes invasões e densidade populacional. A escola estadual (C) foi fundada em janeiro de 2007 sendo a mais nova escola no Município de Foz do Iguaçu.

A seguir trechos do projeto político pedagógico da escola (C)

A descrição da comunidade do bairro é de uma clientela de periferia, que na sua maioria sobrevivem por prestarem serviços no comércio ilegal do Paraguai, é o exemplo de muitos pais, mães, filhos e estudantes do período noturno. Comércio esse que se torna arriscado e perigoso devido a controle fiscalizador cada vez mais restrito pela Receita e Polícia Federal. Muitos desses alunos envolvidos com drogas e o tráfico sofrem a com as consequências e geram intransqüilidades a muitas famílias no bairro. (...) Sabemos que a escola tem uma estrutura física adequada e que fazemos parte da inclusão, pois muitos dos nossos alunos são aqueles que foram excluídos de outros colégios e que nós apostamos no seu potencial. Procurando trabalhar a homogeneidade, mas sabemos que as diversidades ou as diferenças enriquecem quem trabalha, oportuniza aos educandos a solidariedade, aceitação do outro, respeito ao próximo e o crescimento como ser humano (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO - ESCOLA C, 2007).

Segundo a proposta pedagógica fornecida pela escola, esta tem por objetivos: possibilitar aos educadores e educandos a organização das turmas; auxiliar na confecção do quadro organizacional da escola; organizar as salas; disciplinar os educandos para permanência em sala de aula; dialogar constantemente com educando e educadores; atender responsáveis para informar das necessidades de impor limites aos filhos; abrir espaços para diálogos através de palestras com parceiros que dão respaldo ao colégio; manter reuniões pedagógicas com equipe de professores, alunos e pais; desenvolver atividades que justifiquem o plano de ação da equipe pedagógica; construir com a comunidade escolar ações que viabilizem a interdisciplinaridade no contexto educativo; atuar de maneira em que os atores torne este espaço educativo um lugar acolhedor; incentivar a responsabilidade em conservar o patrimônio escolar como um bem coletivo; estimular o conhecimento com atividades relacionadas ao conteúdo planejado pelos educadores; inserir a escola nas diretrizes pedagógicas formalizadas nas políticas públicas do estado; atuar de maneira em que a filosofia da escola seja respeitada.

A escola proporciona o ensino fundamental de 5^a a 8^a séries e o ensino médio, atende em três períodos: manhã, tarde e noite. A comunidade escolar é constituída de um diretor, um diretor auxiliar, 48 professores, 10 funcionários sendo cinco no setor administrativo, três merendeiras e zeladores, dois inspetores, três coordenadores pedagógicos e 754 alunos.

Nesta escola foram entrevistados três professores, um diretor, dois coordenadores pedagógicos e quatro alunos. Os dias de visitas à escola foram entre os meses de maio a julho de 2007: 31/5/07, 13/6/07, 15/6/07, 20/6/07, 21/6/07, 4/7/07 e 23/7/07.

Procurou-se não estender as entrevistas até o final de junho/07, porque, segundo o calendário do Estado, o período letivo se encerra em 6/7/07. Buscou-se reunir o maior número de informações e tomando-se o cuidado da necessidade de retornar após finalização do citado recesso.

Outro dado importante a ser destacado é a abertura que as escolas concederam para que o trabalho se realizasse, a disposição dos entrevistados em contribuir com a pesquisa, além da colaboração dos diretores e chefia do núcleo que autorizaram a pesquisa.

O texto a seguir inicia-se com a descrição do delineamento metodológico na pesquisa e discussão dos pressupostos teóricos metodológicos.

No capítulo 2, faz-se uma descrição da região em que se desenvolveu a pesquisa; feita a partir da contextualização histórica do município. Considerando-se necessário buscar junto a autores como Webber (2003) e Lima (2001) alguns dados da historicidade da região para que compreender-se a formação política do desenvolvimento econômico e educacional agregada aos fatores que desencadearam o crescimento acelerado dos bairros e da população do município em geral sem planejamento e, assim, relacionar ao aumento da violência gerada nas instituições pesquisadas e na sociedade.

No capítulo 3, descreve-se a fase da adolescência com referenciais teóricos de Outeiral (1994) e Ariés (1981), como fase normalmente vivida num período em que coexistem grandes mudanças e crises profundas. Um dos marcos de menção e de preocupação com essa faixa etária é a situação de risco e vulnerabilidade à violência emergente. Essa violência muitas vezes se inicia no âmbito familiar e a escola nesta fase, tem sua importância na vida desses alunos adolescentes. A violência que envolve o adolescente ou a manifestada pelos adolescentes requer dos professores atenção e observação que muitas vezes, vivenciam um ambiente que gera violência. Tais questões basearam-se em autores como Gadotti (2003), Freire (1992, 1996, 1999, 2001), Giroux (1997).

Na seqüência o capítulo 4, descreve e apresenta a violência social e a escolar, seus conceitos e características. Apoiou-se em autores como Chauí (1999), Mafesoli (1987), Abramovay (2002, 2003, 2005), Chesnais (1981, 2002), Charlot (1997, 2002) e Waiselfisz (1987, 1998, 2003). Verifica-se que, embora a violência seja a mesma, existem diversas fases e modelos de como ela se manifesta.

No capítulo 5, discute-se sobre as políticas públicas de prevenção da violência escolar e descreve-se como é entendida o conceito dessas políticas públicas (BONETI, 2003, 2006) que englobam as políticas sociais e educacionais (ENGUITA, 2004), apresentando-se as práticas educativas de prevenção da violência escolar, citadas pelos entrevistados. Busca-se estudar o assunto em referenciais teóricos (FREIRE, (1974, 1996, 1999), BEHRENS (2005), LIBÂNEO (1994)) e práticos, investigando-se a problemática na perspectiva de análise de como se materializam, no cotidiano escolar, as práticas para diminuí-la e até preveni-la.

As considerações finais das análises que refletem como são apresentadas ante a violência escolar e como as instituições escolares atuam com esse problema.

Com a percepção dos adolescentes pelos professores, diretores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais do ensino fundamental e médio – que diariamente atende os adolescentes e jovens que cometem violência na e contra a escola – discute-se se essa escola é capaz de enfrentar sozinha o problema e oferecer melhores oportunidades ao aluno. Ou - por outro lado – se as políticas públicas promovidas pelas ações governamentais – que administram recursos para o atendimento do direito coletivo – são por excelência capazes, por sua vez, de enfrentar o problema da violência escolar e afastar os adolescentes do caminho da criminalidade e do vandalismo.

2 FOZ DO IGUAÇU- INFORMAÇÕES HISTÓRICAS E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Neste capítulo destaca-se que o crescimento populacional e estrutural do município entre o período de 1973 a 1980 se fez acelerado e, para isso, provavelmente a contribuição advinha da atração das pessoas, com a perspectiva de ganhar dinheiro fácil na construção da usina binacional Itaipu e posteriormente, no ciclo do turismo de compras no Paraguai pelos sacoleiros, sem qualificação profissional alguma.

2.1 FORMAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DESORDENADO

Segundo Webber (2003, p. 11), o nome do município é de origem guarani: “(...) podendo ser decomposto, na sua grafia primitiva – *ü* (água, rio) e *wa’su* (grande), portanto rio caudaloso. Por estar situado na confluência dos rios Paraná e Iguaçu, recebeu o nome de **Foz do Iguaçu** (grifo autor).”

O município localiza-se no extremo-oeste do Paraná, fazendo fronteira com o Paraguai e a Argentina, formando a tríplice fronteira, (Brasil, Argentina e Paraguai), limita-se ao norte com o município de Itaipulândia, ao sul com a Argentina, a leste com os municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu e, a oeste, com o Paraguai.

Lima (2001) refere que a área total é de: “433,3 km², sendo 165,5 km² de área urbana, 161,2 km² de área rural e 106,6 km² de área do Parque Nacional do Iguaçu” (p. 17).

Cabe, no entanto, ressaltar o contexto histórico da cidade de Foz do Iguaçu, cuja cultura tem raízes indígenas muito significativas para nossa história, que mantém vivas as lembranças de um povo os índios guaranis, que, em processo migratório, desce do norte do Brasil em direção ao sul e aqui permanece, dando origem à Nação Guarani. O Guairá que habitou esta terra, com suas lendas, mitos, credices, superstições, artesanato e danças.

Lima (2001) comenta que dados históricos situaram em 6.000 a.C os vestígios da mais remota presença humana na região onde hoje se localiza o reservatório de Itaipu. Vários grupos humanos sucederam-se ao longo dos séculos; os últimos, antes dos espanhóis e portugueses, foram os índios.

A história conta que quando da assinatura do “Tratado de Tordesilhas no ano de 1494, toda essa nossa região pertencia, legalmente, à Espanha” (LIMA, 2001, p. 18).

Lima (2001) relata que o Tratado de Tordesilhas, assim designado por ter sido assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494 por Castela e Portugal, dividia o chamado Novo Mundo entre as duas potências marítimas da época: 370 léguas a leste de Cabo Verde, as terras a serem descobertas pertenciam a Portugal; a oeste, seriam da Espanha.

E aqui quando fundamentados no tratado de Tordesilhas, os espanhóis atravessaram o Rio Paraná, vindos de Assunção, aqui encontraram índios e foram bem recebidos por estes. Tão logo, porém, quiseram os espanhóis torná-los escravos, reagiram com violência, reunidos e comandados pelo bravo Guairacá, o grande herói indígena, estabelecendo-se a guerra contra a ocupação espanhola. O Tratado de Tordesilhas permaneceu válido até 1750, quando os portugueses começaram a avançar (descumprir o Tratado de Tordesilhas) para terras a oeste, daí então passou a vigorar o princípio que a terra pertencia a quem a ocupasse (BRASILESCOLA/TRATADO-DE-TORDESILHAS, 2007)

Em 1542, a primeira expedição oficial espanhola chegou a este lugar, chefiada por Álvar Nuñes Cabeza de Vaca, que se dirigia a Nuestra Señora Santa María de la Assunción (atual capital do Paraguai) com o objetivo de liberar os cristãos do cerco indígena. Chegou até o rio Iguaçu e de lá seguiu guiado por índios Guaranis da tribo Caiaganges, atingindo as Cataratas, ficando o registro de que foi seu “descobridor” (FOZ DO IGUACU/TURISMOS/HISTÓRIA, 2007)

Santos; Frizon; Oliveira (1993) lembra que houve a migração dos índios Guaranis motivada pelo conflito entre as coroas Ibéricas para demarcação de novas fronteiras; em consequência disso é que Espanha e Portugal celebraram em 1750 o Tratado de Madri, acatando o princípio do *uti possidetis*, velho preceito do Direito Romano, mediante o qual, apesar de contestações posteriores, o Brasil adquiriu sua configuração atual e a região de Foz do Iguaçu passou legalmente a integrar o território nacional. Isso levou 51 anos até que foi celebrado o Tratado de Badajoz:

(...) na cidade espanhola de Badajoz, em 6 de Junho de 1801, entre Portugal, por uma parte, e a Espanha e a França coligadas, pela outra. Por meio desse tratado, cujos termos eram bastante severos para o país, e entre o acordo Portugal deveria igualmente ceder alguns territórios coloniais na América do Sul. O Tratado de Badajoz estipulava claramente que a violação de qualquer um dos seus artigos por qualquer uma das partes contratantes conduziria à sua anulação, o que veio a suceder com a assinatura do Tratado de Fontainebleau em 27 de Outubro de 1807 e subsequente invasão franco-espanhola de Portugal. O princípio regente D. João, chegado ao Brasil, declarou nulo o tratado em 1 de Maio de 1808, deixando, por conseguinte de reconhecer a ocupação espanhola de Olivença (a qual, no entanto, se mantém até aos dias de hoje (SANTOS; FRIZON; OLIVEIRA 1993, p. 20).

Com isso, toda essa área foi declarada como sendo portuguesa, porém não foi encontrado nenhum projeto colonizador de ocupação de toda essa imensa região do oeste do Paraná e áreas adjacentes de mata nativa, tendo nas barrancas do Rio Paraná, a mata ciliar de grande porte.

Desta resistência que cercou as fronteiras dos limites do meridiano de Tordesilhas e mais a província de Guana (Paraguai), que abrangia todo o oeste do Paraná, permaneceram apenas as reduções pelos padres jesuítas

Por meio dos padres jesuítas (Europeus) originou-se à constituição das Reduções Jesuíticas dos Índios Guaranis, como sendo o maior trabalho humanitário de toda a história da humanidade, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura - UNESCO (2007) que tombaria algumas de suas ruínas, ainda existentes.

Em outubro de 1612, iniciam-se os primeiros nucleamentos do que daria origem às Reduções dos Trinta Povos dos Guaranis, a primeira experiência pré-cooperativa de um sistema de cooperativas integrais, iniciadas pelos jesuítas italianos, Simon Maceta e José Cataldino, às margens do Rio Piranga, ao norte do Iguaçu, na região de Guairá, no Paraná. Poucos meses depois, seguiram-se a de Santo Inácio Guaçú ou Santo Inácio Mini a uma légua e meia da primeira, todas as duas pelos índios Guaranis. Neste mesmo ano, integraram-se ao sistema de reduções (núcleos formados sempre com a mesma organização urbana e rural, como cultural e política) os padres Antônio Ruiz de Montoya e Roque Gonzales. O sistema da propriedade combinava a propriedade coletiva, o Tupambaé e a propriedade familiar, o Abamba é, além das vacarias gerais, que eram comuns a todos os Trinta Povos. A experiência do associativismo missionário das Reduções, apesar de ser precursor da organização das cooperativas integrais, não teve continuidade e seus impactos se perderam com a injustificável destruição das reduções jesuíticas, com a consequente dispersão e a marginalização dos guaranis sobreviventes (SICREDIPIONEIRA.COM.BR/ARQUIVOS/REDUÇOES, 2007).

No entanto, nossa região não possui nenhum traço das Reduções, que segundo Lima (2001, p. 20-23) foi por aqui que houve um grande processo migratório conduzido pelo Pe. Ruiz de Montoya que desceu da área acima de Guairá e passou Sete Quedas e entra na região onde hoje está o Parque Nacional do Iguaçu, cruzou o Rio Iguaçu e constitui a Redução de San Ignácio Mini, em território argentino como sendo a última redução construída.

Santos, Frizon, e Oliveira (1993, p. 19-20) ressaltam que, por volta de 1800, acontece a Guerra do Paraguai e parte dessa região torna-se o palco do conflito dessa fase da história, com seu término em 1870 pela assinatura do Tratado de Paz sendo uma das cláusulas o comprometimento do Brasil a devolver, após cem anos, as terras que porventura tivesse tomado do Paraguai.

Diante dessas cláusulas, a região começa lentamente a ser ocupada. A principal atividade é o plantio, extração e comercialização da erva mate, utilizado como parte da bebida

chimarrão. “(...) essa época foram chegando os novos colonizadores, principalmente os imigrantes europeus, na sua maioria alemães e italianos, que asseguravam sua fonte de renda através da produção da erva-mate e do corte de madeira” (WEBBER, 2003 p. 11).

A localização do Porto Oficial era, portanto, a entrada oficial da cidade de Foz do Iguaçu, onde hoje se encontra alguns prédios públicos, a catedral entre outras edificações.

É nesse contexto que ocorreu a decisão do governo brasileiro, ou seja, realizar a ocupação de toda essa região, cujas terras precisavam de povoamento para serem definitivamente, caracterizadas como parte integrante do território brasileiro.

Surge assim a Colônia Militar. “Em 1888, o ministro da guerra, capitão Belarmino de Mendonça instalou uma Comissão Estratégica para a abertura de caminhos até Foz do Iguaçu. Em 1892 foi fundada a Colônia Militar e, em 10 de junho de 1914, nasceu o Município de Foz do Iguaçu, que seria o grande impulso para a ocupação da região Oeste do Estado por brasileiros” (SANTOS; FRIZON; OLIVEIRA, 1993, P.20). Instalou-se uma unidade do Exército para a guarda da fronteira e também para impulso do povoamento local. Encontrava-se a “... margem esquerda do Rio Paraná a aproximadamente 1 km e a 6 km da foz do Rio Iguaçu e a 19 Km ficava a vila paraguaia de Tacurupucu.” (1993, p.23).

Registra-se ainda que, em 1906, já havia em Foz do Iguaçu (colônia) quatro estabelecimentos comerciais, “... as repartições de comando militar com diretoria, secretaria, escola e quartel e uma estação telegráfica. A população era de aproximadamente 2 mil pessoas” (1993, p.24).

Lopes cita o primeiro prefeito do município de Foz do Iguaçu:

Em 14 de março de 1914 com a lei nº 1383 é constituído o Município de Foz do Iguaçu que tinha seus limites territoriais com o Município de Guarapuava. Portanto toda a região Oeste do Paraná constituía-se em terras sob o poder do 1º prefeito municipal de Foz do Iguaçu, “Coronel Jorge Schimmelpfeng de origem alemã, saiu de Curitiba rumo a Foz do Iguaçu integrando uma comissão designada pelo governo Estadual para fazer estudos e planos de povoamento e desenvolvimento do extremo Oeste do Paraná” (LOPES, 2000, p. 54).

O Coronel Jorge Schimmelpfeng decidiu estabelecer-se moradia em Foz do Iguaçu, tornando-se um líder político de muito prestígio e reeleito por vários mandatos, até em 1924, governando Foz do Iguaçu por 10 anos.

Alberto Santos Dumont, pai da aviação, também visitou a região em abril de 1916 e ficou impressionado com a beleza das Cataratas. Seguiu-se então até Curitiba para pedir a emancipação da área, que estava em terras particulares. “Em julho do mesmo ano o Estado do

Paraná decretou a desapropriação de 1.008 hectares como área de Utilidade Pública" (LOPES, 2000, p. 54).

Em 1920, aparecem idéias modernizadoras no Brasil, pedindo por reformas em várias estruturas políticas. E no ano de 1924:

(...) a cidade foi invadida pelos revolucionários da Coluna Prestes é em Foz do Iguaçu que tem origem a famosa Coluna Prestes, organizada pelo engenheiro militar, Luiz Carlos Prestes que, procedente de Santo Ângelo-RS, encontra-se com Miguel Costa, procedente de São Paulo e, pelo encontro dos dois grupamentos militares, temos a origem da Coluna Prestes (MACIEL; CAMPANA, 2005, P. 67).

É também verdade que, na época, o município e a região eram tratados com total descaso pelo governo estadual, tendo grande parte da população da cidade que buscar recursos na Argentina, cruzando o rio Iguaçu e expondo a própria vida, ante um grupo de militares rebelados contra o governo federal. A situação só melhora com a chegada de tropas legalistas, comandadas pelo marechal Cândido Rondon que apressa os rebelados a retirar-se da cidade, cruzando o rio Paraná, adentrando no Paraguai e conseguindo, assim, escapar das mãos do exército legalista. De qualquer forma as primeiras manifestações de rebelião contra a República Velha terão lugar em Foz do Iguaçu, marcando, talvez desse modo sua entrada no cenário nacional.

É na Coluna Prestes que teve origem também a Revolução de 1930, quando Foz do Iguaçu experimentou uma melhora com sua inserção econômica, política e social no Paraná.

(...) foi nomeado o interventor federal no Estado o General Mário Tourinho, que se tomaram medidas enérgicas para a nacionalização da fronteira, num movimento de marcha para o oeste, incentivadas pelo governo federal também em outras regiões do país. Tourinho tornou obrigatório o uso da língua português e da moeda nacional no comércio e nos serviços públicos (MACIEL; CAMPANA, 2005, P. 83).

Ainda no ano de 1956 foram iniciadas as obras da Ponte Internacional da Amizade, ligando o Brasil ao Paraguai.

(...) a ponte possui uma extensão de 554 metros, era de importância vital para Foz do Iguaçu, porque além de ligar os dois países, desenvolveu as relações comerciais do Brasil com o Paraguai proporcionando uma saída para o mar, para o desenvolvimento da exportação dos produtos paraguaios (LIMA, 2001, p. 67).

Em 1965 e 1969 ocorreram respectivamente as inaugurações da Ponte Internacional da Amizade pelos então presidentes Castelo Branco e Alfredo Stroessner e da BR-277, aquela unindo o Brasil e o Paraguai e esta ligando a região à capital paranaense, ao Porto de Paranaguá e ao litoral sul brasileiro. Foz do Iguaçu contava com 28.080 habitantes.

Na década de 70, inicia-se a obra do século, uma das maravilhas do mundo moderno. Em 1973, começa a construção da maior hidroelétrica do mundo, Itaipu (Brasil - Paraguai), causando um forte impacto em toda a região e aumentando o contingente populacional de Foz do Iguaçu que na época chegou a 33.970 habitantes, pelo fator de “correntes migratórias, trazendo, principalmente trabalhadores e familiares vindos dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso” (LIMA, 2001, p.103).

Em 26 de abril de 1973, foi assinado o Tratado entre Brasil e Paraguai para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná. Pelo tratado, Brasil e Paraguai concordaram em realizar o aproveitamento conjunto desses recursos e criaram, para esse fim, uma entidade denominada Itaipu, hoje conhecida como Itaipu Binacional. Localizada no final da Av. Tancredo Neves, a 10 km do Centro de Foz do Iguaçu, a Central Hidrelétrica de Itaipu, é uma realização de trabalho conjunto de duas nações Brasil e Paraguai. A palavra ITAIPU origina-se do Tupi-guarani e significa “A pedra que canta” (SANTOS; FRIZON; OLIVEIRA, 1993, p. 116-117).

Simultaneamente à construção da hidroelétrica de Itaipu houve o aumento do comércio com Paraguai e Argentina, decorrente do crescimento populacional de 38,5%, entre 1973 e 1980, chegando a 136.320 habitantes.

Em 1984 teve início a construção da segunda ponte internacional, denominada mais tarde de Ponte Presidente Tancredo Neves, ligando através do Rio Iguaçu, o Brasil à Argentina, na mesma região da tríplice fronteira, o que possibilitou o estímulo às compras pelos turistas que visitavam tanto Foz do Iguaçu como Puerto Iguazu e Ciudad Del Este.

A Ponte Presidente Tancredo Neves comporta duas pistas de tráfego e dois acostamentos para passagem de pedestre, além de um complexo alfandegário de 2.500 m² de área construída em cada lado, que abriga repartições aduaneiras, policiais, sanitários e guichê de informações turísticas. Com acesso de 2 km pelo lado brasileiro e 3 km pelo lado argentino, sua extensão é de 489 metros e um vão livre de 220 metros, um dos maiores do gênero no mundo. Possuem 16,50 metros de largura, 72 metros de altura (SANTOS; FRIZON; OLIVEIRA, 1993, p128).

A construção das duas pontes internacionais facilitou o acesso de pedestre e o trânsito de veículos e com isso intensificou-se o comércio com o Paraguai, enquanto por muito tempo não se exigiram documentação dos veículos e declaração de bagagem e facilitando o comércio ilegal de armas e drogas através da Ponte da amizade, do Rio Paraná e do lago de Itaipu.

Concomitante a isso, surge o emprego informal, o dos *laranjas* (grifo nosso), constituído pelos carregadores das mercadorias do Paraguai para o Brasil.

Boa parte dos agricultores que tiveram suas terras desapropriadas da área do reservatório do Lago de Itaipu migra para o Paraguai, chamados então de brasiguaios, que irão desenvolver atividades agrícolas em terras ainda não ocupadas.

Ocorrem na época várias formas de conflitos e uma liberalização completa do comércio fronteiriço, que permitem incentivos na medida que geram renda para milhares de desempregados no (ou pelo) Brasil afora.

Santos, Frizon e Oliveira (1993) citam que na década de 90 inicia-se uma clara tendência para a segmentação da economia mundial em blocos regionais, em substituição às tradicionais negociações multilaterais entre países. Os blocos regionais de mercado caracterizam-se pelo agrupamento de países menos industrializados. Semelhante ao que se fez na Europa, o acordo entre os países da América latina responde à necessidade urgente de atender às novas modificações surgidas com o processo de globalização.

Sendo Foz do Iguaçu portão de entrada do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) o Tratado de Assunção foi redigida com a finalidade de oficializar o MERCOSUL. Este documento foi firmado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em 26 de março de 1991, constituindo-se no instrumento jurídico fundamental do MERCOSUL (Decreto nº 350 de 21/novembro de 1991). Trata-se de um acordo-quádruplo que não cria um mercado comum, mas define os objetivos do processo de integração e os mecanismos para alcançá-lo. O Tratado registra a decisão de os quatro países ampliarem as dimensões de seus mercados nacionais como forma de alcançarem uma melhor inserção na ordem econômica internacional, crescentemente marcada pela globalização e regionalização. Seu objetivo principal é a conformação de um amplo espaço econômico integrado, cuja primeira etapa consiste na formação de uma união aduaneira a ser consolidada progressivamente até alcançar etapas mais avançadas de integração econômica.

Segundo Santos, Frizon e Oliveira (1993, p 75-76) "... na visão de alguns especialistas, os países latino-americanos necessitam de uma relação mais estreita com as economias centrais, especialmente com os Estados Unidos, onde se encontram os maiores mercados para sua matéria-prima e manufaturas."

Uma das metas do MERCOSUL é a livre circulação de bens de serviços e capitais, além da eliminação das taxas aduaneiras, zona de livre comércio (Zona Franca) e, consequentemente, uma grande abertura na economia de Foz do Iguaçu.

Somente em 1994, o MERCOSUL começa efetivamente a ser uma realidade, inicialmente de pequena dimensão, mas que visava fortalecer as economias dos países membros, em curto espaço de tempo.

Com o MERCOSUL surge a necessidade de um rígido controle do comércio fronteiriço, com a fiscalização intensificada. Foi construída uma ampla estrutura física na cabeceira da Ponte da Amizade, onde são realizadas operações conjuntas da Receita Federal e

da Polícia Federal, para eliminar o contrabando, o fluxo migratório e restringir o tráfico de crianças e adolescentes, além do cadastramento de pessoas que buscam trabalho no Paraguai. O mesmo controle é realizado para trafegar na Ponte Tancredo Neves (Brasil- Argentina).

O crescimento populacional e econômico ocorrido nas décadas de 70 e 80, finais do século XX – que saltou de 33.966 habitantes para 136.321 – resultou da realização dos quatro projetos: construção da Ponte da Amizade (1965); inauguração da BR 277 (1969); construção da hidrelétrica de Itaipu (1974 a 1985) e a conclusão da Ponte Tancredo Neves (1985). As pontes facilitaram as exportações e importações, a BR encurtou as distâncias entre Foz, Curitiba, Porto Paranaguá e litoral brasileiro.

É o que confirma Webber (2003) quando refere ao surto de crescimento populacional da década de 90:

(...) com um número de habitantes em torno de 190.115, passando no ano de 2000 para 258.368 habitantes. Como resultado de toda uma liberação de comércio entre o Brasil e o Paraguai, momento em que entrava em vigor o Plano Real que, no seu nascedouro, aparecia com uma supervalorização monetária, favorecendo assim o comércio com Ciudad Del Este, no Paraguai, mediante a aquisição de produtos procedentes do mundo inteiro (WEBBER, 2003, p. 87).

Percebe-se que com as definições coletadas, se explica como a cidade viveu por 81 anos com uma variação populacional de 324 habitantes em 1889, para 33.966 em 1970. Nos últimos 36 anos houve um incremento populacional de 267.443 habitantes, demonstrando um crescimento extremamente elevado, fruto, na sua maioria, de migrações para a cidade, em função de oportunidades econômicas existentes.

Foz do Iguaçu conta hoje com 301.409 habitantes. A composição por idade corresponde a 78.366, (26%) entre 25 e 39 anos. Se a eles acrescentarem-se os 51.239 (17%), com idade entre 40 e 59 anos, tem-se um total de 129.605 (43%) habitantes que devem estar no mercado de trabalho, contribuindo na economia da cidade (IBGE - julho/2006).

Sendo a faixa etária de 0 a 24 anos que corresponde a 159.747 habitantes (bebês, crianças e jovens), perfazendo 53% do total dos habitantes da cidade.

Quanto à faixa etária que corresponde à adolescência, Webber (2003, p. 89-94), cita que “Os dados nos mostram que temos na cidade de Foz do Iguaçu um total de 301.409 habitantes destes na fase da adolescência são 57.268, 19% da população total.” Demonstrando que a população do município é jovem.

Em relação à etnia Foz do Iguaçu tem uma composição muito variada e abriga 75 das 192 nacionalidades existentes no mundo. Os diferentes grupos étnicos residentes

fazem-na uma das cidades mais cosmopolitas do Brasil. As nacionalidades em maior número são: argentinas, paraguaias, alemães, italianas, japonesas, árabes, coreanos, chinesas e brasileiras.

Além da localização privilegiada da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), o Município está geograficamente dividido em 12 regiões e, por idade e sexo, respectivamente, conforme tabelas do (IBGE/julho de 2006), a seguir apresentadas:

Tabela 2 - Município geograficamente dividido em 12 regiões

R01 – REGIÃO DE TRÊS LAGOAS 27.124 HABITANTES - 9,7% (Sol de maio, Vasco da Gama, Santa Rita, Vila Miranda, Tucuruí, ...)
R02 – REGIÃO DA VILA “C” 34.952 HABITANTES - 12,5% (São Sebastião, Porto Belo, Jardim Itaipu, Jardim Califórnia,...)
R03- REGIÃO DO SÃO FRANCISCO 45.298 – 16,2% (Portal da Foz, São Rafael, Vila Borges, 1º de Maio, Cohapar III...)
R04 – REGIÃO DO PORTO MEIRA 37.469 – 13,4% (Ouro Verde, Vila Adriana II, Profilurb I, II, Jd. Polônia, Vila Shalon...)
R05 – REGIÃO DO JARDIM SÃO PAULO 16.498 – 5,9% (Jd. São Paulo, Dom Pedro I, Jd. Niterói, Jd. Copacabana)
R06 – REGIÃO DO JARDIM AMÉRICA 14.820 – 5,3% (Jardim Jupira, Vila Portes, Brasília, Vila Paraguaia, Jardim Central...)
R07- REGIÃO DO IMPERATRIZ 15.379 – 5,5% (Parque Imperatriz, Pilar Campestre, Jardim das Palmeiras I, II, Jd. Lancaster..)
R08 – REGIÃO AKLP 25.166 – 9% (Vila B, Vila A, Petrópolis, Aporã, Curitibano I, II e III, Jardim Ipê I,II, e III...)
R09 – REGIÃO CENTRAL 33.554 – 12% (Centro, Vila Maracanã, Vila Yolanda, Vila Bom Jesus, Jardim Naipi, Jd Tarobá..)
R10 – REGIÃO DO CAMPOS DO IGUAÇU 22.370 – 8% (Campos do Iguaçu, Jd. Alice I e II, Parque Presidente I, Alto São Francisco, Libra)
R11 – REGIÃO DA VILA CARIMÃ 4.194 – 1,5% (Vila Carimã, Jd. Novo Horizonte, Jd. Cataratas. Lot. Dona Amanda..)
R12 – REGIÃO RURAL MISTA 2.796 – 1% (Lote Grande, Aparecidinha, Vila Bananal, Arroio Dourado, Remanso Grande..)

(Fontes: IBGE, 2006; RADIOGRAFIAS SÓCIO-ECONÔMICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2006).

Tabela 3 - Perfil da população de Foz do Iguaçu ano 2006 - sexo, idade

SEXO	HABITANTES	(%)
MASCULINO	149.197	49,50
FEMININO	152.212	50,50
IDADE	HABITANTES	(%)
00-06 ANOS (primeira infância)	45.211	15
07-10 ANOS (segunda infância)	27.127	9
11-15 ANOS (pré-adolescência)	33.155	11
16-19 ANOS (adolescência)	24.113	8
20-24 ANOS (jovem)	30.141	10
25-39 ANOS (adulto)	78.366	26
40-59 ANOS (adulto)	51.239	17
60 ANOS OU MAIS (idoso)	12.057	4
TOTAL	301.409	100

(Fontes: IBGE, 2006; RADIOPRÁFIAS SÓCIO-ECONÔMICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2006).

Percebe-se que houve um acréscimo populacional acelerado, mas, em relação à economia ativa, um baixo padrão de renda não acompanhado por políticas sociais, o que proliferaram as favelas, onde as condições de vida são as piores, dada a reduzida disponibilidade de serviços básicos de água e esgoto.

A exclusão social aumentou com a redução da cota de importação definida pela Polícia e Receita Federal (1997) atingindo o trabalho de *formiguinha* (grifo nosso) na região da ponte.

Como efeito da abertura econômica brasileira para o exterior e para o Mercosul, o comércio dispensou as pessoas que lá trabalhavam, aumentando em mais de 200 famílias residindo em favelas, pela carência de combate à pobreza (IBGE – julho/2006).

É o que mostra Webber (2003), a relação das favelas do município de Foz do Iguaçu no ano de 2003:

(...) dos 92 bolsões de pobreza de Foz do Iguaçu, 69 foram urbanizados ao longo dos últimos anos. Referente às favelas, somente nove não possuem infra-estrutura adequada, como, por exemplo, ruas sem saída. As 14 restantes têm pouca infra-estrutura e até ruas com calçamento. Atualmente, 80% das áreas verdes, técnicas e de preservação estão invadidas. Os números apontam um déficit habitacional de 15 mil moradias, revelam que 60% destas famílias vivem em condições subumanas, sem a mínima infra-estrutura, nas chamadas ocupações irregulares. Não estão incluídas as famílias que pagam aluguel, em torno de 10 mil. Dos 279.620 habitantes em 2003, 60 mil pessoas, ou 30% são pobres. Destes, 36 mil vivem abaixo da linha da pobreza, dentro de uma estimativa. (WEBBER, 2003, p. 94).

Por outro lado, destacou-se o turismo de Foz do Iguaçu como o principal fator gerador de divisas. Atualmente, representa a 6^a cidade brasileira na preferência do turista estrangeiro e 1^a do sul do país. (EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, 2002), sendo responsável pela maior parte dos empregos oferecidos, justificando assim, os esforços e investimentos que o poder público tem efetuado no município.

Foz do Iguaçu possui belezas naturais como as Cataratas do Iguaçu, sendo esta, localizada no parque nacional do Iguaçu e a 28 km do centro da cidade e com aproximadamente 275 quedas d'água.

Parque Nacional do Iguaçu:

(...) próximo à Foz do Rio Iguaçu, no Rio Paraná, divisa territorial da fronteira Brasil/Argentina, criando pelo decreto Federal nº 1035 de 10 de janeiro de 1939. O acesso ao Parque Nacional do Iguaçu é feito, a partir de Foz do Iguaçu, pela BR 469 até as Cataratas. ...em 17 de novembro de 1986, durante a Conferência Geral da UNESCO realizada em Paris, foi tombado como Patrimônio Mundial (SANTOS, FRIZON e OLIVEIRA, 1993, p. 110-112).

Além das Cataratas, existe ainda a (UHI) usina hidroelétrica de Itaipu. A grandiosidade dessa Hidrelétrica, obra de engenharia e beleza, é uma atração singular, recebendo anualmente milhares de visitantes. “No período de 1977 a 1991, visitaram a Itaipu um total de 4.787.099 pessoas oriundas de 144 países” (SANTOS, FRIZON e OLIVEIRA, 1993, p. 117).

O lago formado pela usina da Itaipu ocasiona a mudança da paisagem do Rio Paraná, que escavado em profundo leito rochoso de águas velozes, transformou-se em superfície plácida de um lago artificial, oferecendo condições para a implantação de grande número de instalações de lazer como: clubes, praias artificiais, ancoradouros, marinas e parques. O Complexo turístico de Itaipu é composto pela:

(...) Usina, Canal da Piracema, Refúgio Biológico Bela Vista e Ecomuseu. Esse circuito recebeu, em 2006, cerca de 703.275 visitantes. Inaugurado em 1987, o Ecomuseu, por exemplo, é pioneiro no gênero na América Latina e passou por uma ampla reformulação, concluída em dezembro de 2002 (CITYBRAZIL./FOZDOIGUACU/TURISMO.ITAIPU, 2007).

Parque das Aves:

Aliando ecoturismo à conservação ambiental, possui uma área de 16,5 ha, dos quais 4 ha são destinados a viveiros e instalações, e o restante é área de proteção ambiental. Numa trilha de 800 m por entre a mata, passa-se por viveiros perfeitamente integrados a floresta. No viveiro de pássaros nativos, aves de colorido indescritível sobrevoam e pousam a poucos metros do visitante. Os viveiros denominados “floresta” e “pantanál” alcançam 630

m² de área e 8 m de altura, representam o habitat de avifauna destes ecossistemas brasileiros. É permitida a entrada dentro dos viveiros, podendo apreciar a revoada das aves e seus comportamentos naturais. Existem mais de 500 aves de diversas espécies do Brasil e de outros continentes, mostrando-se a diversidade de espécies do planeta. Possui ainda programas de reprodução em cativeiro, de educação ambiental e visitas com orientação de biólogos. Localizado a 8 km do centro de Foz do Iguaçu pela Estrada das Cataratas (CITYBRAZIL./FOZDOIGUACU/TURISMO, 2007).

Além de diversas outras opções como o Mineral Park, Marco das Três Fronteiras, Ponte da Amizade, Ponte Presidente Tancredo Neves, Catedral de São João Batista que atraem turistas de todas as partes do mundo a cidade dispõe ainda de eficiente suporte para atender as necessidades de quem a visita ou quer realizar algum evento.

2.2 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

As primeiras escolas surgiram em Foz do Iguaçu surgiram no período de 1901 a 1905, quando ainda na Colônia Militar. Segundo Lima, (2001), somente em 10 de junho de 1914 é tido como início da sua história, permanecendo por 20 anos como Colônia, o que restringia o crescimento econômico, limitado por não haver impostos como IPTU e o ISSQN (imposto predial e territorial urbano e imposto sobre serviços de qualquer natureza). Não se comprava, trocava ou se vendia terreno. Não havia eleição e quem mandava era o comandante militar.

Com efeito, a educação era muito restrita, sendo ministrada apenas por vários professores particulares que se dispunham a ensinar, não havendo nessa época local disponível para o ensino. A primeira escola surgiu em 1917 que “foi do professor (estadual) Guimarães. A segunda, a escola da Capitania, (onde é a atual Capitania fluvial do Rio Paraná de Foz do Iguaçu). A terceira escola, pública, onde até o ano de 2006 era a Policia Federal.” (SANTOS; FRIZON; OLIVEIRA, 1993, p. 43).

A história conta ainda que, em 1927, eram dadas aulas para os índios, nas excursões que eles faziam atendendo a índios menos esclarecidos, ensinando e catequizando-os:

Eles ensinavam na escola a melhorar o português, Caligrafia, História do Brasil, Religião e as 4 operações. Muitas vezes, eles tinham que aprender um pouco de Guarani para que se pudessem fazer entender pelos índios, que gostavam de histórias que relatavam a vida de seus irmãos indígenas no passado (SANTOS; FRIZON; OLIVEIRA, 1993, p. 43).

Santos, Frizon e Oliveira (1993) lembram que em 1928, foi construído o primeiro grupo escolar e, já na década de 50, destacou-se no ensino público de Foz do Iguaçu, em

1952, com a criação da escola do magistério. Outra Instituição de ensino foi inaugurada em 1956 a Escola de Trabalhadores Rurais, devido à sua extensão territorial com vocação eminentemente agrícola. Atualmente é o Colégio Agrícola Estadual Manoel Moreira Pena de ensino médio e pós - médio, de técnica em agricultura com ênfase em horticultura e em plantas medicinais, condimentos e aromáticas. Em 1960, a educação avança como confirma Lima, (2001, p. 78-79) “foi criada a primeira escola técnica, o colégio Comercial Estadual Antonio de Castro Alves. (...) esta escola formou com grande mérito boa quantidade de técnicos em contabilidade, suprindo a falta desses profissionais na cidade e região.”

No ano de 1965, foi terminada a construção de um moderno colégio, o Ginásio Estadual Monsenhor Guilherme, que hoje passa a chamar-se Colégio Estadual Monsenhor Guilherme.

Lima (2001, p. 95-98) refere que em 1975, os estudantes formandos do ensino médio protestaram contra o descaso das secretarias de educação estadual e municipal da cidade quanto à necessidade da implantação de curso superior, uma faculdade. Muitos que se formavam no ensino médio tinham que estudar em outras cidades a maioria não tinha condições para isso. Por essa razão foram às ruas e protestaram, com o apoio dos movimentos das entidades filantrópicas e da população. Depois de muita luta e reivindicações, foi finalmente criada a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu – FACÍSA, instituição privada, cujas atividades iniciaram-se em agosto de 1979, com os cursos de Administração e Ciências Contábeis. Sendo, essa, mais tarde instituída pelo poder executivo a compor um dos campi da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Lima (2001) refere sobre o decreto:

(...) decreto nº 399, de 27 de abril de 1987, instituiu a Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná que pela lei nº 8680 de 30 de dezembro de 1987, foi autorizado o poder executivo a instituir a Universidade Estadual do oeste do Paraná, de forma de Multi-Campi (LIMA, 2001, p. 99)

Hoje, (2007) a UNIOESTE, Universidade Estadual do Oeste do Paraná é formada por tem cinco campi, sendo em Cascavel constituída de 18 cursos de graduação, em Foz do Iguaçu com 13, em Marechal Cândido Rondon com 11, em Toledo nove e em Francisco Beltrão, sete cursos de graduação.

Segundo o site (FOZ DO IGUAÇU/PORTAL/REDE ESCOLAR, 2007), este refere que Foz do Iguaçu conta com um total de 311.336 habitantes e que o sistema público conta com duas Secretarias responsáveis pela Educação, a Secretaria Municipal de Educação e a

Secretaria de Estado da Educação (SEED) além do Núcleo Regional de Educação (NRE). Os municípios abrangidos pelo NRE são oito: Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Missal, Itaipulândia, Ramilândia e Serranópolis.

No ano de 2007, o número de docentes inscritos no NRE - Núcleo Regional de Educação Ensino Fundamental e Médio nas Escolas Estaduais é de 1.055 enquanto nas escolas particulares são 1.501, chegando a 446 a mais que nas do ensino público estadual. Nas entidades filantrópicas e ONGs (Organização Não Governamentais) são 112 professores e nas municipais, 1.778.

Já os alunos estão assim distribuídos: escolas estaduais com 35.386, sendo 21.639 do ensino fundamental de 5^a a 8^a série; no ensino médio, 11.293 e pós-médio ou profissionalizante 408 alunos.

O ensino superior estadual conta atualmente com 2.046 alunos matriculados e no particular, 9.419. Lembramos que em Foz do Iguaçu, o ensino superior público conta com uma universidade e o ensino superior particular conta com sete faculdades. No CEEBJA Centro de Educação e Ensino de Jovens e Adultos, o núcleo possui 70 na modalidade ensino fundamental de 1^a a 4^a série, no ensino fundamental de 5^a a 8^a série com 905 alunos e no ensino médio com 1.117 totalizando 2.092 alunos no CEEBJA.

O site da prefeitura de Foz do Iguaçu (PORTAL/EDUCAÇÃO/ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO, 2007), demonstra que a Secretaria de Estado da Educação dispõe de 28 escolas estaduais na cidade e 33 nos distritos, totalizando 61.

Desses estudantes o maior número encontra-se no Ensino Fundamental de primeira a oitava série representando, 49.593 alunos matriculados.

Já o ensino médio e pós-médio, estes contam com 15.982 alunos indicando claramente uma enorme perda na passagem do ensino fundamental para o médio em um total de 33.611 alunos.

Para atender a todos esses alunos a cidade conta com 124 estabelecimentos de ensino, 1.762 salas de aula e uma média de 48,7 alunos por sala de aula.

Com essa demanda a cidade conta com 4.041 professores alcançando uma média de 19 alunos por professor. Percebe-se haver um número excessivo de professores, comparado ao número de alunos por sala de aula, o que pode indicar que há grande número de professores fora da sala de aula, ou seja, ocupando outras funções.

No ano de 2007, a cidade apresenta 14.431 alunos matriculados em oito estabelecimentos de Ensino Superior, com uma oferta de 73 cursos.

Cabe ressaltar que os cursos superiores tiveram início na cidade em 1979, há aproximadamente 27 anos passados. Portanto, esse foi um setor que cresceu rapidamente na cidade, atendendo a uma grande demanda reprimida para uma população excessivamente jovem.

Esses dados mostram que 27,5% dos habitantes da cidade são estudantes, ou seja, cada 5 habitantes, um é estudante. É um número relativamente alto, mas, não se pode deixar de registrar que 225.526 não são estudantes. Daí decorre a preocupação dos educadores e autoridades envolvidas.

Pode-se visualizar sucintamente a cidade de Foz do Iguaçu sofreu alterações tanto demográficas como econômica muito rapidamente, em função dos ciclos relatados, como a extração da madeira, o cultivo da erva-mate, a construção da Itaipu exportação e turismo de compras e abertura de mercado, turismo de compras e eventos. Porém, com o término das obras e o início do funcionamento de Itaipu, intensificou-se o comércio de exportação e o turismo de compras no Paraguai. Surgem os *laranjas* começou assim, o movimento migratório pela localização de fronteira acarretando no impacto econômico sobre Foz do Iguaçu. Porém tal impacto econômico com migração de *compristas* (grifo nosso) sofre drasticamente em 1997, com a redução da cota de importação e depara-se com a abertura da economia brasileira para o exterior, reduzindo significativamente o turismo de compras e ocupação de estabelecimentos hoteleiros não classificados. Reflexo da situação social do município, com o crescente desemprego e o desenvolvimento de uma economia informal, acarretou um aumento do favelamento urbano e as dificuldades dos setores sociais, especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública. Com isso, a abertura de postos de trabalho não acompanha o ritmo de crescimento populacional. São milhares de pessoas em idade economicamente ativa que não conseguem colocação no mercado. Acredita-se que a fiscalização mais rígida na fronteira Brasil e Paraguai é necessária para que o turismo de compras desapareça. No entanto o problema atual da dispensa de trabalhadores informais tanto em Foz do Iguaçu como em Ciudad Del requer políticas econômicas e sociais para que o município, em parceria com os governos Federal e Estadual, reverta tal situação.

Por outro lado, vale destacar que na Educação houve uma expansão significativa nos cursos superiores na cidade, cursos supletivos e consequentemente o retorno dos adultos aos estudos. Exemplo disso é que muitos jovens e adultos residentes no Paraguai, de outras nacionalidades estão fazendo vestibular e formando-se na Universidade ou faculdades locais.

Percebe-se também na Educação um fator de atração de jovens e profissionais especializados, dando uma resposta social que, adquirindo mais cultura e profissionalismo, a

população entrever um futuro planejado com perspectivas de crescer econômica, social e culturalmente, talvez diminuindo o índice de violência hoje tido como alarmante.

Portanto, este trabalho decorre da violência geral e especificamente violência escolar como um problema social agregado a fatores históricos, culturais e econômicos que contribuem na produção da violência da região pesquisada. Considerou-se ser necessário retroceder alguns dados e fatos do desenvolvimento da política, da economia e da educação e como esses se desencadearam no crescimento acelerado dos bairros e da população do município e, por meio destes fatores, buscarmos compreender o surgimento e a constituição da violência gerada nas escolas pesquisadas da cidade de Foz do Iguaçu, Paraná.

3 ADOLESCÊNCIA E ESCOLA

Questões como educação e vida de adolescentes e de jovens têm ocupado lugar crescente na agenda das políticas públicas. Essa faixa da população, em geral tratada de forma homogênea, apresenta grande diversidade em decorrência de variáveis como cultura, escolaridade, nível de renda e sexo. Diversos estudos mostram que ela é a mais vulnerável aos efeitos da pobreza, da desnutrição, da violência e do descaso social, caracterizando-se como um período da vida em que coexistem grandes mudanças e crises profundas, o que possibilita essa vulnerabilidade a violências, exigindo dos educadores e profissionais atenção e observação aos comportamentos apresentados pelo(s) adolescente(s) que, muitas vezes, já vivenciam-na no ambiente familiar. Isto torna-se um gerador de violência vinculado ao próprio processo de formação e às características que constituem esta fase dentro do seu contexto social.

Considerando o exposto, neste capítulo busca-se contextualizar a questão da adolescência face à escola e à violência.

Esta questão tem chamado a atenção de todos os educadores e profissionais da área por oferecer elementos para reflexão e debate.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA

Inicialmente, faz-se necessário compreender e caracterizar a adolescência caracterizando-a como uma fase peculiar da vida do indivíduo, um período importante da construção da sua identidade, uma idade de formação localizada entre outras idades de formação e, assim carregada de características próprias, além daquelas que resultam da interferência com outras idades.

Para tecer a caracterização da adolescência serão apresentados estudos que tratam destas questões, os quais seguem duas tendências: as voltadas para os aspectos histórico, social, econômico, cultural (conf. Outeiral, 1994 e Buratto, 1998, entre outros), e na seqüência, aquelas que enfatizam os aspectos biológicos, psicológicos e também sociais. (conf. Ariés, 1981; Mandú, 2001, entre outros).

É interessante ressaltar que a divisão da vida humana em períodos não é algo absoluto e exato, porém facilita a organização e realização dos estudos que evidenciam o

desenvolvimento humano. Embora as propostas possam se alterar bastante, as divisões, geralmente aceitas como principais da vida humana são: a vida pré-natal, a infância, a adolescência, a idade adulta e a velhice. Cada período apresenta características que lhe são próprias e impõem exigências que devem ser atendidas para que o desenvolvimento se processe de modo adequado. O grau de ajustamento, os traços e as características do adulto se devem em grande parte ao que ocorre durante a infância e a adolescência.

A definição da palavra adolescência contextualizando-a na história segundo Lewis & Wolkmar (1993, p.224) significa “tornar-se um adulto e foi pela primeira vez usada na língua inglesa em 1430, quando se referiu às idades de 14 a 21 anos nos homens e 12 a 21 anos nas mulheres”.

Santos (1996) refere-se a esta fase como um período de dimensões biológicas e culturais em que a idade muda historicamente seguindo a normas sociais.

(...) a periodização da vida é uma construção histórico-social: ela muda historicamente, e é socialmente variável. As noções mais gerais e usuais dos termos infância e adolescência referem-se aos períodos do ciclo da vida que tem dimensões biológicas e culturais. A infância é uma fase da vida do ser humano que vai do nascimento até a puberdade, e a adolescência a sucede, até a idade adulta. Ambas se caracterizam por um crescimento extremamente dinâmico e concomitante em vários domínios do ser: são mudanças anatômicas, fisiológicas, psíquicas e sociais (SANTOS, 1996, p.151)

Ainda, Santos (1996) credita a Rousseau a introdução do conceito de adolescência na sociedade ocidental, sendo vista por ele como um estado específico, com características semelhantes às que atualmente definem adolescência. Rousseau (2004, p.24-57), em seu livro intitulado *Emilio* descreve as cinco fases do desenvolvimento como: bebê (0-2 anos); criança (2-12 anos); adolescente (12-15 anos); adulto (20-25 anos). O autor descreve como idade infantil a das sensações puramente afetivas, do prazer e da dor, quando a criança não sente senão sua fraqueza e não dispõe senão da queixa e dos prantos; idade da puerícia, que nos leva até os doze anos, durante a qual o ser “não será nem homem nem animal, mas criança” com maneiras de ver, de pensar, de sentir, que lhes são peculiares, e durante a qual também não é possível apelar para a razão que, composta de todas as outras, não é das faculdades humanas senão a última a que se chegar; idade intermediária entre a infância e adolescência, de 12 a 15 anos, que é da razão intelectual; idade da adolescência, de 15 a 20 anos, durante a qual, “para acabar o homem, não resta mais que fazer um ser terno e sensível, isto é aperfeiçoar a razão pelo sentimento”. É a idade do casamento, da suprema prova em que se arrisca a soçobrar, ao tempo do acesso à maturidade, em que se está pronto para tomar decisões e sociabilizar-se.

Neste contexto, o sentido da vida e o processo educacional, escolar eram diferentes dos atuais, e poucos espaços havia para se refletir sobre as questões específicas da adolescência. Atribuí-se isso ao fato de, nesse período, as pessoas casarem-se e terem filhos muito cedo, obedecendo acordos pensados e demarcados pelas famílias enquanto estes ainda eram crianças, objetivando projetos para o futuro.

Outros autores como Tiba, (1986) referem-se à adolescência como um período de crescimento para tornar-se um adulto, envolvendo dimensões econômicas e sociais:

Fase do processo vital compreendido para o preparo tanto fisicamente como psicologicamente e socialmente para se tornar um adulto. Convencionado pela sociedade o adulto é o que se mantém sócio - economicamente, sem depender dos pais ou responsáveis... Não depende especificamente da idade e sim de suas aspirações e do meio em que vive (TIBA,1986, p.37).

Em sociedades culturalmente diversas, modificam-se as abordagens e intensificam-se as características sócio-culturais do processo adolescer, embora sendo um fenômeno universal, Outeiral (1994, p.5) afirma que:

(...) sendo um processo psicossocial, adolescência terá diferentes peculiaridades conforme o ambiente social e cultural em que o adolescente se desenvolve". Desde o nascimento até a morte, o adolescer é a fase em que o ser humano sofre as maiores e mais contrastantes modificações da personalidade, que resulta de mudanças no status biosocial entre a infância e a idade adulta (OUTEIRAL (1994, p.5).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2007), estabelece que a adolescência é constituída de duas fases “a primeira dos 10 aos 16 anos, e a segunda dos 16 aos 20 anos”.

Pfromm (1979) relaciona as características da adolescência como fase inicial e fase final:

Adolescência inicial (12- 16 anos) – crescimento de muitos órgãos e sistemas; liberta-se dos adultos em todas as áreas do comportamento; aceita o eu como pessoa digna de amor; comporta-se segundo o código do grupo com forte identificação com os do mesmo sexo; aprende seu papel nas relações heterossexuais; reorganiza idéias e sentimentos sobre o eu; usa a linguagem para expressar-se e esclarecer conceitos mais complexos.

Adolescência final (16-20 anos) - aparecimento de características adultas; firma o eu como indivíduo; constrói um laço afetivo forte e recíproco com membro do sexo oposto; adapta-se a um quadro de valores sociais; aprende a expressar contradições em códigos morais; explora a possibilidade de um futuro companheiro; escolhe uma ocupação; aprende a usar as válvulas apropriadas para os impulsos sexuais; atinge o nível de pensamento e de raciocínio de que é capaz (PFRÖMM, 1979, p. 78).

Os autores Françoso *et al.* (2001, p.123) sugerem uma classificação mais delimitada. “Adolescência inicial: dos 10 aos 13 anos de idade; Adolescência média: dos 14 aos 16 anos de idade, e Adolescência final: dos 17 aos 22 anos de idade”.

Lewis & Wolkmar (1993) relacionam as diversas subdivisões da adolescência com transformações sociais naturalmente vividas ao longo da história:

(...) quando ocorrem grandes mudanças na sociedade durante o curso da história, mudanças surpreendentes emergem no complexo mecanismo de adaptação psicológica do indivíduo adolescente. Essas mudanças psicológicas produzem, algumas vezes, o desfecho de um novo estágio de *desenvolvimento psicológico*... Esta mudança, por sua vez, necessitou da emergência de diferentes tipos de mecanismos adaptativos, os quais em conjunto tornaram-se conhecidos como estágios da adolescência como conhecemos hoje (LEWIS & WOLKMAR, 1993, p.222).

Pelo exposto, pode ser entendido que o período final da adolescência caracterizado pela cessação do crescimento corporal, por volta dos vinte anos de idade sendo esta delimitação, tanto do início quanto do fim, apenas aproximada.

Na seqüência, apresentam-se as pesquisas cujas tendências estão voltadas para os aspectos psico-biológicos e sociais da fase da adolescência.

Ariés (1981) afirma que a adolescência não correspondia a uma fase entre a infância e a vida adulta porque não havia parâmetros de diferenciação dessas fases. Ou se era criança ou assumia-se diretamente a categoria de adulto não havendo fase da adolescência como categoria. Não eram percebidas as transições, alterações que hoje se estudam e se discutem acerca de adolescência já que as crianças eram precocemente separadas de seus pais e passavam a viver muito próximas do modelo de vida característico da fase da vida adulta. “De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje” (ARIÉS, 1981, p. 10).

Percebe-se que, por não haver discussões ou diferenciação da fase adolescência, a escola preocupava-se em educar para uma sociedade de adultos muitos jovens, não se restringindo às delimitações de cada fase, como atualmente acontece. Segundo Ariés (1981), com o tempo a família foi modificando seu sentimento e percebendo as alterações de comportamento do jovem. Com isso, a escola torna-se a instituição essencial na sociedade, à qual se atribui a função de disciplinar as crianças, que, nesse período, eram submetidas a um rigoroso regime de humilhações. Nessa época a adolescência, conforme citado anteriormente, ainda não era nomeada, de modo que os jovens ainda não eram considerados adultos, eram tratados como crianças e submetidos à mesma disciplina aplicada a estas.

O autor relata que o adolescente era confundido com a criança, com a qual partilhava as humilhações do castigo corporal, hoje característica de violência escolar.

No fim do século XVIII, o ciclo escolar era bastante semelhante ao do século XIX: quatro ou cinco anos no mínimo. A criança, enquanto durava sua escolaridade, era submetida a uma disciplina cada vez mais rigorosa e efetiva, e essa disciplina separava a criança que a suportava da liberdade do adulto. Assim, a infância era prolongada até quase toda a duração do ciclo escolar (ARIÈS, 1981, p. 191).

No final do século dezoito, começa a separação por idade e tal situação faz da educação a forma de moralizar hábitos e de disciplinar as crianças, os jovens e suas famílias.

As famílias são orientadas de como devem proceder com seus filhos para garantirem o futuro. Com o tempo a estrutura familiar modificou-se, sofreu interferências da organização social imposta e os ciclos de vida foram sendo definidos mais claramente, tornando-se nítida a distinção entre infância, juventude e idade adulta. A infância já é, nesta época, motivo de preocupação, de modo que as experiências proporcionadas nesta fase passam a ser consideradas fundamentais à formação de um jovem e de um adulto.

Mandú (2001 p.61) utiliza o termo adolescer (crescer para) para nomear a fase da adolescência como um momento de mudanças rápidas no ser humano. “(...) um momento do processo de crescimento e desenvolvimento humano, em que se observam rápidas e substanciais mudanças na vida e nos corpos infantis”, abrangendo acentuado crescimento pondo-estatural e o surgimento de novas formas físicas e estéticas; transformações no funcionamento orgânico – sobretudo no sexual e reprodutivo; construção de novas relações intersubjetivas; manifestações peculiares de novos sentimentos, modos de pensar e se comportar - refletindo novas identidades e inserções no mundo interno e externo à família.

Aqui o autor comenta que o contexto familiar sofre nesta fase do adolescer dos filhos. O núcleo familiar, que durante a infância funcionou como fonte de proteção e segurança, na adolescência se torna opressivo. O ambiente doméstico se transforma em palco de conflitos e divergências que podem dar margens a sentimentos de rejeição e deslocamento, reações que muitas vezes causam crises emocionais.

Neste momento a integração de um grupo de jovens que compartilhem interesses semelhantes, pode ser uma boa alternativa para contrapor as frustrações e substituir a família, em cujo seio o adolescente não se sente à vontade, em alguns aspectos.

Alguns autores dizem que essa fase de conflitos e crises é a fase da Puberdade. Tal afirmação é questionável quanto à definição do termo da puberdade que está inserida na fase da adolescência.

Puberdade é um conjunto das transformações psicofisiológicas, ligadas à maturação sexual, que traduzem a passagem progressiva da infância à adolescência. É também um processo biológico que inicia entre 9 e 14 anos aproximadamente e se caracteriza pelo surgimento de uma atividade hormonal que desencadeia os chamados caracteres sexuais secundários, marcados por intensas mudanças corporais, como a aceleração na velocidade do crescimento, aumento do órgão genital e da estatura. Também ocorre o estabelecimento da capacidade de fecundação e de reprodução e mudanças na composição corporal, principalmente no tecido gorduroso e muscular.

Lewis & Wolkmar (1993, p.219) afirmam que a fase da adolescência está demarcada, didaticamente, pela puberdade. Descrevem puberdade como sendo “o termo usado para designar a acentuada maturação física que ocorre em quase todos os sistemas do corpo nas meninas (...) e nos meninos”.

Wong (1999, p.415) descreve que a adolescência, “é geralmente considerada como processo psicológico, social e maturacional iniciado pelas alterações puberais”.

Ferriani & Santos (2001, p.78) expõem algo mais amplo: “O fenômeno da puberdade/ adolescência não pode ser considerado isoladamente”.

De acordo com Osório (1989) e Chipkevitch (1994), a puberdade corresponde às modificações biológicas, e a adolescência às transformações biopsicossociais em que estas se inserem. O conceito de puberdade está relacionado aos aspectos físicos e biológicos do indivíduo, iniciando-se por volta dos 9 e 10anos de idade.

Conforme Tiba (1994, p. 89), “é neste período que a criança perde o modo infantil e sente as primeiras modificações corporais”. Puberdade, portanto, é o processo hormonal, de maturação e de crescimento que ocorre quando os órgãos reprodutivos começam a funcionar, gerando o aparecimento das características sexuais secundárias. Este período caracteriza-se na menina pelo primeiro fluxo menstrual (menarca), e no menino, por sinais menos óbvios.

Corroborando os autores, entendemos que as tendências aqui apresentadas, mesmo que sucintamente, se aproximam ao destacarem que a adolescência é um período de consideráveis mudanças (transformações) que se manifestam na transitoriedade, na ambigüidade entre ser criança e ser adulto, pelo fato de se configurar como período de experimentação em todos os aspectos do desenvolvimento humano biopsicossocial, cultural e histórico.

No biológico: desperta principalmente a função de reprodução.

No psicológico: aumenta a influência da afetividade sobre o comportamento, ampliam-se os horizontes do pensamento, a vida mental se interioriza; acentuando-se as diferenças individuais segundo os sexos, o meio e as personalidades;

No social e cultural: a introdução do indivíduo no meio adulto é preparada pela aprendizagem social e cultural obtidas inicialmente na família e na escola.

Outros acontecimentos que envolvem estas fases do desenvolvimento são: o primeiro amor, a primeira desilusão, a rebeldia, o questionar, o enfrentar os pais, a disposição de mudar o mundo, o crescimento e desenvolvimento acelerado, flutuações alternantes, progressivas e regressivas, falta de percepção cronológica dos acontecimentos, problemas de ajustamento e relacionamentos.

No aspecto sócio-econômico, sua delimitação se faz no nível em que o jovem está inserido e que acaba por determinar formas diferentes de ser adolescente. Desta maneira, a inserção social define o modo de ser do adolescente, assim como sua conduta, aspirações e responsabilidades. Sua inserção social impõe um estilo de vida que se generaliza por toda a sociedade e contribui para criar a ótica pela qual a sociedade vê, comprehende e se relaciona com o adolescente, acabando provavelmente, por influenciar a forma como é elaborada a representação social da adolescência e do adolescente.

É esta a visão de Levisky (1997), quando a sociedade, tida como democrática, se organiza dentro de certas normas que teoricamente se fazem em condições de igualdade para todos, muitas vezes elaborando a falta de acesso para alguns, ou seja, gerando determinada violência.

(...) as ações podem ser diametralmente opostas, gerando aumento de tensão, desorganização e desrespeito, humilhando o cidadão, gerando intensas frustrações e descargas agressivas, que vão servindo de ingredientes para a violência moral e física. A meu ver, isso é fruto da ausência simbólica de pais ou, dito de outra forma, devido à falta de um sistema social efetivo e continente das angústias de seus integrantes (LEVISKY 1997, p.18),

O que se mostra é que tanto o desenvolvimento biológico como o psicológico do adolescente precisam ser compreendidos em relação às condições sócio-culturais, econômicas e históricas que determinam formas de ser. Daí a importância de se entenderem as manifestações de comportamentos apresentadas durante esta fase da vida para compreendermos as ações de violência cometidas por adolescente no ambiente escolar. Estes, ora se comportam como adultos, ora como crianças, sendo os mais impulsivos menos consistentes e mais contraditórios. Torna-se para alguns, época de conflito e turbulência; para outros, os conflitos e turbulências existem, mas são superados sem grandes dificuldades. Tudo dependerá da forma como o adolescente reage aos problemas no seu cotidiano. Este comportamento está intimamente ligado a experiências vivenciadas no transcorrer da sua infância.

Esse período também exige igualmente dos adolescentes adaptações que precisam realizar consigo mesmos e com o meio social em que vivem. Para Rodrigues (1976), isso provoca sentimentos muito diversos e intensos como medo, alegria, fúria e ódio. O jovem torna-se vulnerável ao sofrimento, surgindo também a insegurança em relação ao seu futuro e sua auto-estima oscila entre aceitar ou não determinados comportamentos e decisões.

O adolescente apresenta também dificuldades para lidar com situações de fracasso e/ou rejeição e que, de acordo com o autor (op.cit), o adolescente pode manifestar comportamentos violentos ou agressivos que eventualmente são causados por fatos e situações que ameaçam a sua integridade.

Comportar-se de forma agressiva e violenta são uns mecanismos de defesa que o jovem utiliza para disfarçar o medo e a insegurança que, freqüentemente, são provocados pela própria família e pela escola, na medida que o adulto não tem empatia pelo período da adolescência: invadem a privacidade e a intimidades do jovem, mesmo que seja sem intenção; continuam tratando-o como uma criança; criticam-no, muitas vezes injustamente. E realizam uma série de cobranças, mas, efetivamente, poucos fazem para melhor orientar o jovem (RODRIGUES, 1976, p.133).

Deduz-se que as experiências vividas pelos adolescentes têm correlação forte com suas perspectivas de vida, seus sonhos e desesperanças na construção e sentido de seu futuro.

Assim, o adolescente com menos acesso sócio-econômico, pode iniciar sua trajetória numa realidade social em desvantagens, pois já vem de uma gestação comprometida, passa uma infância desprovida de necessidades básicas e, muito cedo, vê-se obrigado a sobreviver de qualquer maneira ou em situações precárias. Logo, esse adolescente adquiriu a experiência de uma sociedade desigual, sendo que essa mesma sociedade deveria seguir a determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no seu Art. 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, 1990, Art. 3º).

No entanto, as estatísticas apontam problemas e ações anti-sociais de adolescentes tidos como delinqüentes ou jovens socialmente desajustados e perturbados emocionalmente. Martins (1993) comenta que muitas vezes tais comportamentos de conduta delinqüente pode ser a manifestação de um propósito de chamar a atenção dos demais para fugir da vala comum do anonimato. Os pais de menores delinqüentes dão mostras de instabilidade temperamental ou mesmo de tendências ou atuações anti-sociais francas. Os laços emocionais entre filho e pai, entre filho e mãe, assim como os dos pais entre si, são de hábito conturbados.

Winnicott (1975 apud LEVISKY, 1997, p.20) diz ser muitas vezes demonstrada como delinqüência o que muitas vezes, “é fruto de um movimento criativo, de uma forma de resgate da capacidade de busca, eventualmente perdida em consequência de falhas existentes nas primeiras relações emocionais”.

O adolescente em busca de sua identidade depara-se com uma sociedade cada vez mais globalizada, apresentando na mídia, ações de violência cometidas ou sofridas por ele que muitas vezes se perde em contradições de valores éticos e morais com condutas cruéis, injustas e desiguais.

Almeida (2000) refere que a mídia, principalmente a televisão, dedica enorme atenção à violência, não com o intuito de eliminá-la ou minorar suas consequências, mas sim explorando as manchetes recheadas de cenas, muitas vezes dramáticas, para atrair a atenção do público.

No entanto destaca-se que a violência não surge do nada, mas tem suas causas como as têm todos os fenômenos.

Odália (1986) considera que o viver em sociedade foi sempre um viver violento e por mais que se recue no tempo, constata-se que a violência está presente. Ela aparece em suas várias faces.

Uma dessas é a violência presente na instituição escolar que muitas vezes, exacerba um problema social quando cristaliza as tensões das sociedades e que tem seu destaque por ser “um fenômeno sensível que convém ser tratado com prudência, porque nenhum país está salvo” (DEBARBIEUX, 2001, p. 104).

Mesmo não sendo um problema recente, este fenômeno centra-se em proporções inéditas. A violência escolar tomou vulto e intensidade nos últimos anos e atualmente se apresenta na forma de insegurança aos alunos, professores, pais e à sociedade.

Tem-se a escola como a instituição social onde se agrega maior número de adolescentes e onde muitas das manifestações de violência envolvendo esta fase, acontecem no âmbito escolar, junto de seus colegas de turma e professores. Elas são como anormais e merecem atenção e assistência para responder ao que a sociedade preconiza como normal. A sociedade e as instituições esperam que o adolescente se converta em bom cidadão, constitua família, tenha uma profissão, cultive valores e ideais, contribua para o progresso e seja capaz de produzir mudanças desejáveis e aceitáveis socialmente. Isso seria o natural.

No entanto, as crianças e depois adolescentes preparam-se por mais ou menos uns 18 a 20 anos para se tornarem adultos e serem respeitados. Todos pensam em ter algo mais que os pais, enfim tentam preservar uma série de valores, mas o que encontram geralmente é a falta

de emprego ou a informalidade, salários baixos e dificuldades para assumir responsabilidades maiores como sair de casa, constituir família, tudo o que propicia prolongar-se na condição de ser adolescente e assim proteger-se.

Outros levam em conta o cenário em que vivem na atual sociedade e percebem-se muitas vezes sem possibilidades de se tornarem sujeitos de direito e de acesso à cidadania. Saem e buscam diminuir essa desigualdade social de maneira mais rápida, no entanto perigosa. Exemplo disso são os estudantes adolescentes pesquisados por Priotto (2006), nas escolas de Foz do Iguaçu - PR. Moradores na maioria de bairros de periferia com pessoas que, para sobreviverem, prestam serviço no comércio ilegal do Paraguai, sendo este cada vez mais fiscalizado e restrito, dificultando-lhes as condições de vida. Os adolescentes que são partes deste cenário tentam sobreviver envolvem-se com drogas, aceitando as suas consequências, algumas danosas, as quais geram intransqüilidade e desespero aos moradores, às vezes surpreendidos por morte, assaltos e violências em geral.

Todavia não são todos, muitos receberam a semente, que irá germinar boas habilidades, semente esta plantada e cultivada pelos pais, educadores, escola e demais instituições, tornando-os responsáveis pelo apoio do desenvolvimento moral e ético dos demais adolescentes, requerendo daqueles profissionais, pais e demais envolvidos, análise, compreensão e sensibilidade na questão das peculiaridades e características da fase da adolescência, respeitando as subdivisões propostas, estabelecendo assim qual o papel dos educadores e da escola enquanto instituição na prevenção da violência.

Considerando o acima exposto, cabe agora analisar a relação que se estabelece entre a escola e o adolescente.

3.2 A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E ADOLESCÊNCIA

Neste contexto, a educação torna-se vital, onde são necessários educadores preparados para se tornarem uma força valorosa a intervir nessa faixa de 12 a 18 anos, considerada pelos art. 101 e 112 da Lei nº 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como a parte fragilizada da sociedade onde devem ser aplicadas medidas protetoras para interferir no rendimento escolar, na repetência e na evasão que são geradores da delinqüência.

A escola nem sempre está preparada para reconhecer e, para trabalhar os problemas do adolescente. São jovens que apresentam oscilações de humor e comportamento, que exigem

respostas objetivas e seguras, e que buscam uma nova identidade. A responsabilidade na transferência dos conteúdos, no seu entendimento pleno, torna a tarefa de educá-los ainda mais árdua. Os professores, hoje inseridos no cotidiano de seus afazeres de ensino, muitas vezes envoltos de seus problemas pessoais, têm dificuldades para trabalhar com os jovens preferem não se aprofundar nesta dinâmica, alegando não serem psicólogos e sim, professores.

Diante desta questão, foram selecionados trabalhos que se basearam na voz do aluno e na do professor e trouxeram contribuições significativas para se compreender melhor a relação entre a escola e o adolescente.

Priotto (2006) ressalta ter percebido que professores se queixam de impotência e certo despreparo quanto à questão de trabalhar com adolescentes, já que professores e diretores de escolas públicas e particulares estudaram muito pouco em sua formação sobre a fase da adolescência. A autora constatou que todos estudaram sobre estas questões, mas não com suficiente aprofundamento quanto às mudanças e alterações hormonais no que se refere à concentração e reações comportamentais tão presentes nessa fase. Quanto ao questionamento sobre a importância e/ou necessidade de se obter conhecimento e orientação para lidar com questões da adolescência, os professores responderam afirmativamente. Eis alguns depoimentos considerados importantes:

(...) ‘por ser uma fase delicada, cheio de problemas de identidade’; ‘trabalhamos diariamente com eles, necessitamos de informação’; ‘é preciso entender o que pensam os adolescentes’; ‘é um assunto delicado para falar sobre e até mesmo lidar com isso é necessário obter conhecimento mais profundo’; ‘temos muito problema com os adolescentes’; ‘mesmo com orientação estou com dificuldades’; (PRIOTTO, 2006, p.77).

Os depoimentos apontam as dificuldades dos profissionais em lidar ou entender a fase da adolescência e suas mudanças. A autora fez a mesma pergunta para alunos adolescentes, obtendo como respostas:

(...)’Tudo ajuda tudo’; ‘as aulas seriam mais interessantes’; ‘o professor precisa entender o aluno’; ‘é alguém para conversar com nós’; ‘para conseguir agüentar as bagunças’; ‘entender as agressões’; ‘porque passamos a maior parte do nosso tempo com eles’; ‘conseqüentemente precisamos de sua orientação’; ‘o professor é cultural’ (PRIOTTO, 2006, p. 77).

Um dos pontos-chaves para esta questão é a preparação do professor tanto na sua formação inicial como depois na continuidade desta com “reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica” (GADOTTI, 2003, p. 31).

A preparação do professor propicia condições para que, no pensamento e na ação, na compreensão teórica e nas estratégias, faça resistência às violências e situações diligenciadas no cotidiano escolar do adolescente.

Nieto (1994) afirma que a reforma das estruturas curriculares só terão sentido se forem acompanhadas por mudanças no modo como os educadores percebem seus alunos. Segundo a autora, uma das formas de começar o processo de mudança nas políticas da escola é ouvir o ponto de vista dos alunos.

Phelan & Davidson (1994) também apresentam a mesma opinião ao comentar as entrevistas realizadas com alunos do ensino médio na Inglaterra. Os autores perceberam que os alunos têm muito que dizer aos educadores sobre como se sentem enquanto aprendizes e membros da comunidade escolar e sobre suas percepções da escola enquanto ambiente educacional.

Destaca-se que a questão de conseguir ouvir os alunos e buscar compreender as peculiaridades da adolescência está descrito, também, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do terceiro e quarto ciclos:

(...) os professores devem conhecer seus alunos nos mais diferentes aspectos, não podendo ignorar as singularidades dessa fase, levando em conta os aspectos relacionados à vivência desses alunos, que são jovens e que vivenciam um momento importante do ponto de vista da construção de suas identidades e de elaboração de projetos de inserção na sociedade (BRASIL PCNs - INTRODUÇÃO, 1997, p. 44).

Os professores, tendo os conhecimentos a respeito das mudanças corporais, emocionais e sociais da adolescência, trabalharão com menor ansiedade as suas dificuldades no relacionamento com os adolescentes. Isto, em consequência, despertará maior interesse do aluno, respeito mútuo nas tarefas e facilitará o envolvimento do professor e o relacionamento entre professor e aluno.

Existe ainda o comportamento que alguns adolescentes podem apresentar, em virtude da fase da adolescência reconhecida por Winnicott (1987, p.78) como “Violência salutar”. Ela é própria deste momento do desenvolvimento e se caracteriza por ser uma violência desafiadora, intempestiva, irresponsável, lúdica, provocadora, criativa e transgressora, porém necessária para a formação de sua identidade.

Levsky (1997) chama a atenção para o fato de que a adolescência [por ser um período altamente vulnerável e suscetível às influências ambientais construtivas e destrutivas,] interfere no processo de formação da identidade. Os adolescentes incorporam valores éticos e

morais, sendo preocupante o impacto psicossocial que podem sofrer por vivenciarem experiências negativas.

De fato, muitas são as consequências decorrentes do envolvimento de adolescentes com a violência, seja quanto vítimas ou agressores. Vítimas ao testemunhar ou sofrer atos violentos, agressores, ao revidar ações já sofridas. Uma dessas pode ser o motivo do comportamento apresentado pelo aluno. Todas podem propiciar a reflexão por meio de debates e pesquisas em sala de aula com os próprios adolescentes.

Outras têm como consequências de ordem física, emocional ou comportamental e variam de acordo com diversos fatores que caracterizam a adolescência como população vulnerável: doenças que comprometem o desenvolvimento (antecedentes de enfermidades mentais); ambiente familiar desestruturado; depressão; abuso físico; falta de objetivos de sonhos; ansiedade em relação à identidade sexual; gravidez não planejada; infecção por HIV (Human Immunodeficiency Virus); isolamento social; competição; desemprego; drogadicção; rompimento de relações íntimas; suicídio; homicídios; torcidas organizadas; trote nos calouros; exploração de menores; internet; política que se beneficia da pobreza do assistencialismo; merenda escolar; falta do livro na escola; propaganda eleitoral; trânsito; venda de bebidas alcoólicas a menores e tantas outras.

Percebe-se que essas definições elencadas sinalizam a vulnerabilidade dos adolescentes para violência, evidenciando a preocupação em conhecer as peculiaridades do adolescente como uma necessidade atual. No entanto, ainda na década de 60, Nerici (1967) já questionava os professores e a escola, se realmente estavam atendendo às necessidades e aspirações dos adolescentes que recebiam para educar, bem como se haveria consciência da segurança de que necessita o adolescente.

Segundo o autor, a única forma de ajudar o adolescente é “compreendê-lo - Compreender para ajudar! Compreender para orientar!” (NERICI, 1967, p.54).

Compreendê-lo com certeza é uma das maneiras de auxiliar e ajudar o adolescente a lidar com suas contradições e é também um pré-requisito fundamental que serve de condição para viabilizar formas de atuação que sejam significativas e que contribuam para uma percepção mais acurada, por parte do adolescente, do seu papel no mundo. Esta percepção pode levar à crítica e à transformação desse mundo.

Segundo Ramos (1989, p. 203), “como os adolescentes possuem características peculiares que os tornam pessoal e coletivamente diferentes das crianças e dos adultos, é natural que esperem dos educadores uma educação de acordo com as suas peculiaridades”. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, (Introdução, 1997, p.103) encontramos uma

observação significativa sobre a importância de se conhecerem as singularidades do aluno adolescente.

Uma reflexão sobre os alunos exige ir além das características etárias, é preciso considerar também as diferentes situações socioeconômicas em que vivem as múltiplas experiências em função das localidades em que residem, as diferentes influências étnicas e culturais, as diferenças individuais (BRASIL PCNs – INTRODUÇÃO, 1997, p.103).

O olhar para além das mudanças psicobiológicas revela que as influências sociais e culturais são marcantes nas características dos adolescentes e que em grande parte definem suas possibilidades e limitações na elaboração de projetos.

Percebe-se isso nas palavras de uma adolescente citada por Buratto et al, (1998):

(...) Nós somos discriminados várias vezes: por sermos pobres, por sermos pretos e por estudarmos em escola pública. Só quem tem um lugar, ou seja, um futuro melhor é aqueles que têm possibilidade de estudar em escolas particulares. E nós? O Brasil não é só formado por pessoas de classe média e superior, a grande maioria, é de nós, os pobres que mais precisados de crescer (Apud BURATTO et al., 1998, p. 54).

Assim sendo, torna-se imprescindível que a observação o olhar do professor possa ir além das características citadas, fazendo a diferença ao conhecer seu aluno, ao perceber o adolescente que está agressivo, perturbado, triste, inquieto e quieto. O professor se aproxima para escutar esse jovem sem qualquer interferência, crítica ou conselho. Nas palavras de Nerici (1967. p. 54) “compreender para ajudar, compreender para orientar...” Este é um processo longo e que exige uma adaptação e uma constante busca de paciência dos educadores, professores e demais profissionais envolvidos.

Deste modo, a relação que se estabelece entre a escola e o adolescente tem um significado peculiar para muitos adolescentes. A escola é o local onde o adolescente (aluno) vivencia e completa a sua socialização, simulando regras, aprendendo com as transgressões e suas consequências. É também o local onde passa, em tempo físico, um grande período sob supervisão de adultos mais ou menos envolvidos. Mas, emocionalmente menos comprometidos que os pais ou responsáveis podem observar comportamentos ou dificuldades que não estejam permitindo a sua relação social fluir de maneira proveitosa para oportunizar e criar um projeto de vida.

Por outro lado, a escola pode ser o último reduto de inclusão para alguns adolescentes. Se, por acaso, o professor não estiver atento, motivado e envolvido com seus alunos, este jovem e adolescente perde sua última oportunidade de resgate, como se verifica na pesquisa

realizada por Priotto (2006, p. 46) ao referir que a escola num contexto de sociedade pode fazer a diferença, mudar uma realidade e promover democracia.

A escola é o palco das contradições, é o território de luta, havendo entre as proposta legais e as condições reais uma distância a qual nos faz pensar em constantes superações. Precisamos pensar coletivamente no que fazer diante de tantas interferências na qual a escola está exposta. Escrever a democracia envolve luta, comprometimento, responsabilidade, solidariedade, práxis. Isto não é tarefa fácil. E quando não acontece, fica no papel, não passa de utopia (PRIOTTO, 2006, p.46).

O professor que estiver disposto ao desafio de manter um relacionamento de diálogo, permitindo a participação de todos, à troca de experiências e o questionamento, estará iniciando a implementação de uma prática pedagógica reconhecendo que a formação da cidadania e a construção de projetos permeiam toda a ação educativa escolar. Compreende ainda que as problemáticas sociais em relação à ética, saúde, meio ambiente, mídia, orientação sexual, trabalho, tráfico, drogadicção, etc., tidas como temas transversais, passando a dar um direcionamento de contemplá-las sem restringi-las à abordagem de uma única área.

A inclusão dos temas transversais, nesta perspectiva de romper com a atuação dos professores em atividades especificamente formalizadas ampliam a responsabilidade com a formação dos alunos em um sentido inovador de uma prática pedagógica. Assim, coloca-se para a escola a necessidade de desenvolver projetos que mobilizem as relações entre os alunos e entre professores, alunos e comunidade escolar.

Todo esse processo traz inúmeras vantagens ao adolescente, pois a necessidade de emancipação associada à busca da identidade, característica da fase adolescência, mostra a necessidade de criar seus próprios valores, recriando assim seus princípios e reformulando seus papéis. Esse processo torna-se favorecido pelas atividades que se inserem na relação com o outro e, na medida que todo projeto pessoal nasce dessa interação com o outro, surge o respeito às variáveis do ambiente social e cultural que agem sobre o adolescente.

Pelo exposto, pode ser percebida a importância da relação entre escola e o adolescente e, concomitantemente, a relação que se estabelece entre o aluno e professor.

Nesta perspectiva, entende-se que a finalidade da escola com relação à educação do aluno adolescente deve estar em conformidade com a Lei Federal nº 9.394, de 1996 - nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu título V (Dos níveis e das modalidades de Educação e Ensino), artigo 22, que assim se expressa: “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o

exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (LDB, 1996, p.13).

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB determina, ainda, no seu artigo 32, parágrafo II ao IV, que o ensino fundamental no Brasil tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nomeia como Educação Básica: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (p.17- 18).

A escola tem por finalidade ensinar, socializar a cultura e orientar os educandos para compreenderem a realidade da qual fazem parte, tornando-se capazes de conviver numa sociedade em constante processo de transformação cultural, política, econômica e científica. Resta-nos saber se essa finalidade está sendo possível no cotidiano das escolas públicas.

É certo que a sociedade atribui ao professor a tarefa de ensinar, educar, orientar e socializar crianças, adolescentes e adultos. E a legislação brasileira define, em seu sistema de educação, os níveis de educação infantil, fundamental, médio e superior, o que abrange faixas etárias que se estendem do primeiro ano de vida até quando o indivíduo se dispuser e/ou puder freqüentar cursos de seus interesses. Sob esse aspecto, o professor tem uma presença social importante no decurso da vida das pessoas, na medida em que seu modo de ser, sua compreensão de mundo, do ser humano e da vida se faz presentes nas relações de ensinar. Ele participa diretamente do cultivo das possibilidades que se anunciam na vida de cada aluno, munido do cuidado para que não sejam silenciadas ou negadas e sim, realizadas.

Praticamente, desde a década de 80, o professor vem sendo definido no Brasil como aquele que tem sua identidade profissional calcada na docência. Assim, em sua formação, necessitam ser contemplados aspectos e requisitos que o qualifiquem para o exercício de um ensino efetivo e de qualidade.

Sua identidade profissional de professor é a docência, compreendida ao mesmo tempo como atividade plena de potencialidades que pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação escolar. Sobre esta recaem muitas expectativas e esperanças no que diz respeito às suas potencialidades como veículo de democratização da cultura por meio da democratização da educação e da escola. "Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo com consciência e sensibilidade" (GADOTTI, 2003, p. 17).

Ser professor é ser um profissional que educa e que ensina. Busca-se a compreensão do significado da formação das palavras na língua portuguesa, encontrando a palavra “Educar” como proveniente de *cuore* = coração, que tem sua origem no italiano. Porém, Bicudo (2003, p.23) nos alerta para a ambigüidade de sentidos que geralmente ocorre. Segundo ele, *educo-eduxi-eductum-educere*, do latim, tem o significado de fazer sair, lançar, tirar para fora, trazer à luz, educar. *Educo-educavi-educatum-educare* significa criar, amamentar, sustentar, elevar, instruir, ensinar. *Educare* em latim diz respeito ao ensino que vem do coração (*educo* – *cuore* = coração). *Decorar* = guardar no coração. Instruir = *instruere* = empilhar devagar (daí surgirem os seriados 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, séries). Aprender = trazer para si e guardar. Ensinar, etimologicamente é “in” – “signo” = colocar signos para dentro. Ensinar é domesticar, domar, amansar, treinar para...

No primeiro sentido, tem-se educar como um movimento de extrair algo, lançando-o para fora; abrange idéia de educação como desenvolvimento de potencialidades individuais. No segundo, tem-se educar como uma ação de nutrir as potencialidades para que se desenvolvam (BICUDO, 2003, p.123).

O sentido pretendido é o de “nutrir” e também estimular as potencialidades do aluno. Conhecer o aluno, então, torna-se uma premissa para poder ajudá-lo no processo de aprendizagem. Já Martins (2001, p.56) assevera que “ao tomar o termo no seu duplo sentido, educação refere-se tanto ao desenvolvimento, *educere*, como à intervenção educativa, *educare*.”

Neste contexto, o professor é muito mais um mediador, um organizador do conhecimento e da aprendizagem. Freire (1992, p.81); (1999, p.05) define o que é ensinar:

Ensinar é assim a forma que toma o ato do conhecimento que o (a) professor (a) necessariamente faz na busca de saber o que ensina para provocar nos alunos o seu ato de conhecimento também. Por isso ensinar é um ato criador, um ato crítico e não mecânico”. (...)ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa ser apreendida por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido.

O professor, na sua formação, assume a responsabilidade de ser agente ativo na sociedade, sendo responsável pela transformação intelectual de seus educandos para que estes tenham condições de lutar por uma vida mais justa e igualitária.

Pode-se afirmar, segundo Giroux (1997, p.163) que “apesar de parecer uma tarefa difícil para os educadores, esta é uma luta que vale a pena travar. Proceder de outra maneira é negar aos educadores a chance de assumirem o papel de intelectuais transformadores”.

O desafio de ser um educador e fazer educação numa visão crítica obriga-o, “por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à participação por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao que fazer educativo” (FREIRE, 2001, p.65). Assim, educar torna-se um trabalho de grande impacto social, com repercussão direta no desenvolvimento do país, pois seria impensável uma nação sem escolas, sem estudos e sem professores.

Por outro lado, ainda se encontram adolescentes que, se deparam com escolas que dentro da temática ensinar/educar, não aceitam outras respostas que não sejam aquelas mesmas palavras do professor. Algo que fuga ao que estava redigido “na apostila” é incorreto. Mesmo com a reivindicação do aluno, nada muda. Na especificidade, alunos adolescentes sentem frustração, desânimo em estudar, pesquisar, decorar, não criar, o que gera indignação.

A concepção predominante do século XIX necessita de mudança, cita o autor Gadotti (2003, p. 25):

(...) a profissão deve abandonar a concepção de *mera transmissão do saber escolar*. O professor não pode ser um mero executor do currículo oficial e a educação já não é mais propriedade da escola, mas de toda a comunidade. O professor, a professora precisam assumir uma postura *mais relacional*, dialógica, cultural, contextual e comunitária. (grifo do autor).

Corroborando as citações dos autores, ressalta-se o quanto é rico ensinar a pensar, valorizar quando um adolescente vai à biblioteca pesquisar, quando defende idéias e respostas, quando cita autores. No entanto, tal atitude muitas vezes passa despercebida pelo professor, ao invés de ser encorajada e estimulada a participação desse jovem na própria educação.

O que se mostra é que a escola pode estar perdendo excelentes oportunidades de ser um espaço no qual resida a vivência da cidadania. Muitas dessas oportunidades poderiam ocorrer, inclusive, a partir de projetos de intervenção intencional e contínua, com a participação da comunidade escolar. A cidadania é um processo a ser construído, e demanda tempo, paciência, criatividade e persistência dos que educam.

Para que o espírito da cidadania seja incorporado pelo indivíduo, transformando-se inclusive em projeto pessoal de vida, é necessária a constante reflexão sobre a vivência de situações concretas. Nessa perspectiva, a relação da escola pode proporcionar aos adolescentes e jovens momentos de vivência e reflexão diferentes dos vivenciados no âmbito da família, igreja, clubes, meios de comunicação, etc., contribuindo significativamente na formação desses alunos.

A escola é reconhecida pelos adolescentes como um espaço para, além de aprender conceitos, fatos, princípios e procedimentos que contribuem na construção das capacidades intelectuais operando com símbolos, signos, idéias e imagens na representação e vivência da realidade, também falar sobre os seus questionamentos e conviver com a diferença.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) determinam que, identificando as diferenças de valores, atitudes, culturas, projetos, nos mais diversos assuntos tratados e nas mais diferentes situações vividas na escola, constituem-se fortes referenciais nos quais cada um pode se reconhecer, distinguindo-se dos outros, percebendo o outro como diferente e percebendo a si mesmo como diferente.

(...) trabalhar na perspectiva do diálogo com os alunos, tendo como referência às culturas juvenis das quais participam, e visando o desenvolvimento de suas capacidades e a ampliação e o enriquecimento dos referenciais para a construção de identidades e projetos de que dispõem, exige que essa orientação permeie toda a ação educativa escolar, seja no tratamento das áreas e temas transversais, seja no convívio social que possibilita aos seus alunos e professores (BRASIL, PCN - INTRODUÇÃO, 1997, p.128).

Essas perspectivas retratam o que é possível, viável ou necessário para que a escola se torne um espaço rico em vivências que serão muitas vezes representativas na formação da identidade pessoal e profissional do adolescente e na valorização dele para com a escola e o professor.

A escola preparada conhece as dificuldades pelas quais o adolescente inevitavelmente tem que passar, colabora para evitar ou diminuir atos agressivos ou reações violentas no cotidiano escolar e age para substituir essa energia negativa com práticas que estimulem a participação e oportunizem a valorização do ser humano.

O que se busca nesta tentativa é que o professor assuma uma liderança estratégica da escola e que esteja apto a agir em face das violências e das dificuldades apresentadas pelos adolescentes, “(...) não apenas com receituários, fórmulas e até recursos aprendidos por ensaio e erro, mas, sobretudo com uma iluminada compreensão dos fatos, de modo que possa intervir e efetivamente liderar o processo educativo” (GOMES, 2006 p. 02).

Nesta concepção, salienta-se que não basta apontar a(s) violência (s) e cuidar das consequências, é preciso intervir sobre os fatores que as causam. Investir em espaços para os jovens, aproveitar as potencialidades e incentivar sua participação de modo a permitir sua plena socialização.

Freire (1996) chama a atenção para o fato de que somente a educação pode mudar uma sociedade, transformando-a num lugar para todos. É de fundamental importância ensinar as

pessoas um novo sentido, com uma nova visão de mundo, para que todas as formas de conhecimento tenham lugar e sejam agregadas ao respeito mútuo. Somente assim os jovens podem agir em função de um projeto de vida e de uma sociedade melhor.

4 VIOLÊNCIA ESCOLAR

Neste capítulo é apresentada a idéia da violência fenômeno multicausal, que vem atingindo todos os grupos sociais, as instituições e as faixas etárias. Fato histórico que acontece também em outras sociedades. Na seqüência, descreve-se a violência escolar nas escolas pesquisadas, onde é verificado se a escola produz ou não violência e, como, esta violência é aceita pelos: diretores, professores, alunos, pedagogos, policial, auditor da educação e juiz da vara da infância e adolescência.

4.1 O QUE SE ENTENDE POR VIOLÊNCIA

Ao tratar do tema violência é preciso fazer algumas considerações sobre o próprio conceito de violência, pois esse é bastante amplo.

Autores de um modo geral acham difícil definir violência, presente em todas as sociedades com diferentes características e formas, todas apresentadas de acordo com o momento histórico e cultural e com significados diferentes que lhe são atribuídos. É um fenômeno inerente à vida humana. E como um fenômeno humano, permeia historicamente a vida social e só pode ser explicada a partir de determinações culturais, sociais, políticas, econômicas e psicossociais, intrínsecas às sociedades humanas.

As características e formas de apresentação de violência são: Violência doméstica, política, religiosa, criminal, simbólica, nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra o jovem, a criança, a mulher, os idosos, os portadores de necessidades especiais, os afro-descendentes, os homossexuais, entre outras.

Costa (1989, apud WAISELFISZ, 2003. p.16), refere que (...) a violência, ocorre quando há desejo de destruição. Já Michaud (1989) afirma que:

(...) há violência quando numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD p.14, 1989).

Existem definições de violência que são diretas ao citá-la como um fato negativo, ou seja, violência é um ato de brutalidade, é abuso físico ou psíquico contra alguém

caracterizando relações intersubjetivas e sociais definidas pelo medo e intimidação. Um desses conceitos é citado por Chauí (1999) que define violência em forma multifacetada, ou seja, como tudo que se vale da força:

(...) para ir contra a natureza de um agente social; todo ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de transgressão contra o que uma sociedade define como justo e como um direito (CHAUÍ, 1999, p. 87).

Ressalta-se que o fenômeno da violência é uma constante em nossa história e, como tal, deve ser analisado como uma tendência humana que está presente na própria constituição e organização das sociedades.

Outro conceito é de Maffesoli (1987) que refere a violência como tudo que atormenta o ser individual e social:

Sendo assim, não é possível analisar a violência de uma única maneira, tomá-la como um fenômeno único. Sua própria pluralidade é a única indicação do politeísmo de valores, da polissemia do fato social investigado. Proponho, então, considerar que o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao combate, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social (MAFFESOLI, 1987, p. 129).

Assim, há que se fazer referência à própria origem da violência humana e consecutivamente ao seu desenvolvimento social para compreender como ela se desenvolve e se liga a essas determinações.

Autores como Chesnais (1981 apud ABRAMOVAY e RUA, 2002), apontam a violência como uma questão de ordem social política e econômica e também como política educacional referindo-se a várias concepções de violência.

Outras questões são os diferentes modos de manifestação da violência, sendo necessário reportar-se à violência institucional, jurídica, social, cultural e política para as quais muitos agentes utilizam de mecanismos para ocultá-la.

Chauí (1999, p.67) identifica vários dispositivos mediante os quais se oculta a violência real:

1. Um dispositivo jurídico que localiza a violência apenas no crime contra a propriedade e contra a vida;
2. Um dispositivo sociológico que considera a violência uma anomia social;
3. Um dispositivo de exclusão que distingue um “nós brasileiros não-violentos” de um “eles violentos”;
4. Um dispositivo de distinção que distingue o essencial do acidental como se a violência fosse apenas um “acidente”, uma “onda”, um “surto” e a sociedade em si não fosse violenta.

Isto implica dizer que a violência só pode ser compreendida a partir das relações sociais, políticas e jurídicas que se estabelecem no sistema social em vigor que, no caso do Brasil, se baseia na lógica do capital pautado no ideário neoliberal. Ou seja, tendo como pano de fundo os preceitos de uma economia política neoliberal que traz consequências com abrangência no plano social.

Basta um olhar um pouco mais detido sobre o panorama social brasileiro para identificar problemas como a má distribuição da renda, correlacionada à situação de desemprego que leva ao subemprego, empregos sazonais, com uma mão-de-obra de baixa ou nenhuma qualificação e, consequentemente, mal-remunerada fruto do sistema econômico, social e político.

Isto para não falar dos problemas com habitação, saúde, educação, transportes e tantos outros que se torna impossível enumerá-los. Este quadro social não é considerado violência.

Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, o autoritarismo que regula todas as relações sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexism, as intolerâncias religiosas, sexual e política não são considerados formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e por isso [a violência] aparece como um fato esporádico superável (CHAUÍ, 1999, p.89).

Na seqüência apresentam-se as concepções de violência citados pelos autores, Chesnais (1981 apud ABRAMOVAY e RUA, 2002), Chauí (1999, p.67), Maffesoli (1987), Corrêa (2007), Waiselfisz (2003), Abramovay (2003) assim como nos documentos de domínio público: ECA (1990), Constituição Federal (1988), OPAS (2002), SIM (2005), Brasil (2006), IBGE (1999).

- a) violência econômica;
- b) violência física;
- c) violência simbólica;
- d) violência contra a pessoa;
- e) violência intra-familiar;
- f) violência no trabalho;
- g) violência na cultura;
- h) violência no trânsito;
- i) homicídios;
- j) suicídio;
- k) violência policial;

I) violência contra o patrimônio;

Alguns com mais destaques, outras com breves comentários.

4.2 TIPOS DE VIOLÊNCIAS/DEFINIÇÕES/CARACTERÍSTICAS

- a) Violência econômica: resultante de atos de delinqüência e criminalidade contra os bens;
- b) Violência física: o equivalente empírico do conceito. Uso da força ou ato de omissão praticado por pais, responsáveis ou maiores que a vítima com o objetivo claro ou não de ferir, deixando ou não marcas evidentes;
- c) Violência simbólica: que tem por foco a autoridade e possui forte conteúdo subjetivo;
- d) Violência contra a pessoa: comprehende-se como pessoa, o ser humano em toda a plenitude: física, psicológica e moral. Ressalte-se que os seus direitos fundamentais espelham a sua dignidade. Toda e qualquer violação a este princípio constitui um atentado;

Considera-se assim a busca de tirar-lhe a consciência, a liberdade, domesticá-lo, explorá-lo, promover a perda do autodomínio, manipulá-lo, intimidá-lo, reprimir-lo ou favorecer a perda da sua auto-estima, como forma de violência.

Porém, sabe-se que o homem para sobreviver, já na sua origem, teve que desenvolver sua agressividade. “Entende-se, nesta perspectiva, que no mais íntimo dos impulsos humanos está a violência como um constitutivo primordial” (MORAIS, 1995, p.20).

É importante deixar claro que existe uma diferença de violência para agressividade. Agressividade é atributo do reino animal. Violência é exclusiva do ser humano, pois pressupõe a razão. Assim toda a violência é agressão, porém nem toda agressão é violenta. Não se deve esquecer que do poder de ataque à defesa, uma espécie está fadada a desaparecer ou prosperar.

- e) Violência intra-familiar: é um problema conhecido em todos os territórios, independentemente do desenvolvimento tecnológico ou cultural. A vida nas grandes cidades, com as suas dificuldades próprias de habitação, precariedade de instalações domésticas, falta de emprego ou subemprego, fome, opressão, miséria, marginalização, esprancamentos, autoritarismos, vícios, alcoolismo, separações, apelos dos meios de comunicações ao consumismo, carência de afeto, de diálogo, da aceitação de si mesmo,

abandono dos filhos e falta de companheirismo. Já nas classes mais abastadas somam-se a isso o êxito social, o vencer na vida a qualquer preço;

Todos os fatores aqui citados são geradores da violência intra-familiar. Estes assumem várias formas como: abuso físico (estupro, espancamento), tendo como agressor um adulto ou pessoa mais velha, que podem causar danos irreparáveis à jovem e ao jovem.

A violência intra-familiar tratada sob uma perspectiva jurídica, a partir da óptica dos direitos humanos pode ser: física, sexual, social e psicológica e pode atingir seres humanos de qualquer idade, etnia, religião, nacionalidade, cultura ou orientação sexual ou condição social. No entanto são as crianças, adolescentes e mulheres, todas do sexo feminino, as mais vulneráveis a esse tipo de violência.

Para que se possa compreender melhor, descreve o conceito atribuído ao termo gênero que começou a ser produzido após a intensa movimentação cultural na década de 60 e mais especificamente a partir dos anos 70, principalmente no campo das Ciências Sociais. Esse conceito foi criado com o intuito de separar o fato de alguém ser fêmea ou macho, do trabalho de simbolização que a cultura realiza sobre essa diferença sexual.

A violência de sexo é um fenômeno que atinge mulheres de todas as idades, em todo o mundo e em todas as classes sociais, sendo que há uma maior divulgação da violência perpetrada nas classes sociais menos favorecidas economicamente. Será, ao mesmo tempo, uma expressão de desigualdade e um meio para a sua manutenção que pressupõe o entendimento de que homens e mulheres têm uma participação não igualitária em função de sua condição sexual e que participam de um universo que legitima as desigualdades. A violência contra a mulher, por exemplo, encontra respaldo em normas sociais baseadas nas relações de sexo, ou seja, em regras que reforçam uma valorização diferenciada entre o papel masculino e o feminino.

Segundo dados referidos no Relatório Azul da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (2004) afirma-se que 20% das mulheres do mundo já foram vítimas de violência física ou agressão sexual.

Violência que atinge mulheres, crianças e adolescentes decorre da vinculação do poder ao masculino. Nesse sentido, pode-se afirmar que a violência intra-familiar possui como fundamento, não só a hierarquia entre os sexos no caso da violência praticada pelo marido ou companheiro contra a esposa ou companheira, como também, o poder patriarcal, estigmatizado na figura do *homem da casa* (grifo nosso). Portanto, tem-se que o lar, que deveria ser um local de afeto e proteção para mulheres, adolescentes e crianças, por diversas

vezes, passa a ser justamente o mais temido, em virtude das violações praticadas em seu interior e por alguém da confiança das vítimas

A violência sexual inclui situações de abuso, violência e assédio sexual. “E a passagem ao ato quando o outro não deseja é uma agressão focalizada na sexualidade da pessoa, mas que atinge todo o seu ser, é crime punido pela lei” (JUVVENTUDE. GOV. PT, 2008)

A violência sexual tem como características a violência contra ambos os sexos. Na maioria das vezes o episódio mais grave da violência é o fim de linha de uma situação crônica, insidiosa, que aos poucos foi desmontando as defesas das vítimas até deixá-los completamente à mercê do agressor, sem condições até de pedir ajuda.

Esta violência, nas relações afetivas íntimas, no interior das famílias, expressa dinâmicas de afeto e poder, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação onde, geralmente, os ou as jovens estão em situação desfavorável. Eles sentem medo, cotidianamente, sem saber o que desencadeará a fúria do agressor, além da vergonha dos familiares, professores colegas de turma na escola e vizinhos, originando quadros de ansiedade, depressão e reclusão. Estes ficam expostos à violência nas relações, doenças sexualmente transmissíveis, abuso incestuoso e, no caso de gravidez indesejada, até morte por abortamentos em situações inseguras. É o que refere o Ministério da Saúde, que no ano de 2004, em um total de 635.014 mães na faixa etária de 15 a 19 anos, 30% eram representadas por mães adolescentes com riscos acentuados.

Estes são alguns dos problemas sociais iniciados na infância ou na adolescência que podem levar meninas e meninos a permanecerem na rua, obrigados a escolher entre a prostituição e as drogas ou a violência dentro de sua própria casa.

Neste mesmo ano, de acordo com o Relatório Azul (2004), somente no primeiro semestre de 2001, foram registrados mais de mil lesões corporais tendo crianças e adolescentes como vítimas. Outros delitos, com cifras consideráveis, são o atentado violento ao pudor, o estupro e os maus-tratos.

Os altos números não significam que a violência contra crianças e adolescentes tenha aumentado, mas apenas que esse fenômeno vem sendo denunciado. Pelo fato de as crianças e os adolescentes passarem a ser considerados sujeitos de direito, estes passaram a ter voz e voz, inclusive no que se refere à violência a que são submetidos. Assim, conclui-se que um (a) adolescente denúncia a ocorrência de qualquer tipo de violação dos seus direitos, respaldando-se nas determinações de lei do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), que representa a formulação de propostas viáveis para o reconhecimento dos direitos dos

adolescentes, garantindo-lhes proteção e assistência em todas as situações de risco, mesmo quando estes advêm dos próprios pais ou responsáveis.

É interessante ressaltar que as crianças e adolescentes, vítimas de violência intra-familiar carregam feridas psicológicas pelo resto de suas vidas, pois essas violações têm grande interferência em seu processo de desenvolvimento. Vivenciam situações de violência, tendo como autores justamente aqueles que não só deveriam protegê-los, como também oferecer-lhes segurança e afeto. Logo, podem interpretar a violência como uma manifestação desse afeto, vindo a reproduzi-la em sua vida adulta, dessa vez como autores e tendo como vítimas seus próprios filhos, suas esposas ou suas companheiras.

Ademais, sabe-se que a violência do *bater para aprender*, (grifo nosso) não é instrumento de educação ou de imposição de limites, mas de maus-tratos. Essa ruptura de paradigmas nas relações entre pais e filhos, legitima o obsoleto direito de correção dos pais, encaminha e legitima a coibição da violência familiar em todas as suas formas.

Logo, quais são as previsões jurídicas vigentes para se reconhecer a violência intra-familiar no âmbito do Direito Brasileiro, na tentativa de quebrar o círculo de violência e impunidade que conhecemos nas relações familiares.

A Constituição Federal (1988) determina como direito a dignidade da pessoa humana, prevista no artigo 1º inciso III, que engloba necessariamente o princípio e a proteção da integridade física do indivíduo, bem como a garantia a não-submissão a tratamento discriminatório ou arbitrário. Essa qualidade lhe é irrenunciável e inalienável, e deverá ser promovida e protegida pelo Direito.

Quando trata do Direito e Garantias Fundamentais, o artigo 5º da C.F - Constituição Federal (1988) prevê a igualdade entre mulheres e homens. Já no capítulo que aborda da família, da criança, do adolescente e do idoso, no seu artigo 226, parágrafo 8º da C.F, aborda diretamente a questão, estabelecendo a obrigatoriedade do Estado na criação de mecanismos para coibir a violência no âmbito da família. No artigo 227 estabelece como um dever da família a colocação a salvo das crianças e dos adolescentes de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Cabe ressaltar que a negligência pressupõe a falha da família em suprir as necessidades básicas dos adolescentes. Esta é uma violência atrelada, a nosso ver, a outra violência como a precariedade sócio-econômica familiar.

O parágrafo 4º do mesmo dispositivo prevê que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração da criança e do adolescente. Percebe-se que a Constituição Federal

dedica especial atenção à problemática e ordena a formulação de políticas públicas para enfrentamento e tratamento da violência intra-familiar em todas as suas manifestações.

No que concerne ao Direito Civil, cabe referir o artigo 1.638 que prevê a perda do poder familiar quando o pai ou a mãe castigarem imoderadamente o filho, quando o deixarem em abandono ou praticarem atos contrários à moral e aos bons costumes. Quanto a essa previsão, cabe uma crítica veemente ao artigo referido, pois retoma a previsão do Código Civil de 1916, adotando a expressão *imoderadamente*, (grifo nosso) o que significa interpretar que concede aos pais o direito de castigar física ou psicologicamente os filhos, desde que os castigos sejam *moderados* (grifo nosso). Infelizmente, quando da edição do novo código civil de 2002, perdeu-se a oportunidade de banir de uma vez por todas o direito de correção dos pais para com os filhos.

Ainda na questão legal o ECA determina sobre a obrigatoriedade que os profissionais da educação e da saúde têm de denunciar. Essa obrigatoriedade está prevista no artigo 13 (ECA, 1990) “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.” Ou seja, não cabe ao profissional da educação nem da saúde levantar provas sobre a violência que está sendo praticada. Porém, se deixar de denunciar os casos suspeitos, estes profissionais podem ser punidos. Segundo o artigo 245:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimentos de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescentes. Pena: multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (ECA, 1996).

A punição maior esteja talvez, não dentro da legislação e sim na consciência, quando se constata que o (a) aluno (a) foi parar num hospital ou morreu vítima da violência. Significa para todos, enquanto sociedade, falha, no dever de proteger crianças e adolescentes, a lei exige que os profissionais estejam aptos a observar, conhecer e respeitar os alunos com os quais trabalham, aos quais ensinam e dos quais cuidam.

Deve prevalecer a disposição da lei especial, consubstanciada no artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) ao dispor que as crianças e os adolescentes não serão objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Determina, ainda, que tais violações aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes serão punidas, sejam elas praticadas por ação ou omissão,

semelhantemente ao citado no capítulo que trata da família, da criança, do adolescente e do idoso, o artigo 226, parágrafo 8º da Constituição Federal, acima citado.

Outro problema social é o uso de drogas lícitas e ilícitas que são muitas vezes os impulsores de violência, intra-familiar e fora dela. Quanto às lícitas, o álcool, seguido do cigarro, inalantes e tranqüilizantes situam-se em primeiro lugar entre as drogas da preferência dos adolescentes. Com relação ao tabaco, que contribui como fator de risco para a morte prematura, as restrições de propaganda na mídia, em pouco têm contribuído para a diminuição de seu consumo entre os jovens.

A OPAS - Organização Pan Americana de Saúde (2002) aponta que o hábito de fumar inicia-se na adolescência, período em que a sociedade, contraditoriamente, estimula o jovem ao consumo de álcool. Exemplo disso é a citação da policial e do diretor da escola (B) ao referirem que a bebida alcoólica e o cigarro são problemas diários nas escolas:

Outro problema é uso de bebida alcoólica vinho e whisky e cigarro até ontem antes de realizar a revista nos alunos na escola à noite normalmente eu entro na sala e aviso que vamos fazer uma revista e uma aluna perguntou “e quem for encontrado com cigarro o que vai acontecer? e depois aquela aluna estava com um maço de cigarro, e ai eu expliquei que o material será recolhido levado para direção e provavelmente os pais serão chamados (POLICIAL)

A noite é o álcool, a droga (...) os alunos saem daqui e vão ao posto de gasolina para beber, vendem bebida para menores depois eles voltam para escola pulando o muro (ESCOLA B DIRETOR)

Na entrevista, a aluna (2) da escola (A) refere atos de violência cometidos com ela ainda quando criança e que hoje, ela sofre por consequências disso com a dependência química e o desajuste social.

O meu pai é meio doido das idéias já foi preso umas sete vezes pra mais... A minha mãe apoava tudo que o meu pai fazia a minha vó era a única sã das idéias, ela que apoava, ela levava a gente pra igreja, mas agora, o meu avô influencia a nós a fumar o meu tio ensinava influência nós a bebe e meu pai e minha mãe vivia no bar bebendo e levava nós no bar pra beber das oito horas da noite e saia no outro dia.... Cerveja.. Mas é uma bebida que eu tomava desde pequeninha meu pai colocava na minha mamadeira meu pai dava quando eu era pequeninha meu primeiro porre eu tinha 3 anos (ESCOLA A, ALUNA, 2).

A pedagoga (B) da escola (B) cita um problema que enfrentou pouco antes de se iniciar a entrevista, aluno estava embriagado e dizia estar com medo da reação da sua mãe quando soubesse do seu estado.

(...), por exemplo, hoje quando eu vejo um aluno com um litro de uísque e ele estava bebendo dentro da sala de aula e a gente tem que adaptar o nosso conhecimento e ver qual a sua realidade qual o seu limite e a minha formação não me dá bagagem pra isso ele tem uma família que mora no Paraguai, tem uma mãe muito rígida e não tem opções de lazer de socialização, então ele disse – A minha mãe vai me bater, ela não vai me ouvir ela só vai me bater.... e vai gerar violência, aí não é a violência dentro da escola, mas é uma violência que vem de fora que vai gerando e então como trabalhar com a não violência se o aluno vem da violência na totalidade vai gerando eu não consigo ver a violência neste aluno é especificamente por isso ou isso... (ESCOLA B, PEDAGOGA B).

São muitas ações e atos de violência escolar somados ao aumento do consumo de diferentes drogas psicoativas como crack, maconha e cocaína. Estas representam parte importante na vida do adolescente, que as utiliza como elemento facilitador da comunicação, da busca do prazer ou simplesmente como apoio aos desafios apresentados no dia-a-dia.

Numa pesquisa realizada por Galduróz et al (2004), o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública de ensino de 27 capitais brasileiras constata que há muito a ser feito quanto à prevenção.

(...) o Brasil não configura entre as nações com as maiores porcentagens de uso de álcool e drogas e, talvez, este seja o melhor momento para uma intervenção preventiva para a questão das drogas em geral no país. Atualmente há projetos de lei sendo avaliado no Congresso Nacional para instituir a disciplina sobre o álcool e o tabaco. É pouco. O ideal seria a criação de uma matéria escolar aplicada aos primeiros anos do ensino fundamental em que fossem abordados aspectos de uma vida saudável, sem necessariamente englobar as drogas diretamente (GALDURÓZ et al, 2004, p.372).

É o inicio de um processo social que poderia ser implementado e incluído no programa de temáticas preventivas de violência adequadas à realidade local. Estas ações precisam começar para se avaliar a eficácia.

f) Violência no trabalho: Teoricamente, o progresso deveria oferecer várias opções e ofertas de trabalho. No entanto, o que se vê para adolescentes e jovens são exigências na formação profissional, experiência, valores salariais inferiores ao estabelecido por lei, insalubridade, insegurança, doenças profissionais, jornadas longas ao lado de deficiências nutricionais, sanitárias, instabilidade no emprego, mau atendimento, competição, despersonalização e burocratização da vida contemporânea aumentados pela recessão;

Num artigo intitulado *Adolescente no trabalho*, Corrêa (2007) comenta que desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 1988, que elevou a idade mínima para admissão ao trabalho no Brasil para dezesseis anos, o tema vem sendo debatido sob a óptica da adequação de tal comando à realidade nacional. Questiona-se a viabilidade de estabelecer

tal patamar para ingresso no mercado do trabalho em um país desigual, onde a miséria assola parcela significativa da população.

Dados do IBGE de 1999 indicam que 3,8 milhões de adolescentes entre 15 e 17 anos trabalham no país, a grande maioria contribuindo com parcela significativa do orçamento familiar. São os adolescentes das camadas mais pobres da população que ingressam no mercado de trabalho bem mais cedo que nos demais segmentos sociais.

Tal situação, também compreendida como exploração, vem preocupando sobremaneira não apenas os órgãos públicos de justiça e assistência social, mas a sociedade como um todo, haja vista que os dados existentes indicam que adolescentes e também crianças, moradoras nas zonas urbanas mais pobres, representam cerca de 80% do total da força de trabalho (BRASIL, SIM, 2005).

Com efeito, o trabalho antes da idade mínima permitida por lei é uma forma que muitas famílias pobres e a sociedade brasileira encaram o trabalho precoce. O trabalho de crianças e adolescentes parte de um quadro simbólico e cultural aceito em nossa sociedade, que julga ser natural o trabalho da criança e adolescente pobre para ajudar a família ou mesmo para seu auto-sustento. Estas ações geram preocupação predominantemente trabalhista a questão da visão do trabalho como alternativa de inclusão social do adolescente desfavorecido economicamente e, por vezes, como uma consequência inevitável da pobreza. Sobre o desejável equilíbrio entre a formação escolar e profissional e inserção no mercado de trabalho, jovens de baixa renda têm maior dificuldade de conciliar estudo e trabalho.

Tal enfoque, no entanto, revela-se insuficiente ao se analisar que o trabalho não é a única, nem a melhor alternativa de inclusão social do adolescente. “Ao contrário, o trabalho precoce exclui, na medida em que rivaliza com a educação e interfere no processo de aquisição das competências básicas para o mundo contemporâneo” (CORRÊA, 2007, p. 66).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT. 2007), o trabalho infantil existe quando a criança ou adolescente, pelo conflito de horário, se vê impedida de ir à escola, é reprovada por excesso de faltas ou o rendimento escolar se reduz a ponto de colocar em risco a aprovação no curso ou o desinteresse.

Optar pelo tratamento da questão sob a óptica do trabalho em detrimento da educação significa optar pelo atraso, sucumbir ante as dificuldades do momento e renunciar ao futuro. É fundamental importância voltar a atenção para a importância da educação no projeto de construção de uma sociedade moderna, justa e igualitária.

Corrêa (2007) cita à importância da educação em detrimento ao trabalho:

As normas internacionais consagram a importância da educação como ferramenta para o desenvolvimento das potencialidades da criança e do adolescente à sua plenitude, impondo aos Estados o dever de fixar idade mínima para admissão no emprego compatível com tal premissa. Assim é que a Convenção dos Direitos da Criança (art. 32, § 2º), o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 10, § 3º), o Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos na Área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 7º, § 1º) e a Convenção nº 138, da Organização Internacional do Trabalho (art. 2º), soam uníssonas na proteção do direito de crianças e adolescentes à educação. Este último diploma estabelece o princípio de que nenhum trabalho será permitido antes da idade legalmente prevista para o término educação compulsória, assegurando, ainda aos que ultrapassaram tal idade, mas ainda não concluíram o ensino obrigatório, o direito a exercer trabalhos de natureza leve e compatíveis com a freqüência escolar (art. 7º, § 2º). (CORRÊA, 2007)

A lei determina o trabalho do jovem por faixa etária da seguinte forma: menores de 14 anos não podem trabalhar; adolescentes entre 14 e 16 anos podem trabalhar na condição de aprendiz; entre os 16 e 18 anos, o jovem pode exercer qualquer função profissional, desde que não haja nenhuma condição de insalubridade, periculosidade ou trabalho noturno (para a legislação trabalhista, das 22h às 5h da manhã). Após os 18 anos, o estudante pode exercer qualquer atividade, sem restrições.

Nesse contexto, a consagração, na norma jurídica mais importante do país - a Constituição da República - da idade mínima de 16 anos para admissão no emprego (salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos), implica o reconhecimento dos efeitos danosos ao desenvolvimento da criança e do adolescente de qualquer trabalho realizado antes de tal idade.

g) Violência na cultura: é pouco conhecida, e constitui na substituição de uma cultura por um conjunto de valores importados e forçados. Destaca-se a vida cultural da cidade que privilegia a cultura erudita, secundarizando a cultura popular. Não encontrando espaço para própria cultura, o jovem é violentado na destruição do seu passado histórico, sendo isto uma forma de violência cultural, abandonando a escola que já o tinha rejeitado previamente. É um tipo de violência intensa, perene e de pouco instantânea;

h) Violência no trânsito: na grande maioria das cidades brasileiras, o transporte urbano vem mostrando acentuada deficiência e altos índices de morte. Tem-se: congestionamento, elevação dos tempos de deslocamento, baixos níveis de qualidade dos veículos públicos e elevados dispêndios como os transportes em relação à renda, poucas ciclovias, e para citar violência e morte no trânsito por condutor alcoolizado;

Waiselfisz (2003) ao realizar um estudo, refere que levantou informações que no período de 1991 a 2000, os acidentes de trânsito foram respectivamente, 2.394 e 2.495,

constatando um aumento de 4,2% no país, e quanto aos estados, o Paraná, que estava em 6º lugar ficou na posição de 9º lugar demonstrando uma pequena queda do índice em nível nacional neste período.

No Brasil, segundo Lima (2006), apresentou um estudo onde avaliou os acidentes de trânsito em áreas urbanas no período de 2002 a 2005. O resultado é um aumento de 9% das mortes nestes três anos. As faixas etárias estavam compreendidas entre 20 a 29 anos (45%) no país. No Paraná, a idade foi de 15 a 20 anos, sendo o acidente de trânsito a segunda principal causa de morte no país. O sexo masculino alcançou o maior índice de morte e geralmente estão relacionadas com o consumo de drogas ilícitas, bebidas alcoólicas, o não uso de capacetes, cinto de segurança e a falta de infra-estruturas de rodovias e vias aéreas.

Ressalta-se que essa causa de morte não se restringe apenas aos grandes centros urbanos, pois regiões de menor número populacional estão seguindo a mesma dinâmica tornando-se focos de situações de violência.

A vulnerabilidade dos jovens a esse tipo de acidente resulta da imaturidade emocional e social; assim, não se comportam adequadamente quando dirigem um carro ou motocicleta. Correr riscos, desafiar autoridades e quebrar as regras estabelecidas são na maioria das vezes, elementos mais fortes do que os sentidos da auto-preservação e de cidadania.

i) Homicídios: Responsável pela morte de muitos jovens de 15 a 30 anos no país.

Segundo dados do MS -Ministério da Saúde (BRASIL, 2006) em 1997, cerca de seis mil adolescentes foram assassinados, em 1999, 1.226 óbitos para o ano de 2000, 1769 óbitos, tendo o aumento de 44,3% para cada 100.000 habitantes. Neste período, a faixa etária de maior índice foi de 14 a 20 anos. No Paraná, a idade é de 16 a 20 anos com maior índice para o sexo masculino. No ano de 2003 para cada 100.000 habitantes com idade entre 15 a 19 anos foi de 42,33%, o índice de mortalidade por homicídios.

Quanto aos demais países “Em nosso país, as taxas de mortalidade entre homens de 15 a 24 anos são, em sua maioria, 50% maiores que as dos Estados Unidos e 100% maiores que as do Canadá, França ou Itália” (BRASIL, 2006). Em 2004, o Brasil estava em terceiro lugar no ranking “por número de homicídios perdendo apenas para a Colômbia e Venezuela”. (WAISELFISZ, 2003, p.09).

Na entrevista com os alunos adolescentes da Escola A, a aluna (2) contou-me que foi ver um amigo assassinado e contou-me a história. Perguntei se era fácil matar alguém, e eles responderam-me tranquilamente que sim, basta arrumar uma arma!

(...) na maioria das vezes morre por conta, deve, briga, matar fica fácil... Hoje é fácil (ALUNO, ESCOLA A)

Porque mataram... Porque o amigo dele queria ficar com mulher dele ele brigou e mataram ele (ALUNA, ESCOLA A)

Cometer homicídio para esses adolescentes é fácil, são comuns; pela fala, eles vivenciam isso normalmente, sem escandalizar-se, amedrontar-se e, como se a violência esteja naturalizando.

j) Suicídio: situa-se como uma das três mais importantes causas de morte entre adolescentes e é, provavelmente, a forma emocional mais devastadora da violência, pois impõe à família um pesado ônus carregado de sentimentos de culpa, perda, luto e desespero. A cada cinco minutos, um jovem preponderantemente do sexo masculino se suicida. Atualmente, pelo menos 100 mil adolescentes cometem suicídio em todo o mundo. “O Brasil, tem a posição de segundo lugar no ranking de mortes por armas de fogo, perdendo somente para Venezuela” (BRASIL, 2006);

Segundo dados apresentados por Waiselfisz (2006), no ano de 2004, foram registrados 1247 suicídios perpetrados com arma de fogo, o que representa 15,6% do total de suicídio. “A média nacional, no ano de 2004, foi de 20,7 mortes causadas por armas de fogo em 100 mil habitantes. (...) Entre os jovens foram 43,1 em 100 mil jovens” (WAISELFISZ, 2006, p.106-120).

No entanto, o porte de arma de fogo, mesmo que ilegalmente para os jovens e adolescentes, tem um significado de respeito perante seu grupo e na escola. Abramovay (2003, p.63) afirma que:

(...) as armas de fogo mesmo quando não acionadas, impõem respeito entre os jovens e simbolizam poder, status e masculinidade. A presença de qualquer tipo de armamento na escola aponta a banalização do uso de armas e a possibilidade de episódios de violência efetiva.

O diretor da Escola B posiciona a sua preocupação quanto aos alunos que trazem armas e geram violência dentro da escola.

Hoje é mais os meninos, os problemas na escola problemas como drogas, pular o muro para namorar, estão armados com estiletes, meninos de manhã e noite e à tarde é mais meninas. Agora a noite é arma, é droga, é ameaça, a gente recebe mesmo. Tipo um dia desses um pai chegou aqui gritando e armado - Por que você mandou meu filho embora... (...) assaltante, no caso eu tenho aqui dois alunos que foram fazer um assalto de manhã cedo com uma arma (DIRETOR ESCOLA B)

A existência de armas na escola pode também estar ligada à familiaridade com elas no ambiente doméstico. Outro fato que preocupa é a facilidade da aquisição de uma arma de fogo

via contrabando Brasil e Paraguai, por meio de amigos ou conhecidos. Basta conversar informalmente com os adolescentes que declaram saber onde comprar.

Aqui no Paraguai na Argentina hummm é fácil claro qualquer \$100 reais compra. Aqui ou no Paraguai é fácil (ESCOLA A ALUNO 1)

É fácil sim você pega dez reais compra uma droga hoje aumenta aquela droga vai vende por melhor preço e consegue cada vez mais dinheiro e compra uma arma, quer ver quando a gente sai qualquer balaco que tem você sai tem alguém que quer o balaco (ESCOLA A ALUNA 2).

A policial da patrulha escolar contou em entrevista que encontraram duas armas de fogo na escola, com duas meninas de 15 e 16 anos estudantes no ensino médio. Os pais de uma delas sabiam que a filha estava portando uma arma de fogo para um rapaz, que ameaçava, caso contassem sobre a arma. Essas alunas não tinham nenhuma queixa até então registrada e na escola são consideradas alunas com boas notas.

Houve uma denúncia anônima que teriam alunas armadas na escola, e a patrulha escolar solicitou ajuda de outra viatura... Para realizar a revista foi encontrado com uma adolescente um revolver 38 com munições e com uma, outra aluna um revolver calibre 22 esse, não estava em condições de funcionamento, mas uma delas que estava com a arma quando viu a patrulha escolar tentou esconder. De alguma forma queria esconder... Solicitado que elas acompanhassem os policiais até a direção... Foi perguntado por que estava com as armas a nossa desconfiança é que elas estariam guardando essa arma para alguém ali do bairro elas negaram disseram que não, elas estavam guardando para ser defender, disseram que conseguiram as armas na rua. E, depois nós retornamos a escola e o diretor no relatou que o pai de uma dessas alunas disse que a filha estaria guardando a arma para uma, outra pessoa da região que inclusive foi na casa dos pais e estaria cobrando o valor da arma que foi aprendida só que o diretor falou: mas então por que não fazem uma declaração, um BO, ele disse que tem medo, que alguma coisa possa acontecer com a família (POLICIAL).

Deparou-se com uma questão básica que se coloca em discussão, a aquisição de arma de fogo no país. A policial comenta que no Brasil, atualmente, quem quiser possuir legalmente uma arma de fogo de pequeno calibre deverá comprovar seus bons antecedentes e sua aptidão técnica e psicológica para isso, mas, também, terá que enfrentar um sistema burocrático e pagar taxas, imposto fiscal e comprovar treinamento.

Por outro lado, se desejar possuir ilegalmente uma arma de qualquer calibre, não terá qualquer dificuldade e certamente gastará menos. Ou seja, a legislação existente não impede que bandidos tenham armas e é suficientemente restritiva para impedir a compra generalizada de armas pelas pessoas de bem. Não há risco algum de um armamento geral e irrestrito.

Vê-se que a lei de liberação e vendas de armas, necessita maior controle e fiscalização e que todas as pessoas tenham o direito de defender-se e não de matar para se defender.

Nesse entendimento ressalta-se a importância de se pensar em diminuir a violência como um todo; para toda a ação é necessária uma sensibilização da sociedade, da escola que a discute com alunos e professores. Não se deve presentear uma criança com arma de brinquedo, como se faz na família que em casa tem arma de fogo, mas não incentivar esse costume e, se possível mostrar aos filhos os perigos de seu manuseio. Todos são responsáveis e fiscalizadores.

- k) Violência policial: não é difícil deparar-se com os noticiários de corrupção e desmantelamento da força policial em nosso país. É necessário existir uma legislação com agilização da justiça e segurança para cada vez mais melhorar o atendimento à população no quantificar o crime; investir na profissionalização da polícia; melhorar a remuneração dos policiais; reaparelhar e desenvolver a capacidade operacional e científica. Estas são algumas das medidas que precisam ser tomadas urgentemente. A não providência destas estratégias favorece a elevação do índice de crimes atribuídos a policiais;
- l) Violência contra o patrimônio: a incidência, em escala ascendente, de homicídios, estupros, assaltos, latrocínios, extorsões e seqüestro, geram a expectativa de as pessoas se julgarem ser a próxima vítima, favorecendo o medo e busca de segurança, tornando as casas uma prisão, com grades, cerca elétrica e alarmes. Os crimes contra o patrimônio incidem, tanto nos particulares (casa, jóias e outros) como nos públicos (instituições, logradouros, monumentos, iluminação e telefones públicos). A violência indistingue a propriedade privada da coletiva.

Considera-se também como violência contra o patrimônio público, o abandono das áreas verdes, o que contribui para ao aumento da poluição ambiental consubstanciando-a aos crimes ecológicos.

Mesma com essa sucinta análise, percebe-se que é possível chegar à discussão do fenômeno da violência exacerbada no país. As contraposições sociais e políticas marcadas pela exploração econômica relacionam-se aos fatores culturais e transformam as manifestações cotidianas de violência em problema crônico e específico da sociedade brasileira, diverso de qualquer outra sociedade.

Neste sentido, a violência, como um problema social, é compreendida neste trabalho como produto, em parte, de desigualdades e antagonismos sócio-econômicos, políticos e culturais. Em outra parte, refere-se ao desequilíbrio psicossocial promovido na sociedade contemporânea de um fenômeno social que impossibilita efetuar análises utilizando lógicas reducionistas.

4.3 A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PESQUISADAS

Na seqüência dessas concepções tem-se a violência escolar como questão central desta pesquisa: violência escolar, a instituição escolar muitas vezes, exacerba um problema social quando cristaliza as tensões de nossas sociedades. E que tem seu destaque por ser “um fenômeno sensível que convém tratar com prudência, porque nenhum país está salvo” (DEBARBIEUX, 2001, p. 104).

Diariamente vivencia-se na sociedade as mudanças sociais, culturais, tecnológicas e políticas que desafiam as instituições educacionais a buscar mudanças. Aliado a essas mudanças está o desafio de prevenir a violência que se apresenta de diferentes formas e cresce descontroladamente assustando os educadores e interpondo um entrave nas relações educacionais.

Sabe-se que não é fato novo a preocupação de membros e autoridades com a violência escolar, que diariamente a sociedade enfrenta. Mesmo não sendo recente, esse problema atual centra-se nas proporções inéditas que o fenômeno vem assumindo e se transformam em insegurança para diretores, alunos, professores, pais e a sociedade em geral.

Houve preocupação na busca de estudos já realizados e publicados, os quais serão apresentados na seqüência deste trabalho, numa perspectiva de favorecer a compreensão em relação à violência escolar e verificou-se que, no período de 1980 a 1989, houve pesquisas que retratam questões de ações e práticas escolares delimitadas à sociedade contemporânea.

Outros retratam situações semelhantes às vivenciadas hoje nas escolas próximas de favelas com predomínio do tráfico de drogas e do crime organizado. Demais trabalhos mostram a compreensão da fase da adolescência e o comportamento dos alunos em linha geral, citando as agressões e os pequenos delitos como furtos dentro da escola, características das incivilidades e do processo de crescimento econômico e social. Mas, ainda na década de 80 as escolas já se preocupavam com os possíveis delinqüentes, conhecidos por:

Indivíduos que comete delinqüências, ofensa ou transgressão, mormente quando cometida por um menor, como vadiagem, vandalismo, furto ou práticas sexuais públicas. Este termo implica mais uma atitude psicológica e terapêutica do que punitiva em relação ao que a comete (BLASKISTON, 1987, p. 298).

Ou seja, marginais que pudessem invadir escolas e causar depredações ao patrimônio público. Os professores e diretores buscavam uma gestão mais democrática com a participação de pais e alunos para amenizar os possíveis conflitos existentes. No entanto, o

objetivo principal era buscar maior segurança e não a ação popular preventiva e participativa e verdadeiramente democrática.

Colombier (1989), no livro “Violência na escola”, retrata a opinião da pedagogia institucional. Trata-se da tentativa de entender o fenômeno da violência nas escolas – contra as instalações, contra os professores e dos alunos uns contra os outros, analisando os fundamentos sócio-econômicos e familiares da violência, numa tentativa de apontar possíveis soluções para o problema.

Sposito (2002) analisou um conjunto de pesquisa sobre violência escolar onde citou que muitas das ocorrências acontecem em várias cidades do país, não sendo mais restritas às grandes cidades e capitais. Evidenciou que o fenômeno estava presente tanto nas escolas de caráter disciplinar rígido quanto nas escolas permissivas e desorganizadas. Constatou que houve a busca de policiamento no entorno e dentro da escola em alguns momentos, no intuito de diminuir as depredações e conflitos, cita que as agressões físicas, violência contra a pessoa, aumentaram entre os alunos, e que já procuravam centralizar o foco em torno de políticas sociais.

Ainda de acordo com Sposito (2002), no período de 1990 a 1999, as pesquisas intensificaram-se nas questões do comportamento dos jovens nos vandalismos e contra o professor na agressividade.

No período de 2000, 2002, 2003 essas pesquisas mostram a diversidade de temas procurando compreender o adolescente inserido numa sociedade, como sendo estigmatizado, excluído. Ou seja, que a violência escolar não é exclusivamente escolar, pois exprime uma espécie de afirmação do direito de ser reconhecido, mesmo em situações de extrema desvantagem decorrente do estigma.

Muitos desses estudos têm o enfoque da interdisciplinaridade como importância para discutir sobre violência, fenômeno que refere problema para o setor judiciário, social, econômico de saúde, cultural e educacional. Violência é uma questão para políticas públicas.

De fato é um problema da sociedade e que Abramovay (2002, p.32), afirma que: "a sociedade brasileira vem-se deparando com um aumento das violências nas escolas, sendo diversos os episódios envolvendo agressões verbais, físicas e simbólicas aos atores da comunidade escolar".

Nestas manifestações da violência, Abramovay (2003), com a pesquisa “Violência na Escola”, mostra os tipos de manifestações de violência nas escolas brasileiras e algumas alternativas para superá-las. Por meio dos relatos, percebe-se que a violência pode assumir diversas formas, afetando profundamente a então rotina da comunidade escolar.

Laterman (2000, and SPOSITO 2002, p. 151) chama a atenção para a questão da relação entre aluno e professor e refere que “não é possível afirmar que as incivilidades se somam ou se transformam, ao longo do tempo, em crimes, como se fossem uma gênese daqueles acontecimentos mais graves”. No entanto, a autora destaca o fato de que os limites anti-sociais das condutas, sendo ultrapassados, facilitaram este indesejável avanço ao lado da confirmação da ausência de poder (seja da sociedade em geral, dos indicadores, dos pais, dos valores) que a isso se opusesse.

Segundo Pereira (2003) em sua pesquisa intitulada “Violência nas Escolas: visão de Professores do Ensino Fundamental sobre esta questão” bem como as formas como isto ocorre e as estratégias que são utilizadas para sua superação. Constatou que os professores percebem as violências como um fenômeno em expansão, reforçado, principalmente pelas desigualdades sociais, pela influência da mídia e pela desestruturação familiar, contribuindo para muitas inconseqüências no cotidiano escolar.

Outros levam em conta o cotidiano da escola para identificar os tipos de violência ali gerada. É o que mostra o estudo apresentado por Priotto (2006), com as características da violência escolar no cotidiano de duas escolas, uma pública e uma particular, onde objetivou identificar os tipos de violência sofrida no âmbito escolar e como os professores e alunos identificam a violência gerada com relação à fase da adolescência. Concluiu-se que o tipo de violência gerado na escola pública e particular tem as mesmas características em ambas, porém os professores da escola pública e da escola particular têm concepções diferentes a respeito do papel da escola em relação ao quadro geral de violência e de como lidar com os alunos adolescentes. O estudo demonstrou também que o adolescente tanto da escola particular como da escola pública querem mais respeito e professores que o possam ouvir.

Cabe salientar que muitos dos trabalhos referem que a violência presente na escola é resposta de um processo que começaria na família. A desestruturação familiar, a falta de limites e de pontos de referência sentidas pela maioria dos adolescentes seriam causas importantes a serem consideradas e teria continuidade nos grupos e relações sociais pertencentes ao ambiente externo a escola. Aparecem as causas sócio-econômicas, a exclusão social, ou melhor, a falta de acesso as quais são sentidas mais intensamente nas classes baixas que estudam na escola pública onde tráfico de drogas no entorno das escolas, a falta de oportunidades e de trabalho para o aprendiz, a influência da mídia, o rápido crescimento, o tempo livre e ocioso, a falta de perspectivas a falta de um sonho, tudo é considerado agravante da violência escolar.

Assim, considera-se como violência escolar todos os fatos que ocorrem no ambiente, entendendo como sistema e espaço físico que causam (atos de agressões e violências) local onde se acentuam os problemas individuais. Esta acontece entre a comunidade escolar. Diferente do autor Furlong (2000, p.4) que refere como violência escolar: escola como sistema que causa ou acentua problemas individuais. E violência *na* escola: sendo escola como espaço físico onde se dão atos de agressão.

De fato, o caráter multifacetado da violência no ambiente escolar impõe uma série de desafios no que tange à definição do fenômeno. Um desses é distinguir o fenômeno violência escolar para que se possa estabelecer com clareza o papel dos educadores e da escola enquanto instituição na prevenção da violência.

4.4 VIOLÊNCIA ESCOLAR: NA ESCOLA, DA ESCOLA E CONTRA A ESCOLA

Assim para melhor descrever a violência escolar aqui estudada nas três escolas optou-se apresentar a descrição de violência na escola por Abramovay (2003) seguido da classificação de violência na escola em três níveis por Charlot (1997 apud ABRAMOVAY, 2003, p.95) e, na seqüência a classificação dos episódios de violência na escola por Charlot (2002) com a opinião de Abramovay (2005) para ampliar essa classificação. Após essas análises segue a classificação elaborada, sempre fundamentada nas considerações apontadas pelos autores.

Abramovay (2003) classifica como violência *na* escola, e a pesquisadora como *violência escolar* (grifo nosso), que é mais abrangente por englobar violência *na, da, contra* (grifo nosso):

- a) Violência física: de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro (s) ou de grupo (s) e também contra si mesmo abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios, além das diversas formas de agressões sexuais;
- b) Agressão física: homicídios, estupros, ferimentos, roubos, porte de armas que ferem, sangram e matam;
- c) Violência simbólica: verbal - abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade; institucional –

marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder;

- d) Violência verbal: incivilidades (pressão psicológica) – humilhações, palavras grosseiras, desrespeito, intimidação e *bullying*.

O *bullying* considerado como um ato de violência devido aos comportamentos apresentados é um termo criado na década de 80 na Noruega, originado da palavra inglesa *bully*, ou seja, valentão. Na forma de verbo, indica a ação de ameaçar, intimidar.

Ocorre o *bullying* quando alguém faz ou diz coisas para mostrar poder sobre outra pessoa. Para os autores, os resultados dessa violência podem causar “desinteresse pelos estudos, depressão ou até reações extremamente violentas” (AMORIM E ROMANELLI, 2005, p.65 apud WHAT, 2003). Uma série intencional e repetida de atitudes agressivas de um ou mais estudantes, sem qualquer motivo plausível, contra um grupo ou um colega sobre o qual exercem algum poder de intimidação. Atitudes como ofender, ignorar, excluir, ferir e humilhar, sempre foram encontradas nas escolas, de ensino público ou particular, ensino fundamental ou médio. O fenômeno tem-se estendido cada vez mais para as séries iniciais e termina muitas vezes por sair da escola e invadir a vida pessoal, através de mensagens pela Internet e celulares.

O que distingue o *bullying* das brincadeiras próprias do desenvolvimento infantil e juvenil é o fato de que neste último caso, os comportamentos indesejados não são constantes e são esquecidos em pouco tempo por não afetar de forma profunda a auto-estima das crianças e jovem. Já o *bullying* leva a “vítima” a se isolar, sentir-se insegura e discriminada.

Em geral, a vítima é escolhida por seus agressores justamente por apresentar certa fragilidade, ansiedade, dificuldade de relacionamento com o grupo e termina por ter ainda maiores problemas com sua auto-estima, podendo desenvolver depressão e apresentar baixo rendimento escolar.

Por falar em vítima, ressalta-se que a do *bullying* não é tão somente o agredido e sim, também, o agressor que geralmente é alguém com problemas de insegurança, de relacionamento social, que aprendeu com adultos essa forma de resolver suas questões, já que é freqüentemente vítima de rejeição, de humilhações, de poucos cuidados por parte de famílias desestruturadas, onde a agressão é o modelo usado para impor o poder.

Torna-se um valentão na aparência, mas, é uma criança ou um jovem, que precisa de assistência para conseguir se expressar e se relacionar de forma socialmente adequada.

Existe também o(s) expectador (es) dessa situação, que se calam por medo de se transformarem na próxima vítima e que, por isso, tornam-se por vezes também agressores.

Nesta concepção, solicita-se que a escola e os pais estejam atentos e observem esses jovens que podem apresentar um crescente receio de ir à escola, negando-se ou pedindo para serem sempre acompanhados. Ainda atenção aos que demonstrem baixa auto-estima, problemas de aprendizagem, perda freqüente de material escolar ou objetos pessoais ou ainda que dêem explicações pouco razoáveis para esses fatos, assim como para o aparecimento de ferimentos corporais e danos ao uniforme, sendo de extrema importância o apoio dos pais, da família, no caso de ser o filho (a) vítima ou agressor. A escola, a família e a ajuda de um profissional especializado poderão contribuir para evitar um desajuste emocional ou tornar-se um adulto com problemas de convívio social no futuro.

Cabe salientar ainda que para os jovens, caracterizam esses comportamentos como violência e, que nem sempre está referida à agressão física. Embora etimologicamente a palavra violência envolva a noção de força (CHESNAIS, 1981).

São estas as características de manifestações da violência gerada na escola, apresentadas por Charlot (1997) e Abramovay (2003) e das quais classificaram como atos e ações de violência na escola em três níveis: a violência, a incivilidade e a violência simbólica ou institucional:

(...) este classificou a violência escolar em três níveis: a violência- golpes, deferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo; a incivilidades- humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito; a violência simbólica ou institucional – falta de sentido em permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer que obriga o jovem a prender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos; a negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absentismo e a indiferença dos alunos (CHARLOT, 1997 apud ABRAMOVAY, 2003, p.95).

Em 2002, novamente Charlot (p. 434) propõe um sistema de classificação dos episódios de violência na escola na qual identificam três tipos de manifestação como: violência na escola, violência da escola, violência contra a escola:

Violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e as atividade da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. Violência da escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violência que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas) (CHARLOT, 2002, p. 434).

No entanto para Abramovay (2005) essa classificação mostra-se insuficiente para certos tipos de manifestações de violências existentes na escola como: brigas entre alunos ou as discussões entre professores e alunos que se dão na sala de aula ou no pátio da escola:

Essa proposta de classificação da violência nas escolas ajuda a compreender o fenômeno na medida que considera manifestações de várias ordens. Contudo, mostra-se insuficiente para compreender certos tipos de manifestações que ocorrem dentro dos estabelecimentos de ensino e que estão relacionadas a problemas internos de funcionamento, de organização e de relacionamento (ABRAMOVAY, 2005, p. 77).

Por outro lado esse olhar sobre a violência escolar consiste em um ganho na medida que possibilita a defesa por um conceito de violência fundamentando num contexto social, histórico, cultural em que se dá com vantagens de poder envolver ações, comportamentos e situações diferenciadas que envolvem indivíduos distintos (professores alunos, membros da comunidade e demais membros da comunidade escolar).

Abramovay (2005, p. 79) afirmar que “Assim, não são apenas os episódios graves e espetaculares - como homicídios, porte e uso de armas - que são compreendidos como violência, mas também conflitos, comportamentos e práticas institucionais incorporadas ao cotidiano dos estabelecimentos de ensino”.

Considerando o exposto optou-se por abordar a problemática como uma construção social, que se dá em meio a interações entre sujeitos no espaço escolar, como um processo que compreende tanto relações externas como internas.

Assim, as classificações e sugestões de Charlot (, 1997, 2002) e Abramovay (2003, 2005) foram organizadas para apresentar uma classificação mais abrangente, contextualizando a violência para diferenciar violência *na* escola, violência *contra* a escola, e violência *da* escola.

A violência *na* escola caracteriza-se por diversas manifestações no seu cotidiano praticadas por e entre professores, alunos, diretores, funcionários, familiares, ex-alunos, pessoas da comunidade e estranhos. Caracterizam-se como ações de violência: física – contra o outro (s) ou contra o grupo, contra si próprio (suicídios, homicídios, espancamentos, deferimentos, roubos, assaltos, ferimentos, golpes, estupro, agressões sexuais, exibicionismo, porte de armas que ferem, sangram e matam, drogas (uso, oferta, venda distribuição de álcool, tabaco, maconha, cocaína, crack, merla, anfetamínicos e outros), incivilidades - desacato, palavras grosseiras, indelicadeza, humilhações, falta de respeito, intimidação ou *bullying*.

Ocorrem: “dentro da escola (pátio, quadra, salas de aula); portão de entrada da escola; na via pública em frente à escola”. (FUKUI, 1991, p. 68-76), na sala dos professores. Com

efeito, esses atos de violência sempre envolvem indivíduos pertencentes à escola, tanto como vítimas ou como agressores.

Violência *contra* a escola é representada como atos de vandalismo, incêndios e destruição, roubo ou furtos do patrimônio como paredes, carteiras, cadeiras, portas, cabos de fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares.

Em relação à violência *da* escola, mostra-se todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam os seus membros (qualquer um destes) como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola, o conteúdo alheio aos interesses dos alunos e do mercado de trabalho, os preconceitos (racismo), a desvalorização (tanto da instituição para com o aluno, como do aluno para si mesmo). A indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar - abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade por parte dos professores, diretores e supervisores, como avaliação, atribuição de notas, entrega do boletim marginalização, desvalorização do profissional professor, sua insatisfação indiferença, absentismo dos alunos, despreparo do profissional (reflexo do medo), falta de estímulos e interesse em educação continuada, discriminações diárias onde se destacam como violentas situações que não envolvem a força, mas se caracterizam por ações de força, como as que Abramovay (2003, p.98) afirma ser violência “magoar, agredir por falta de respeito”, que, para os jovens são atos de violência dos professores.

A violência na escola, em alguns casos, deve ser analisada como a violência da escola: aluno agredir ou usar de forças ou não contra o professor, diretor ou funcionário. Caracteriza-se numa violência gerada através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam em virtude de regras e normas estabelecidas.

Serve como exemplo de violência da escola a entrevista dos alunos da escola (A), descrevendo atos de violência:

Qualquer coisinha eles estão chamando os pais qualquer coisinha olha... É injusto... Tem um professor que te olha assim e agente tá de mau humor sabe. Eles já ligam para o pai (ESCOLA A ALUNA 3).

Parece que elas querem irritar a gente pra elas poderem dar motivo pra elas chamar nossos pais parece que elas... Não vou dizer ferrar a gente, parece que elas querem sabe... (ESCOLA A ALUNA 4).

As guerras aqui na escola ta mais... Aqui na entrega de boletim... Principalmente as guerras mais... Um exemplo as mesas estão tudo ali organizada e nós vamos junto com os pais (eles pedem pra gente vir junto, não sei pra quê) e de repente os professor pede licença que - eu quero falar com os pais de vocês. Fala com os pais da gente e mete a faca, falando mal da gente e a gente não pode falar nada... Se defender... (ESCOLA A ALUNA 3).

Cabe salientar que dentro do conceito de violência escolar existe certa confusão entre os termos violência e indisciplina, até porque muitas vezes são utilizados como sinônimo no cotidiano escolar.

Assim são necessárias algumas breves considerações acerca da indisciplina, tal como a violência, a indisciplina constitui-se um desafio para a escola na atualidade.

Autores como Debarbieux (2001) e Caldeira (2001) conceituam indisciplina como quebra de regras estabelecidas para um determinado ambiente, local, causando incômodos e perturbando seu funcionamento; no conceito de indisciplina existe uma causa que prejudica o funcionamento do ambiente e não necessariamente ao outro ser humano.

Indisciplina pode ser entendida como uma forma de manifestação contra a exigência ou quebra de regras ao adequar-se à sociedade. É como o autor Camacho (2001, p.129) refere “(...) como resistência, ousadia e inconformismo”.

Nesta concepção, quebra de regras pode significar prejuízo ou danos apenas aparentemente e não necessariamente um rompimento do trabalho pedagógico. Surgem “falas, movimento, rebeldia, oposição, inquietação, busca de respostas por parte dos alunos e dos professores...”. Quando surge a indisciplina, é importante analisar os motivos e adequar-se a mudanças para melhorar a qualidade do processo educativo.

A professora refere que os alunos são indisciplinados por não lhes terem esclarecidos que regras devem seguir para serem disciplinados, e ainda que eles devam participar da discussão dessas regras de disciplina.

Na questão disciplinar porque em... Na questão disciplinar você organizando eu, você vai disciplinar é que você vai ensinar ser rígido, por exemplo, cometeu tal coisa, vai lá e se você fizer isso vai acontece isso. E na hora que acontecer você disciplinar e isso é o fato maior, porque eles fazem e não fazem nada, eu acho que primeiro discutir com professores e depois com os alunos, olha a gente, nós discutimos isso, eles podem opinar sim, acrescentar ou eliminar e ficar a vista de todos. Olha gente se acontecer tal coisa sem discussão sem falação, fez paga. Eu vejo assim e os alunos querem disciplina, querem rigidez tem que ter regras... (ESCOLA B PROFESSORA 2).

Pelo exposto, pode ser visto que entre os conceitos de violência e indisciplina ocorre semelhança, mas não podem ser confundidos. Martins (2005) confirma isso quando refere:

“(...) todo o ato de violência é um ato de indisciplina, pois significa a quebra total de regras sociais que rompem com a convivência democrática, à medida que há imposição de força de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) sobre outro gerando danos e sofrimento. Porém, o oposto não é verdadeiro, já que nem todo o ato de indisciplina é violência” (MARTINS, 2005, p. 22).

Neste entendimento, violência difere-se por causar danos e/ou sofrimento ao outro ou a algo que lhe pertence. Assim quando a indisciplina não é entendida pelo professor, a escola pratica violência, a violência da escola.

Torna-se necessário que os educadores estejam atentos e tenham cuidado ao julgar o comportamento dos adolescentes que, às vezes, contém uma ambivalência intrínseca, ou seja, pode ser confundido se é realmente uma violência ou uma preponderância ou uma subordinação, ou está inserido nas normalidades das relações.

Prima (1997) demonstrou que a escola pode delimitar a prioridade de seu campo de interesse, observando as reações e comportamentos para levar em conta a classificação de violência gerada:

“(...) as agressões e os abusos, físicos, psicológicos ou sexuais, diretos e indiretos; as formas de violência de caráter instrumental (que visam a obtenção de bens ou vantagens), bem como as de caráter expressivo ligadas a sentimentos ou a necessidades que não podem ser expressos de outra forma, ou que são praticados para afirmar uma identidade, cultivar uma reputação, etc. São formas de violência repetidas e sistemáticas, e as que são ocasionais, se é até o ponto em que elas forem percebidas pelas vítimas como problemáticas; as modalidades individuais ou grupais de atuação da violência; a totalidade dos sujeitos capazes de, as vezes alternando papéis, se situar na posição de agressor, de vítima ou de espectador (mais ou menos participante (PRINA, 1997, p.123).

Neste sentido, não é só a violência física a merecedora de atenção, já que outros tipos podem ser traumáticos e graves, sendo recomendado escutar as vítimas e a comunidade acadêmica, para construir noções sobre a violência mais afins às realidades experimentadas e os sentidos percebidos pelos indivíduos. O pedagogo da escola B refere que o importante é saber ouvir o outro e, assim tentar amenizar o problema.

(...) o problema de violência está no campo das relações humanas, em geral é muito raro que o professor começou a bater boca, a ofender primeiro porque quando chegam os casos aqui na supervisão, a princípio não tem ninguém certo, mas, porque quando chega aqui é porque já extrapolou e quando chega aqui, quem começou, pouco importa, o problema é se o professor está mantendo uma discussão com o aluno, é problema. Então quando chega aqui a gente tem que acabar com a discussão, a gente não acaba com a violência, acaba com o instrumento dela. (...) uma prática que eu tenho aqui na escola é não tentar identificar onde está o culpado, até porque no momento você até priora isso, então eu evito não entrar neste campo, o processo que eu tento encaminhar essa situação, é de mostrar a situação que não dá pra tocar assim, o problema está em manter isso, desse jeito, porque voltar o tempo e resolver o problema lá atrás eu não consigo, não tem como, então eu tenho que acaba com o mecanismo de.. Vou chamar isso de mecanismo de violência que é a ofensa, que é a agressão, agora não dá pra dizer, há o professor, não é violento, não dá pra dizer é possível que seja, mas, eu não tenho como calcular isso porque pra mim muitas vezes é o professor, muitas vezes é o aluno, até porque pra mim a violência está na pessoa e na relação de sala de aula, o professores tem uma certa autoridade estabelecida. Eu não estou dizendo que o professor não é violento, porque ele é também, ele é também, até porque eu entendo violência da pessoa para com o outro e isso é independente das funções que exerçam, por

que às vezes há violência de aluno e professor e professor e aluno o outro é meramente representação de causa da inquietação (ESCOLA B PEDAGOGO A).

Entende-se que há a preocupação da escola em entender e reconhecer os vários tipos de violência escolar, tanto pelos princípios de respeito humano, como pelo lado das vítimas, como também por sua expressão e por seu crescimento.

Outro problema na violência classificada como da escola é a evasão escolar, reflexo de uma questão social, uma exclusão e, no Brasil, os processos de exclusão tornaram-se ainda mais graves, pois o conceito de cidadania no país apresenta uma perspectiva diferenciada das sociedades individualistas modernas. A produção da exclusão no âmbito da sociedade é, também, praticada no âmbito da educação.

Coincidemente, os mesmos cidadãos que são excluídos do direito à habitação, ao emprego, à saúde, etc., são também excluídos do direito à educação. As desigualdades presentes no campo social apresentam-se na escola sob a forma de reprovações, sucessão e abandonos e retornos e, por fim, a exclusão definitiva. Está formado, assim, o ciclo das desigualdades: baixa escolaridade falta de qualificação profissional, falta de emprego, tornando-os vulneráveis socialmente.

Com referência às desigualdades no âmbito educacional, aponta-se que a repetência e o abandono de crianças e jovens da escola “é o produto do funcionamento do aparelho escolar” (ADORNO, 1994, p.22), mediado pelas desigualdades econômicas e sociais, bem como por fatores culturais e políticos. Assim, a violência interna e circundante à escola, freqüentemente atribuída aos jovens excluídos (ou em vias de exclusão) da escola, é também o produto do funcionamento de uma sociedade construída com base nestas desigualdades.

É o que demonstram os estudos realizados pela UNESCO (2001, p.44-72) tanto os dados, assim como as percepções coletadas em grupos focais, dos quais sugerem que muitas das situações negativas, tidas como obstáculos para se alcançar determinados padrões sociais, estão representadas por falta de oportunidades de trabalho e de alternativas de lazer conceituado como “vulnerabilidades sociais” e são consideradas atualmente marca singular dos jovens.

Abramovay (2003, p.44), refere como “vulnerabilidade à violência”, o que se traduz na morte precoce de tantos. Ou seja, ser vulnerável não quer dizer ser pobre e sim estar vulnerável à situação do momento. É o que refere o autor quando afirma que “a violência que mata e sangra seria marca dos tempos atuais e não peculiar de uma classe, a pobre” (WAISELFISZ, 1998, p.159).

Corroborando os autores dir-se-ia que o jovem de uma classe pobre apresenta descontentamento por sua exclusão social, enquanto o de classe média e/ou alta é agravado de forma violenta por buscar reconhecimento e valorização como cidadão. Ou seja, todos sofrem um determinado risco e uma determinada vulnerabilidade à violência.

O conjunto de dados apresentados demonstra que a violência é uma realidade em muitas sociedades e que se faz necessário analisar as formas e tendências sem jamais indicar um determinismo. Abramovay (2003, p.67-111) confirma que a violência nos meios escolares “é um problema mundial e afeta tanto ao norte como ao sul, é um fenômeno que envolve as idades em torno de 13 a 16 anos e suas causas, ou melhor, seus fatores estão ligados à situação familiar, sócio-econômica e ao estilo pedagógico dos estabelecimentos escolares”.

Ressalta ainda a necessidade de indicação de políticas públicas para que ocorram mudanças dentro das escolas. “A construção de uma visão crítica sobre o fenômeno da violência mostra-se fundamental, na medida que permeia todas as relações sociais, em que são profundamente afetados os membros da comunidade escolar, alunos, professores, direção e pais”(ABRAMOVAY, 2003, p.69).

O que se busca nesta tentativa de compreensão é que estas análises possam contribuir nas respostas aos questionamentos que impulsionam a pesquisa: como se materializam no cotidiano escolar as políticas públicas de prevenção da violência cometida por adolescentes na escola.

Buscando identificar à temática da violência nas políticas públicas, pergunta-se qual a representatividade no espaço escolar e quais as práticas educativas efetivadas pela instituição escolar pública para prevenir a violência? Leva-se em conta o discurso de todos os profissionais ou agentes envolvidos neste ambiente e dos que se encontram fora desse ambiente, como o juiz, auditor do NRE, policial da patrulha escolar.

Assim, nas referências aos atos de violência escolar, será apresentada a classificação escolhida e que se desdobra em violência na escola, violência contra a escola e violência da escola, baseando-se nos critérios de classificação de Charlot (1997, 2002) e seguindo as descrições de Abramovay (2003 e 2005), montou-se uma tabela com os dados coletados nos livros atas das escolas, nos boletim de ocorrência da patrulha escola, ficha escolar de alunos das escolas pesquisadas e algumas das entrevistas realizadas.

Na escola (A), os registros de ocorrências, o BO – boletins de ocorrências atendidas pela patrulha escolar, são colocados numa pasta e com cópia na pasta do aluno (a) envolvido e quanto às demais ocorrências são feitos os registros no livro ata.

Na escola (B) no dia 10 de julho de 2007, junto com a coordenadora pedagógica buscou-se coletar os dados registrados das ocorrências, onde constatou-se que o registro em atas é feito esporadicamente, isto é, não é regularmente registrada a ocorrência assim como o encaminhamento feito ao(s) aluno(s), quando chamada a patrulha escolar e que as pastas da 8ª série do ano de 2006 foram todas jogadas fora (desprezadas). Caso o aluno permaneça no ensino médio é feita pasta nova; a funcionária da secretaria informou-me que precisava saber os nomes dos alunos que tiveram atendimento pela patrulha escolar para pegar suas pastas; o registro de dados aconteceu mediante lembrança dos nomes dos alunos atendidos pelos funcionários e coordenação pedagógica e assim foram localizadas suas pastas; registrando-se assim as anotações contidas nas atas e nas pastas encontradas. Nesse dia a escola estava de recesso e em reforma na planta física e foi preciso chamar a patrulha escolar para registrar o roubo da sua fiação elétrica; o ladrão adentrou a escola de noite pela área em construção, sendo esse caso a segunda vez.

A escola (C) é nova na cidade, portanto suas atividades letivas iniciaram-se no ano de 2007 e o registro de ocorrências feito pela patrulha escolar é registrado no livro ata ao cujo acesso permitiu as anotações a seguir. Soube-se que essa ata não era a primeira; houve uma anteriormente que, no inicio do ano letivo, foi roubada. A pedagoga esclareceu que alguns alunos comentaram que ela tinha sido queimada.

Tabela 4 - Dados coletados nas escolas pesquisadas na classificação sugerida pelos pesquisadores para identificação de violência escolar baseando-se nas descrições dos autores Charlot (1997, 2002) e Abramovay (2003, 2005).

Descrição da Violência escolar por e Charlot (1997, 2002) Abramovay (2003, 2005) e pesquisador	Narração de fatos ocorridos nas escolas pesquisadas	Procedimento realizado pela escola	Escola (A), (B), (C)	Classificação sugerida pelos pesquisadores para identificação de violência escolar seguindo descrição dos autores Charlot e Abramovay
a) Violência física: De um individuo ou grupo contra a integridade de outro (s) ou de grupo (s) e também contra a si mesmo abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos,	1) Drogas: encontrado cigarro com alunos da 8ª série e 1º ano do E. Médio. Identificado como danos ao físico e ao psíquico sendo contra a si mesmo; 2) Aluno de 12 anos teve sua bicicleta roubada por um rapaz na frente da escola; 3) Roubo de três bicicletas de	Todos receberam advertência Chamado a patrulha escolar para registrar o roubo Chamado a patrulha	A A A	Violência na escola Violência na escola Violência na

	17) Aluno, 8 ^a série, 15 anos, agrediu outro aluno da 7 ^a série, que o chamou por um apelido que não gosta;	poderem voltar à sala de aula; A direção chamou os pais, e ambos foram alunos orientados;	C	Violência na escola
b)Agressão física: homicídios, estupros, ferimentos, roubos, porte de armas que ferem, sangram e matam.	1)Aluno de 12 anos, 6 ^a série, sofreu espancamento pelos pais; 2)Briga entre dois alunos, um atirou uma pedra que quebrou o vidro janela da sala de aula atingindo um professor; 3)Homicídios: aluno, 7 ^a série, 18 anos, assassinado na porta da escola - aluno envolvido com drogas e com mais de 4 passageiros pelo DEA; 4)Três alunas, 6 ^a série ameaçam com um canivete outra aluna da 7 ^a série. 5)No ano de 2006 e no primeiro semestre de 2007: dois alunos assassinatos, ambos, da 8 ^a série um de 18 anos e outro de 16 anos, no entorno da escola; 6)Três alunas, 7 ^a série, foram ameaçadas com uma arma de fogo descarregada por outra aluna da mesma turma; 7) Aluno, 5 ^a série, na saída do colégio jogou produto químico em dois alunos e hasteou fogo;	Diretora da escola chamou conselho tutelar; Alunos evadiram-se do local, depois orientados; Escola e vizinhos chamaram polícia Solicitado a patrulha escolar para revistar as mesmas, encontrado com uma das maconha, as duas foram advertidas, uma transferida da tarde para a noite; Obs. Drogas é Violência física por causar danos a si mesmo Registro policial ambos com envolvimento de drogas, acertos de conta; Chamado patrulha escolar aluna foi encaminhado ao DEA; Advertido verbalmente;	A A A B B C C	Violência na escola Violência na escola e Contra a escola Violência na escola Violência na escola Violência na escola Violência na escola Violência na escola
c)Violência simbólica Verbal: Abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o	1)Dois alunos saíram da sala de aula e dirigindo-se ao banheiro foram abordados por um policial que fazia uma palestra na escola um dos alunos desacatou o policial;	Encaminhado o aluno para a direção e depois para o DEA;	C	Violência na escola

uso de símbolos de autoridades;	2)Mãe pediu ajuda da coordenação pedagógica para que o professor de Educação Física devolvesse a corrente de ouro que pegou de sua filha. Perguntado ao professor o mesmo alegou que perdeu a corrente...;	Coordenação e direção nada fizeram;	C	Violência da escola pelo uso de poder e a escola não fazer nada; Violência na escola – por caracterizar roubo nada;
c.1)Violência simbólica Institucional: marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder.	1)Assinatura em Branco: em alguns casos de transferência de alunos de outras escolas a direção somente aceita esse(s) mediante assinatura dos pais ou responsáveis na folha de transferência sem data, para o caso de o aluno (a) não seguir as determinações disciplinares da escola. Este será transferido;		B	Violência da Escola
d) Violência Verbal: Incivilidades (pressão psicológica) - humilhações, palavras grosseiras, desrespeito, intimidação ou <i>bullying</i> .	1) Aluna 7 ^a série, 14 anos, desacatou a direção com palavras grosseiras; 2)Mãe de aluno com perturbação mental entrou no colégio e “xingou” a diretora; 3)Aluno, 14 anos da 5 ^a série, utilizou de palavras grosseiras à diretora; 4)Aluna, 14 anos 5 ^a série, ameaçou a diretora de morte; 5)Aluna 12 anos, 5 ^a série, recebeu carta em sua casa com ameaças e intimidações, assinado por várias alunas da escola; (Identificado como violência não verbal) 6) Aluno agrediu verbalmente o diretor 7) Cinco alunas da 8 ^a e 7 ^a séries, agrediram, ameaçaram e intimidaram uma aluna transferida da cidade de Brasília;	Chamada a atenção da aluna Chamada patrulha escolar; Chamado a patrulha e encaminhado para o DEA; Chamado patrulha escolar encaminhada para o Juiz, Diretora chamou todas as envolvidas e orientou as mesmas se caso persistir tal atitude será chamado a patrulha escolar para registrar a queixa de ameaça; Suspensão por 4 dias e solicitado o conselho escolar para resolver sua transferência; Direção chamou os pais da aluna agredida os mesmos pediram a transferência da filha em virtude das	A A A A A B B	Violência na escola Violência na escola Violência na escola Violência na escola Violência na escola Violência na escola

		ameaças, as cinco alunas receberam advertência da direção;		
	8) Aluna, 5 ^a série, 17 anos, discutiu com outra aluna;	Advertência verbal;	B	Violência na escola
	9) Mãe de aluno suspenso ameaça diretor - “se ele, não tem medo de ficar na escola”, dias depois o pai do aluno ameaçou novamente o diretor dizendo que “... alguns alunos estavam arrumando um susto para o diretor.”;	Nenhum procedimento feito só registrado em ATA	B	Violência na escola
	10) Aluno no intervalo da aula ameaça “matar” coordenação pedagógica	Chamado patrulha escolar, aluno encaminhado para a DEA	B	Violência na escola
	11) Duas alunas da 5 ^a e 6 ^a séries discutiram por ciúmes do namorado;	Chamadas na direção receberam advertência;	B	Violência na escola
	12) Três alunos, 6 ^a série, 14 e 15 anos, usaram de palavras grosseiras e enviaram um bilhete, cometaram desacato ao professor.	Advertidos e chamados os pais dos mesmos;	C	Violência na escola
	13) Aluna 5 ^a série, 13 anos, desacato ao professor.	Chamado os pais, advertidos verbalmente	C	Violência na escola
	14) Dois alunos da 7 ^a série, 14 e 15 anos, cometaram desacato ao professor,	Chamado os pais, orientados;	C	Violência na escola
	15) Sete alunos “xingaram” os policiais da patrulha escolar durante uma vistoria pela mesma na escola;	Encaminhados para direção e depois para o DEA como desacato ao servidor público;	C	Violência na escola
	16) Aluno, 5 ^a série, ameaçado por outros alunos fora da escola;	Família solicitou transferência com urgência para outra cidade;	C	Violência na escola
	17) Três alunas da 8 ^o série perturbaram em sala de aula, desrespeitando alunos e professores ao jogar água na sala de aula;	Chamados os pais uma foi embora da cidade, e as outras duas foram transferidas;	C	Violência na escola
	18) Mãe pediu ajuda da coordenação pedagógica para	Aluna foi chamada para conversar;	C	Violência na escola: se

	sua filha que está faltando muito às aulas e não quer vir à escola,			constatado problemas de <i>Bulling</i> ; ou Violência da escola: se constatado discriminação ou práticas pedagógicas que prejudicam a aluna e/ou essa sinta-se prejudicada.
e)Autores não fazem descrição desse tipo de violência das quais classificamos como:	<p>1) Livro ata roubado no inicio do ano letivo (2007);</p> <p>2)Alunos quebraram vidro da porta da sala da direção;</p> <p>3)Roubo na escola de torneiras do banheiro masculino e feminino;</p> <p>4)Roubo na escola de telhas externas, ralo do bebedouro, fios elétricos, cabos de telefones;</p> <p>5)Invasão no final de semana na escola, com roubo de 2 extintores e lâmpadas;</p> <p>6)Dois alunos entraram na despensa anexo à cozinha da escola e roubaram comida;</p> <p>7)Roubo de telefone; DVD;</p> <p>8)Roubo de toda a fiação da escola</p> <p>9)Roubo de três pastas de alunos da</p> <p>10)Encontrada Arma de Fogo na sala de aula, 5^a série, pistola calibre 45 marca: Auto nº 93,</p>	<p>Não foi encontrado, Pedagoga comentou que alguns alunos referiram que o mesmo foi queimado.</p> <p>Não foi realizado nenhum procedimento</p> <p>Registro policial- BO</p> <p>Registro policial - BO</p> <p>Registro policial - BO</p> <p>Direção identificou alunos, chamou - os para conversar e orientar. Roubou por fome!</p> <p>Registro policial- BO</p> <p>Dois dias depois, funcionários foram avisados que havia pastas num bueiro próximo a escola;</p> <p>Chamado patrulha escolar não identificado quem trouxe a mesma.</p>	<p>A</p> <p>A</p> <p>A</p> <p>A</p> <p>A</p> <p>A</p> <p>A</p> <p>A</p> <p>A</p>	<p>Violência contra a escola</p> <p>Classificamos como violência contra a escola por não especificar como: porte de arma; agressão física;</p>

	<p>11)Aluno, 6^a série, quebrou vidros das salas de aula e tirou a massa de outros vidros;</p> <p>12)Carro do professor estacionado dentro da escola foi riscado e dois pneus furados;</p> <p>13)Três alunos, 7^a série, estouraram uma bomba caseira na porta da sala de aula no piso superior da escola;</p> <p>14)Quatro alunos do 1^a ano do ensino médio de 15a16 anos soltaram uma bomba no horário do intervalo.</p>	<p>Chamado patrulha escolar e direção, alunos foram advertido e pais tiveram que pagar pelos vidros;</p> <p>Professor ligou para a polícia, chamou direção exigindo que a escola pagasse o prejuízo.</p> <p>Chamado patrulha escolar, não encontrado culpado(s) todos os alunos foram orientados;</p> <p>Chamado patrulha a mesma não comparecendo direção da escola suspende 2 alunos, 1 é expulso e outro transferido;</p>	C C C C	<p>sem dano de intimidação a comunidade escolar.</p> <p>Violência contra a escola</p> <p>Violência contra a escola e na escola por caracterizar prejuízo para a escola que teve que pagar os danos no carro do professor</p> <p>Violência contra a escola – Atos de vandalismo</p> <p>Violência contra a escola por caracterizar atos de vandalismo; Violência da escola ao expulsar e transferir alunos.</p>
--	---	--	------------------	---

Fonte: A autora

A intenção ao apresentar as violências descritas na tabela acima (registros feitos pelas escolas) é refletir sobre esta problemática social. Neste sentido, buscou-se uma compreensão mais abrangente do fenômeno dessa violência. Não foram identificados vítimas ou culpados da violência que permeia a escola como um todo, pois o que existe é uma teia de relações complexas e indissociáveis que, segundo o momento histórico, cultural, social, político e jurídico, evidencia com maior relevo uma ou outra faceta desta violência.

4.5 A ESCOLA PRODUZ VIOLÊNCIA

Na seqüência seguem os resultados das entrevistas, quanto à pergunta (a): A escola produz violência, estas colocadas em negrito nos trechos relevantes à questão suscitada.

Produz, briga em sala de aula um monte coisa no colégio, qualquer coisa já tem briga, briga entre amigo memo, amigo meu (ESCOLA A ALUNO 1).

A escola produz muita briga sim porque às vezes o aluno tá muito revoltado e briga com o professor e o professor começa a se meter, diz um monte de palavrão no meio porque (ESCOLA A ALUNA 2).

E como ela disse né tipo sei lá é nós mesmos tipo.. **É briga dentro de sala, pode ser fora na direção em qualquer canto da escola tem briga** (ESCOLA A ALUNA 3).

Às vezes em sala de aula e, **eu acho que a escola produz violência sim dentro da sala de aula, por exemplo, da sala de aula quase nenhum professor gosta mais de mim...** Ninguém gosta de mim dos professores eu chego na frente na sala e eles já xingam eu , pra isso a escola produz... Eles acham que eu sou revoltado... (ESCOLA A ALUNO 1).

A escola produz violência sim, por exemplo, o que é uma reunião de pais a escola não sabe trabalhar nada junto com os pais. Por exemplo, não adianta nada fazer reunião de pais dos alunos complicados na escola para dizer que os alunos são complicados, onde você fala mal do seu filho na próxima reunião os pais não vêm. O pai não vai, na escola pra isso até porque ele é humilhado é uma situação vexatória a escola não sabe trabalhar nada junto com os pais (AUDITOR).

A escola como um todo sim... A seleção feita hoje numa escola ela é muito complicada pra você selecionar você não tem como na minha escola só serão matriculados alunos de uma determinada classe você tem que ter uma mistura de raças, de condições sociais, e isso gera uma violência dentro da escola. (...) **o fato do aluno se bom, por exemplo, do aluno de nota 100 nota 80 já é fato de violência** de um aluno que não tem fundamentação educacional que ele não tem acompanhamento da família que ele não sabe por que ele ta na escola. Aquela época que a criança ia pra com o caderninho um lápis e a borracha debaixo do braço ele adquiria conhecimento ele aprendia na escola e hoje quanto mais o aluno tem menos ele quer aprender então eu acho que isso gera violência na escola porque eles tornaram grupos distintos com **competitividades** se o aluno é bom ele já é um problema que ele não ta se enturmando com os demais da turma que não querem que o professor dê aula e geralmente é a maioria que não quer nada, **ele é discriminado...** **E aquele que tira nota boa que recebe elogios do professor e isso é uma ameaça para quem não quer nada.** Eles até admitem o elogio, mas la fora o aluno recebe apelidos **Então se o professor elogiar gera a violência entre eles.** (...) **nós estamos educando é quantidade e não qualidade.** Quando eles dizem que não podem reprovar e que qualidade pra eles não importa, ai começa a fugir os princípio do educador como é que eu vou aprovar o aluno que não sabem os conteúdos que deveria aprender para continuar esse ensino. Isso tudo é produção de violência (ESCOLA A PROFESSOR 2).

Se a escola produz...produz... **Eu penso assim que a violência ela aparece na maneira que as pessoas se tratam**, porque a escola é um espaço público... (ESCOLA A PROFESSOR 3).

A escola produz **violência sim, produz, talvez até às vezes a linguagem o tratamento que se faz com o aluno que você impõe é uma violência tipo de violência meio camuflada**, mas existe e passa do limite e torna-se a violência (ESCOLA B PROFESSORA 3).

A escola não seria a segunda família e a partir dai começa eu acho que o aluno traz de casa e produz aqui (ESCOLA C PROFESSORA 3).

(...) **depende dos alunos**, porque tem a falta de respeito entre os alunos e entre as pessoas (ESCOLA C ALUNA 1).

(...) claro que produz **todas as escolas produz**, professor e aluno, aluno e aluno tudo briga sozinho aluno e aluno (ESCOLA C ALUNO 4).

(...) produz, eles tiram já a nota da gente e quando o professor não gosta do aluno faz acusação tipo qualquer coisa que acontece assim só por você ser o pior aluno do colégio os professor consideram a maioria que é suspeito, já põem a culpa e não adianta falar que for contra que não adianta, **violência é quase tudo e acontece todo dia, morte, roubo essas coisas e também não é só isso né**(ESCOLA C ALUNO 2).

Eu acho que sim..... **Produz quando ela não consegue atender a todos na escola** ao passo eu ela reproduz o sistema social que a gente vivencia ela tenta melhorar alguns aspectos, mas, não vai atender a todos alguns a gente vai ter um trabalho muito bom a outros não então não há lugar para todos. Então ao passo que a gente não consegue recuperar a todos os alunos a gente ta produzindo uma violência (ESCOLA B PEDAGOGA B).

Produz, muitas vezes ao tratamento dado aos alunos é... Muitas vezes os professores esta sobrecarregado do trabalho ele não vê no aluno a necessidade de muitas vezes de afeto de conversa ele esta sempre correndo atarefado e não para ver o aluno o que ele ta precisando (ESCOLA C PEDAGOGA B).

Toda a escola também produz violência, não que a escola faz isso, mas tem **as formas próprias de produzir a violência e tem um espaço próprio pra isso você coloca o professor na escola para passar parte do seu dia e parte da sua vida** numa disciplina que não é a disciplina rotineira do mundo, no espaço da escola e coloca o aluno sentar para ficarem 4 horas pra concentração, ouvindo assuntos que não é do seu interesse da sua rotina por mais que se diga que educação é prazeroso ela tem um desgaste é trabalho é de certa forma é uma violência (...) numa forma mais amena, mas ai o excesso de conversas na sala, o não ficar quieto, o sair de sala, na troca dos professores saem correndo é uma maneira de extravasar essa energia, de fugir desse e ai saiu e o professor entrou e não deixa entrar na sala depois tudo é violência as outras na questão de brigas, outros tipo mais sérios esse tipo não é a escola que produz e o espaço que ela acontece é meramente o espaço (ESCOLA B PEDAGOGO A).

(...) produz, há como tem dois alunos assim né (...) há tem como eles começa “xingar” o professor pro professor é uma violência (ESCOLA B ALUNA 1).

(...) começo de briga, bagunça na sala um fica gritando com o outro (ESCOLA B ALUNO 2).

(...) é começo a desobedece à professora um começo a briga com o outro que ta desobedecendo à professora e daí já é violência.. (...) e fala la fora nois acerta, (...) de **diminuir nota eu já vi, mas na outra escola se nós não obedece ele, ele ia abaixar a nota** (ESCOLA B ALUNA 1).

Com a leitura cuidadosa das falas dos entrevistados, foram agrupamos os dados emitidos que convergem para a confirmação que a escola produz violência. Disto depreende-se que a maioria reconhece a existência de violência de várias formas e características como: brigas na sala de aula, na escola; quando o aluno está revoltado e o professor não o entende e usa de palavrão, xingamentos; a relação do professor com o aluno, que não gosta do mesmo e não esconde isso; a reunião de pais que a escola não está sabendo trabalhar, ao ouvirem falar mal do filho, os pais se sentem humilhados; a escola recebe a todos e não está preparada para

atender a essa diversidade; na competitividade produzida quando um aluno se destaca por notas, desempenho, criatividade e ao ser elogiado possibilita gerar um conflito e discriminação entre alunos; na linguagem e tratamento ao aluno quando impõe autoridade; produz por ser entendida como a segunda família; por falta de respeito; ao tirar ou diminuir notas do aluno; o ameaçar; quando a escola não consegue atender, a conhecer, a recuperar todos os alunos; pela regras e determinações ao exigir do professor passar parte de sua vida numa disciplina que não é a rotineira do mundo; quando o aluno deve ficar quatro horas, sentado e concentrado para aprender, na hora da troca de professor de sala de aula, momento que o aluno (quer extravasar a energia própria da idade) sai correndo e ao voltar o professor não o deixa entrar. E ainda, quanto ao sistema de não reprovar, os professores referem que estão educando por quantidade e não por qualidade. Perde-se aí um dos princípios do educador; ensinar para que o aluno aprenda e saiba o conteúdo. Isso tudo é produção de violência.

Ainda em relação à pergunta se a escola produz violência, foram categorizadas as respostas dos pesquisados, que afirmam que a escola **não** (grifo nosso) produz violência justificando que:

Bem a escola **não produz violência**, mas como existem diversos tipos de família e cada uma com uma educação diferenciada, então às vezes o aluno cópia, sabe, aquele modelo de violência que dependendo né o que trás de casa o que traz do lar de onde vive, pode gerar a violência. **Ele traz, não é que a escola produz a violência, é os tipos de alunos que vêm pra escola, a escola recebe todos os tipos de alunos, certo** (ESCOLA A PEDAGOGA B).

Ah não, a escola não produz violências, **os indivíduos que permanecem dentro da escola é que produzem a violência**, porque alguns deles que vêm para a escola, até a escola com a mentalidade deles diferente não de aprendizagem principalmente para denegrir a imagem do estabelecimento (ESCOLA C PROFESSOR 2).

Não, eu acho que não (ESCOLA A DIRETORA).

Não, (ESCOLA C DIRETORA).

Eu acho que a escola é um produto da sociedade, né; agente dizer que a escola produz violência acho, que não em si mesma não, porém é lógico que **o aluno que em casa tem um comportamento, quando vem pra escola e faz novas amizades, provavelmente ele mude um pouco seu comportamento, então eles acabam gerando algum tipo de violência**. Mas não significa que a escola produz a violência, acho que não (ESCOLA C PROFESSOR 01).

Ela não produz violência né, **mas existem alguns alunos que produz violência** (ESCOLA A PROFESSOR 03).

Não tem porque ela produzir violência, não sei,, a meu ver por... **apesar de que a conduta do aluno na qual o professor possa tomar algumas atitudes ou não**, ou se porventura ele pode tirar umas conclusões erradas do aluno ou não saber o que trabalhar com o aluno, ele tomar atitude que pode ofender moralmente o aluno, pode ser desse lado (ESCOLA B PROFESSOR 01).

Olha, eu acho que não... na minha opinião acho que não, porque haa ... Eles tão aqui para ensinar e a gente tá aqui para aprender, então eu acho que a escola não produz violência, quem produz são nós mesmos, entendeu a escola tá pra ensinar, quem quer aprender, aprende quem não quer, vai por lado da violência não aprende, entendeu... **Na minha opinião a escola não produz violência e nós que produzimos violência. Entendeu** (ESCOLA A ALUNA 4).

Não, a escola não na produz violência **pelo contrário o papel da escola seria para diminuir a essa violência, mas, não é o que está acontecendo hoje porque o maior número de violência entre os jovem esta acontecendo dentro da escola**, eles estão colocando a escola como um meio de fuga da realidade de fora e eles vêm desabafar na escola, ou seja, eles tem problema com pai e mãe e responsável fora da escola e eles transmitem isso aqui dentro (ESCOLA C PEDAGOGA A).

Elas não produz, mas contribui para que a violência, aumente com um sistema hermenêutico e pouco flexível, a escola está como uma “panela de pressão” com poucas válvulas de escape. ... Se houver estrutura, área física, relação de afeto, entre professores e alunos diminui essa pressão. Alivia... Diminui a violência (JUIZ).

A escola não produz violência, **no entanto, quando a escola toma atitudes que surtam efeito para coibir os atos de indisciplina que ocorrem dentro da escola, estes atos podem evoluir até mesmo para o cometimento de atos infracionais**. Portanto, um problema que já poderia ter sido resolvido acaba agravado, por exemplo, um aluno recebe um apelido pejorativo e nenhuma atitude é tomada por parte da escola. Em uma outra oportunidade ao ser chamado novamente pelo apelido depreciativo o aluno acaba envolvendo-se em uma luta corporal. Às vezes o aluno é gordinho ou tem uma deficiência, até mesmo física que o aluno tenha, é magrinho demais e isso começa a gerar um problema dentro da escola sem contar situações mais graves que também pode vir a ocorrer; o adolescente tem um problema fora da escola, participa de uma gangue, de alguma situação fora da escola e esse problema acaba desembocando dentro da escola (POLICIAL).

Em determinadas situações ela pode mostrar algumas ações de violência, assim, não violência de agressão profunda, como no trato, como nas indicações de punições, porém, exemplo: um aluno fez uma determinada coisa, então fulano é que fez... Aí se pune, mas não se tem certeza, eu acho isso muito perigoso; é um sinal de violência, traz uma rebeldia, uma certa angústia por parte do aluno e aí ele vai querer revidar em determinado momento e ele então, em determinada circunstância, **a escola pode até colaborar com a violência, mas não que ela seja produtora de violência** (ESCOLA B PROFESSORA 2).

Na fala dos entrevistados, depreende-se que uma minoria declara que não, a escola não produz violência, justificando que: o aluno traz de casa a violência; são os indivíduos que estão dentro da escola; a escola está para ensinar quem quer aprender; quem não quer, gera violência na escola; ela está sendo o local em que ocorrem as violências geradas por problemas familiares fora da escola; mas ela contribui para que a violência aumente com um sistema fechado e pouco flexível; no entanto quando a escola toma atitudes que surtam efeito para coibir indisciplina que ocorre dentro dela, estes atos podem evoluir até mesmo para o cometimento de infrações.

Assim, entende-se que os entrevistados referem-se a problemas de fora da escola; as questões familiares, dir-se-ia a desestruturação familiar aparece como uma das causas que atribuem para a produção da violência nas escolas, pois, mesmo que a família tenha sido considerada uma instituição que ofereça segurança, conforto e apoio aos seus membros, isso

não é totalmente verdade. Ela é também lugar onde existem conflitos que, por conseguinte, aparecem refletidos na escola, assim como qualquer problema fora da estrutura familiar. Considera-se a questão da necessidade de diminuir conflitos e buscar mais compreensão, mais escuta, requerendo mudanças de atitudes, promovendo educação enquanto dialógica do aprender a aprender diariamente.

4.6 VIOLÊNCIA ESCOLAR NA VISÃO DOS ENTREVISTADOS

Dando continuidade a esta análise, ao se perguntar aos entrevistados: - Como você vê a violência na (sua) escola? Obteve-se como resposta uma representação qualitativa das falas dos professores, profissionais e alunos sobre a questão. Algumas não estão colocadas na íntegra e sim trechos relevantes (em negrito) à questão suscitada.

(...) eu vejo como **fruto da desestruturação da família da situação econômica que ele vem, você tem**, eu não tenho, ele cria uma revolta, qualquer coisa que você fala com ele que brinca com ele....um boné que se tira dele é motivo de briga de revolta , pronto... **Ele tem que revidar** se ele não fizer nada, ele não tem poder, pode ser visto de alguma forma como um banana. **A falta de perdão, a falta da religiosidade, de amor, isso não tem mais, a falta de temor a Deus, de respeito à vida**, isso é primordial e as famílias não estão mais incutindo nos filhos a questão do amor... **Eles vivem numa aridez terrível de sentimento, de emoção: atira e mata porque não há amor à vida, vive sem a noção de afetividades; por outro** lado a grande gama de informações que vai através da televisão, a internet; a verdade está na televisão e na internet, afi o que o professor fala já não tem valor... O professor perdeu-se nessa enxurrada de informações de uma maneira toda sem orientação, como enxurrada, o aluno não tem maturidade para entender e entender do jeito que dá pra entender, há um erro muito grande no entendimento das coisas... (ESCOLA B PROFESSORA 2).

Eu vejo uma falta de limite do aluno, uma perda da identidade, perdeu a noção de família, perdeu a noção de respeito, perdeu a noção de tudo então... É não é só na nossa escola é em todas e não é só em escola pública porque a particular também há uma agressão, tá igual. A agressão é mais verbal e moral, não a física. Eu não veja agora entre eles a física é muito, com o professor quase nenhuma (ESCOLA B PROFESSORA 3).

(...) **a violência vem de casa**, tem aluno, eu já trabalhei com aluno que tinha totalmente energia negativa, não tinha mais como mais, não tinha conserto pra isso, o que aconteceu: **os pais são culpados**, eu fui procurar os pais, **um era preso por tráfico o outro é de vida fácil; como você vai cobrar dessa criança**, isso eu to falando de um caso e os outros casos? (ESCOLA B PROFESSOR 2).

Eu vejo os alunos que trazem a violência de casa agredindo os professores um aluno de outro colégio chegou a morder o professor de 13 anos, na outra escola eu não tenho medo, mas aqui eu trabalho porque eu preciso, mas dá medo **o aluno já vem de casa meio discriminada pela sociedade e ele chega à escola e você tem que impor algumas atitudes para ele cumprir e ele (aluno), não aceita ele tenta se importa e não aceita as orientações do professor.** (...) **Eles impõem medo** por que aqui neste bairro tem de tudo é pesado. Agora aqui dentro entre eles não vejo muita violência; agora, se vier aluno de outra escola, daí tem violência, **é violência com professor, é bater boca, violência verbal,**

chutar a porta, bater a porta. ... Quanto a drogas, no inicio do ano era mais, agora é menos. Muitas vezes a gente vem o comportamento o cheiro dele que não é dele... (ESCOLA C PROFESSORA 3).

O aluno chega totalmente despreparado na escola, chega sem um acompanhamento, (...) hoje o aluno chega, o pai empurra essa criança pra escola, pra ele se ver livre e é papel da escola educar, ensinar dar valores, dar carinho, dar afeto, dar atenção, porque a família numa porcentagem muito grande, a família fez isso porque já ouvimos na escola uma mãe assim falar pra diretora – eu quero uma vaga pro meu filho – mas, mãe, seu filho não quer ficar na escola, ele não quer estudar, ele não respeita e ela virou pro diretor e disse - eu quero fazer o meu papel que é matriculá-lo; o resto é problema de vocês. Então, se ele quer ou não quer, não é problema dela, então ele está jogado, **mas sem o acompanhamento da família é complicado...** (ESCOLA A PROFESSOR 2).

Agora **um dos grandes problemas que a gente vê é a família, famílias desestruturadas, pais separados, desestruturas familiares, que as escolas não suportam educar os filhos de pessoas, que não colaboram de forma nenhuma com os educadores.** Educação pela constituição é obrigação do estado e da família. Teoricamente em primeiro lugar aparece a família e depois o estado. Agora a família entrega o filho na escola, vire-se; a escola que se vire com o problema. Ai aparece à violência familiar na escola e fica difícil a escola passa o conhecimento, mas educar pra vida com objetivo bonito etc. Fica muito difícil. Sem a família, praticamente impossível (AUDITOR).

Eu vejo que lá fora a violência é produzida fora da escola na sociedade e ela é exteriorizada aqui, tipo assim, o aluno vive a violência lá fora, ele chega aqui na escola com ato violentos a com palavras violenta, com atitude violentas, eu acho que é a situação dele lá fora que faz com ele seja uma pessoa violenta aqui dentro da escola e, eu não vejo em todos os alunos, eu vejo naqueles alunos que vivem numa família que existe a violência dentro de casa ou em contato com pessoas no meio dele ali, né, porque tem os alunos mais calmos que atitudes mais calmos que tem uma convivência mais calma e eles exteriorizam essa atitudes. Ele resolve as questões dele com uma atitude diferente. Então eles adquirem esses atos violentos lá fora (ESCOLA C DIRETORA).

Na percepção desses entrevistados o problema está na desestruturação familiar, na falta de respeito, limites, perdeu-se a noção de importância e significado de família. Esta de pais ou responsáveis não mais acompanham a educação desse aluno (a), seus filhos na escola.

(...) a violência foi naturalizada, **algo natural, a relação de um com o outro é violenta: você cumprimenta batendo, você chama xingando com apelidos; se a pessoa não gosta, piorou** porque aí chama mesmo. E eu percebo isso aqui e em qualquer escola. **As relações que nós temos, nós os profissionais com os outros** assim, né, quando você entra na sala de aula do outro professor, abre a porta e entrar, não bate, não pede licença antes, não chama o professor pelo nome, não fala, por favor, vem aqui, **a relação que a gente tem com os funcionários da escola chama, há, fala com o tio**, ainda que o tio pareça carinhoso, mas o tio tem nome, então essas relações todas que passam aqui a escola e volta a dizer a gente passa um grande tempo junto, aqui dentro, coisa que não passa em família mais, então **a gente extrapolou essa condição que é respeitosa eu entendo pra mim isso é um dos maiores diferenças de violência que a gente tem, o desrespeito às coisas mais simples, que geram a violência: é o acúmulo de pequenas infrações que geram as maiores, é claro!** (ESCOLA B PEDAGOGO A).

(...) a violência é como xingando um ao outro chamando uma ao outro pra brigas, dar chutão, beliscar, bater, pegar na bunda das meninas e, tem os professores tirando a gente da sala os professor colocar a gente pra trabalhar, eu tava bagunçando na sala e a professor me põe na sala e a diretora mandou eu arrumar as coisa lá. Nós colocamo todas

as pedrinhas, pra mim eu to ajudando a escola, mas é chato, é uma preguiça,... Nois que limpa a caixa d'água e nós ensina os colegas para não sujar, mas eles não aprender, entendeu. **Aqui na escola às vezes entrar droga, cigarro arma, os dois entra e não tem quem não fuma aqui, eu já fumei**, só que parei, eu tussi muito, eu comecei; todo mundo tá usando, fui experimentar, agora droga, já usei, fumei uma vez, sorte que eu consegui parar (ESCOLA B ALUNA 1).

Os professores eles querem mandar dentro da sala... (ESCOLA B ALUNO 2).

(...) eu vejo que **não espera pra conversar já grita** e começa a briga isso entre aluno com professor, aluno com aluno e bater boca e aluno violento existe (ESCOLA C ALUNA 1).

(...) **é bagunça, é briga, mesmo de professor com o aluno** (ESCOLA C ALUNO 2).

(...) **todos gritam, senão não consegue dar aula** (ESCOLA C ALUNO 4).

(...) **Num relacionamento entre o professor e o aluno, se o professor** se alterar muito, pode agredir o pensamento do outro aluno que está quietinho comportado com disciplina, (...) eu tenho alunos que **levanta sem pedir licença, anda pela sala, pega as coisas dos outros sem pedir isso é uma violência contra o outro**. Pra mim é o comportamento que promove a violência. (...) os alunos fazem assim: **tudo é marca, qual a marca do teu tênis** – ah! não tem marca – acha então é podre; o aluno que está mais vestidinho ele se acha mais importante, que é melhor, apesar de que ele não é, mas, ele quer ser mais que o outro, ele se acha e o aluno que tem menos condições, esse aluno se anula, não pergunta; encabulado ele nem levanta fica magoado pela situação; **é isso, é uma violência silenciosa...** (ESCOLA A PROFESSORA 01).

(...) **violência verbal, essa violência tipo “te pego lá fora...**” porque hoje a arma deles é falar assim “te pego lá fora...”....de aluno para aluno, mas antigamente era uma ofensa, hoje é normal, eles nem se ofendem mais se a mãe é puta ou deixa de ser, né. Então eles já falam na ameaça, nesse tipo de ameaça. (...) **agressão física existe com os pequeninhos da 5^a, mas é uma coisa muito infantil assim sabe? É uma intolerância... Brigas de menina com menina, os meninos às vezes, “Ah, ele me chamou de macaco...”**. Esses dias um chamou o outro de macaco, aí ele foi e bateu no outro, deu um tapa no outro, um empurrão. Mas são coisas assim bem inofensivas, não é uma violência má. É um jeitinho que eles têm de se defender. **Vandalismo** (...) o ano passado nós tivemos um ano tumultuado demais em questão de.. era um prédio novo, todos achavam que não eram deles o prédio. Nós tivemos que estar trabalhando: “isso é de vocês, cuida que isso é de vocês”. Então **eles estragaram porta, estragaram um monte de coisa, fechadura, riscaram, tacaram pedra. Nós tivemos muita violência externa, né, a comunidade, veio roubar fio, um monte de coisa, quebravam o vidro com pedrada**, umas coisas assim, né; Teve os roubos da comunidade externa e o aluno dentro da sala de aula. (...) então quando acontecia que o professor mudava de sala, o professor saía e abandonava e o quê que eles faziam? Eles quebravam, eles furavam o outro, eles roubavam caderno, eles faziam tudo. Existem as oposições, existem os que acham que você está sendo boazinha porque você quer se eleger sabe? Deus me perdoe... (ESCOLA A DIRETORA).

Eu vejo muito..., que a violência está se proliferando cada vez mais, aumentando muito até **pela situação dos alunos, pela cultura deles, né, eles já trazem de casa, maneiras de agir que não são próprias do ser humano que vá produzir coisas boas, né, eu vejo nas atitudes deles um com o outro, falta respeito e para eles é normal em falar de violência e coisa corriqueira** e o professor está bem amedrontado pela violência e, às vezes, eles tem até muitas reservas em conversar devido ao medo que eles têm, com o aluno tem muitas ameaças (ESCOLA C PEDAGOGA B).

Eu já tive dois alunos que se agrediram fisicamente, e tem a moral-verbal é bastante. (ESCOLA B PROFESSOR 1).

Percebe-se o destaque à falta de respeito e paciência para com o outro (aluno para aluno, aluno para professor, professor para aluno, professor para professor, com e entre os

demais profissionais e funcionários bem como com o patrimônio da escola. A característica dessa violência efetiva-se por agressões verbais, autoritarismo, uso de drogas, vandalismo, omissões e *bullying*.

(...) eu vejo que ela tá aumentando consideravelmente... A violência gerada hoje parece-me como o aluno já entende qual o seu grau de oportunidades dentro do limite social o que especificamente todo o diálogo, toda a retórica da educação vai dizer que a educação é importante para você conseguir melhorar na vida e isso já não é tão palpável como era antigamente, quem estudava efetivamente tinha um futuro mas, agora não, não desqualificando as profissões, hoje, temos pessoa com graduação nos grandes centro procurando emprego de lixeiro, meu pai é inteligente e não consegue emprego. A escola ainda oportuniza isso, mas, porque a escola não forma para o trabalho e nem para que o cidadão tenha consciência da realidade, então a **violência é agravada por esse problema social**. Agora o que mais agrava mais isso o adolescente que não tem estrutura mais para isso; temos mães de 15-17 anos que hoje com 20- 22 anos estão com os filhos na 4^a, 5^a série; os valores de dividir, de ajudar, como? Se na mesa não tem comida, **todo dia temos alunos com dor de cabeça; é fome e como você vai passar valores se ele não tem o básico: isso é violência social**. Tem professor que não aceita que me xingue ou que me chame pelo nome e não de professora; o aluno não está desrespeitando; e os valores que eles trazem é diferente dos nossos os filhos já chegam hoje falando, “a mãe”, “o pai”. Então como você vai chegar pra ele e dizer: “o senhor”... **Mas na questão da violência implica a formação do professor, a forma de graduação teoria e prática**. Quando eu cheguei aqui eu ouvi assim: a teoria da escola é muito diferente da vivência da prática, aqui e é real. Eu sofri muito com isso, mas aprendi a olhar a escola, cada escola tem sua especificidade e tive que me adaptar. **Então a relação da escola com a formação tem muito teoria e pouca prática, ou seja, a vivência da teoria na prática é pouco mesmo** (ESCOLA B PEDAGOGA B).

Existem os problemas sociais. Eu tô com duas famílias aqui que estão passando fome. Eu to com duas famílias aqui que a criança chegou pra mim assim “olha nós não temos o que comer... e eu não sei nem se eu volto pra casa porque eu acho que eu vou sumir, porque eu sou mais um pra dar despesa para os meus pais, eles não estão empregados e nós não temos o que comer (ESCOLA A DIRETORA).

A minha escola não é diferente das outras umas com mais problemas outros com menores, como já falei: no período da manhã é menor, à tarde cresce um pouquinho e **à noite se não segurar com um pulso firme a gente perde a escola**. **Nós temos aqui ladrão, nós temos assassinos, eu tenho aqui três assassinos condenados que merece uma chance que a gente dá. Ladrão à vontade que é chamada de ladrãozinho, são os alunos mesmo que rouba bicicleta, à vontade que são os alunos mesmos** (ESCOLA B DIRETOR).

(...) Eu **tenho que acreditar nele ele tem que ter chance de se recuperar**. Se eu não acreditar nisso tenho que deixar a minha profissão... Um dia uns alunos perguntaram pra mim porque eu tava tentando fazer eles aprender alguma coisa - você acha que somos o futuro? - e eles e me disseram. - você acredita na gente nós somos o desastre a incompetência e, eu disse que se não acreditar eu desisto da minha profissão. Eles não têm muita esperança nós temos que salvar eles estão num país como o nosso, com a corrupção, uma política sem moral um desrespeito a tudo aí (ESCOLA B PROFESSORA 3).

(...) você sabe o que acontece também, o juiz manda criança aqui. Eu tenho muitas crianças aqui dentro, 14, 15 anos, que já têm duas ou três passagens pelo CCIAD; acha que a culpa é da escola? Eu não estou falando que deixa de ser, sabe? Só que é o contexto inteiro daquele cidadão que está até hoje com 14, 15 anos sem fazer a 5^a série, você está entendendo? Existe sim, certa intolerância da parte do professor em estar lidando com os alunos problemas. Isso existe. Então é complicada essa parte de vim pra escola, claro que a gente recebe, só que nunca, quase nenhum vem sem fumar maconha, sem estar traficando lá fora e entra aqui dentro e **nossos alunos**, vamos supor assim, que tem a idade certa que não sabe nem falar palavrão direito aprendem. Aprendem e **são aliciados....**

Gente, é sério demais, eu acho assim, porque não fala assim: olha essa escola (A) vai ser só para moleques infratores, vai estudar aí, bota a psicóloga, assistente social, sabe? Aí tudo bem. Eu acho que assim você cresce você tem um progresso. E os outros também têm um progresso. Agora o que acontece, no momento que eles têm um progresso o outro tem um regresso. Você entende? Um sobe o outro desce. Tudo bem que tem que estar junto. Mas tem que ter mais assim tipo, alguém para dar mais disciplina, para não falar palavrão, porque eles falam cada palavrão sem tamanho, sabe? Então as crianças, por exemplo, meu filho tem nove anos, ano que vem está na quinta série. Eu jamais colocaria meu filho numa sala onde tem certos alunos que falam esses palavrões. (...) **Que inclusão é essa? E que exclusão nós estamos fazendo? Porque no momento que nós estamos incluindo os ruins, nós estamos excluindo os bons.** Eu acho que teria que fazer tal escola é exatamente pra isso, mas ela tem que ser uma escola de qualidade. Ela é só para pegar menores infratores, mas ela é uma escola de qualidade. Ali se cresce junto. Então eu questiono muito e a gente tem que lidar com isso. Então acaba sendo fora da faixa etária, em outra série com problemas ainda porque é impossível não ter problemas com isso. Nós estamos fazendo uma triagem agora para estar encaminhando para o (escola B). Só que não vai resolver, não vai resolver. O que nós estamos fazendo? Excluindo. Está entendendo? Nós estamos excluindo (ESCOLA A DIRETORA).

Pelo exposto, deparou-se com a questão da promoção à inclusão em detrimento à exclusão, agravada por problemas sociais básicos como: aluno com fome, aluno ladrão, assassino que, segundo diretor, merece uma chance. No entanto a inclusão dos alunos que merecem uma chance favorece a vulnerabilidade dos demais. Atenuando esses problemas sociais apontados, destaca-se a questão da formação do professor, a graduação que tem muita teoria e pouca prática, o contato com o real e assim tornando esse profissional despreparado para atuar com adolescentes em tais situações.

A violência na escola é devido à falta de.. de .. Significado que o aluno tem pelo estudo, isso gera se o aluno se ele está na, escola e ele sabe por que ele está ali, ele tem interesse em se comportar e **se o aluno não tá entendendo o conteúdo, ele se torna o sujeito que faz a violência na escola, porque ele fala: bom, eu não tô entendendo nada.** **Mesmo na minha família ninguém estuda, que significado tem isso, entende?** A valorização do estudo **eles não encontram porque estudar? Entende?** E isso gera uma violência porque o aluno quando ele tem prazer no estudo dentro dele não tem o sentimento de revolta, então à violência é assim; ela começa no lar e ela vem pra escola. O aluno, ele copia o comportamento, primeiro da família, dos pais e depois ele traz isso pra colega e o colega admira (ESCOLA A PEDAGOGA B).

A violência na escola vem crescendo, resultado, em parte, da ineficiência da educação que o aluno recebeu em casa, e, da falta de preparo da escola que na grande maioria das vezes não sabe lidar com o problema. Diante disso, a escola não dispõe de meios para combater ou prevenir o crescimento da violência escolar (POLICIAL).

(...) veja bem, a violência ela tem uma visão assim dupla na escola, você tem uma violência na própria escola no sentido hábitos, costumes etc. Reproduzir a sociedade, você tem na escola particular que não tem violência, porque logicamente que a escola particular não divulga esse tipo de violência, mas há, haja visto que ela tem um grande número de violência como sexual, uso de entorpecentes, haja visto o desrespeito dos alunos com os professores que é um negócio muito pior que as públicas. **Agora nas escolas públicas o pouco de tudo isso que acontece está agravando em que você tem uma crise social muito grave e a escola não cumpre o seu papel com a comunidade.** Então o aluno está se sentindo coagindo, pressionado e não sabe o que vai acontecer com ele, no sentido

com aquela educação, o que ele faz com aquilo, então é uma forma de externar várias formas de violência (AUDITOR).

O que se mostra é que os alunos sentem dificuldades para entender o significado e a importância no estudar e ou em continuar a estudar. O aluno não sabe o que fazer com tudo aquilo que aprende, sente-se pressionado. Logo, a escola não é estimulante atrativa, para esses alunos a educação não propicia nenhuma garantia de um futuro melhor.

Percebe-se que muitos dos entrevistados ainda tenham a percepção da expansão do aumento da violência na sua escola e a constatação de que a violência está se “naturalizando” estão se acostumando com esse fenômeno.

A Violência foi naturalizada; algo natural; tá aumentando consideravelmente; é o acúmulo de pequenas infrações que geram as maiores; vem de casa; vem discriminada pela sociedade; é moral, é verbal, é física; É o comportamento que promove a violência; Está se proliferando cada vez mais; Vem crescendo; (ENTREVISTADOS).

Dentre os episódios, fatores geradores de violência escolar apresentadas, identificaram-se os três tipos de manifestações assim classificados pelos pesquisadores: violência na escola, violência contra a escola e violência da escola.

Violência na escola:

- a) Desestruturação familiar: vem da família dos pais e depois ele traz isso pra um colega e o colega admira; parte da ineficiência da educação que o aluno recebe em casa; pais separados;
- b) Situação econômica: falta de comida na mesa, falta de trabalho; eu tô com duas famílias aqui que estão passando fome, a criança chegou pra mim assim – olha nós não temos o que comer... e eu não sei nem se eu volto pra casa porque eu acho que eu vou sumir, porque sou mais um pra dar despesa para os meus pais; eles não estão empregados e não temos o que comer; pela situação dos alunos, da cultura deles, eles já trazem de casa, maneiras de agir que não soam próprias do ser humano que vá produzir coisas boas, né;
- c) Aluno: tem revolta; tem poder; falta de perdão, religiosidade, amor, temor a Deus, respeito à vida, (noção de respeito), sem sentimento, sem emoção, afetividade, atira e mata porque não há amor; cumprimenta batendo, chama (o outro) xingando, falta de limite, não aceita mudar suas atitudes, perda da identidade, impõe medo, ameaçar, dar chutão, beliscão, bater e pegar na bunda das meninas, morder, bater boca; ladrão, três assassinos condenados, que merece uma chance que a gente dá, ladrão à vontade, ladrãozinho (são os alunos mesmos que roubam bicicleta, à vontade, que são os alunos mesmos; os alunos fazem assim: tudo é marca qual a marca do tênis, não tem marca – então é podre; o aluno que tem menos condições, esse aluno se anula não pergunta encabulado ele nem levanta, fica magoado pela situação, isso é uma violência silenciosa; violência tipo: te pego lá fora. Agressão física, mais com a 5ª série; roubo de caderno; violência sexual; uso de entorpecentes, drogas, cigarro; à noite, se não segurar com um pulso firme, a gente perde a escola;
- d) Relações profissionais: na relação de respeito de profissional com profissional, professor e funcionário (entra na sala de aula do outro professor abre a porta e entra, não bate, não pede licença, não chama pelo nome, não fala, por favor, chama funcionário de “tio”, ele, o funcionário, tem nome;
- e) Escolas: (professores) não suportam educar os filhos de pessoas que não colaboram de forma nenhuma com os educadores; (Pais) entrega o filho na escola: vire-se com esse problema; fica difícil a escola passar conhecimento, educar para vida com objetivo bonito, muito difícil; todos gritam, senão não consegue dar aula;

Violência contra a escola:

- a) Aluno chutar a porta, bater na porta. Vandalismo, ano passado prédio novo, estragaram porta, estragaram um monte de coisa, fechadura, riscaram, tacaram pedra. Violência externa: a comunidade veio roubar fio, quebraram vidro com pedrada.

Violência da escola:

- a) Escola como problema social: todas as relações que passam aqui na escola; volto a dizer, a gente passa grande tempo junto, a gente extrapolou essa condição que é respeitosa; a escola não forma para o trabalho e nem para que o cidadão tenha consciência da realidade; o aluno chega totalmente despreparado na escola, chega sem acompanhamento; existem os que acham que você está sendo boazinha porque quer se eleger, sabe? Resultado: é da falta de preparo da escola que na grande maioria das vezes não sabe lidar com o problema; e diante disso, a escola não dispõe de meios para combater ou prevenir o crescimento da violência escolar;
- b) Professor: a formação do professor, a formação de graduação teoria e prática, ou seja, com a vivência da teoria na prática é pouca mesmo; professor se perde na orientação, devido à enxurrada de informações a que o aluno tem acesso; professor está bem amedrontado com as ameaças; professor tirando aluno de sala, mandar dentro da sala; coloca a gente pra trabalhar (limpar caixa d'água); existe uma certa intolerância por parte do professor em estar lidando com os alunos problemas; professor não espera pra conversar, já grita;
- c) Estudo/Conteúdo: falta significado que o aluno tem pelo estudo, se o aluno não tá entendendo o conteúdo, ele se torna o sujeito que faz a violência escolar; eEles não encontram porque estudar; aluno está se sentindo coagido, pressionado e não sabe o que vai acontecer com ele, no sentido com aquela educação, o que ele faz com aquilo, então é uma forma de externar várias formas de violência; aluno sem maturidade para entender.

Para que se possa compreender melhor a questão das definições classificadas pelos pesquisadores o depoimento a seguir demonstra um exemplo de violência na escola e violência da escola: na fala da diretora da Escola A, esta envolve tanto a violência na escola como da escola, sendo isso aceitável, pois se disse da importância de analisar os fatos, para então classificá-los não sendo determinantes como únicos a uma classificação.

O Juiz manda muitas crianças 14-15 anos com duas ou três passagens pelo CIAADI, são alunos de 14-15 anos sem fazer a 5º série, quase nenhum vem sem fumar maconha, sem estar traficando lá fora; entra aqui dentro e nossos alunos, muitos não sabem nem falar palavrão. Aprendem; são aliciados. Tem aliciamento de menores, têm uma menina de 14 anos, aqui do ladinho do bar, tem um bosquezinho e um barzinho abandonado; ela com 4 crianças da 5ª série então 5 alunos meus, tinha três maços de cigarro com ela. Primeiro ela acostuma com o cigarro e depois pega a maconha. Então que inclusão é essa e que exclusão nós estamos fazendo porque no momento que nós estamos incluindo os ruins, nós estamos excluindo os bons (ESCOLA A DIRETORA).

No que se refere à visão dos entrevistados quanto ao fenômeno da violência escolar, vários enfoques foram apresentados demonstrando a amplitude e a complexidade do tema. Não foram em nenhum momento de forma isolada, mas sim relacionada a várias questões estruturais, familiares, sociais, educacionais, culturais e econômicos.

Considera-se que a violência mostrada nas escolas pesquisadas surge de problemas que acometem o dia-a-dia da escola; muitos não podem ser resolvidos, sem que se busque por

soluções coletivamente. Ou seja: faz-se necessário a presença e a participação efetiva de professores, funcionários, pais, alunos, de direção e de líderes da comunidade nas discussões acerca dos caminhos a serem traçados para solução destes problemas. É o que Abramovay confirma:

As violências nas escolas representam um estado e não uma característica de uma ou outra escola ou de um sistema escolar, (isso) significa assumir que essa condição muda com os processos pelos quais cada estabelecimento passa em especial mudanças na administração e na relação dos alunos com diretores e professores da escola (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 321).

Observa-se que é preciso transformar a escola como um espaço comunitário, sócio-cultural e político para além de perspectivas educacionais restritas em sistemas de ensino hermeticamente fechados.

Assim, refletindo sobre essa problemática social, é que nasce o necessárioclareamento dos propósitos definidores da intencionalidade de saber resolver os problemas de hoje e de amanhã com políticas públicas eficazes.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO

Neste capítulo são apresentados os conceitos de políticas públicas, sociais e educacionais e as práticas educativas efetivadas pelas instituições escolares públicas pesquisadas na prevenção da violência.

O fenômeno do aumento da violência escolar e suas consequências há muito já foi comprovado, causando grande desconforto político gerado pela ansiedade da população, que passou a reivindicar políticas públicas para seu enfrentamento.

No entanto, mesmo que o contexto seja escolar, as primeiras iniciativas não começaram no ministério da educação e sim no ministério da justiça, onde constantemente aparece o aumento do índice de criminalidade e de violência envolvendo adolescentes. Desde então, muitas iniciativas estão em desenvolvimento, buscando contribuir para que as relações sociais e principalmente as que se desenrolam no âmbito das escolas, prescindam do uso da violência sempre em conjunto com a formulação de políticas públicas. Elas são criadas e aplicadas a partir de uma determinada concepção de sociedade ou de um fundamento teórico. Tais fundamentos têm sua concepção na história e no pensamento científico, utilizando-se de uma tradição iluminista de decisão política. “Isso significa dizer que uma decisão política deve ser tomada com base em dados comprovadamente científicos ou técnicos da realidade, na qual busca-se intervir com a política pública”(BONETI, 2006, p. 20).

A política pública é uma intervenção do Estado na realidade social, com instrumentos públicos ou determinações administrativas, no sentido de atender necessidades sociais (direitos), interesses de grupos, individuais ou próprios, e/ou gerenciar conflitos, entendendo-se que é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

A partir do exposto acima, inicia-se esta análise com as políticas públicas, desde os elementos conceituais e como as políticas públicas se colocam no âmbito da relação às políticas sociais e educacionais.

Aprendem-se políticas públicas a partir da organização social, política e econômica das últimas décadas e aperceber a compreensão de políticas públicas como uma ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos, quer seja como mera regulamentação administrativa. Com efeito, políticas públicas é o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas

pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. Nesse caso, pode-se dizer que o Estado se apresenta apenas como um agente repassador à sociedade civil das decisões como resultado da correlação de força travada entre os diversos segmentos sociais.

Para que se possa compreender melhor o explicitado acima, é necessário considerar que existe uma relação intrínseca entre o Estado, as classes sociais e a sociedade civil, pressupondo que são nesta relação que se originam os agentes definidores das políticas públicas. Entende-se que cada momento histórico produz, no contexto da inter-relação entre a produção econômica, cultural e interesses dos grupos dominantes, ideologias que referenciam e legitimam as ações institucionais e, em particular, a elaboração e a operacionalização das políticas públicas de forma a melhor atender os interesses do modelo econômico e, em geral, das classes dominantes. No estudo das Políticas Públicas no capitalismo, não se pode deixar de considerar obviamente, a relação entre Classe Social e Estado.

Assim, torna-se simplista, irreal e ideológico entender o Estado como uma instituição regida pela lei, a serviço de todos os segmentos sociais, como pregam os positivistas. Não se pode pensar que a formulação das políticas públicas se dá unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei, como se o Estado fosse uma instituição neutra. Neste caso, as políticas públicas seriam definidas tendo como parâmetro unicamente o bem comum e este bem comum seria entendido como de interesse de todos os segmentos sociais. Mas, também se torna simplista entender o Estado como instituição de dominação a serviço da classe dominante, como ensina a tradição marxista. Este entendimento também nega a possibilidade do aparecimento de uma dinâmica conflitante, envolvendo uma correlação de forças entre interesses de diferentes segmentos sociais ou classes. Esta posição também é reducionista pelo fato de não considerar o poder de força política que têm os outros segmentos sociais não pertencentes à classe dominante. Desconhece ainda esta posição a atuação dos Movimentos Sociais, das organizações da sociedade civil, etc. Isto não significa dizer, porém que a classe economicamente dominante não tenha predileção em termos da elaboração e implantação das políticas públicas, mas não se pode dizer que esta predileção se constitua na única força.

É também nesta concepção que a autora refere o seu entendimento das políticas públicas.

(...) conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões de ações envolvem atendimento político, compreendida esta com conjunto de procedimento formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos (RUA, 1998, p.731).

Assim, políticas públicas são respostas que expressam uma necessidade, uma demanda apresentada pelos agentes políticos ou sociais. Os agentes são os que podem ganhar ou perder, sendo de alguma maneira afetada pelas decisões e ações que compõem uma política qualquer. Logo, as políticas públicas são respostas que só ocorrerão, a menos que haja uma solicitação.

É certo que as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que se tornam demandas não incluídas pelo sistema político. Promove a insatisfação que atinge grupos até chegar às autoridades políticas, como um problema político que precisa de um movimento, uma situação de crise ou catástrofe, para que então ocorra a formulação das políticas públicas com definição das alternativas para solucionar o problema político e da escolha da alternativa a ser adotada.

5.1 POLÍTICAS SOCIAIS

Ao se falar em políticas sociais, fala-se de ação efetuada pelo Estado no sentido de garantir dignidade sócio-econômica e política a população de uma nação. Em geral as políticas sociais tendem a equilibrar as diferenciações de condições sociais provocadas pelo próprio sistema de produção econômica.

Como diz Castel (1995, p. 18), a questão social é um “défi” para a sociedade, pois somente através dela que a sociedade experimenta o enigma da sua coesão e ensaia de conjugar o risco de sua fratura. Este é o motivo de as contradições que envolvem a questão social aparecerem mais claramente nos momentos de crise. Os diferentes momentos históricos da sociedade nos mostraram que a questão social aparece evidenciando uma relação de diferenciação entre as várias camadas sociais, que formam a totalidade social, tendo o espaço produtivo como inserção. Denomina-se espaço produtivo não somente a apropriação dos meios de produção, mas também do trabalho. A apropriação do espaço produtivo leva a dicotomização das posições entre os segmentos sociais economicamente dominantes e os demais, de onde provém o processo de estratificação social e o aparecimento de diferentes classes sociais. As políticas sociais destinadas em favor dos segmentos sociais pobres, a cada momento histórico, se adaptam aos progressos das relações econômicas, quase sempre na

perspectiva de assegurar a reprodução das relações de trabalho. Portanto, o papel das políticas sociais é sempre no sentido de diminuir a diferenciação das condições sociais produzidas pela apropriação do espaço produtivo por alguns segmentos sociais em detrimento de outros.

Os caminhos históricos das políticas sociais no Brasil revelam momentos distintos entre uma preocupação de estruturar um mercado de trabalho sólido, para favorecer as relações capitalistas, e/ou políticas destinadas às populações de riscos.

Sendo uma política social uma ação do Estado em benefício das populações mais pobres, pode-se considerar que até o século XIX pouco se tinha de políticas sociais no Brasil. A maioria das ações sociais tinham caráter de caridade e eram exercidas por entidades religiosas.

Na verdade, o conceito de humanidade está muito associado ao da utilidade. Assim, no Brasil, a invenção do conceito de homem ou humano chegou com o aparecimento da indústria e com ela o trabalhador, no final do século XIX e início do século XX. Logo a idéia de trabalho (através do assalariamento na indústria), forneceu ao pobre o caráter de utilidade. Soma-se a isto a própria organização política dos trabalhadores que começa aparecer a partir do século XIX, pelos sindicatos, partidos políticos e a própria influência da Revolução Russa com inicio no ano de 1917.

Mas, no Brasil, o Estado assume concretamente a responsabilidades pelas políticas sociais a partir do progresso da urbanização implementado pelo processo de industrialização, que se deu mais ou menos em torno da década de trinta. O Estado assume esta responsabilidade começando pela legislação trabalhista. Em 1943, criou-se a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que, além de regulamentar a relação trabalho x capital (contrato de trabalho permanente, carteira de trabalho, salário mínimo, etc.) estabelecia garantia aos direitos sociais básicos, como educação, saúde, lazer e férias. Em 1963, esta legislação foi estendida aos trabalhadores rurais. Trata-se de uma legislação fortemente influenciada pelas idéias fordistas, isto é, fundamentada na concepção capitalista de homem.

Ou seja, homem produtivo e consumidor. Além desta influência da concepção fordista, no caso brasileiro, o caráter desta política social instalada pelo Estado tinha também como objetivo a formação de um mercado de trabalho melhor estruturado, de definição de regras para o capital e para o trabalho. Esta era uma exigência dos investidores estrangeiros num momento em que o Brasil tinha como meta atrair capital de outros países.

Por outro lado, este tipo de política social instalada no Brasil trouxe reflexos negativos ao longo dos anos. O tipo de políticas sociais implementadas, o investimento no homem produtivo, fez nascer uma divisão social entre os segmentos sociais “cadastrados”, com

carteira assinada e emprego fixo, o qual contava com a assistência do Estado, e outro segmento social, o não *cadastrado* (grifo nosso), sem carteira assinada, sem emprego fixo e sem direitos à assistência do Estado. Esta camada da população ficou à margem, condicionada à piedade das instituições religiosas, das ONGs ou completamente abandonadas.

Com o passar dos tempos, nas últimas décadas, a sociedade não “cadastrada”, na tentativa de desenvolver formas alternativas de sobrevivência, passa a se envolver e provocar sérios conflitos sociais, como é o caso do tráfico de drogas, roubos, assassinatos, etc. Com isto, esta sociedade passa a ser considerada juridicamente como uma sociedade “ilegal” (grifo nosso), levando a uma ruptura social, excluindo do social o segmento não “cadastrado”. Com o aumento cada vez maior deste segmento, o Estado foi perdendo o controle do social, dando origem a um processo de desajustes sociais, com o crescimento da criminalidade urbana, com o crescimento da violência social.

Este processo histórico faz com que nos dias de hoje exista um contingente populacional expressivo (de origem da sociedade não cadastrada), exercendo atividades paralelas às do Estado, obrigando o Estado pensar em políticas sociais assistencialistas para a população excluída do setor produtivo da sociedade.

A partir da existência, no Brasil de hoje, de uma dicotomia entre uma sociedade considerada *legal* (formalmente cadastrada) e a *ilegal* (grifo nosso) (utilizando-se de meios alternativos de sobrevivência), amplia-se o próprio conceito de políticas sociais. Não mais se considera uma política social como a ação pública de transferência de renda e/ou de garantia de direitos sociais, mas considera-se uma política social aquela vinculada também à criação de meios de produção de renda. Até mesmo, uma política econômica e financeira, quando tem como objetivo inserir na formalidade, meios alternativos de produção, beneficiar segmentos pobres, transferir renda, etc., considera-se uma política social. Com esta lógica, as políticas educacionais, passam a se constituir de uma importante política social. Pois é pela educação que se instrumentalizam as pessoas para a participação no setor produtivo, no trabalho, na criação de meios de sobrevivência, etc.

Conseqüentemente para compreender uma política pública é necessário levar em conta as relações com a economia social e educacional.

No geral as políticas sociais se referem às ações que determinam o padrão de proteção social complementado pelo Estado voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento sócio-econômico.

Envolvem direitos sociais, projetos, diretrizes, orçamentos, executores, resultados, impactos etc. Evidentemente, as políticas sociais devem sempre passar por avaliação, em qualquer lugar e época, constituindo exigência obrigatória quando custeadas com recursos pertencentes à sociedade.

Todos os aspectos aqui apontados resumidamente justificam a necessidade e a importância de os profissionais da educação e outros pensarem política educacional devidamente contextualizada e de forma pró-ativa a uma política social.

Nesta concepção, entende-se educação como uma política pública social, uma política de corte social, de responsabilidade do Estado, mas que não pode ser pensada somente por ele e/ou seus organismos.

5.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O percurso histórico da política educacional no Brasil indica que sempre teve um caráter social. O primeiro aspecto que identifica esta concomitância entre política social e política educacional é a própria coincidência do momento histórico em que o Estado brasileiro passa a se preocupar com as políticas educacionais e as sociais. Para ambas, o Estado somente se faz presente de forma concreta e organizada após o processo de industrialização da sociedade brasileira, após a década de 30. Existe, portanto, uma concomitância em relação às políticas sociais e educacionais e em relação ao período histórico de implantação. Uma prova desta concomitância dupla se encontra no fato de que o primeiro Ministério da Educação no Brasil foi implantado somente no ano de 1946, em pleno processo de *revolução industrial* (grifo nosso) conjuntamente com a Saúde, intitulado Ministério da Educação e Saúde.

No entanto, a implementação da política educacional é oficializada na Constituição da República Federativa em 05 de outubro de 1988, que consagra o Estado de direito democrático no Brasil, estabelecendo direitos civis, políticos e sociais. A realização desses direitos exige a mobilização da sociedade, porque dela nascem as necessidades e as ansiedades, confirmado e ampliando o interesse social pela educação.

Assim, as ações que nascem do contexto social, tornam-se políticas públicas, resultado do exercício de cidadania. Sugere-se que, ao falar de Políticas Educacionais, pense-se na Educação como instrumento de desenvolvimento da cidadania, instrumento que reforça e determina a Constituição Brasileira, que no artigo 208, determina a garantia de acesso ao ensino fundamental gratuito a todos os que não tiveram acesso na idade própria, garantindo o

básico na formação do cidadão, pois, de acordo com a LDB, em seu artigo 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade, portanto, oferecê-lo a toda população brasileira.

Quanto à gratuidade na educação, destaque-se o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1992, que assegura no artigo 13:

a) A educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos; b) deverá ser generalizada e torna-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito; c) a educação de nível superior deverá igualmente tornar-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito (RANIERI, 1999, p. 75-76).

Observa-se que, constitucionalmente, a educação brasileira deve ser direito de todos e obrigação do Estado; deve acontecer em escolas; deve seguir determinados princípios; deve conservar a liberdade de ensino e principalmente deve converter-se em direito público subjetivo, com a possibilidade de responsabilizar-se a autoridade competente.

Por sua importância, indica-se a correlação entre as legislações específicas da educação na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996.

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Art. 2º- A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 1996).

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Art. 3º – VII –valorização do profissional da educação escolar; VIII – Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X- valorização da experiência extra-escolar; XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (LDB, 1996).

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para

todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; (CONSTITUIÇÃO, 1988)

Art. 4º- O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado Mediante a garantia de: I ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; III- atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; (LDB, 1996)

Art. 58º - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (LDB, 1996).

Assim, pode-se visualizar que a lei 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação que abrange “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Art.1º). Educação essa tanto em geral e em particular, para com o ensino fundamental.

Esta lei (no art. 22º) tem por finalidades básicas: propiciar o desenvolvimento dos potenciais individuais como elemento de auto-realização; preparar o educando para assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Percebe-se que nas correlações dos artigos das legislações um ponto comum em destaque é a formação do educando para conhecer e saber exercer seus direitos de cidadania. Assim buscamos o conceito de cidadania que no dicionário Aurélio, corresponde à qualidade ou estado do cidadão. O cidadão é aquele individuo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado ou no desempenho de seus deveres para com este. Na segunda acepção, o cidadão é o *habitante da cidade* e, ainda, *popularmente, cidadão é o indivíduo, o homem, o sujeito* (grifo nosso). A rigor pode-se definir cidadania como um complexo de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos que integram uma nação, complexo que abrange direitos políticos, sociais e civis.

Pode-se dizer então que cidadania é como uma prática que envolve reivindicação, interesse pela coletividade, organização de associações, luta pela qualidade de vida, seja na família, no bairro, no trabalho ou na escola. Tudo isso implica numa mudança de conduta diante da sociedade de consumo. Mas é preciso não confundir a cidadania com as soluções individualistas estimuladas pelo próprio sistema de competição vigente atualmente, tornando-

se um dos problemas para o exercício da cidadania em nossa sociedade, ou seja, o individualismo incentivado pela sociedade de consumo e pelo neoliberalismo. Ao se preocupar consigo mesmo enfraquece-se a cidadania, assim como os seus próprios direitos. Vê-se, portanto a necessidade de os educadores indicarem os limites da cidadania e da democracia em nossa sociedade, incentivando e, se possível, vivenciando o exercício da cidadania nos espaços escolares como se construiu e se constrói ao longo do tempo e quais são as dificuldades impostas na atualidade.

O desenvolvimento da cidadania torna-se aspecto relevante no processo educativo, uma vez que, no decorrer do seu exercício, as pessoas tornam-se mais conscientes de seu mundo e, com isso, têm possibilidades de percebê-lo de forma integrada. Além disso, consolida o compromisso que todos os cidadãos têm na construção do mundo em que vivem.

Logo muitas das noções de cidadania se concretizam no ambiente escolar no seu cotidiano por meio da educação.

Esta concepção é confirmada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na seção I da Educação.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205, p.148).

De fato, a educação é o que o país precisa para se desenvolver, progredir, é a prioridade para os educadores. Lamentavelmente, vem governo e vai governo, a educação ainda não é uma prioridade para o Brasil.

Em 2006 todos os brasileiros, preocupados com a questão de exercer a cidadania por meio do *voto* (grifo nosso), observaram e ouviram as propostas apresentadas pelos candidatos presidenciáveis, entre estes, Cristovam Buarque destacou-se pela sua constante e incansável repetição da palavra *Educação* (grifo nosso) e decorrente ao fato, ficou conhecido como o candidato que diz “Educação é tudo” “(...) com educação é que resolveremos os problemas do Brasil”. Tais afirmações remetem à utopia de acreditar que todos os problemas sociais, políticos e econômicos do país são culpa da educação ou da falta desta, algo muito complexo, que suscita muitas inquietações. Mas, poder-se-ia dizer então que – investir na educação faz a diferença – permitindo considerar que a sociedade poderá estar despertando para a importância de se investir na educação. Quem diz isso é Behrens (2005, p.17) “(...) terem despertado para a consciência da importância da educação como necessidade preeminente para viver com plenitude como pessoa e como cidadão envolvido na sociedade”.

De fato, solicita-se que os cidadãos reflitam como está a educação, qual o seu papel e importância na sociedade como parte dela que pede mudanças e quebra de paradigmas.

Encontram-se escolas públicas, municipais e estaduais precisando de melhorias de ajuda financeira e apoio, universidades mendigando investimentos, professores desmotivados ou desanimados, com salários irrisórios frente a sua atuação, função e importância, bibliotecas que em muitas instituições escolares nem existem, outras com a falta de livros, revistas, etc. Falta espaço, faltam salas de aula, faltam carteiras, faltam professores, falta proteção e segurança. No entanto, sobram violências!

Observa-se que a educação no país precisa de atenção, de ações verdadeiras e honestas para que possa se desenvolver com eficácia. A educação precisa de políticas educacionais pontadas e dirigidas por profissionais que trabalham no cotidiano das escolas.

Educação entendida em sua forma ampla, conceituada como popular, democrática, progressista, tais palavras lembram o que está escrito na bandeira nacional: *Ordem e Progresso* (grifo nosso), por que razão, essa mesma frase não é levada em consideração pelas autoridades constituídas nesse imenso país chamado Brasil.

Parece que é preciso usar de um olhar crítico ao se tratar de política, violência e educação. São políticas públicas que precisam traçar políticas nacionais e não estratégias governamentais para conter a violência. Isso exige leitura da sociedade com uma política social ampla, que contemple a grande parcela da população que necessita e pede uma política educacional, que democratize a educação como entrada e saída das crianças e jovens no sistema educacional de qualidade.

Destacam-se alguns autores cuja formulação teórica tem afinidade com este estudo. Dentre eles Boneti, que refere políticas públicas como sendo uma: “ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal com uma decisão de intervenção pública numa realidade social determinada, que seja ela econômica ou social” (BONETI, 2003, p.19-20).

De acordo com Freire (2001, p.38) “A educação reconhecendo sua politicidade, luta pela postura ético-democrática de acordo com a qual, educadoras e educadores, podendo e devendo afirmam-se em seus sonhos, que são políticos”.

Cabe agora analisar como a instituição escolar, a educação e a política podem fazer a diferença na prevenção da violência escolar. Por entender que há uma interdependência estrutural e dinâmica entre a educação e a sociedade, em consequência da qual “toda a educação é reproduutora, mas ao mesmo tempo, nenhuma sociedade atual seria, sem a escola, o

mesmo que chegou a ser com ela, e por isso toda educação é transformadora" (ENGUITA, 2004, p.13).

Santos (1999) confirma que a educação tem sua parcela na organização da sociedade ao referir que: (...) "Uma transformação profunda nos modos de conhecer deveria estar relacionada, de uma maneira ou doutra, com uma transformação igualmente profunda nos modos de organizar a sociedade" (1999, p.11).

Neste sentido, em se tratando de prevenção da violência escolar, as práticas educativas precisam ser construídas sob a premissa: educação para que num tempo não curto possa transformar.

A expansão da escola e dos programas e as políticas educacionais sempre estiveram estreitamente ligadas à demanda de igualdade social. O discurso dominante sobre a educação - pelo menos o discurso público, sempre esteve (...) embora não seja difícil encontrar diversas variantes de um discurso legitimador, o discurso dominante sobre a educação impregnado pela idéia de que a educação deveria ser uma manifestação e um instrumento de igualdade social. Manifestação de igualdade por ser ela própria distribuída de maneira igual, e instrumento para sua consecução por ser considerada um dos principais determinantes das oportunidades sociais e, sobretudo econômica das pessoas. Entretanto a partir de políticas segregadoras, compensatórias e diferenciadoras, não se pode dizer que tenha sido clara nem em seu âmbito, nem em seus métodos (ENGUITA, 2004, p.76).

Assim, quais políticas efetivamente existem para dar o tratamento aos anseios dos educadores, dos pais e dos jovens, ou seriam tais políticas meramente de caráter compensatório, não contribuindo na formação dos jovens em idade escolar?

É bom lembrar que no passado as políticas públicas brasileiras descartavam os adolescente e que só prestavam atenção quando seus comportamentos perturbassem os grupos de maior idade, os adultos, ou quando, em comparação com as crianças e anciões, os adolescentes sofressem poucos transtornos que pudesse ameaçar suas vidas. Exceto ainda se adotassem alguns hábitos que têm consequências negativas para a saúde e para o social, a longo prazo como tabagismos; consumo de drogas ilícitas; prática sexual sem proteção ao risco de doenças de transmissão sexual as DST(s) doenças sexualmente transmissíveis e a síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA); porte de arma; suicídios; homicídios; assaltos; tudo com resultados que levam a um aumento dos morbus e mortalidade na adolescência.

Cabe lembrar que em 1980 houve uma abertura política com movimentos sociais de organização e participação popular na luta por seus direitos. Implanta-se a constituição de 1988, e no artigo 227, parágrafo 1º, refere-se à competência do Estado para prover programas,

projetos de assistência à saúde da criança e do adolescente, com a participação de entidades não governamentais.

No entanto, o Ministério da Saúde, preocupado com os dados estatísticos e os índices de aumento de doenças sexualmente transmissíveis, criou o PROSAD - Programa de Saúde do Adolescente, pela Portaria do Ministério da Saúde nº 980/GM de 21/12/1989, que se fundamentou numa política de promoção de saúde, de identificação de grupos de risco, detecção precoce dos agravos com tratamento adequado e reabilitação, respeitadas as diretrizes do Sistema Único de Saúde, garantidas pela Constituição Brasileira de 1988, para jovens com idade, de ambos os性os, de 10 a 19 anos de idade. Na época a população era cerca de 32 milhões de pessoas, o que significava 21,84% do total do Brasil (IBGE/1991).

Dois anos após, em 1990, surge a primeira lei específica para crianças e adolescentes, o ECA Estatuto da Criança e do Adolescente, criada a partir da declaração universal dos direitos humanos e da declaração dos direitos da criança e do adolescente. Essa declaração dos direitos humanos é de 1959 e a dos direitos da criança é de 1989. Ela é universal. O Estatuto faz parte da primeira legislação de uma sociedade democrática e participativa que trata criança e adolescente como cidadão, respeitando direitos e exigindo deveres. É a primeira lei do mundo, neste assunto então ela é inclusive elogiada, respeitada, e muito admirada em países mais evoluídos. Uma diretriz importante que interpreta que o olhar para o adolescente e suas ações está refletido nas ações dos adultos desta sociedade.

No entanto é evidente a urgência que o país tem em valorizar essa população e inverter os índices de violência atuais. De fato, políticas públicas para adolescentes e jovens inexistem no Brasil. Tal afirmação é confirmada pelos deputados federais na Conferência Nacional de Juventude que aconteceu em 16 de janeiro de 2008 e que teve como objetivo debater políticas públicas e principais questões que afligem os jovens brasileiros:

Segundo o relatório preliminar da comissão destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas juvenis, assinado pelo deputado Benjamin Maranhão, relator da comissão, existem hoje no país 50 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos. Como os demais países da América Latina, o Brasil não possui um marco legal que reúna normas relativas a políticas públicas voltadas para o público jovem, bem como um órgão público que coordene os projetos e programas específicos para essa faixa etária. As leis, quando existem, são fragmentadas e assistemáticas, além de desconsiderar a juventude de forma especial, sem enfoque estratégico, já que são criadas em situações emergenciais, como é o caso do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego e a discussão sobre maioridade penal. (Adital.com.br/site/noticias)

Jovens sem educação e trabalho estão condenados ao subemprego, à sub-cidadania e, por tabela, a uma espécie de *subvida* (grifo nosso), marcada pela ausência de perspectivas e ambições positivas.

Não surpreende, portanto, que os jovens sejam hoje as principais vítimas da violência no país, das mortes por arma de fogo, das guerras entre torcidas de futebol e das brigas de gangues. É o resultado dos poucos estímulos para investir na educação, o que não garantirá o potencial econômico do país. Para ilustrar, observe-se o trecho da entrevista da professora que contou a opinião de alguns alunos quanto a trabalhar honestamente, ser pobre e ser rico:

Hoje na sala eles me disseram você está preocupada com isso. O Brasil não tem salvação esse bagulho não serve pra coisa alguma - professora você tá trabalhando a vida toda e não tem nada, meu vizinho trabalha meio dia e tem muito mais que você. O rico é rico porque roubou... E quem presta tá passando fome, ninguém presta. Os professores são pobres são miseráveis (ESCOLA B PROFESSORA 3).

Embora seja o espaço destinado à produção do conhecimento necessário à construção da sociedade, a escola perdeu as bases para a execução de sua função educativa que deveria assegurar o resgate do homem como ser social e, *iptso fact*, o aluno conclui (verifica) que não existe garantia de êxito social por meio do trabalho honesto.

É necessário, então, estimular a esperança de por - se à frente dessa juventude para que não mais desperdice, com hábitos danosos, todo seu potencial, mas promova o desenvolvimento econômico com a força de trabalho qualificado para ocupação de novos cargos pela capacitação comprometida com a expectativa de um futuro mais promissor ao país até então fragilizado com a vulnerabilidade dos jovens. Poder-se-ia dizer que a juventude de hoje, que será o futuro do país amanhã, não se capacitar, as esperanças do futuro econômico são cada vez mais tênues.

Abramovay confirma a importância de se investir para diminuir a vulnerabilidade dos jovens do país. Ressaltando a promoção de políticas públicas:

(...) a partir de este nuevo enfoque no constituye una tarea simple. Combatir la violencia, en especial la violencia juvenil, atacando a la vulnerabilidad e requiere un cambio en la percepción de los formuladores latinoamericanos de políticas, sobre el papel de las políticas sociales para la construcción de una sociedad más igual, justa, pacífica y desarrollada económicamente, y la prioridad que esas políticas deben recibir de los gobiernos (ABRAMOVAY, 2002, p.68).

Pode-se dizer afirmar que fica imprescindível investir na educação, esportes, cursos de qualificação e aprendizagem, concursos públicos e vagas de trabalho, para o combate à violência envolvendo adolescentes e jovens.

Ressalta-se que no transcorrer da história, pensadores de renome como: Locke Comte, Durkheim, Gramsci, Bourdieu e outros citam sobre a importância de investir na educação em proposta de melhora da sociedade. Destacam-se ainda as diferentes formas de ver a escola e a educação ao longo dos séculos. Locke (1632/1704) defendeu que a educação deve se preocupar com a virtude, com a moral; Comte (1798/1857) defendeu que, na escola de inspiração positivista, os estudos científicos prevalecem sobre os literários e a educação deveria ter como responsabilidade desenvolver nos jovens o altruísmo em detrimento do egoísmo, mostrando a eles que o objetivo existencial mais nobre é dedicar a vida às outras pessoas.

Já Durkheim (1858/1917) não concorda com a idéia de uma educação universal que serve para todos em todas as épocas. No sentido da visão de uma sociedade mecanicista, burguesa como sendo uma sociedade única, correta a que todos devem se adaptar.

A educação, para ele, não teria de realizar a natureza do homem, mas sim o que a sociedade quer que ele seja, destacando ainda que ela o quer conforme resulte sua economia interna, seu equilíbrio.

Gramsci (1891/1937) critica a educação tradicional e propõe uma escola que tenha como meta contribuir com uma educação profissional e humanista para a construção de outra sociedade.

Bourdieu (1930/2002) refere que a educação perdeu a função que lhe fora atribuída, de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passou a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais.

Pensadores nacionais como: Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Florestam Fernandes que também definiram teorias e conceitos sobre a importância da educação, como ferramenta indispensável à construção do conhecimento e do ser em crescimento.

No entanto questiona-se quais os políticos, responsáveis em propor leis e decretos para efetivamente fazerem acontecer a política educacional, conhecem, ouviram falar, ou leram alguns desses autores supracitados? Conhecem ou sabem qual é a finalidade e importância de uma escola para os adolescentes desse imenso país? Reconhecem que a educação é transformadora quando bem definidos seus objetivos? Preocupam-se com elevado índice de mortalidade de jovens? Identificam os tipos e características de violência envolvendo as instituições escolares? Pelo que se pôde constatar, a resposta é negativa. A falta de criatividade e de propostas para a educação é absoluta. Medidas paliativas são até tomadas. Políticas públicas sérias, todavia, não são pensadas e construídas e não são, em consequência, efetivadas.

Neste trabalho escreveu-se sobre o conceito de violência e violência escolar, envolvendo adolescentes e pelo exposto percebeu-se que violência são problemas de polícia e também das políticas públicas. Observou-se que é preciso identificar a raiz da violência, fazer menos discursos e efetivar ações, com resultados no mínimo melhores.

Diante das constatações suscita-se o seguinte questionamento: o que fazer para diminuir a violência mais especificamente a escolar? Perguntou-se aos profissionais e aos alunos o que pode ser feito para diminuir essa violência escolar. As respostas dos entrevistados contextualizaram-se como solicitações de políticas públicas, com o enfoque de solicitação de políticas sociais e educacionais. Em destaque o mais relevante.

(...) Envolver a comunidade envolver os pais, professores, a família, através de festas, encontros, escutar, mas até hoje na minha escola o que mais deu resultado é você soltar uma bola e deixar, principalmente entre os meninos; é o que mais tem resultado positivo para diminuir a violência. (...) agora acabar com a violência é mínimo, é utopia acabar mesmo é difícil (ESCOLA B DIRETOR).

De um modo geral... **O investimento dos instrumentos de cultura, esporte, lazer; remoção de obstáculos, criarem uma disciplina de cidadania que coloque os caminhos da cidadania e os obstáculos; drogas, alcoolismo, violência, ato infracional, evasão...** Porque são importantes esses caminhos para discutir direitos, sistema jurídico na 8º série e ensino médio, exercer direitos, cumprir deveres com os outros com a sociedade, constituição, voto, senado, cidadania, fica tudo no ar. **Patrulha escolar importante seu trabalho no entorno da escola, manter limpo, muito do que tem dentro é alimentado pelo que tem no entorno, aliciadores, traficantes, no entorno a presença da patrulha escolar diminui as brigas; abertura da escola para que a comunidade ajude a escola a resolver os problemas; técnicas de protagonismo juvenil os adolescentes serem tratados como cidadãos, respeitá-los (JUIZ).**

(...) falta uma pessoa que a gente possa confiar tem uma supervisora que eu converso, mas não é tudo que eu converso... (ESCOLA A ALUNO 1).

Eu acho que eles deviam **conversar ficar junto com o aluno** com cada aluno tentar resolver sem chamar os pais aqui na escola conversar com o aluno (ESCOLA A ALUNA 2)

O diretor os supervisores e os professores saber entender a gente pra com toda a violência e principalmente a família... Que não da à mínima pra gente na minha parte (ESCOLA A ALUNA 3).

Eu acho que **você tem que querer não basta você falar que vai diminuir a violência tem que querer precisar ter um apoio de alguém precisa ouvir ter gente adulta que possa te ouvir** mais velha para diminuir a violência então aqui na escola falta isso... Eu não sei se eu posso vir aqui e contar um problema meu e ele me ajudar a gente tem querer acabar com a violência (ESCOLA A ALUNA 4).

Criar atividades que ocupem o tempo livre dos adolescentes e que sejam voltadas para o público em questão, de forma a incentivar a participação, ou até mesmo que o adolescente tenha que participar integralmente da escola, fazendo com que no contra-turno possam estar realizando estas atividades; outra ação que considero importante é a de criar programas que envolva também a participação da família, de forma a criar mecanismos que façam com que os pais participem da vida escolar dos filhos e que contribuam com o ambiente escolar (POLICIAL).

Há... Não sei eu acho que nós tínhamos que **sentar, nós todos**, professores, todos que trabalhamos aqui dentro da escola, todos os professores, pedagogos e direção e **tentar analisar e traçar um caminho pra todos seguir o mesmo, mesmo que eu digo assim uma meta, né, pra poder aqui dentro a gente passar alguma coisa que pudesse trazer pra essas crianças um pouco de esperança, sabe...** Por que pra muitas crianças falta esperança falta expectativa, de vida eu acho.. (ESCOLA BPROFESSORA 2).

Acho que conscientizar, ter reunião com professores pra ajudar a cuidar da escola, da sala de aula, a gente está conversando com eles também e também temos várias palestras, nas várias áreas e tudo isso para trabalhar na escola e tudo isso vai ajudar a diminuir mais ainda a violência na escola (ESCOLA A PEDAGOGA A).

O resgate da família... Eu penso aaah... O resgate no geral ou então na **criação de programas pra esses jovens pra eles melhorarem essa auto-estima** deles. Por exemplo, um programa contra-turno, né, que o jovem ele viria pra escola e sairia da escola e iria pra outra instituição aonde iria aprender atividades, cursos profissionalizantes e sairia às 18h00min, aí sim voltaria para casa; dia inteiro na escola. Existem cidades que já estão tentando e, eu acho que isso seria muito, muito, muito bom, mas pra que isso aconteça não depende de nós, a gente depende de pessoas lá de cima e parece que por eles não vivenciarem o dia- a- dia, eles não terem o contato direto, e... Eles não têm preocupação, ou seja, eles vêm que filhos estão sendo assassinados. Mas pra eles esses filhos são de pessoas são muito distantes deles, entendeu, então a partir do momento que acontecer alguma coisa com eles nas famílias deles de sentir na pele, eles vão começar a fazer alguma coisa que nem tem o ditado “o que não vai pelo amor a gente vai pela dor. **É necessário o apoio psicológico com a família não com o jovem com a família. E as famílias vão participar; se isso acontecer teria menos violência e não iria ter tanto número de jovem sofrendo** (ESCOLA C PEDAGOGA A).

Eu acho que pode ser feito para diminuir a violência na escola quando se tem feito várias atividades podem ser feito **um projeto pedagógico discutido pelos professores, pais e alunos fazer um PPP que seja a realidade do local da escola do bairro** tal. Mais o projeto tem que atender os pais os professores e alunos, então eu tenho que convencer essa comunidade para que o aluno aprenda.. Então a primeira coisa que parece óbvio é preciso que aluno vá para escola e aprenda. Então a interveniência tem que ser num processo educacional eficiente. Daí pergunto quem financia a educação é o Estado e qual a parcela da sociedade, como ela se envolve, ela se envolve sem conhecer tudo que está acontecendo (AUDITOR).

Mais palestras e... Uma profissional aqui mais assim eu penso uma orientadora, mas não só orientadora de aluno, De aluno e de pais: a orientadora chama os pais e o aluno porque violência traz mais violência, porque esse aluno que está com uma conduta errada na sala ele vai fazer uma liderança negativa dentro da sala e terá outros alunos com condutas negativas e uma tendência. (...) eu penso que a escola deveria **ter um profissional especializado, um guarda caracterizado mais inspetor de alunos na escola** e a orientação nas disciplinas e outra coisa que eu penso é **voltar à disciplina de educação moral e cívica, deveria voltar para dar noção de civilidade de cidadania**. Agora outra coisa que eu penso que também desmotiva o aluno ou adolescente a pessoa e quando a pessoa é quando assiste um jornal quando vê o jornal quando o político que fez coisa errada, corrupção e isso aí vai perdendo o respeito, isso é negativo. E se possível um investigador disfarçado que vai fazer um trabalho de um dia. Fazer um relatório ele ali ficar infiltrado aí no meio, que com o tempo ele vai ver que entre os alunos tem os maus alunos com atitudes suspeitas até o jeito dele é suspeito; agora eu não posso nem falar, então tinha que ter, mais isso aí é uma coisa mais difícil, isso teria que ter uma parceira com o estado e a escola, ele iria trabalhar, agora eu não sei até que ponto isso é possível, né. (...) e **o que ajuda bastante é o policial que mora aqui na escola ele ajuda a inibir a violência na escola**. Agora a **presença da patrulha, a presença da diretora da presença estagiária já inibi**, eles tem respeito e isso é bom né! Agora no segundo semestre vamos **começar com palestra:a presença de pais na escola, nas salas de aula, assistindo as aulas é importante**. Em longo prazo a escola pode conseguir melhorar (ESCOLA A PROFESSOR 03).

Tipo **dialogar**, tipo não tem outra coisa pra evitar a violência assim sempre dialogar, um professor reprimir você brigou e dá suspensão o aluno aí o aluno volta com mais raiva vai usar de violência (ESCOLA B ALUNO 3).

(...) eu acho que dar suspensão não dá, tem aluno tranqueira que quer suspensão são cinco dias pra ficar de folga ele quer vamos dizer assim, depende do aluno ele vai voltar e brigar de novo pra ganhar suspensão daí vai expulso do colégio e vai pra outro colégio mas vai com fama e sempre vai ficar com aquela fama, não adianta, né. Aluno que não vai prestar, aluno não adianta já veio por que briga (ESCOLA B ALUNO 4).

Precisa sim **que a Sociedade possa elaborar formas assim de contribuir com a escola** temos pouco, poucas são as pessoas que valorizam a escola; a escola perdeu muito seu valor e isso tem que partir de um todo e não só de alguns. Outra coisa seria **ter uma reorganização da disciplina onde todos os professores trabalhassem a mesma linha, onde todos pudessem trabalhar visando o resgate social**. Acho que aqui a longo prazo (ESCOLA B PROFESSOR 01).

Eu acho que nada adianta... Nós estamos tentando, falando, criando alguma forma, mas existe uma precariedade muito grande do sistema, onde nós tentamos e nós paramos numa barreira; é uma falha do governo, quem teria que tomar atitude de querer resolver é o governo. Então se o professor não fosse obrigado a trabalhar 40 horas e, além disso, ou paralelo a isso à noite mais uma escola então ele trabalharia 20 horas numa escola criaria projetos com um salário digno suficiente para ele viver. A escola hoje com mais de 40 professores e todos se responsabilizasse por uma determinada turma visitar suas famílias s/n os projetos seriam melhor desenvolvidos, existiria as práticas educativas onde ele seria responsável com contra-turno com horário para atender alunos tirar dúvidas, educar, criar projetos e os alunos desenvolverem o que está distante da nossa realidade. Existem ainda professores no Brasil porque o sistema é tão defasado o desemprego é tão grande que: não tem outra coisa pra fazer, vamos ser professor (...) existe professores que não tinha nada pra fazer e viu que ser professor não tinha exigência nenhuma, existe claro que existe, agora veja bem a faculdade, por exemplo, é só um pretexto pra você estudar eu penso assim... Você vai pra faculdade agora como você vai sair de lá que tipo profissional você vai sair dela é outra conversar certo eu sempre discuti esse tipo de questão. (...) uma exigência seria ter um concurso que exigisse conhecimento pelo menos isso, ou oferecer uma formação continuada, saiu da faculdade está na sala de aula, existe isso não, não existe outra experiências (ESCOLA A PROFESSOR 2).

Eu penso assim **trazer mais a família pra escola...** Em reunião vêm muito poucos. Agora qual seria o jeito da escola trazer a família pra dentro escola? Agora se o aluno é bem **artero** não contar tudo, falar um pouco, porém ele tem liderança elogiar porque falar mal do aluno não leva a nada; tentar elogiar e trabalhar com os pais - Na **entrega dos boletins mostrar o que ele fez de errado e ao mesmo tempo elogiar achar os pontos positivos do aluno para trazer esses pais, padrastos, avós pra escola**. Chamar os pais pra escola e **conversar, conversar com eles** começar, tentar abrir a cabeça sobre educação, esse país só vai melhorar com educação. Educação, tentar limpar essa corrupção política, limpar essa podridão como não sei como, mas vamos ter que fazer isso só sei que precisa começar e **começar a colocar na cabeça de nossas crianças dos pais mostrar a importância da dignidade humana, mas antes dar trabalho para esses pais, mostrar que a cesta básica é lixo, lixo, lixo, lixo** isso é dizer que vocês são miseráveis, não têm mais condições, não tem jeito, são diferentes, não existem, não têm identidade; isso pra mim é desumano. É **necessário uma política educacional e também uma política de trabalho para recuperar a dignidade desses pais, tendo trabalho, fazendo alguma coisa que valorizem**: Quanto meninos não tem pai, não tem trabalho, não tem dignidade; eles acham que o mundo tá perdido. É uma saída lenta um trabalho lento, mas se nós da educação não cobramos da sociedade uma dignidade e, eu acho que precisa criar algum elo com os pais, **valorizar a escola, que a escola voltasse a ter importância achar atividades aqui que os pais pudessem aprender**, por exemplo, curso cabeleireiros, bordado, tricô crochê, comissão de pais, **organizar um APMF, chamar pessoas para dar palestras, orientar**; E, o estado tem que ajudar, o estado tem que fazer alguma coisa como envolver a comunidade, **eu viria uma saída, trazer os pais pra escola, valorizar a escola, gincana,**

chás para as mães, criar trabalho manuais, atividades, desenvolver coisas que a comunidade possa vir, queira vir à escola e pensar a escola está se preocupando comigo. Criar uma nova consciência. ... pensar diferente. ...mostrar pra ele os meios que esse mundo tem de comunicação ser crítico, eles tem uma memória curta, não grava, não fixam por que eles acham que tudo é parte, eles não têm noção de contexto de conteúdo. **Nós precisamos criar estimular, que ele tem que estudar e mostrar que um pen-drive, um MP3, MP4, quem fez foi um homem, algo de muito mais valor e tem que fazer com qualidade. Eu tenho que ensinar, a saber se virar** ou deixar ele padecer. Ele precisa ser competitivo para aprender a viver nesse mundo. É uma educação voltada para que ele consiga sobreviver. (...) **se não melhorar as condições salários, dignidade, não tem como passar valores** se o professor não sente mais. Eu, há trinta anos atrás era diferente a valorização era diferente eu tenho orgulho dos meus professores, as aulas da minha professora de português, ela vinha para escola linda arrumada perfumada então tem que ter uma valorização, sim, de dinheiro, de money para viver, melhor não trabalhar tanto, é necessário valorizar para que ele possa se olhar no espelho e isso faz diminuir 50% da violência da escola. **Ele terá prazer para fazer projeto, plano de aula, conhecer seus alunos, agora não temos mais saída** (ESCOLA B PROFESSORA 3).

Na verdade teria que nós achasse um atrativo para eles parece que a escola não está evoluindo e tá perdendo, é necessário, é urgente, tu vê um quadro pra eles é do tempo do epa, mas, eu acho que não é culpa nossa, é do estado porque às vezes a gente quer trazer coisa do teu bolso e fica difícil, não é culpa da escola e sim do estado. Eu acho assim que uma escola ela não deveria ser...Não discriminado o bairro, mas, um lugar mais tranquilo, veja assim aqui é na favela e quem que deu o terreno – foi um político, eu acho que por que eles fazem isso. Olha aqui tem um monte de idéias, mas a supervisora não faz nada sem conversar com a diretora e, essa, quase não vem aqui e nós não fazemos nada (ESCOLA C PROFESSORA 3).

Conversar com o aluno estimular o aluno a não fazer (ESCOLA C ALUNA 1).

(...) ai entraria o **papel do estado que seria uma estrutura melhor da escola e a gente**, (...) a escola precisa ter um pedagogo e agente observa que os pedagogos estão fazendo tudo mesmo o papel deles eles estão cuidando da indisciplina dos alunos, cuidando do pátio da saída e entrada dos alunos, menos fazendo o trabalho deles de acompanhar os professores, acompanhar o rendimento do aluno em sala de aula, né, (...) Por exemplo, a gente percebe a questão de indisciplina **qual o conceito de indisciplina para um menino de 8-9 anos** para no aluno que não pára sentado que incomodam os outros é indisciplina, mas para o menino que não teve limite na sua casa que não saber ouvir para ele não consegue ficar 40 minutos sentados, quem dirá que ele fique 4 horas sentadas ele teria que ser educado para isso. Outra coisa que sou contra **o professor que manda o aluno para a biblioteca porque ta incomodando na sala** eu sou contra porque a se você vai punir, mandando pra biblioteca você não tá incentivando para o estudo para pesquisa eu devo gostar da biblioteca, deve ter outro local para isso. (...) eu sou da opinião também de que a **escola os professores, direção tem que se aproximar da família tem que fazer uma relação com a família à comunidade tem que fazer parte da escola seja quando ocorre alguma coisa com o aluno, mas não só isso no dia-a-dia os pais estarem acompanhando**, acho isso importante não de repente que o pai vir só quando o aluno aprontou alguma coisa, mas vir também para ouvir elogios e isso não acontece porque **o aluno que é quietinho que não incomoda a gente demora até para saber o nome**; demora pra gente decorar o nome dos alunos quietinhos, dos bagunceiros a gente lembra, longo, **isso é uma falha nossa** (ESCOLA C PROFESSOR 01).

(...) falta conversar com todo mundo mais com o aluno não sei (...) é tem uma professora que disse que ia fazer um projeto com a gente, mas até agora não falou nada tem um negócio de fera lá, mas até agora não veio; (ESCOLA C ALUNO 4).

(...) **não precisa fazer nada, tipo não adianta cada pessoa tem que mudar seu tipo de ser, agir sua atitude, tudo, aluno, professor, tudo que envolve a escola, não adianta o professor querer impor regras, não vai dar nada não adianta....** Tipo assim, se eles fizessem algo tipo algo mais pro alunos conhece um o outro tipo o que gira assim briga e tipo o aluno não conhece o outro e, qualquer coisinha que acontece, já é briga que matar o

outro o colégio poderia fazer uma atividade de manhã, da tarde, da noite, mas o mais com os alunos da manhã os alunos da manhã, faz um jogo uma atividade a mais, sei lá, um jogo, mas não inter-sala uma atividade a mais, a sei lá, um passeio, um filme, uma coisa diferente, o cara pensa em jogar uma bola tá bom, deixa os caras se matá dentro da quadra; (...) e os colegas vão com certeza, visitar a Itaipu, o museu, conhecer os projetos, sei lá... (...) uma vez por semana, iam perder muita aula porque, uma vez por mês, tipo assim, e no colégio todo mundo ia falar por outros (ESCOLA C ALUNO 2).

Além do que a gente já faz, são coisas pequenas que fariam a diferença. Um dos grandes problemas que eu enfrento de manhã é a não disposição da direção da escola em alguma prática, então o que é pedagógico ele não entende a linguagem da repressão, da briga, do enfrentamento: é a punição e sempre mais severa. Se ele não passa na minha sala antes; é chamar o pai, a família, chamar a patrulha; eu acho que se a gente tivesse um espaço maior, uma coisa que eu acho simples de se fazer e que não tem essa prática nem pelo núcleo de educação que seria um incentivo maior, é a questão de trazer palestra, fala, incentivo, não só para o aluno, mas para incentivar o professor também porque ele já não se sente valorizado na questão salarial, não se sente valorizado perante a sociedade e não se sente valorizado dentro da escola. Eu conheço muita gente que poderia vir e conversar com o professor. (...) então ao trazer outra pessoa dá uma diferença sim. Principalmente por que é um assunto que todo mundo fala... Mas, só entende a violência como ato violento e não de onde vem o ato violento, mas, se você instrumenta o aluno para interpretar da onde vem esse ato de violência e ele vai trabalhar isso dentro da sala de aula e que a penalidade não será pior para o aluno depois. Então eu acho que isso seria uma prática que não teria custo nenhum e que traria uma diferença maior (ESCOLA B PEDAGOGA B).

Eu penso que trabalhar com esses alunos envolvendo eles mais nas ações da escola, agora não sei como tem que pensar como, por exemplo, colocar eles nos projetos se eles tiverem que participar com 5,00 ou 10,00 reais eles não têm condições, por exemplo, fazer um esporte não tem condições então eu acredito que se participar desse tipo de projeto porque eles têm uma capacidade uma criatividade. Então eu tenho aqui muitos professores recém formados, que não tem outro emprego isso é positivo (ESCOLA C DIRETORA).

(...) dar mais atenção pro meninos, né, eu mesmo tenho dado muito atenção a eles eu vejo que eles ficam muito contente quando a gente começa a conversar a com eles, né, a valorizar eles e isso qualquer idade. Respeito vem junto da atenção agora com os professores é difícil porque eles estão muito atarefados, né, já se torna difícil e outro fator é o medo de conhecer a vida deles porque a vida deles não é fácil. (ESCOLA C, PEDAGOGA B).

Aaah... manda toda a patrulha vir aqui, revista, vê se têm arma, maconha, chama todo mundo uma vez por semana, chamar todo mundo conversar; a diretora colocar todo mundo ali conversar - Seu filho da puta - coloca a mão pra cima... É ruim né? Para um ladrão é ruim a patrulha vim toda a semana pra um ladrão é ruim, não tô falando, que eu só ladrão, né, é ruim, que a patrulha revista, mas pra escola é bom vem gente ai e dá um de louco aí começa atirar em todo mundo, bate em todo mundo, fuma maconha e tudo é ruim, né. Há... Mais daí revista todo dia (ESCOLA B ALUNO 1).

Daí ia melhorar, podia revistar só na entrada só, na entrada é mais fácil (ESCOLA B ALUNO 2).

Olha essas ações praticadas por nós pra gente foi significativa e eficaz. O trabalho nosso foi um remédio que essas crianças precisavam sabe. A assistente social procurou encaminhar os alunos mais rebeldes pra cursos educativos, para ocupar o tempo dessas crianças, sabe, e a patrulha, né, tava aqui direto aconselhando essas crianças rebeldes que já não era mais problemas da escola, era da polícia mesmo, crianças viciadas encaminhamos, crianças com problemas de relacionamento familiar também aconselhando os pais sabe, eu sempre, falando com os pais, mas com firmeza para tocar no coração, falando que aquela criança é um ser que tá em crescimento, precisa de apoio, de

compreensão de limites, tudo isso, sabe um trabalho de cada um, que foi feito um corpo só, que deu o resultado (ESCOLA A PEDAGOGA B).

A resposta dos entrevistados em relação à proposta de ações para diminuir a violência escolar permitiu categorizá-la em propostas sociais e/ou educacionais, ambas levam em conta as relações com a economia por se entender que são por meio da educação que se fundamentam as pessoas para a participação no setor produtivo, no trabalho, na criação de meios de sobrevivência.

Assim, na seqüência, será apresentada a contextualização das propostas relacionadas para diminuir a violência escolar, com a indicação de políticas públicas com enfoque para uma política social e/ou política educacional as quais serão definidas:

- a) Enfoque de política social: ações que determinam o padrão de proteção social complementado pelo Estado, voltadas em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento sócio-econômico;
- b) Enfoque de política educacional: respaldado nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988, para assim interpretar sua definição:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade.

Propostas:

1) Integração da escola com a família e a comunidade: festas, encontros, disponibilidade de espaço para lazer, recreação, esporte, momentos culturais; abertura da escola nos finais de semana; participação e contribuição da família na vida escolar do filho e no ambiente escolar; aproximar-se da família e oportunizar seu resgate; reunião de pais, evitar falar mal do(s) seu(s) filho(s), estimular o elogio, na entrega do boletim mudar a

argumentação de crítica para elogio, chamar os pais para conversar; promover o resgate e a valorização do ser humano.

Primeiramente os entrevistados consideram como prioridade a integração com a família e a comunidade. Referem que várias propostas podem ser viabilizadas no cotidiano escolar, no entanto entende-se que se faz necessário a sensibilização de alunos, pais, professores, direção e demais integrantes da escola neste processo.

A proposta de integração da escola com a família e a comunidade foi desdobrada em três indicações com solicitação de políticas sociais e/ou educacionais:

- a) Organizar e estruturar área física, promovendo um ambiente atrativo para estimular a recreação e lazer de pais e alunos; definido como uma solicitação de política social;
 - b) Orientar e sensibilizar os professores para valorização do aluno e dos pais, dentro da escola e principalmente nas reuniões de pais; definido como uma solicitação de política educacional;
 - c) Permitir a participação dos pais no ambiente escolar e vida escolar de seus filhos; definido como uma solicitação de política social e educacional;
- 2) Ações pedagógicas: criar disciplinas de cidadania com abordagem sobre drogas, alcoolismo, violência, ato infracional, evasão, direitos e deveres, sistema jurídico, constituição, voto, política; estimular o protagonismo juvenil; professores, diretores e supervisores entender e estudar a fase da adolescência para melhor ajudar os alunos; direcionar os trabalhos onde todos os professores, pedagogos e direção participem com o mesmo objetivo; reunião para cuidar da escola, da sala de aula; discutir o projeto político pedagógico junto com professores, pais e alunos com a realidade do local, da escola, do bairro, buscando um processo educacional eficiente; promover atividades para os pais aprender, evitar suspensão, imposição de regras, julgar e/ou expulsão de alunos; evitar a punição de mandar o aluno para a biblioteca como castigo; reorganizar as disciplinas para que os professores trabalhem com a mesma linha de resgate social; estimular o aluno a ser crítico, criativo e competitivo para aprender a viver nesse mundo com uma educação voltada para que ele consiga sobreviver; que os professores conheçam a todos os alunos e não apenas os que perturbam; promover maior integração entre direção e as ações e atividades dos pedagogos.

Diante das entrevistas realizadas, percebe-se que não se sentem seguros para lidar com questões de violência, mas entendem que é uma necessidade emergente. Necessita de apoio profissional e institucional para se instrumentalizarem e assim organizarem e promoverem as mudanças necessárias respeitando sua realidade. A proposta de ações pedagógicas foi desdobrada em três indicações definidas como solicitação de política educacional:

- a) Qualificação de pessoal e adaptação curricular;
- b) Discutir e reestruturar o projeto político pedagógico com toda a comunidade escolar, dentro da realidade da escola do bairro;
- c) Trabalhar temas transversais como: violência, drogas, saúde, alcoolismo, ato infracional, evasão, direitos e deveres, sistema jurídico, constituição, voto, política, e outros em todas ou na maioria das disciplinas.

3) Valorizar o diálogo: tratar adolescentes como cidadãos; respeitá-los; haver uma pessoa na escola em que possam confiar para serem ouvidos; demonstrar noções de esperança e estimular expectativas de vida positiva; evitar reprimir; dar mais atenção, valorizar o aluno;

O diálogo citado por vários dos entrevistados se transforma em proposta de mudança de comportamento, promovendo o respeito para dar-lhes atenção e valorização, conversando e ouvindo o outro e com isso lograr a diminuição de conflitos. Essa proposta define-se como uma solicitação de política educacional.

4) Necessidade de práticas educativas para favorecer a prevenção e diminuição da violência: criar atividades que ocupam o tempo livre dos adolescentes, com participação integral na escola; palestras em várias áreas; criação de programas no contra-turno para melhorar a auto-estima dos alunos; promover passeios, visitas, projeção de filmes uma vez ao mês para estimular os alunos.

Nesta proposta identificou-se que a busca por ações e práticas que possam utilizar o tempo livre do aluno é preocupação de muitos entrevistados, as quais ficam desdobradas em duas indicações:

- a) Promover e organizar palestras dialogadas, filmes, debates, visitas a locais turísticos ou históricos da cidade. Entende-se que nesta indicação da proposta há necessidade de práticas educativas, tem-se uma solicitação de política social e educacional.
- b) Criação de atividades no contra-turno para os alunos se manterem ocupados, utilizando sua criatividade e energia, isto é, uma política educacional.

5) Contribuição do estado e sociedade: buscar conhecer a realidade e necessidades de cada escola; fornecer profissionais da área de psicologia, do serviço social, da pedagogia para orientar e trabalhar com o aluno e sua família; apoio, parceria e financiamento de programas como patrulha escolar no seu entorno e com revista dos alunos na entrada da escola, uma vez por semana; ter um profissional especializado dentro da escola (um investigador disfarçado); contratar inspetores; valorizar a escola; conseguir recursos financeiros para compra de materiais e equipamentos didáticos; coibir informações negativas da mídia (violência); promover a valorização do professor; realizar concurso público, melhorar salários, diminuir

jornada de trabalho, estimular formação continuada, oportunizar dedicação por tempo integral na mesma escola; criar condições de trabalho para os pais; avaliar local para construção de uma escola evitando indicação política; promover cursos profissionalizantes para os pais. Promover palestras e cursos para professores com o objetivo de entender como agir diante da violência escolar para que possam depois orientar os alunos a detectar de onde vem o ato de violência; estabelecer prioridade para o trabalho dos pedagogos no atendimento a questões específicas de aluno e professor, evitando que assumam a função do supervisor no controle de entrada de aluno nas escolas; viabilizar projetos por escolas, com maior número de alunos participando; nomear profissionais para atender as escolas e encaminhar alunos com ações indisciplinares para cursos educativos, encaminhar alunos adictos (usuários de drogas) para atendimento e acompanhamento biológico e psicológico, alunos com problemas familiares para orientação e apoio da secretaria da família e ação social.

Nesta proposta, o fator financeiro foi apontado pela maioria como estratégia para estruturar a escola na tentativa de diminuir os problemas, como, aquisição de recursos didáticos e contratação de profissionais considerados necessários para favorecimento à prevenção e ao controle da violência nas escolas. Define-se uma indicação por se entender que nesta proposta há uma solicitação de maior peso em política social e de menor peso, uma política educacional, não menos importante.

- a) Secretaria de governo de estado: contratação de profissionais da área do serviço social, da psicologia, da pedagogia, da polícia, de inspetores e de outros profissionais que façam a comunicação entre escola e secretarias do município, com prioridade de atendimentos aos alunos e seus familiares.

Compreende-se que o combate à violência escolar requer a participação efetiva de toda a comunidade escolar e da sociedade, mas cabe aos poderes públicos articular as contribuições, realizar os estudos e formular políticas públicas para atuar no caso da inexistência de práticas educativas. Assim, se houver práticas educativas eficazes para oportunizar, melhorar o respeito humano, resgatar os valores e, como resultado, também diminuir a violência, a política pública seria uma exceção.

E preciso trocar o enfoque e tratar a violência como objeto educativo. Ela, a violência, está no cotidiano da escola e, nesta concepção, para trabalhar com o problema diário, tem que ter prática pedagógica, educativa como aprendizagem e reflexão por parte de alunos, professores, direção, familiares e demais membros da comunidade escolar, todos com o objetivo de construir uma visão crítica sobre o assunto, para então propor alternativas concretas para superá-las.

Pode-se, como sugestão, trabalhar o tema violência em vários assuntos em várias aulas, como em cultura internacional, filosofia, matemática, redação, português, geografia e história, partindo da idéia de encarar a segurança na escola como um fundo criativo de um processo de colaboração de todo o grupo envolvido na educação, para que todos se sintam responsáveis; a escola, (educação) a saúde, a segurança podem dar-se as mãos, na tentativa de criarem programas de atendimentos aos alunos respeitando as especificidades e diversidades locais e incluindo as famílias e suas comunidades;

Cabe ressaltar que a efetivação de políticas públicas neste novo contexto dará subsídios e recursos às instituições escolares. Estas tentariam diminuir as desigualdades sociais e exclusões. A sociedade como um todo busca evitar o assistencialismo e com isso não solicita políticas públicas para atender os jovens e adolescentes e seus familiares com o caráter de dar. Esse cuidado se faz relevante para solicitar das políticas públicas a determinação da promoção, participação e inclusão respeitando no adolescente seu projeto de vida e sua conquista de autonomia.

Na seqüência estão apresentadas as práticas educativas e o que as escolas pesquisadas estão fazendo para efetivá-las.

5.3 PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR NAS ESCOLAS PESQUISADAS

As considerações feitas até aqui sobre violência escolar, servem de subsídio para as buscas de práticas educativas – pelos profissionais da área – que visam a diminuição da violência no cotidiano escolar.

Dentre os objetivos propostos neste trabalho um deles era identificar na fala dos entrevistados das três escolas pesquisadas as práticas educativas existentes, as causas do problema, para sugerir as mudanças necessárias decorrentes dessas realidades e não das imposições das coordenações pedagógicas nem da direção da escola.

A reflexão sobre prática educativa nos remete ao termo Educar que procede do latim *Educere* e “(...) *Educere* significaria, conduzir alguém algo para fora do lugar onde se encontrava; levar para fora; conduzir ou levar alguém no seu sair fora do lugar onde estava” (CRITELLI, 1981, p. 43)

A educação é, um convite para a interação entre sujeitos (professor, aluno, direção, funcionários, comunidade, famílias), com uma dupla tarefa de ação: a primeira consiste em acolher o aluno e apresentar-lhe todas as possibilidades de aumentar seu conhecimento e a

segunda seria sensibilizá-lo para multiplicar e ampliar esse conhecimento, usando toda a sua potencialidade e criatividade. A criança, ao nascer, precisa do outro para ampará-la e consequentemente auxiliá-la no para o seu desenvolvimento. O adolescente precisará de agentes para conduzi-lo na descoberta de sua inevitável responsabilidade diante de si, do mundo e consequentemente das formas de como compreendê-la.

A essa responsabilidade nos refere Arend (2003, p. 247):

(...) A educação é também onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tão pouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreenderem alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.

Uma das tarefas da educação é o empenho para o resgate da condição humana. Trata-se de um esforço para que o aluno tenha e não abandone seu sonho de vida, sua cultura.

Para tanto, o espaço formal da educação, a escola, precisa ser o encontro entre esses sujeitos para dialogarem sobre o mundo, suas dificuldades, demandas, empregando-se na reflexão contra a banalidade do mal, atos de violência, perda da noção e importância dos valores da ética humana.

Nesta concepção, o professor é aquele que professa algo que acredita ser verdadeiro, útil e necessário aos alunos e à sociedade. Ao professor sujeito como o aluno, cabe educar, produzir conhecimentos, pesquisar, problematizar, a fim de modificar e propor estratégias práticas de ação. O papel do professor consiste em:

Recriação do mundo, resgate da alegria, da auto-estima, da interação, lembrando sempre que se ensina também pelo exemplo. Ser mediador na produção de sentidos daí a importância da pesquisa; Administrar, através da mediação, a aula promovendo a produção de saberes (FERREIRA, 2002 p. 08).

A bem dizer, para o professor atender a esses papéis necessita ser um sujeito reflexivo, e de ação, tendo a reflexão como fundamento de suas práticas educativas, considerando que aquilo que o professor pensa, sobre educação, caracteriza as suas ações educativas.

A realização de uma prática educativa necessita que o professor possa contar com a colaboração de outros sujeitos da comunidade escolar, para que sua prática não se perca ou não se realize. O compartilhamento de idéias e ações e a realização da pesquisa do trabalho fazem o sujeito aprender não só sobre o assunto de seu interesse, mas possa tornar-se mais autônomo, reflexivo, gestor de sua própria prática, um agente profissional e inovador.

O trabalho docente tem como uma das atividades a prática educativa mais ampla que ocorre na sociedade. Para se compreender a importância no ensino na formação humana, é preciso considerar um conjunto de tarefas educativas exigidas pela vida em sociedade. A partir da pedagogia, constituída como ciência que investiga a teoria e a prática da educação e do educador, é que se possibilita compreender a educação para além do espaço físico e o aprender torna-se um processo que acontece sob a forma de relações em espaços diversos. Assim, a pedagogia, que tem dentre suas finalidades o social, comprehende que a violência entendida também como um problema social, necessita buscar ações que possam diminuí-la e quem sabe até preveni-la.

O que se busca nesta tentativa de compreensão é explicar o que é prática educativa que, segundo Nélisse (1997, p.17-24), pode ser definida como um “fazer ordenado”, voltado para o ato educativo, ou seja, uma ação eficaz que exige um momento de planejamento, um momento de interação, um momento de avaliação e, finalmente a reflexão crítica e o replanejamento dessas ações.

De acordo com Zabala (1998, p. 67), “a finalidade da escola é promover a formação integral dos alunos”. Para ele, é na instituição escola, pelas relações construídas a partir das experiências vividas, que se estabelecem os vínculos e as condições que definem as concepções pessoais sobre si e os demais. Daí a necessidade da reflexão permanente da condição de cidadania dos alunos, e da sociedade em que vivem.

Para que se compreenda melhor é oportuno citar o que Freire no seu livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996) onde tentou-se extraír, mesmo que em síntese, a compreensão da prática educativa transformadora fundada no respeito, na dignidade e na possibilidade de construção da autonomia de adolescentes, os quais referem de forma atualizada, leve, criativa, provocativa, corajosa e esperançosa questões do dia-a-dia do professor dentro e fora da sala de aula, ou seja, no contexto escolar. Entende-se que a educação é essencial à formação dos novos cidadãos, na medida em que os saberes selecionados por uma sociedade e os seus valores serão transmitidos e construídos mediante ação educativa visando uma educação de igualdade de oportunidade.

Na realização de práticas educativas, cabe a preocupação com o educando, aluno, a enxergar e refletir que os acontecimentos de suas vidas (resultado de destino; de Deus; do social; do familiar; de seus próprios atos; ou de acasos) podem ser pensados de forma a ultrapassar a vitimização em prol de uma responsabilização diante desses fatos.

Pode-se dizer então que a prática educativa não pode reduzir-se às ações de responsabilidade unicamente do professor e que estas não ocorrem somente em sala de aula.

Ou seja, o processo de ensinar, a ação educativa transcede às ações dos professores e não pode ser tratada como atividade restrita ao espaço da sala de aula. A prática educativa pode acontecer em qualquer lugar onde se proponha a produção do saber mediada pela linguagem, portanto prática educativa não é característica única da escola, produzindo saberes para além do espaço físico escolar.

Utilizar-se da prática educativa num processo de interação educacional entre sujeitos, implica considerar, sob o ponto de vista do cotidiano do professor, uma atividade que valorize o ser humano e a educação como uma necessidade vital e social, permitindo não aceitar a circunstância como definitiva, tanto em relação a si mesma como em relação ao seu ambiente.

É como refere o juiz na entrevista:

O professor não consegue atender a todos, mas vendo o tipo de aluno que ele tem na sua sala, porque se o aluno não encontra sentindo no que ele está aprendendo, naquilo que está fazendo, que é aprender o que é ofertado, ele não valoriza e isso causa conflito. É necessário criar, modificar, trazer assuntos que interessam a vida atual desses adolescentes. O processo de aprendizagem já é comprometido – é nota... Ao aluno virá conflito, conflito psicológico, trazer algo estranho e que ele acolhe, mas não sabe para que serve... O aluno é moldado, forma, qual é a melhor maneira de trabalhar isso, canalizar, não ensino pelo tecnicismo, é preciso trabalhar os conteúdos, emoções, teatro, música, violão, hip-hop, esporte, arte, cultura é essencial, é não tem na escola.. Mesmo nas escolas particulares é pouco. Tudo isso é sugestão de prática pedagógica... Necessária. Quanto à impotência dos professores... São eles que fizeram da pedagogia uma ciência prática e a prática pedagógica envolve também desafios, ações concretas. Evitando impotências – ceticismo (JUIZ, 2007).

Libâneo (1994) confirma que a educação, a prática educativa é um fenômeno social universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades:

(...) cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade. A prática educativa não é apenas uma exigência de via em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais, e políticas da coletividade (LIBÂNEO, 1994, p.17).

Freire (1999) enfatiza que a educação é uma forma de intervenção no mundo; a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria e prática por estarem em sintonia, e concomitante a isso, o aluno adolescente possa ser reconhecido como um indivíduo que pensa e que tem necessidade de comunicar-se e de ser respeitado em sua opinião, que possa discordar e idealizar seu sonho de vida.

Nesta perspectiva, o professor desenvolve sua ação, sua prática, em parceria com o aluno. É o que a autora Behrens (2005) propõe:

Propõem atendimento diferenciado, freqüentar biblioteca e laboratórios, de informática junto os estudantes. (...) torna a escola um espaço aberto para criação, provoca situações desafiadoras, instiga o aluno a buscar e a investigar novos caminhos, acolhe os estudantes que passam a freqüentar a escola também em horários alternativos, motivando a revolução nos meios acadêmicos reprodutivos (BEHRENS, 2005, p. 111).

O profissional utiliza seu conhecimento para agir e interagir com o aluno. Assim, para ele melhor participar da relação pedagógica, precisa conhecer, proporcionando a ligação da prática educativa, entre o pensar e o fazer, promovendo a socialização dos jovens e adolescentes e desenvolvendo capacidades que permitam um ajustamento ao mundo em que vivem.

Freire (1974) refere que ensinar é uma prática social, é uma ação cultural, pois se concretiza na interação entre professores e alunos, refletindo a cultura e o contexto social a que pertencem.

Pode-se dizer que Educar é suscitar modificações significativas nos padrões de comportamento dos alunos por meio da prática educativa, com uma concepção otimista do mundo, da vida, do homem no mundo e do dever educativo.

A elaboração de uma prática educativa para prevenir a violência necessita estar cimentada por valores humanos como: ética, respeito e tolerância. A prática educativa tem seu desdobramento em quatro ações educativas: a psicológica, o social, o cultural e a política. A ação educativa psicológica é sempre concomitante às três subsequentes que dispensa comentários por tratar-se de seres humanos, de gente que trabalha com gente.

Na educação social: Encontra-se o crime organizado, agindo numa sociedade não organizada, que repercute em maior valor o compromisso social para com os jovens. Logo, é honra dos homens e das mulheres dessa sociedade que não haja criança e adolescentes dormindo nas ruas, perambulando pelos bares, vendendo doces nos semáforos. O social hoje revela famílias desestruturadas como um dos indicadores da violência refletida nas escolas. É na sala de aula que se encontra um público heterogêneo: com suas particularidades. Nas entrevistas ouviu-se dos professores que seus alunos precisam de atenção e carinho. Muitos alunos trazem para a sala de aula suas angústias vivenciadas na família, sua desestruturação, a qual repercute no seu comportamento e aprendizado. A separação dos pais e os seus problemas conjugais afetam diretamente os filhos. Daí decorre o aumento assustador da quantidade de alunos com síndrome do pânico, estresse, irritabilidade excessiva, tendência ao

alcoolismo e perfil agressivo. Situações impostas fazem o educador investir no capital social, resgatando os valores, as tradições e as redes sociais que favoreçam a cooperação entre as pessoas. Ensinar a confiar, investir na cooperação, buscar maneiras de conduzir a violência iminente, diminuir assim a violência manifestada pelo conflito e/ou agressividade inerentes à vida em sociedade e derivadas das diferenças entre os seres humanos. Ambas, se bem canalizadas a um convívio social inclusivo, minimizam esse risco e promovem a solidariedade social de que precisam para construir uma sociedade mais justa.

Freire (1996) cita uma história na qual retrata a importância de um gesto de atenção do professor, cuja significação talvez tenha passado despercebida por ele, o professor, mas fez a diferença na sua vida de aluno adolescente.

Estava sendo, então um adolescente inseguro, vendo-me como um corpo anguloso e feio, percebendo-me menos capaz do que os outros, fortemente incerto de minhas possibilidades. Era muito mais mal-humorado que apaziguado com a vida. Facilmente me eriçava. Qualquer consideração feita por um colega rico da classe já me parecia o chamamento à atenção de minhas fragilidades, de minha insegurança. O professor trouxera de casa os nossos trabalhos escolares e, chamando-nos um a um, devolvia-os com o seu ajuizamento. Em certo momento me chama e, olhando ou re-olhando o meu texto, sem dizer palavra, balança a cabeça numa demonstração de respeito e de consideração. O gesto do professor valeu mais do que a própria nota dez que atribui a minha redação (FREIRE, 1996, p. 42 - 43).

A história, além de conotar uma ação social e psicológica, mostra a importância de reconhecer no aluno seu potencial e suas dificuldades na fase da adolescência, descrita como inseguro, feio, com sua auto-estima baixa.

Na seqüência outra ação da prática educativa é a ação educativa cultural: Porta que se abre pelo lado de dentro e que demora a ser construída. É o resultado das múltiplas ações, atividades, trabalhos e práticas dos alunos. No conjunto dessas inúmeras ações interligadas produz-se uma forma de ser da sociedade. Ou seja, cultura é um conjunto de características de uma sociedade, geradas no inter-relacionamento humano, preservadas, aprimoradas e reproduzidas com o passar do tempo. Dir-se-ia que ao se produzir cultura, produz-se educação. Educação essa, que conhece, reflete e discute sobre músicas, mídia, piadas, currículos, paz, preconceitos, desigualdades, lazer, leitura, escrita e etnias.

A quarta ação da prática educativa é a ação educativa política: violência pensada politicamente, ecoa sentimento de ineficácia política, de impotência, de não pertença, corrupção, todas, necessidades de uma população de uma sociedade de políticas públicas.

Educação inclui ensinar e discutir política que trata de lei escolar, diferente daquela educação informal que se aprende desde pequeno e a leitura que se deve ter e que é direito e responsabilidade do aluno ao participar, ao estudar e ao fazer disto uma prioridade.

Um dos motivos por que as palavras da lei não se transformam em ações concretas do poder público é que a maioria da população não tem acesso às decisões sobre políticas públicas. Assim, cabe aos professores oportunizar a discussão sobre políticas públicas da escola, do bairro, da cidade, do estado, do país, fazendo da sala de aula um espaço para entender o mundo.

Neste entendimento o professor que contemplar prática(s) educativa(s) com ação psicológica, social, cultural e/ou política para combater ou prevenir a violência, aprende a lidar com o desconhecido, com o conflito, com o inusitado, com o erro, com a dificuldade e com o saber julgar.

Pelo exposto, salienta-se que o professor, diretor, supervisor e funcionário diante de uma situação problematizadora necessitam adotar uma postura criativa com maturidade emocional para posicionar-se frente das escolhas e decisões que venham a fazer ou ter para com o(s) adolescente(s) envolvido(s) em violência. Esses profissionais membros da comunidade escolar conhecendo quem é o aluno, qual o motivo, o comportamento nos últimos dias e, após um elenco de informações e dados, direciona seu olhar na perspectiva do outro, adotando o escutar como meio de melhor conhecer o seu aluno. Criação de um ambiente de confiabilidade.

De fato, propor diminuir a violência escolar é um desafio para os professores, pois não exige somente conhecimento didático, mas conhecimento, de valores morais e éticos e também uma grande capacidade de comunicação, de empatia, de respeito à identidade do outro para auxiliar o aluno a construir o caminho. Vê- se a grande necessidade da quebra de paradigmas e um deles é o investimento no professor no seu aperfeiçoamento, pois ninguém conseguirá educar o outro, sem antes educar-se a si mesmo. Do mesmo modo, ninguém atingirá o amadurecimento pessoal sem a conscientização prévia, principalmente se ocupar-se com problemas de educação (JUNG, 1999).

A citação de Geraldi (1994, p. 92) contempla a necessidade da quebra de paradigmas, com destaque no currículo o qual faz refletir o que precisa ser alterado, melhorado, e principalmente registrado. “(...) cabe aos professores organizar experiências que propiciem a aprendizagem pela participação do educando e pela fina sintonia dos conteúdos escolares com a pluralidade dos espaços e tempos sócio-culturais em que se dá a sua formação e socialização”.

Podem-se buscar reformas no currículo para incluir efetivamente a participação das comunidades atendidas pela escola, mediante suas instâncias representativas como conselhos, comissões ou associações de pais e grêmios estudantis; para que possam ter um espaço na escola com acesso às discussões e propostas existentes no que concerne ao programa curricular, contextualizando com a realidade do bairro da comunidade juntamente com professores, diretores e especialistas em educação.

A participação da família é a opinião da policial entrevistada, ao referir para “criar programas que envolvam também a participação da família, de forma a criar mecanismos que façam com que os pais participem da vida escolar dos filhos e que contribuam com o ambiente escolar” (POLICIAL).

Observa-se que a participação da família extrapola a mera participação em festas e campanhas de arrecadação financeira. A participação deve ocorrer de fato, através da gestão democrática da escola, sem a qual não se pode falar em participação real da comunidade e, bem menos, em soluções que produzam mudanças reais no cotidiano da escola.

Diante das considerações acima expostas, dá-se continuidade às perguntas feitas aos entrevistados: pergunta (c): se a escola tem algum mecanismo ou prática educativa para combater ou prevenir a violência escolar? quais seriam?

As respostas aqui registradas em relação às práticas educativas para prevenir a violência realizada nas escolas pesquisadas são inexistentes, porém as práticas educativas existentes, permitiram focalizar as ações destacadas em conjunto por: psicológica, social, cultural, e política e, que ajudam a amenizar a situação da violência escolar presente.

a) Ação educativa psicológica: Ações que envolvem relacionamento entre as pessoas, comportamentos e atitudes.

b) Ação educativa social: O investir no capital social, resgatando os valores, tradições e redes sociais que favorecem a cooperação entre as pessoas. Ensinar a confiar, ensinar a cooperar, investir na confiança entre pessoas.

c) Ação educativa cultural: Resultado de múltiplas ações e práticas de alunos.

Valorização das ações interligadas, geradas no inter-relacionamento humano, preservadas, aprimoradas e reproduzidas com o passar do tempo. Educação que conhece, discute, reflete e produz sobre músicas, costumes, piadas, mídia, currículos, paz, preconceitos, desigualdades, lazer, leituras e escrita.

d) Ação educativa política: Inclui ensinar a discutir política, conhecer política, conhecer as leis os direitos e responsabilidades do adolescente. Estudar e fazer disso uma

prioridade. Discutir políticas públicas da escola, do bairro, da cidade, do estado, do país, fazendo um espaço para entender o mundo.

Assim, apresentaram-se as práticas educativas citadas pelos profissionais nas entrevistas registradas abaixo, destacando-se as ações educativas: Psicológica, social, cultural e política.

1) Abrir a escola nos finais de semana: Pais e comunidades dentro da escola; abrir a quadra de esportes da escola nos finais de semana, com vigilância que não existe ainda;

“Algumas escolas estão usando de mecanismo como: **trazer os pais para dentro da escola depende muito do diretor.** E ainda não é comum em Foz tem que chamar a comunidade para dentro da escola. Promover a abertura é a flexibilização a comunidade. Ter apoio da comunidade, para a escola investir mais em equipamentos – existindo mais válvula de pressão (JUIZ).

(...) eu to com a minha quadra fechada para a comunidade entre aspas porque ela já está aberta novamente. Eu quero que ela fique aberta, eu quero que o povo venha nos finais de semana. As crianças têm vindo eu tenho medo que aconteça alguma coisa, que eu pegue alguma criança que tipo, estupre ou fumem droga e tem o policial, mas o policial não vive também né. Ele tem a vida dele, tem que sair para almoçar, sair para jantar uma hora. Então eu quero saber se nesse momento eu tenho medo de alguma coisa, mas mesmo assim eu prefiro que a comunidade fique. **Então está funcionando final de semana com o guarda.** Está funcionando meio pode, não pode (ESCOLA A DIRETORA).

Torna-se uma ação educativa psicológica, social e cultural quando a escola aberta permite que tanto os alunos quanto a comunidade ocupem um espaço público, que estaria fechado no fim de semana, e façam dele um centro cultural. Isso pode motivar a solidariedade entre as pessoas, que criam afinidade com a escola e ajudam a cuidar da instituição escolar como patrimônio da sociedade.

2) Indisciplinariedade, violência: No caso de desobediência, usar penas disciplinares, citado pelo Juiz entrevistado refere-se a uma sugestão de um acordo estabelecido entre a escola e alunos onde todos saibam dos seus direitos e deveres e, no caso de atos, ações indisciplinares usam dessa mediação para aplicar penas disciplinares na escola; Conversar fazer pensar, caso não mude, só então trazer para a direção; chamar o aluno para fora da sala de aula e conversar, dizendo como as coisas funcionam. Isso fez diminuir as brigas o levantar das carteiras, melhorou o respeito; no caso de discussões, não centralizar o fato na origem, escutar a todos e mostrar que não há culpado; no caso de problemas em sala de aula, o professor tenta resolver ali mesmo e faz um registro que o aluno assina. Depois de três casos, com o mesmo aluno, ele é encaminhado para o pedagogo; cujo sistema é usar um caderninho em que anota o comportamento e caso o aluno faça algo é descontado;

E ainda como mecanismos a interação adequada para os problemas de conflito interno, a mediação no nível de relação, por outro lado **caso não obedecer tem penas disciplinares**, fazer um comum acordo com os alunos às normas de direitos e deveres seria procedimentos indisciplinares as escolas não tem essa mediação, os pais assinam uma folha em branco e depois vão saber que é uma transferência, é necessário um bom senso, acredito ser o NRE que deva passar essas informações para a escola (JUIZ).

Há, ai eu não sei (risos) acho que não eu trabalho um pouco diferente dos meus colegas (risos) eu não trago os problemas para a direção **eu tento resolver com o meu aluno, converso, faço pensar e caso não mude só então eu trago para a direção daí é pra valer** (ESCOLA B PROFESSORA 2).

Outras ações, mais comuns é o que já comentei **quando chegam aqui os casos de discussão para nós a gente não centrar no foco da origem, a gente não vai ao foco, mas nós tentamos mostrar que a forma que eles estão tratando não serve manter a discussão sem querer chegar à conclusão leva um tempo eu tento escuto um, ouço outro e eu mostro a eles não tem culpado**. A gente tem tentado fazer muito isso é muito melhor que ficar gritando. Agora eu acho que todo mundo deveria estar preparado para isso porque pra mim isso tem a ver com concepção com entendimento de relações humanas isso não é uma questão profissional e claro que uma concepção pedagógica isso pra mim é pré-requisito, **nós temos um acordo que no primeiro problema na sala de aula o professor que tem que tentar resolver isso em sala de aula e têm que fazer um registro e o aluno assina depois de três casos desses que o professor tenha parado a aula para chamar a atenção com o aluno daí encaminha pra o pedagogo** (ESCOLA B PEDAGOGO A).

Eu não tenho problemas com aluno, chamo a atenção, eu já tive um aluno agressivo ele tem 17 anos e nas minhas primeiras aulas que eu fui ministrar que eu tava falando sobre o Egito e eu chamei a atenção não moço é que eu to com a palavra, mas se você que falar sobre o Egito fique a vontade eu espero você falar e vou anotar aqui que você perdeu a nota de participação e comportamento e você já perdeu a metade ele ficou quieto e conversou com outro aluno que contou pra ele como era o meu sistema ele chorou na sala e depois venho me pedir desculpas e... E pediu um abraço e de acordo com os alunos que conhece a gente eles passam para o outro e assim eles respeitam e agora ele senta-se próximo da minha mesa eu já tive uma aluna que veio de outro colégio se alterou comigo e eu anotei no caderninho e depois iria chamá-la e conversar com ela, mas, antes disso, ela me procurou e conversamos então assim não é fácil trabalhar com adolescência é preciso fazer cursos porque todo dia é diferente ou todo dia **ou anotar no caderninho** ou conheço sua mãe, mas é importante conhecer a família (ESCOLA A PROFESSORA 1).

Uma ação educativa psicológica, social e política por se entender que o aluno é orientado quanto aos seus direitos e deveres estando cientes das penalidades.

3) Normas/Contratos/Preceitos: Fazer um comum acordo com alunos dos seus direitos e deveres ou elaborar um regimento escrito onde consta o que pode e o que não pode, lendo-o e discutindo entre os professores e alunos em reuniões de início de ano.

(...) e a própria norma da escola que é lido junto com eles o que pode e o que não pode na escola que todo o inicio da escola são discutidos todo inicio do ano. Agora é aquela coisa eu penso que a cada dois três meses tinha que reler com eles aquelas normas de novo com eles. **Eles vão ficando meio relaxado e precisava discutir mais com eles** (ESCOLA A PROFESSOR 3).

A gente tenta, faz mais no dia-a-dia a **gente não tem nada escrito** a gente tenta palestra, no nosso PPP até rege algumas palestra algumas coisas e quando encontra algo interessante e vai e fala com eles fale sobre violência a gente fala com eles e vai tentando trabalhar

normas e preceitos básicos que eles têm que ter então o princípio básico é respeitar a escola porque se eles têm a normas eles não geram a violência então a gente trabalha as normas temos um trabalho escrito com os direitos e deveres dos alunos e todo começo de ano os professores discutem com eles e dia-a-dia a gente vai trabalhando com palestras que incentiva a não violência convida pessoas que falem algo interessante para eles e vai tentando que eles vivenciam na prática outras formas de acolhimento de coletividade (ESCOLA B PEDAGOGA B).

Nós temos um termo que ele (aluno) assina concordando com aquilo, mas se ele não consegue cumprir totalmente, mas, ele demonstra uma vontade de melhorar assim melhorou seu comportamento melhorou alguns quesitos a gente considera faz uma brecha considera pela mudança de comportamento então é sempre o trabalho de – eu confio no teu trabalho, eu confio em você, mas, vai depender de você o aluno (ESCOLA B PEDAGOGA B).

Olha, a agente tem tentado e.. Os professores vêm e comentam algumas tentativas nas salas de aula, chama os alunos fora da sala e conversar com o mesmo você não percebe nas aulas dela briga entre os alunos eles levantarem das carteiras que tenha problemas na sala de aula ela faz assim quando o aluno começa, ela chama o aluno fora da sala na porta da sala ela não faz aquela chamada geral e conversa com ele e diz como as coisas funcionam e volta para sala e funciona sempre em primeiro ela faz isso então quando ela chega a me encaminhar algum aluno é porque já passou de várias conversas com ele (ESCOLA B PEDAGOGO A).

Uma ação educativa psicológica, política e social por promover a diminuição da violência com respeito a regras e aos outros, uma política pública por discutir com os alunos os preceitos básicos para cuidar da sua escola.

4) Realizar práticas esportivas, gincanas: gincana de matemática – evitar destacar melhores alunos, jogos de xadrez; aulas de capoeira (voluntário 2x na semana); Programa Núcleo esportivo em parceria com a prefeitura, para trabalhar com alunos de comportamento difícil; Jogos inter-salas com xadrez, basquete, futsal, tênis de mesa com taxa de inscrição de \$1,00 real (para arrecadar fundos para comprar outros jogos que faltam).

Fazemos **sim a prática lá na quadra**, então eu to la numa sala e la tem alunos da 5º série dois ou três aluno que só dão problemas, um da 6º, 7º, 8º o que nós fazemos então vamos pegar esses alunos e fazemos uma gincana pra saber quem são os melhores de sala, **gincana de matemática, fora essa do próprio MEC fazemos, para saber quais são os alunos melhores**, e claro que gera uma ciúmeira, mas não são todos, são assim 10% de alunos que vão nessa (ESCOLA B DIRETOR).

Nós temos um professor de capoeira que trabalha com alunos, voluntário é também uma prática para que eles se ocupem grupo, de 20 alunos 2x por semana 2 horas, eu tenho esse grupo uma parceria com a prefeitura para trabalhar com os alunos com comportamentos difíceis, meio violentos, eu preciso arrumar de um espaço no horário, eles precisam de quadra 20x por semana, programa núcleo esportivo e quem coordena é a vice-diretora (ESCOLA C DIRETORA).

(...) e tem um outro projeto que funciona mais durante o dia que é o de capoeira **mais esse eu não to interada porque eu só trabalho a noite** (ESCOLA C PEDAGOGA B).

(...) eles agora eles tão programando ter três dias **de jogos inter-salas** só que eu to achando três dias muita coisa, **então vai ter xadrez, basquete, futsal, os professores estão pondo**

esses jogos de tênis de mesas improvisaram a mesa, então eu acho assim que eles vão estar livres né os alunos e, contato um com outro eles vão estar tão ansiosos que dar aula será impossível só que a tarde eu não sei como está à tarde eu não consigo acompanhar e a noite não tem nada então fica complicado a participação, **mas o importante é que os alunos querem eles participam dos jogos e neste dias os alunos vão pagar um taxa de inscrição tipo 1,00 para a inscrição e daí esse dinheiro nós vamos comprar os jogos que estão faltando na escola à gente ta pensando nisso.** Esse é o primeiro, a gente vai avaliar e melhorar para o próximo ano. E, tem também que eu vou pedir para a secretaria de educação para que esses alunos possam parar de ter aula por 1-2 dias, para acontecer. (ESCOLA C, DIRETORA).

Promove-se uma ação educativa social, psicológica e cultural. Observa-se que o esporte estimula o convívio e solidariedade social e cultural. No entanto sabe-se que é comum nas escolas a realização de gincanas, campeonatos, atividades de concorrência que, por mais honestos que sejam, tem um vencedor e todos os demais são perdedores, os piores, estabelecendo uma relação de competitividade que gera conflitos. Logo, a ação educativa precisa substituir a competição por cooperação para alcançar um resultado satisfatório.

5) Projetos: Projeto sobre meio ambiente – FEA – Formação de Educadores Ambientais, envolve conscientização, passeio, visitas técnicas, plantio de árvores, atividades artísticas, palestras e regaste de valores; Amostra científica e cultural (será colocado no Projeto Político Pedagógico - PPP) acontece uma vez ao ano, com temas diversos, pretendem publicar os trabalhos em CD para que todos conheçam os trabalhos dos colegas. Além da amostra científica, reserva-se um espaço cultural, onde os alunos podem apresentar, danças, cantos ou exibições de embaixadinhas, sem notas ou premiações; apenas todos são valorizados, já que os trabalhos de conteúdo disciplinar são avaliados nas respectivas áreas; Mutirão da limpeza com todos os alunos da manhã, tarde e noite para cuidar e manter a escola limpa e sem depredação.

Olha a minha área é educação ambiental (...) aqui eu tenho alunos dos 2º ano do ensino médio que pega uma vassoura e vão varrer a noite depois que toda mundo vai embora para recolher as bituca que foram jogadas eu comecei em maio, **mas eu comecei é um trabalho lento porque é com pessoas e tem que ser com calma iniciei com uma meia dúzia de alunos e puxar essa ½ dúzia pra mim a partir daí expandi para a sala é lento conquistar a sala, a sala fazer um corpo a corpo com os outros indivíduos para conquistar toda a clientela do colégio nos conseguimos tem aluno que limpa a sala eu mostrei pra eles que a pessoa que limpa ela não é paga só pra isso eu mostrei que eles tem que zelar.** Esse meu trabalho chama sementes do FEA – Formação de Educadores Ambientais e eu possivelmente não estarei no ano que vem aqui, mas possivelmente essa semente ficou plantada. Amanhã nós temos uma visita ao refúgio biológico e depois na Itaipu também falando de educação ambiental, como é um trabalho lento nos tivemos problemas com transporte etc. e..., todos talvez eu não consiga levar, mas uma grande parcela sim, **nós fizemos um levantamento na escola de pontos positivos e negativos, nos tivemos atividades artísticas, ho, (mostrou) palestras da secretaria do meio ambiente, zoonose, sanepar que virá ainda, corpo de bombeiros, alguém da saúde e o**

plantio de árvore cada aluno ou cada sala ira plantar sua árvore plantamos várias cada sala plantando sua sementinha é claro que não vamos atingir todo o público tem aluno que no intervalo pega água e vai molhar sua planta é uma responsabilidade que ele está puxando pra ele, lógico que é uma conquista durante a nossa proposta de trabalho lógico que é mais direcionando mais ao lixo né, mas, numa diversidade de temas trânsito, direitos como cidadão etc. A princípio eu encontro barreiras com os colegas de trabalho. Todos os alunos vão ter uma semente plantada aqui na escola todos eles vão participar então e um resgate de valores. Mas, é assim a dificuldade que a gente tem é o que eles trazem de casa a prática aqui, adianta você trazer a mãe do indivíduo e tentar explicar os erros se ele é errante para chamar atenção ai vêm à mãe se ela ta alcoolizada, como você vai cobrar dele ou da mãe ou da avó se ela ta alcoolizada não é fácil. Então a gente vai devagar muito devagar (ESCOLA C PROFESSOR 2).

Agora tem outro projeto que também acho que os alunos estão se interessando bastante que é bem simples e **tem um professor de química da manhã ele ta fazendo um trabalho sobre meio ambiente até sábado haverá um mutirão aqui sabe muitos alunos iram participar e os alunos gostam bastante é um trabalho de plantio de árvores em volta da escola ele ta envolvendo a patrulha alimentação, frutas ele vai fazer salada de frutas, ai o comportamento dos alunos vai melhorar com o tempo para gostar da escola, ter respeito ao meio físico, então esses projetos estão iniciando né** (ESCOLA C DIRETORA).

Sim, tem os projetos que envolvem bastante o aluno o objetivo iniciou pela conscientização deles para manter a escola né porque havia muita depredação no inicio da escola eles quebravam as portas janelas jogavam lixo por todo o lado né e isso aqui é uma escola nova e tá tudo quebrado as portas das salas. E começo por ai querendo colocar né fazer com que eles se tornassem consciente do que eles tão fazendo no sentido de cuidar de zelar né por esse lado e no inicio nós não tínhamos funcionários era difícil, e começou com os professores a conversar que talvez um projeto desses viesse ajudar. E tá dando certo. **Tem um projeto que é de um professor eu li o projeto os professores estão se envolvendo os alunos também estão entusiasmados, vai haver um mutirão de limpeza e tudo e os alunos inclusive da noite querem participar** (ESCOLA C PEDAGOGA B).

Nós **temos uma amostra cultural já é o terceiro ano de amostra cultural** (...) professora disse que sabe fazer sabão então vamos fazer um projeto dentro da química. Têm uma professora que vai fazer sobre o lixo reciclagem, mas, tem que ficar ali sempre perguntando como que ta se já fez então é uma prática que estamos tentando essa mostra cultural e que os professores estão começando a querer participar e **os alunos eles gostam muito de fazer coisa diferente** teve um trabalho e o tema – Diga não ao trabalho infantil. Por uma empresa de Curitiba e teve trabalhos ótimos, muito bons **agora a gente ta montado um CD para que todos vejam o trabalho dos colegas eles têm um potencial que não é trabalhado** (...) o trabalho sobre o lixo ficou ótimo então isso motiva os demais professores e isso vai estimulando um trabalho de sala de aula e vai vencendo os conteúdos que tem que vencer num espaço de tempo e o aluno dão uma resposta tudo isso ajuda diminuir a violência. **Para amostra cultural eu já fiz o projeto para colocar no PPP.** Pra registrar (ESCOLA B PEDAGOGA B).

E o caso da feira de ciências que agente parou com feira de ciência e faz amostra científica e cultural. Bem isso começou em 2005 (...) então tivemos a idéia de feira de amostra que o aluno mostre o que ele fez durante o ano aquilo que faz cotidianamente pode ser utilizado para mostrar aos outros da escola e, além disso, além de científica ficou um espaço cultural, alunos que dançam que fazem embaixadinha, que cantam então a gente abriu também um espaço para isso, isso já é um grande avanço são tantos trabalhos para serem apresentados que nós decidimos que cada sala tem um professor que é coordenador que escolhe os trabalhos e desenvolve orienta trabalhos com a turma, e temos os professores que não coordena turma e também faz com alunos específicos **a grande vantagem desse trabalho e que ninguém é premiado** e eles já têm bem claro que não têm como fazer um raqueamento de trabalho e eles entenderam isso então **todos vem explicam o trabalho e gostam disso e todos são valorizados**, ou seja, todos têm um trabalho para apresentar se não tem trabalho, mas, quer dançar, cantar pode uma vez por ano a gente faz sempre no começo do segundo semestre. E daí nós temos tomado uma atitude maior por

relação da escola por conta dos outros projetos do estado o Fera etc. e nós só mandamos os alunos para esse depois de apresentar na feira e a partir dali escolhe ali para enviar e só que nós não fazemos a feira pra isso, ou seja, a partir do nosso trabalho se surgir nós enviamos e não paramos com o conteúdo. Então é assim o projeto **não tem uma linha que trata da violência, mas, ao mesmo tempo ele é contra a violência ele ajuda a diminuir isso porque ele tira a competição de ranqueamento tira todas essas possibilidade porque se não estão competindo um com o outro você não ouve vaias, não tem porque vaiar não tem premiação** (ESCOLA B PEDAGOGO A).

Essa prática educativa contempla as ações psicológicas, sociais, culturais e políticas envolvidas, quando potencializa as mudanças na escola e constrói relacionamentos e parcerias numa atuação colaborativa e responsável.

6) Tudo se faz; interpreta-se que todas as ações são viabilizadas.

Há, ai eu não sei se nós não temos não... A gente faz de tudo... (ESCOLA B PROFESSORA 2).

7) Palestras / leitura de textos: Selecionar textos de situações do momento para discutir com os alunos; buscar textos que falem do sobre drogas, violência, comportamento, respeito, atitudes, amor, egoísmos, ética.

(...) esse ano eles tiveram duas palestras sobre drogas com a polícia militar com o sargento, também folhetos orientando... (ESCOLA A PROFESSOR 3).

(...) a escola toda está de braços abertos pra diminuir essa violência só por ela abrir ela já colabora pra isso, para diminuir da violência **nós professores de português, por exemplo, temos uma grande preocupação de trabalhar com a leitura de selecionar textos do momento de situações do momento pra discutir com os alunos e até ouvimos boas opiniões, mas, a prática muitas vezes acontece totalmente o contrário** a escola está sempre fazendo algo voltado para combater a violência (ESCOLA A PROFESSOR 2).

Até certo ponto sim, a escola tem alguns mecanismos **o próprio trabalho do educador que ele realiza então ele já busca dentro desse trabalho trabalhar essa questão da violência com...** Como diria eu percebo que têm alguns professores que busca trabalhar essa questão porque eu também sou professora eu também dou aula a tarde e ontem eu fui trabalhar com alunos da 3º série eu busquei algo que falasse de amor então eu não busquei só o texto eu busquei algo que pudesse falar sobre o amor, egoísmo, respeito, então eu acho assim que o professor tem condições de trabalhar essas questões. Eu acho que a maioria dos professores hoje sente essa necessidade de trabalhar essas questões porque nós temos uma turma com um comportamento muito difícil eles brigam, gritam, batem, é um horror é uma **turma da 6º e uma 7º série então se os professores não fizerem um trabalho diferenciado com essas turmas eles não conseguem trabalhar dentro da sala de aula**, eles (alunos) estragam, quebram tudo vidro porta, carteiras, porque eles estão fora da faixa etária então o professor não consegue trabalhar o conteúdo separadamente de qualquer outro aspecto de ética de comportamento eles têm que envolver um pouco disso se não, não trabalha (ESCOLA C DIRETORA).

É uma ação educativa psicológica, social e cultural devido à integração entre pessoas no caso, onde o público possa participar com comentários. É cultural se promover reflexões. É

política se houver discussão e busca de soluções. Ao contrário disso, é uma ação com efeito paliativo, um tempo depois não lembram mais nada.

8) Festas: Realizar festas juninas com objetivo de construir um meio de diversão, trazer a família para dentro da escola, não permitir entrada de pessoas estranhas, evitar o uso do álcool, (quentão sem álcool); Uma ação educativa psicológica, social e cultural ao promover a socialização e o lazer:

Por exemplo, a festa junina época de festa né a **escola faz o possível para construir um meio de diversão com a preocupação de evitar o álcool sempre o que fazemos sempre é com intuito de evitar a violência e o objetivo é trazer a família**. Não permite a entrada de pessoas estranhas que daí já é de responsabilidade pública de cuidar da escola da região que é por cima do muro a entrada de coisas ilícitas de drogas de armamentos etc. Quando falo do álcool e quentão sem álcool e nos fazemos de suco de vinho e quando têm alunos que trazem bebida, a escola tem que evitar o máximo possível e como eu falei por cima do muro pode entrar né, mas, mesmo assim a escola está sempre preocupada com a não violência (ESCOLA A PROFESSOR 2).

9) Atividades recreativas e de orientação: Programas como rodas de conversa, teatro; música com padre, pastor; Acadêmica de serviço social, com trabalho de dinâmicas de grupo, com algumas turmas; Aula de educação física, com momentos de lazer em dias de chuva, trazer música e depois brincar de: - Qual é a música?

Tem as rodas de conversa, a casa do teatro, está em algumas escolas com resultado muito bom (JUIZ).

Existem algumas ações isoladas desenvolvidas por algumas escolas, como por exemplo, **grupos teatrais, práticas esportivas, programas relacionados ao meio ambiente, que tem como objetivo, ocupar o tempo ocioso dos adolescentes**. Normalmente estas ações se desenvolvem em horário diferenciado ao horário das aulas (POLICIAL).

Nós trazemos aqui padre e pastor para cantar, fazemos um festival de cantar chamamos os pais, mas tem que chamar o pastor pra não dar problemas devido a número de religião que tem aqui dentro, que não pode ser só o padre isso a gente faz, então de repente **não tem aula, vamos pra sala de vídeo**, mas o resultado é mínimo, mas já é algum resultado... É mínimo (ESCOLA B DIRETOR).

(...) Na minha disciplina de educação física é um momento de lazer e nos dias que eu posso **dias de chuva eu faço alternativas diferentes um dia desses, eu trouxe música diferente do cotidiano deles** muitos reagiram contra, mas, foi interessante trouxe música popular brasileira **nesse encontro foi ouvir a música depois qual é a música**, eles gostaram e ainda faço eu, **faço atividades recreativas então (risos) essas atividades envolvem muito socialização, cooperativismo, respeito, passos temporais e ai to tentando**, (...) mas, é aos poucos estou tentando o caminho, temos a dificuldade de contato corporal é difícil eles não deixam, sempre estão prontos a se defender, mas aos poucos vamos tentar é preocupante o que ele vai fazer comigo vai me bater ou... Hoje a violência está mais na adolescência 12 anos acima assim acho que são muitas pessoas que aparentemente inocente que não tem noção da realidade, não tem o convívio da realidade, mas tem muitos que estão, **além disso, e a gente tem que observar qual o comportamento e não tanto pela idade** (ESCOLA B PROFESSOR 1).

Tem, porque a nossa escola houve esse trabalho a escola A ela fez um trabalho muito sério ao combate a violência ano passado tivemos um índice muito alto de violência eles faziam coisas assim sabe até bomba soltaram na escola e esse ano melhorou uma mudança muito grande **foi um trabalho em parceria, nós temos uma estagiária de serviço social, ai eu trouxe a psicóloga, né, os pais junto à patrulha escolar, então foi um trabalho de equipe, diretora, supervisora que era eu e a outra pedagoga. E, o índice de violência na parte da tarde é maior é outro tipo de aluno de significado de família** (ESCOLA A PEDAGOGA B).

Dentro das **ações as visitas estão acontecendo, essas dinâmicas com a assistente social, a psicóloga que trabalha exatamente com os alunos, o problema tanto de aprendizado como de disciplina.** E o atendimento é individual, o pai vem primeiro, né, primeiro ela atende o pai e depois do pai ela começa a atender direto a mãe. **Os pais vêm quando são chamados**, mas nem todos, têm aluno que a gente não acha a família. Liga, e ninguém atende, tem uns que a gente não encontra. Aí fica difícil, **mas às vezes eu vou atrás, eu pego o carro e vou buscar** uso o meu carro, a escola tem carro? (Risos). (ESCOLA A DIRETORA).

São ações educativas psicológicas, sociais, culturais e políticas com atividades que envolvam socialização, cooperativismo, respeito; valorização do ser humano.

10) Participação familiar / Clube de mães: A iniciativa objetiva a cooperação e participação dos pais dentro da escola. Conversas com as famílias, pais, alunos e professores, todos juntos numa sala de aula, colocamos todos os problemas da sala, a organização dela, tendo o cuidado de não citar nomes, isso faz os pais serem mais participativos; reunião com os pais em particular e os casos mais sérios, com encaminhamento para o conselho tutelar; atendimentos pela psicóloga aos alunos e pais; conhecer o aluno e sua família seus pais, o que fazem qual o trabalho, valorizar o aluno; acreditar no aluno e, que, ele tem a chance de se recuperar, dar mais atenção, elogiar, conversar mais, eles mudam o comportamento; É certo que o filho, aluno (a) que tem sua mãe, seus pais ou um responsável, participando dessas atividades percebe, demonstrado amor e interesse para com ele (a).

Tentamos montar um clube de mães que algumas vêm, hoje mesmo tinha duas mães aqui tomando lanche, mas não é fácil, não só isso, falta profissional, falta recurso, falta espaço, falta tudo ai... (ESCOLA B DIRETOR).

Tem sim, **conversar com os pais chamar os pais conversar com os pais colocar os pais alunos professores e tentar conversar perguntar para os pais o que eles querem para seus filhos.** Para **ter mais respeito na sala** eu vejo a violência na saída da escola nas janelas nos vidros nas cortinas eles quebram, arrebentam, danificam o que puderem. Ontem mesmo chamamos uns 20 pais e veio uns 7-8 pais de alunos chamamos todos **para uma conversa familiar** e colocamos todos os problemas que estão ocorrendo naquela sala, problemas de comportamento, mas **não cita o nome de ninguém** e falamos dos problemas daquela sala. Agora quando temos problemas esporádicos com um aluno chama os pais junto à direção ou supervisão e fala sobre aquele aluno, né. Só que normalmente os filhos que estão com problemas são os pais que não vem, não vem. Então esse trabalho de contornar de amenizar de trazer a família é feito com todas as salas principalmente as que tiverem problemas para aproximar os pais a serem mais participativos **e isso a gente faz já 20 anos eu gosto muito dessa prática pedagógica na escola, eu trabalhei em várias escolas e, é só aqui eu fazem isso faz tempo, desde que eu estou aqui porque o professor**

fala com os pais os pais falam com os professores e, isso é importante, né (ESCOLA B PROFESSORA 3).

(...) a reunião com os pais que convidava em particular os casos mais sérios casos de encaminhamento para o conselho tutelar nós tivemos e foi assim bem difícil de lidar, mas a gente tem... É um preparo muito bom profissional para lidar com essa situação. A gente chamou a Magda do núcleo ano passado ela veio deu uma palestra **ela falou com os pais sobre educação a disciplina que não era proibido bater nos filhos pode, mas educar com varas está escrito na bíblia e tal para não desviar dos caminhos ela deu uma palestra bem emocionante falando pro pais porque eles deixam muitos sozinhos os filhos por causa do trabalho ou vícios né pais, mãe que tem vícios e então acontece às vezes né do filho ficar sem apoio então ele procura na escola pra falar dos sofrimentos dos sentimentos da violência da casa então eu mesmo já denunciei ao conselho tutelar violência de pais contra os filhos aqui vários porque é o trabalho da escola é também defender o adolescente é muita agressão física, hematomas, nos queremos que os pais eduquem o filho com amor e não com violência (ESCOLA A PEDAGOGA B).**

Chamam os pais, psicóloga que atende alguns adolescentes, acadêmica de serviço social que está fazendo um trabalho com dinâmicas de grupos com algumas turmas do ensino fundamental e médio, ano passado tivemos várias reuniões para os pais com a patrulha escolar. Na escola não tem vice diretora têm que ter mais de mil alunos para ter um vice diretor, mas nossa escola foi a primeira a ter um trabalho com a acadêmica eu aprendi muito com ela, como lidar com os alunos, devido a nossa situação de violência a diretora teve que buscar uma solução chamou uma psicóloga e ela como a acadêmica para ajudar nos problemas que envolvem os adolescentes (ESCOLA A PEDAGOGA A).

Eu dô aula para uma 5^a série que era considerado a melhor série até ganharam dois passeios, mas, logo em seguida mudou o comportamento dessa sala e uma outra era considerada a pior sala em uma delas eu sou coordenador de sala e não que mudou porque eu estava lá, mas, de repente minha missão era estar mais próximo deles **eu tenho, acho que dois alunos assim que não tinha nota e eu comecei a elogiar conversar mais e eles mudaram o comportamento depois que eu passei a dar mais atenção para essa sala** (ESCOLA C PROFESSOR 1).

(...) Outras são as minhas ações eu acho que ameniza muito, porque muitos alunos com muitos problemas de ter AIDS, preso, né, eu tenho alunos da 8^a da manhã e hoje ele tava na janela e, eu observei que se eu tentasse enfrentar ele iria me encarar é um aluno que já fez assalto com mão armada e eu cheguei perto dele e disse - você lembra que eu fui tua professora desde pequenino, você lembra como você era estudioso, vamos tentar, vamos recuperar? (ESCOLA B PROFESSORA 3).

Eu tinha um aluno muito agitado, ansioso, com muitos problemas de disciplina, mexia no material dos colegas, mexia com os colegas, ele tem 15 anos ele tá na 7^a série, então ele já tá atrasado e eu assim eu conversei com a sua mãe uma ótima pessoa e, eu falo com ele sobre a sua mãe que eu amei conversar com a sua mãe, uma senhora fora de série e sinto que ela tem um amor por você que ele é um rapaz privilegiado agora ele é outro. **E o aluno..... Que eu conheci a avó dele e conversamos que me contou sobre a vida dele e quando falei com ele que conheci a avó dele e ele disse - eu não, meus pais não me quiseram - e eu disse que quem tem uma avó como ele é privilegiado e ele mudou com a minha pessoa, está mais participativo** isso ajuda eu **trabalho aqui há dez anos e, eu conheço muitos deles e suas famílias, seus pais, o trabalho de seus pais** e quando acontece algo eu chego assim –hoje mesmo eu falei oi Joseane tua mãe pegou muito faxina porque você não tem vindo para a aula e assim tem outra que é apaixonada pelo professor de geografia eu cuido porque é uma menina que sofre com o amor platônico então eu cuido para que os colegas respeitem ela.. (ESCOLA A PROFESSORA 1).

Curiosamente, as iniciativas estão surtindo efeito positivo e pode ser um dos caminhos para diminuir os problemas vivenciados dentro da escola e no social. Essa iniciativa defende

que, sem a participação efetiva da comunidade nos processos decisórios da escola, não há como combater efetivamente problemas de repetência, evasão, violência e exclusão social, cronicamente pertinentes à escola. Pelo exposto, pode ser visto que é uma ação educativa psicológica, social e cultural.

11) Estudo em grupo: todos os professores da escola recebem um tema específico para estudar e aplicar o conteúdo em sala de aula, partindo-se da idéia de gerar e difundir conhecimento que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, estimulando os interesses dos alunos a temas atuais é uma ação educativa política, social e cultural que necessita ser estimulada para que os professores, queiram participar.

A gente tentou uma forma no começo de ano não deu muito certo. Então a gente pegou um tema especificou que era o aquecimento global para o primeiro bimestre, então tudo que estivesse relacionado com aquecimento global com o social, com meio ambiente e pegamos todos os conteúdos onde se encaixavam tivemos no primeiro e segundo mês até que deu certo teve alguns professores que fizeram um trabalho muito bons **só que a maioria não se envolve** (ESCOLA B PEDAGOGA B).

12) Avaliação/acompanhamento/conselho de classe: No sistema de avaliação que chamaram “*Atitudinal*” o aluno tem que mudar de atitude no processo avaliativo. Discute-se de que forma e como. Usa como instrumento o trabalho em grupo, a organização, a letra do texto; Acompanhar o caderno do aluno com atendimentos individuais e coletivos. No coletivo busca-se misturar, juntar os alunos que têm uma liderança negativa com os que têm uma positiva, para realizarem atividades e trabalhos juntos; alunos com problemas na sala de aula, buscar atividades para fazerem o que mais gostam, como jogar bola, participar de torneios para que eles possam participar, exige-se deles a média mínima de 60,0, inclusive com assinatura prévia de consentimento registrado em termo próprio. Sempre se avalia e considera as mudanças de comportamento; No conselho de classe falar só de alunos que têm dificuldade, exigindo deles mais rendimentos de notas;

(...) esse trabalho de acompanhar o caderno que muitas vezes a família não faz, de ver se o aluno tá vindo ou não e a questão de incentivar e não é só um aluno têm vários então são atendimentos individuais ou coletivos então a gente chama esses alunos e explicam à idéia eles dão outras idéias, gente vai tentando. A gente escolhe aquele aluno, que tem um aspecto de liderança, por exemplo, que vai repassar para os outros alunos não que os alunos não têm potenciais, mas precisa que esse aluno repasse saia vá buscar pais, alunos, para colaborar com a escola e, quando temos uma liderança negativa a gente inclui ele com aqueles alunos de liderança positiva às vezes precisa vender rifa que é uma prática que eu condeno e, é uma prática que serve pra suprir a necessidade da escola o que não é feito pelo Estado então qual o nosso problema o verão de Foz do Iguaçu e muito, muito quente e não é um luxo é uma iniciativa então pra gente conseguir o dinheiro para comprar

dois ares- condicionado então os demais alunos estão estimulados a colaborar para também ter na sua sala o ar condicionado. Então é uma iniciativa do aluno que a gente acolhe e vai levando. O aluno xx entraria como um caso de recuperação e não é só ele tem o aluno yy que é da mesma sala que tem muita criatividade então agente arruma outras coisas, atividades para ele fazer pra deixar de incomodar na sala de aula então eles gostam muito de jogar bola eles adoram o torneio, então, **nós instituímos para que os alunos possam participar de campeonatos inter-salas eles têm que ter no mínimo 6,0 na média se não, não joga e isso estimula para que eles queiram estudar.** Têm outros que não gostam de bola e participam de outras atividades a gente monta sala de jogos interativos para terem outras atividades e não fiquem sem nada (ESCOLA B PEDAGOGA B).

(...) ano passado no sistema de avaliação da escola, discutimos as concepções de avaliação e apontamos naquele momento **que um dos elementos de avaliação tem que ter, nos chamamos, de atitudinal ela tem que mudar a atitude no processo avaliativo e discutimos de que forma e como** e também escolhemos um instrumento de trabalho em grupo na sala o que é trabalho em grupo a organização do grupo a letra comum do texto e um instrumento pedagógico que tem ajudado neste processo porque a gente leva as pessoas a ter uma relação num outro nível um nível assim de não violência porque se não o trabalho não funciona isso nos achamos melhor que fazer palestras sobre respeito, palestra sobre ou atitudes, então o trabalho junto surgem efeito e tem ajudado muito. Por exemplo, **o conselho de classe para falar de todos os alunos porque não preciso eu falar de todos os alunos eu vou para pegar as avaliações dos professores os quais tem alunos que tem maior dificuldade nos atendimentos que eu fiz e no rendimento das notas** (ESCOLA B PEDAGOGO A).

São propostas de ações educativas sociais, culturais e políticas pela notória influência exercida pela avaliação, não só durante a vida estudantil, mas também no decorrer da vida social de cada indivíduo, não só no tocante a questões exclusivas como mercado de trabalho e outras, mas com relação inclusive às escolhas futuras que possa o aluno fazer, ou mesmo à própria formação de seu caráter e construção de sua personalidade. A bem dizer a avaliação ou acompanhamento exige conhecer o aluno para então tratar as questões da avaliação pelos professores e pela escola e até mais pelas famílias. Não é exagero dizer que a boa formação cultural, bem como a melhoria não só nos níveis de ensino-aprendizagem, mas de toda a sociedade e os padrões de vida melhores buscados, passam pela efetiva e consequente aplicação de uma estrutura avaliativa adequada, que busque provocar a responsabilidade do aluno como co-participante para elevar as condições de ensino surgidas.

13) Grêmio estudantil: segundo o portal educacional do Estado do Paraná – Dia-a-dia Educação. O grêmio estudantil é uma:

Organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins, cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais. O grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola, atuando nele, você defende seus direitos e interesses a aprender ética e cidadania na prática. (<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>).

A proposta da escola e o seu objetivo é descrever sua importância como ação social, cultural e política. No entanto, a escola, seus professores e direção, sabem que terão problemas nas indicações de alguns alunos devido ao interesse pessoal ou do grupo. Os professores que conhecem os alunos os julgam pelo comportamento tornando-se uma situação imposta e delicada para a escola.

Outra prática é **o grêmio estudantil na escola nós estamos pensando** o que fazer para que esses alunos tenham um comportamento diferente porque tem uma diferença entre os períodos à maioria das escolas do ensino médio da manhã são mais calmos e a tarde mais violentos (...) se você faz uma reunião com os pais da manhã por exemplo da 7º série vieram à maioria e a tarde veio 4 pais, menos interesse então a escola desde lado já não consegue ajudar muito, e o grêmio vai ser bom na verdade isso é uma exigência do estado então eu gostaria de estar fazendo com a intenção que eles melhorem se tornem pessoas participativas interessados e que eles possam tomar decisões difíceis e saber o que é um candidato só que esse ano como tudo esta acontecendo aqui escola nova eu não estou querendo que de certo porque houve uma chapa que e quando a noite eu falei do grêmio o primeiro interessado foi um aluno que estava sendo ameaçado por uma gangue e se ele se envolver é com outro objetivo e de repente surja uma chapa de alunos que tenham o comportamento por exemplo que já pagam pena os corajosos são os alunos de comportamentos difíceis só que eles melhoram só que a maioria dos professores - há aquele aluno nosso o pior da turma nossa ele não estuda, ele chega atrasado, como? Então eu estou pedindo aos professores que vejam os alunos que tenham responsabilidade tenham liderança positiva e que freqüenta aula, assíduo, que tem notas comportamento dentro da sala e eles têm que apresentar uma proposta de trabalho e o aluno que ficar no grêmio participa do conselho escolar então o conselho escolar o aluno tem que votar ele faz defesa se caso o aluno será expulso ou não, mas, nós estamos tentando que eles se organizem e que possam colaborar com a escola e... Nada assim sabe! (ESCOLA C DIRETORA).

Por outro lado a opinião de alguns alunos quanto à escolha ou critérios estabelecidos para a escolha dos possíveis candidatos é parcial. “o grêmio, nunca deixaram a gente participar só os melhores aluno. Nós pensa assim, pegar os alunos pior para a gente dar certo, a gente consegue” (ESCOLA C ALUNO 2).

14) Sala dos professores: Momento de entretenimento e de trocas de conversas diversificadas. O objetivo dessa ação psicológica, social e cultural é tornar o intervalo, na sala dos professores, em espaço onde não se fala mal de aluno. É um acordo denominado pelo pedagogo de ético, composto por professores estimulados que querem fazer a diferença:

Outra ação começou em 2005, mas dá muito mais trabalho é tornar o espaço do intervalo na sala dos professores o espaço onde não se fala mal de aluno não tem nome pra isso é um acordo ético ho... Neste 15-20 minutos pra ficar aqui dentro falar de outras

coisas, falar de qualquer outra coisa de repente o professor vem da sala muito exaltado, vá no banheiro, dá um grito porque **é difícil se o professor começa a falar a gente troca o assunto**, bem diminuiu bastante, muito, e tem que ser cotidiano isso, **se a violência é produzida cotidianamente temos que fazer ações cotidianas também**. Agora a questão de registrar nós não vimos à necessidade de registrar essas práticas, mas eu acho e uma coisa eu a gente pode pensar eu tenho um certo medo de fazer um registro a priori isso e não lembro se isso está em Ata, mas para fazer uma avaliação disso nós não temos registro quantas vezes os professores falaram mal de aluno.... Para pode quantificar. Na verdade eles já estão registrados no PPP da escola e de qualquer escola que você vá, quando fala que na escola é um espaço de produzir solidariedade de respeito aqui e de qualquer escola (ESCOLA B PEDAGOGO A).

(...) os professores aqui eles são diferentes porque, a maioria dos funcionários aqui são contratados, então eles estão começando eles tão valorizando esse trabalho aqui você pode ir na cozinha e comer o lanche dos alunos só que as outras escolas não buscam melhorar a refeição eu peço no Ceasa eu busco, até o arroz o feijão daqui é gostoso todos, então, você vê, **que os professores inventam aqui tanta coisa que eles querem fazer, que eu não do conta, mas, ele tem muita vontade** (ESCOLA C DIRETORA).

15) Salas de inclusão de apoio (Português e Matemática) e sala de recursos: atende alunos de 5^a séries com dificuldades e também atende alunos que vêm de línguas hispânicas (Paraguai, Argentina e Chile); Serviço de apoio, cafezinhos com lanche; muitos alunos vêm para o reforço (sala de apoio) sem comer. É para animar. A sala de recursos, é para alunos com problemas de aprendizagem, estudam no contra-turno até conseguir retornar a sala de origem.

Outra prática pedagógica são as salas de apoio (Português e Matemática) e sala de recursos (e para aluno com problemas de aprendizagem) e porque eles agem com violência, sendo rude com o colega com o professor porque eles não consegue aprender então a sala de contra-turno e que ta dando retorno bom porque ele vem aprende e consegue voltar para sua sala de aula e acompanhar os demais colegas, isso faz melhor interagir ele consegue se igualar ao colega, então essas salas está surtindo um efeito muito bom, mas, neste ano mesmo eu fiz uma reunião com os pais e quando eles começaram a ver que tem resultados eles começaram a vir. As salas de apoio é só para 5^º séries, mas a gente ta abrindo para alunos da 6^º série não deveria, mas, ta dando retorno bom. (...) Não sei se respondi o que você queria (ESCOLA B PEDAGOGA B).

Temos a sala de recursos que atende alunos com dificuldades em turma de contra turnos de manhã e tarde e temos uma sala de apoio de matemática e português para os que têm dificuldades alunos de 5^a séries e em especial as 5^a séries nós temos alunos que vem de línguas hispânicas que tem dificuldade de conteúdo (o Paraguai, a Argentina e o Chile – um caso e nós encaminhamos também.). Isso é uma pesquisa que eu faço (ESCOLA B, PEDAGOGO A).

Olha quer saber, eu estou com o carro cheio de mamão e chuchu, **eu fui lá ao CEASA buscar para aumentar a merenda.** Agora **no apoio nós temos o cafezinho de manhã, tem aqueles que vêm muito cedo, apoio de inglês e matemática.** Mas isso existe em todas as escolas. Deveria existir pelo menos, porque tem diretor que não gosta. O apoio chama reforço, mas o nome é sala de apoio, e tem matemática e português. São 4 aulas de português numa semana e 4 aulas de matemática. Isso não é por lei, mas é uma política desse governo que deveria funcionar. Então agora nós estamos começando a dar café da manhã, porque estamos achando que eles vêm sem comida, **à população aqui é muito**

carente, é uma região pobre. À tarde então dói, de manhã é tranqüilo. Sabe, eu acho que é questão de você respeitar as crianças (ESCOLA A DIRETORA).

Outro dia, a noite, faltou uma merendeira da cozinha e, eu fui para cozinha e cinco voluntárias (alunas) elas estavam felizes se sentiram importantes sabe e alguns falavam – a diretora fazendo o lanche, estranhando sabe. Eu converso com eles e eles gostam desse tipo de relacionamento. Então existe esse envolvimento com a escola (ESCOLA C DIRETORA).

De fato as salas de apoio à aprendizagem, 5^a série, surgiram por determinação de uma política pública, disposta na LDB 9394/96, resolução nº 208/04 da Secretaria do Estado da Educação que determina para o ensino fundamental criar condições para o aprendizado efetivo dos alunos. Assim sendo, é uma ação educativa cultural, social e política:

(...) cabe ao sistema de ensino criar condições possíveis para que o direito à aprendizagem seja garantido ao aluno; o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a necessidade de prover meios aos estabelecimentos de ensino para enfrentar as dificuldades de aprendizagem na leitura, na escrita e no cálculo; a avaliação na sua forma diagnóstica, contínua e cumulativa, como um processo indicativo dos avanços e das necessidades diferenciadas de aprendizagem dos alunos; resolve:

- Implementar uma ação pedagógica para enfrentamento dos problemas relacionados ao ensino de Língua Portuguesa e Matemática e às dificuldades de aprendizagem, identificadas nos alunos matriculados na 5^a série do Ensino Fundamental, no que se refere aos conteúdos de leitura, escrita e cálculo.
- Estender o tempo escolar dos alunos de 5^a série com defasagens de aprendizagem na leitura, na escrita e no cálculo, possibilitando que eles tenham aulas, em período contrário, com atendimento individualizado.
- Criar salas de apoio à aprendizagem nos estabelecimentos de Ensino Fundamental da rede estadual, tendo em vista o número de alunos de 5^a série que não estão lendo, escrevendo e calculando (9394/96 http://www.pr.gov.br/portals/portal/institucional//def_salas_apoio.php).

16) Escola espaço para inclusão: a escola é também um espaço destinado pela lei ECA no artigo 112, denominada de medidas, sócios educativas, que são aplicadas pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, somente aos adolescentes autores de atos infracionais. Condenados à prestação de serviços comunitários, sempre levando em conta o tipo do delito cometido. Na maioria dos casos, atendidos pelas escolas, são jovens com problemas de álcool e drogas, que necessitam de atenção, tratamento e acompanhamento, evitando a situação comentada pela diretora da escola A.

Você poder ter aluno que cumpre pena, eu tenho adulto que paga pena aqui também. **Eu tenho 2 adultos e 2 crianças que faz a prestação de serviço aqui e é da política de inclusão.** É porque ele tem que ser matriculado, estudar e prestar contas aqui como serviço comunitário, então tem que freqüentar e prestar serviço. Eles nunca terminam o ano porque eles não se sentem aqui no lugar certo. E tem outra coisa, eles teriam que ir para um lugar onde profissionalizassem eles em algum serviço, os menores. Porque o meu menino que vem só de manhã, ele não vem de tarde porque ele vende CD pirata no centro. Então ele continua fazendo coisa errada. O outro não vem porque ele leva mercadoria para fora, ele

falta muita aula. Ele já desistiu praticamente, eu já falei com as meninas, a assistente social do fórum, eu falei já desisti. Praticamente o aluno yy não vem mais. Então independente dessa relação de o ser humano, esse respeito com o ser humano, você consegue em qualquer lugar diminuir a violência. Mas precisa de estrutura (...). Então é complicado eu não tenho vice, eu não tenho pedagogo, está me faltando assistente administrativo que está para vir, estou com uma de férias. Então é complicado você fica numa situação que você tem que deixar passar para se acalmar, para melhorar. (ESCOLA A, DIRETORA).

O que se mostra é uma ação mesmo que na tentativa por parte da escola de política e social.

17) Programas federal e estadual: patrulha escolar; PROERD; SOS criança; conselho tutelar. Na entrevista com a policial, esta percebe o papel da polícia na escola como positivo e importante, visto que a violência está preocupando e muito a todos da comunidade escolar, visto que a cidade é fronteira. Sabe que os adolescentes esperam dos policiais da patrulha escolar mais que segurança, espera apoio, orientação, diálogo, mesmo sabendo que isso poderá exigir muita paciência e capacidade de compreensão dos policiais.

Comentou-se sobre o PROERD, que logo, terá o inicio de suas atividades na cidade de Foz do Iguaçu e explica o atraso. Reconhece que quem chama e utiliza os serviços da patrulha escolar na cidade é somente a escola pública; citam que a particular evita chamar por se preocupar com a imagem negativa ao ter uma viatura frente à escola.

(...) patrulha escolar, SOS criança, conselho tutelar (ESCOLA A PEDAGOGA A).

Não tem, exceto a patrulha escolar (ESCOLA C PEDAGOGA A).

Quanto a práticas além da patrulha escolar eu penso fora do conteúdo da escola a orientação, palestras. ... (ESCOLA A PROFESSOR 3).

Eu acho que o próprio estado **tem, a patrulha escolar**. (...) Nós chamamos quando **foge a nossa alcada de bastante violência ou quando suspeitamos de alguém rondando de uma briga, mas nos chamamos também para palestra para conversar com os alunos** eles fala sobre os atos o que pode acontecer com eles então esse trabalho é importante então eu percebo que esse trabalho da patrulha ele ajuda também a inibir a violência (ESCOLA C DIRETORA).

A patrulha escolar, que muito nos ajudou (ESCOLA A PEDAGOGA B).

A patrulha escolar comunitária é um projeto que deu certo e que a PMPR (Polícia Militar do Paraná) o encontrou para assessorar as comunidades escolares na busca de soluções para os problemas de segurança encontrados nas escolas. No município de Foz do Iguaçu foi lançado pela 14º Batalhão de Policia Militar no ano de 2004. O programa veio para atender as 28 escolas estaduais e também as escolas particulares que solicitarem seus serviços.

Para tanto a policial relatou como a Patrulha escolar organiza seus trabalhos em cinco etapas:

- 1º) Levantamento das instalações físicas: a Policia Militar realiza uma fiscalização da estrutura física do estabelecimento, sugerindo à direção modificações estruturais e mudanças de procedimentos de rotina, com o objetivo de aumentar a segurança;
- 2º) Dinâmicas: são realizadas dinâmicas para os segmentos da comunidade escolar (pais/alunos/professores e funcionários), onde são levantados os seguintes questionamentos: Quais os problemas de segurança que você identifica em sua escola? Quais seriam as soluções que você indica para resolver esses problemas de segurança identificados? Qual seria o seu comprometimento, ou seja, o que você poderia fazer para resolver esses problemas? Dessa etapa é retirado o plano de ação necessário para a mudança da realidade encontrada ao início dos trabalhos. Que será composto de medidas práticas para a busca de soluções dos problemas baseado no comprometimento apresentado e também no plano de palestras, composto por temas sugeridos pelos segmentos representantes;
- 3º) Plano de ação: é a concretização das idéias levantadas no encerramento da 2ª etapa, mudando procedimentos, tomando providências necessárias e buscando um maior envolvimento dos órgãos municipais, estaduais e federais. Essa etapa é conduzida pela direção da escola;
- 4º) Plano de Palestras: são realizadas as palestras sugeridas na 2º etapa;
- 5º) Plano de Segurança: documento a ser elaborado pela PM- Policia Militar que tem por finalidade o registro de todas as atividades realizadas com a comunidade escolar, demonstrando as ações executadas, acertos e desacertos cometidos.

O policial da patrulha torna-se um consultor da escola para assuntos de segurança, orientando e auxiliando a direção na solução desses problemas.

A cidade de Foz do Iguaçu no ano de 2007 contou com 12 policiais militares (3 equipes por turno).

Outro programa citado pela policial da patrulha escolar é o programa PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência no PR - que tem por base o projeto D. A. R. E. (Drug Abuse Resistance Education) criado em 1983 nos Estados Unidos, hoje desenvolvido em 58 países e, desde 2002, em todos os Estados do Brasil.

Um programa de caráter social preventivo, posto em prática pela Polícia Militar, junto aos alunos da 4ª série que se encontram na faixa etária de 9 a 12 anos, através do esforço cooperativo entre polícia, escola e família, oferecendo atividades educacionais em sala de

aula, que inserem as crianças à necessidade de desenvolver suas potencialidades, ajudando preparar para o futuro uma geração consciente do exercício de sua cidadania.

O PROERD chegou ao Brasil em 1992, através da PM do Rio de Janeiro, e no Estado de São Paulo em 1993, através da Academia de Polícia Militar do Barro Branco de onde o programa expandiu-se para os demais Estados.

As lições objetivam o desenvolvimento da auto-estima, o cultivo da felicidade, controle das tensões, civilidade, além de ensinar técnicas de autocontrole e resistência às pressões dos companheiros e às formas de oferecimento de drogas por pessoas estranhas ao convívio das crianças e adolescentes.

Na entrevista com a policial, ela explica como o programa chegou a Foz do Iguaçu:

Programa Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência no PR, ele iniciou no ano 2000 e no Brasil 1992. Proerd é o único programa que existe em todas as polícias militares do Brasil, ele foi originado nos USA com o nome DERE. E existe em 58 países e foi idealizado por uma psicopedagoga Ruth Rick em 1982, devido a uma apreensão de 20 toneladas de cocaína para ser distribuído na rede escolar dos USA. E no Brasil foi adaptado para Proerd e iniciou na cidade do Rio de Janeiro em 1992 e no Paraná em 2002 experimentalmente na cidade de Paranaguá. E em Foz do Iguaçu iniciou no ano de 2001. O policial para ministrar aula no Proerd tem que ser voluntário não pode beber e nem fumar ele participa de um curso após uma entrevista e uma seleção entre os voluntários e um curso de capacitação de 80 horas eles tem diversas atividades relacionadas a drogas e um manual e, dentro do Proerd existe um série de critérios que devem ser obedecidos dos centros de formadores, no Paraná não tem esse centro e no Brasil tem Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e quando o Paraná resolve fazer um novo curso, tem que solicitar a esses estados para que os policiais militares que venham realizar esses cursos em cada estado o programa é o mesmo só que é respeitado as peculiaridades de cada região nós temos um livro e a gente aprende as consequências ao uso de drogas, maneiras positivas de dizer não ao uso de droga que tem outras atividades que são muitas vezes prazerosas, e que não precisa fazer o uso de bebida alcoólica, a influência dos meios de comunicação que sempre aparece mulheres bonitas, diversão relacionadas ao uso de bebidas. Então o programa sofreu uma alteração: são desenvolvidos em dez lições na faixa etária da 4ª série e mais dez lições nas 6ª séries e como funciona no Paraná a, no nível das 4ª séries é convênio com a prefeitura para confeccionar as cartilhas a um custo de 2,00 a 3,00 reais as dificuldades que estamos tendo em Foz e que essas cartilhas não foram feitas elaboradas e foi feito o contato com a secretaria municipal de educação que demonstrou interesse e, uma semana antes de começar, avisaram que não conseguiram imprimir as cartilhas para iniciar e aí a polícia se comprometeu com outras cidades da região que estavam interessadas e neste intervalo houve uma repercussão política neste sentido e o batalhão foi procurado por que esse programa Proerd não tinha em Foz do Iguaçu e depois... a prefeitura demonstrou interesse que o programa voltasse a ser realizado aqui em Foz e nós estaremos atendendo Foz do Iguaçu só que não com o mesmo número de policiais, mas agora faremos algumas escolas o meu policial também não poderia estar deixando de aplicar ou de atender ao programa nestes outros municípios onde a prefeitura tem auxiliado com alimentação aos policiais. Para as 6ª séries o convênio é com a secretaria de Educação do Paraná e agora estamos adotando o critério de só fechar o cronograma de datas quando chegar o material; as cartilhas (POLICIAL).

Ressalta-se que o Programa é tido como prevenção primária, por iniciar com alunos na 4º série, com idade entre 10 a 12 anos, períodos da pré-adolescência e adolescência, que,

segundo a policial, pesquisas demonstraram que é “nessa faixa etária que eles começam a se envolver com drogas; o programa funciona e já tem pesquisa dos resultados positivos do programa inclusive em Curitiba” (POLICIAL).

Outro exemplo positivo é o que citou a policial em entrevista sobre a resposta positiva do programa na atuação ao atendimento de alunos que sofrerem violência e que tem medo de falar. Um exemplo simples que poderia ser feito por professores, direção e demais profissionais da escola.

(...) com o passar do tempo começaram a ver os resultados como o comportamento dos alunos que mudava a visão perante o que é policial e durante essas aulas tem uma caixinha que fica nas salas durante a semana onde os alunos podem fazer perguntas ao policial e todas as aulas o policial vem responde algumas delas e em alguns casos tem denúncias de bater, tem caso de abusos, como em outra cidade teve uma denúncia de um menino numa escola de interior há denúncia contra um funcionário da escola que depois que o policial comentou algo na sala de aula veio outras 7 perguntas que na verdade e, foi apurada era um caso de pedofilia. E outro era de um menino de 11 anos que se prostituía foi encaminhado para o conselho tutelar, ele ficava em um posto de gasolina, ele ficava ali e por qualquer 3,00 - 5,00 reais ele se prostituía e, a família sabia. E, o policial acaba se envolvendo a buscar soluções. Em Foz a previsão é começar no segundo semestre de 2007 e poderá haver esses tipos de denúncia ou outras (POLICIAL).

Na seqüência, o programa Federal SOS Criança, que teve seu início em dezembro de 1988, tem como objetivo o recebimento de denúncias de violência doméstica contra crianças e adolescentes, de ordem física, psicológica, sexual e negligência. As comunicações podem ser feitas pessoalmente, por telefone, carta, FAX e por e-mail.

O SOS Criança em parceria com os Conselhos Tutelares e em permanente contacto com a Vara da Infância do município contribui nas providências necessárias para cessação dos abusos e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Para tanto contamos com uma equipe multidisciplinar especializada no atendimento inicial dos vitimizados e de seus familiares, e um serviço especial para abordagem, vinculação e encaminhamento de crianças e adolescentes em situação de rua. Os dados obtidos a respeito dos maus tratos na infância e o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes orientam programas especiais de proteção, ajudando a definir as diversas políticas públicas. (WWW.CAESP.DF.GOV.BR/SCRIPTS/SOS.ASP/2008)

O programa Conselho tutelar é um órgão público municipal de caráter autônomo e permanente, cuja função é zelar pelos direitos da infância e juventude, conforme os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O programa tem como atribuições:

- Atender às crianças e adolescentes que tiverem seus direitos ameaçados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta; omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; ou em razão de sua conduta.

- Receber a comunicação (obrigatória) dos casos de suspeita ou confirmação de maus tratos; de reiteradas faltas injustificadas ou de evasão escolar; após esgotados os recursos escolares; e de elevados níveis de repetência.
- Requisitar o serviço social, previdência, trabalho e segurança, ao promover a execução de suas decisões.
- Atender e aconselhar os pais e responsáveis, podendo aplicar algumas medidas, tais como encaminhamento a cursos ou programas de orientação e promoção a família e tratamento especializado.
- Assessorar a prefeitura na elaboração de propostas orçamentárias, com a finalidade de garantir planos e programas de atendimento integrado nas áreas de saúde, educação, cidadania, geração de trabalho e renda a favor da infância e juventude.
- Encaminhar a notícia de fatos que constituem infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente. Incluir no programa de auxílio, orientação e tratamento de alcoólatras e toxicômanos (WWW.PORTAL DO CONSELHO TUTELAR.COM.BR).

O que se mostra é que os programas aqui descritos têm uma ação social, cultural e psicológica; dentre seus vários objetivos, destacam-se a orientação, a prevenção e a cooperação às escolas, alunos e seus familiares, preocupando-se com a melhora da auto-estima e mantendo a civilidade e o controle das tensões geradas pelas diversas violências denunciadas. É político, por fundamentar-se no Estatuto da criança e do adolescente e apresentar a necessidade de determinada população.

5.4 A NEGAÇÃO DE CONHECER OU RECONHECER PRÁTICA EDUCATIVA PARA COMBATER OU PREVENIR A VIOLÊNCIA ESCOLAR

Dando continuidade à seqüência das entrevistas, obteve-se de alguns entrevistados à negação de conhecer ou reconhecer alguma prática educativa dentro da escola:

Aqui na escola **pode até existir, eu não conheço**; agora tem muitas coisa que pode ser feita (ESCOLA B PROFESSOR 1).

Eles têm.. Sim.. Um monte de psicólogo eu já consultei uma vez (...) não, não tem, quer ver a gente tem um problema com o professor e vem falar aqui na supervisão e eles dizem o problema é teu, você resolva; **eles mandam a gente resolver, então é a gente que resolve....** (ESCOLA A ALUNA 2).

(...) existem e não existe, por que.... Você vem aqui pede ajuda, eles falam que vão resolver... Um dia eu vim aqui que me xingaram, eu fui ofendida, falaram para eu resolver eu resolvi; no dia seguinte eu voltei aqui com outro problema com uma amiga minha. **O que nós podemos fazer? Não podemos fazer nada! Então existe, existe, mas, eles não sabem resolver** (ESCOLA A ALUNA 4).

(...) **autoridade da escola somos nós os aluno mesmo os supervisores os diretores não resolvem mais nada, somos nós que resolvemos** (...). Quanto a práticas tem.... A psicóloga ela chega conversar com você e diz: **e o seguinte.. E manda tomá remédio, pra gente ela dá um calmante, ela joga na mesa e manda a gente tomar**, ela fala: você está com **depressão**, e dá o remédio pra gente tomar de seis a seis horas... Eu mesmo já viciei em remédio é... É, pode isso? (ESCOLA A ALUNO 3).

Eu acho **que na verdade não tem**, né... Porque se teria, acho que não teria tanta violência (...) mas no caso pra resolver o problema do aluno é a supervisão não é? Se for um caso

maior que a supervisão não possa resolver, é o diretor, nós temos duas supervisoras, mas acho assim que na escola exclusivamente não tem algum ato, para diminuir a violência não tem, não tem nem tipo assim... Eu acho que tinha que ter algum um profissional que chegasse à sala ou cada semana uma turma ter uma reunião sobre a violência ou uma palestras sobre a violência, né, eu acho que não funciona se juntar 5^a, 6^a, 7^a, 8^a séries e levar pro saguão isso são um erro do colégio (...) ter, ter, não tem não tem; há uma pessoa com estudo pra aquilo que saiba lidar com isso, mas o professor fala, né, que a violência e a educação vêm de casa, entendo, eu acho um pouco de erro, **eu acho que o professor tinha que incentivar um pouco mais né, já que o aluno vem de casa um pouco agressivo, o professor tinha que chamar um dia conversar, né**, isso não acontece. Deveria ter uma palestra que os alunos o professor fala, fala mais daí escuta os alunos o que eles pensam que **ouvir a opinião dos alunos o que eles acham, aí o aluno o professor vai completar, né isso é bem melhor que ficar chamando pai chamando mãe, o aluno ia pensar, ia refletir**. (...) e uma coisa que não existe, né (ESCOLA B ALUNO 4).

Tem, até que tem, só que nem é sempre que **eles fazem isso sempre que a patrulha escolar** vem, porque o diretor vem um dia na escola e falta ; ele nunca ta ali na hora que o aluno briga; na hora que acontece com o aluno é sempre a supervisão nas costas deles. (...) Ou pegar uma sala, separar os alunos, quais os bons e quais os bagunceiros e dá a palestra dá pra uns e depois vem e dá pro outros e vê quem se comporta mais se são os bagunceiros ou se são os comportadinhos. (...) acho que é tipo.. **Ter um diálogo, pegá aquela sala e você começa a conversar não conversar só... Você fala, você pergunta pro alunos o que eles acham daí é bom...** (ESCOLA B ALUNO 3).

Não tem nada, aqui não só a patrulha escolar que a direção chama por motivos de ameaças, brigas, eu nunca presenciei, mas sei que acontece. (ESCOLA C, ALUNA 1).

A única coisa que **tentaram fazer não deu certo, tipo a patrulha escolar** porque os caras chegam aqui, dão uma olhada e vão embora, eles não ajudam, os professores se sentem incapacitados para colocar regras no colégio, tipo de educar os alunos. Eles recorrem à patrulha tipo, e num dia desses aconteceram umas coisas aí e a patrulha escolar não quis vir, foi quando uns alunos soltaram um negócio aí (bomba) e falaram que deixou um piá surdo e eles colocaram a culpa em mim, sei lá (...) **eu acho que a polícia aqui dentro não ia ajudar em nada, tem um policial que mora aqui dentro, mas ninguém sabe quem é** (...) eu entendo que a escola é nossa, só que ninguém cuida, desde a 5^a série falam assim, mas.. Mas, porque a diretora colocou uns trincos de 70,00 - 90,00 reais, desses caros numas portas de duzentos e pouco, né. Colocou para ser roubado vai saber que isso não é lavagem de diretora (ESCOLA C ALUNO 2).

O cara que solta a bomba quer ser popular. (...) a outra diretora fez plástica no nariz, é dinheiro do colégio e todo ano tem carro novo; (ESCOLA C ALUNO 3).

Há... Soltá bomba.... você quando era criança, não aprontava bagunça, tipo é uma maneira de mudar a rotina (ESCOLA C ALUNO 4).

Os depoimentos na maioria de alunos das três escolas pesquisadas referem não ter conhecimento de nenhuma prática educativa na sua escola, exceto da atuação da patrulha escolar quando chamada pela escola e está em caráter de punição. E ainda, percebemos que os alunos criticam algumas práticas (mesmo não às identificando como práticas). Diante disso, depara-se com uma questão que se coloca em discussão: - Qual a opinião sobre as ações existentes? Assim, em continuidade às entrevistas dos profissionais e alunos: pergunta de letra (d).

Essa minha opinião sobre as ações **ela é fraca, deveríamos ter mais**, outros tipos de ações são poucas (ESCOLA B DIRETOR).

São muito esparsas e insuficientes, é preciso que elas se multiplicassem. “O adolescente é vulcão, é areia moveida” (JUIZ).

As ações existentes **são válidas, mas não devem ser realizadas de forma isolada**, é necessário o comprometimento de outros órgãos. Outro fator importante é o de que as ações que forem iniciadas tenham continuidade, que não ocorram modificações nas atividades em virtude de troca de professores, etc. (POLICIAL).

(...) eu acho que todos aqui na escola colaboram, desde zeladora, todo mundo que trabalha como ela, voluntária, a psicóloga **dão resultado** então tudo isso que eu falei que ajudou para melhorar e diminuir mais a violência e a participação da família na escola ajudou muito (ESCOLA A PEDAGOGA A).

Hoje o programa da patrulha escolar é os nossos dois braços da escola, apesar deles não... Nós ficaríamos mais amarrados sem a presença deles. Os casos que chamamos a patrulha: agressão aluno com aluno, de aluno que pula o muro, que vai para o rincão, quem nem esse dia tivemos, o caso que soltaram bomba aqui dentro da escola, ou aluno que ficam ao redor da escola, que pulam muro, a gente pede pra sair, casos de estarem com equipamentos suspeitos, cigarros, alunos terem medicação somente alunos passando para alunos, alunos que bate boca com o professor e às vezes eles chegam para resolver, é uma situação e já tem outra situação, então são vários casos que a gente tem que chamar, às vezes tem um problema geral com a turma, chama eles pra conversar com a turma (ESCOLA C PEDAGOGA A).

É altamente positivo, por exemplo, a patrulha escolar ela inibe, ela diminui um pouco, porque ela não pode ficar o dia todo lá agora outras atividades como teatro, xadrez, rádio comunitária fez com que a violência escolar diminuísse muito, sim e muito; então o grande problema é você diminuir o índice de violência, mas, como que está à relação aluno professor, se chega ao final de ano e o aluno está reprovado ou mesmo que estejam aprovados eles tem consciência que não aprenderam, então perderam tempo na escola. Quando você tem a opção de tecnologia, daqui pra frente você tem que usar uma série de recursos pra atrair esse aluno então hoje à escola, tem que ser hoje extremamente eficiente para formar um jovem para o mundo de hoje. Então, daqui pra frente você tem que usar a internet para que o aluno aprenda no mundo de hoje. Agora essas práticas que eu falei não sabem se estão no PPP, não sei (AUDITOR).

Há assim tipo, a patrulha escolar, às vezes eles conversam, só, que muito patrulheiro já vem com violência, vamos supor o colégio tipo não é lugar pra ficar andando, mas às vezes você tem que passar pelo colégio, ir mais rápido, tá atrasado e eles tipo, sempre que têm patrulheiros eles já xingam inda mais, se é adolescente mesmo que você mora na frente do colégio, eles te xingam, vamos supor, eu moro aqui na esquina e tem que passar na frente do colégio, eles já perguntam, por que tá passando, não pode passar aqui, se o aluno tá com o uniforme, pegam, levam na supervisão e não deixam você explicar.... Teve, há uma vez eu taquei a cadeira na professora não foi tipo, joguei uma cadeira na escada e caiu na professora tipo, não foi intenção jogar nela e eu joguei e pegou não sei se pegou nela e ela foi à direção, chamaram, a patrulha veio na sala, eu assumi e só conversamos só (ESCOLA B ALUNO 3).

(...) **eu percebo que a patrulha eles estão preparados para trabalhar, para agir de forma violenta**, mas eles têm uma preparação de orientar, de conversar com os alunos. Pelo menos o grupo da tarde e da noite, eles estão bem preparados, eles fazem faculdade, eles estão preparados para trabalhar essa questão da violência com o aluno, o que tem esse tipo de comportamentos, eles tem interesse de saber, de encaminhá-lo, eles vão até a família. Eu vejo assim eles fazem um trabalho mais amplo (ESCOLA C DIRETORA).

Elas sempre são válidas, porém não sempre eficazes, por quê? Por uma questão de estruturação das escolas de condições, primeiro o professor enquanto educador ele nem sempre têm tempo de se dedicar a um trabalho de combate a violência o que eu como

professor aqui nessa escola para evitar a violência eu poderia fazer, criar um projeto que eu estivesse na escola, eu mais presente na escola e, eu não posso fazer isso por quê? Por que hoje eu trabalho com 5 colégios eu tenho 40 horas aula, eu não tenho tempo, ...então o tempo das pessoas e.. Não suficiente,... Às vezes nós até começamos um projeto legal, mas, nos falta tempo para ministrar o projeto, mas ele se acaba porque o aluno não tem à responsabilidade de levar a frente, mas, o governo, a sociedade não possibilita que a escola cuide melhor disso. Olha, eu estou formado há 4 anos e quando vim pra esse lado, eu já sabia porque é uma paixão, é um aprendizado, mas está sendo muito desgastante pra mim porque as pessoas, eles, alunos não querem que eu contribua com isso, eles não querem mais, eu acredito que se os governantes estruturassem melhor o ensino o resultado poderia ser melhor, porque que o professor tem que trabalhar em 3- 4 -5 colégios e porque ele tem que correr de um colégio e outro, porque não dar todas as suas horas num colégio. Eu tenho que sair correndo, quer dizer, eu abandonei aqui, eu poderia estar aqui dando minhas aulas e cuidando do meu projeto, usando minha hora atividade servem pra isso, tendo contato com os alunos troca, aproximação, mas não é isso que acontece e isso piora com os professores PSS (processo de seleção simplificada) a falta de concurso público hoje nós os PSS somos quase em maior número que os professores efetivos então os professores concursados, em seu padrão fixados nas escolas e devido à falta, carência de professores criou-se o PSS. Então tem uma distribuição de aulas, aí então existe uma classificação para os PSS e as pessoas escolhem ...e com isso eu tenho 12 livros de chamadas, são muitos alunos sob a minha responsabilidade e, até agora eu não conheço nem 20% dos nomes desses alunos e isso acarreta até o processo avaliativo, é muito complicado, você não se lembra do aluno, o bom seria você saber o nome daquela pessoa para fazer uma avaliação você tem que esperar estar na sala de aula que quando vê o aluno para você conseguir fazer uma avaliação melhor, justa. É complicado (ESCOLA A PROFESSOR 2).

Todas as ações que o professor levar para recuperar o aluno, eu acho que vale a pena, todas as técnicas conversando lá fora, colocando notas de comportamento, elogiando sua família, e você elogiar o aluno e você sentem que ele melhora. O importante é conhecer o aluno e a família, saber o, que aconteceu com aquele aluno, o que ele já sofreu.. Outro aluno a mãe morreu e ele tá vivendo com o padrasto e o padrasto vem aqui na escola e eu brinco, vou chamar de pai porque padrasto é pai e ele fica feliz..(ESCOLA A PROFESSORA 1).

(...) essas ações elas existem ainda muito pouco, né, não bem organizadas; uma coisa eu reclamo na minha escola é isso, por exemplo, agora estão organizando os jogos inter-salas e até agora não definiram o horário quem vai fazer, como vai fazer, não tem um projeto e fica difícil e eu mesmo tenho um projeto só que eu não apresentei na escola é um trabalho de prevenção, de antidrogas e eu ainda não apresentei por ver que a escola não está organizada e eu estou esperando que a escola melhore nisso para fazer o meu projeto em toda a escola. **Então as ações existem, mas não de forma organizada** (ESCOLA C PROFESSOR 1).

Eu acho é positiva e necessária porque necessária... Porque vai conscientizar os alunos no sentido de cuidarem do patrimônio público, de se envolverem na socialização dos vizinhos, a vizinhança e vão conscientizar os vizinhos, né (ESCOLA C PEDAGOGA B).

Olha, **elas tem surtindo efeito**, porque nós começamos em 2005 elas têm resultado sim; **não resolve todos os problemas e não dá pra saber o quanto resolveu** também porque **elas não são de combate de violência, elas são de eu prefiro um termo Freiniamo de Paulo Freire de “gentificação”** porque é para além de escola, isso é aprender ser gente, porque a gente não nasce gente, a gente vira gente, nasce bicho, porque esse tipo de conduta não é pra escola só pra escola, porque a gente consegue construir esse ambiente, **essas práticas tornam-se práticas cotidianas. Essas pessoas que partilham desses espaços, tendem a fazer isso em casa em outros espaços** (ESCOLA B PEDAGOGA A).

Só que **as nossas escolas está desprovida também de gente para atender esses problemas**, precisamos de um psicólogo.... a violência está correndo solta, os alunos trazem os problemas de casa, a rebeldia, a insatisfação, a insegurança, qualquer coisa que você fala com ele, ele agredi porque é a defesa que ele tem, mas eu não vejo a escola como produtora de violência, ela está deixando é melhor assim, ela está deixando de dar o apoio

que deveria estar dando, por **falta de uma estruturação, falta de planejamento, uma palavra para parar e refletir o quê se está fazendo**, o que nós estamos proporcionando para os alunos, como que vai ser a ação da escola neste sentido (ESCOLA B PROFESSORA 2).

Com base no que foi relatado, suscita-se a seguinte inquietação: mesmo diante das descrições das práticas educativas aqui apresentadas e das opiniões dos entrevistados quanto às práticas realizadas, estas: são em número suficientes? São eficazes? Estão sendo bem divulgadas?

Para corroborar com a reflexão, tem-se em tabela o levantamento realizado pela pesquisadora dos problemas mais comuns encontrados nas três escolas pesquisadas (item 1 a 4) e concomitantemente discutem-se estes questionamentos:

1) Instalações físicas:

Tabela 5 – Instalações físicas das escolas A, B e C

Escola	Prédio/ Instalações	Muro	Estaciona- -mento	Iluminação	Cantina/ Merenda	Pátio	Alarme	Câmeras/ Caseiro
A	Construção nova, com boas instalações	Em cimento tipo “palito” na frente, atrás de tijolos.	Não é protegido dos alunos	Falta no entorno da escola	Há merenda escolar	Gramado e ajardina do com flores	Só na parte administrativa	Câmera não há, mas existe o caseiro - policial
B	Ruim; prédio mais antigo	Em tijolos com ofendícu _los de pregos e cacos de vidros	Interno e protegido dos alunos	Falta no interior do colégio e nas suas proximidades	Cantina interditada pela vigilância sanitária	De pedras	Só na parte administrativa	Câmeras não há. Mas existe o caseiro - um senhor aposentado
C	Construção nova – Boas instalações	Em cimento tipo “palito” na frente, atrás de tijolos.	Não é protegido dos alunos	Falta no entorno da escola	Há merenda escolar e um espaço terceirizado para - membro da comunidade e sem controle efetivo	Gramado	Só na parte administrativa	Câmeras: não há, mas existe o caseiro - policial

Fonte: A autora

- 2) Falta de fiscalização no acesso, na circulação de alunos e de pessoas estranhas no entorno e dentro da escola: Nas três escolas é permitido o acesso de pessoas estranhas no interior e próximo à escola está facilitado, sem controle; falta de

funcionários de serviços gerais e inspetores; alunos uniformizados (camiseta) e ociosos aos arredores do colégio; falta de um inspetor para acompanhar na entrada e saída dos alunos na escola; na escola C, houve acesso e permanência de pessoas estranhas até nas salas de aula; alunos das três escolas que aguardam transporte para ir embora, ficam com acesso à rua, tornando-se imprescindível que permaneçam sempre dentro dos limites do estabelecimento, mesmo enquanto em espera;

- 3) Distância entre os educadores, educandos, família e direção: muitas razões determinaram esta distância. Infelizmente a escola não consegue acompanhar o desenvolvimento de sua comunidade, sendo comum nas três escolas onde os diretores, professores e alguns funcionários não residem ou nem ao menos convivem ou conhecem a cultura da comunidade onde atuam; percebe-se a omissão de alguns professores e funcionários quanto a denunciar ou suspeitar de algo errado na escola. A necessidade de ampliar o auxílio junto à direção das escolas quanto à fiscalização, disciplina, e preservação do patrimônio da escola, falta da comunidade escolar com maior comunicação, participação e busca de idéias inovadoras para solucionar esses problemas;
- 4) Atitudes isoladas de alguns professores e direção em busca de soluções: diante de qualquer problema coletivo, muitas iniciativas ocorrem no entanto, não são realizadas em conjunto e sim individualmente. Assim, quando se trata de dificuldades para se manter, restabelecer ou conquistar o fator segurança, estas iniciativas não são concatenadas visando o mesmo objetivo, cujas respostas e solução são mais demoradas e quem sofre é o coletivo. Deste modo relataram-se práticas educativas, algumas até interessantes e realizadas por alguns professores, pedagogos e direção das escolas, porém sem o seu registro e até mesmo sem avaliação da eficácia pela comunidade. Percebe-se que muitas dessas alternativas obtiveram êxito e outras estão sendo testados. A falta de diálogo e compreensão de alguns deixa a desejar e diante do relato de alunos, alguns profissionais sentem-se impotentes e despreparados. Precisam de ajuda, e também alguns necessitam rever suas atribuições, algumas até muito questionáveis. Fica nítida a desmotivação e o medo, fatores contrários para se envolver ou promover uma mudança. Alunos com criatividade direcionada para o negativo, justificam querer se divertir. É o caso das bombas estouradas em duas escolas. Diante dos problemas apontados as escolas e a

patrulha escolar, um programa de governo federal, juntamente com a comunidade para solucionar estas constatações. Alguns educadores e professores apontam-no o único que pode solucionar o problema da violência escolar. Pode-se dizer então que a escola precisa de ajuda e de reforço; antes, urge identificar o problema real de cada escola. É o comentário do auditor na entrevista realizada:

A escola está completamente rendida frente à violência. A violência é uma coisa que existe então, eu não posso fazer nada ou então eu não quero fazer nada, então, há um desmando muito grande nesse. Agora algumas escolas fazem atividades extras, teatro, esporte etc. para diminuir o índice de violência, mas, realmente fazem, mas te digo uma coisa: é uma minoria. A escola vê que é uma coisa que ela não pode resolver e aí ela se entrega e fica chamando a patrulha escolar, querendo que a polícia intervenha, querendo o prefeito, o governador. Agora se é um problema que os alunos não estão aprendendo como ela resolve isso, é um problema da escola. Recorrendo aos alunos e isso é fácil. Agora isso não resolve o problema a qual ela está se omitindo. Agora patrulha escolar é um programa do governo pra resolver o problema fora da escola e não dentro da escola. Algumas escolas têm aulas de xadrez, esporte, teatro e realmente se percebe que diminui a violência porque o aluno está ocupando sua criatividade; agora o problema é maior e como a escola vê a sua finalidade, o aluno não está aprendendo matemática. A escola precisa mudar suas estratégias, métodos; agora, práticas educativas registradas, não conheço, o que existe são iniciativas que o diretor faz, o professor, mas não tem registro (AUDITOR).

Nota-se que cabe aos educadores propiciar questões, atividades educativas em que a comunidade escolar possa dialogar, duvidar, discutir, questionar, compartilhar informações e criatividades. Que haja espaço para as transformações, as diferenças, os erros, as contradições e colaboração mútua. Articulando a qualidade do trabalho educativo associada à capacidade de promoção e de avanços no desenvolvimento do aluno. Destacando-se a importância do papel do professor num processo de mudança, numa proposta adotada pela escola junto à comunidade local.

É interessante ressaltar que, qualquer que seja a proposta, esta nunca será um fim em si mesmo, e, sim, uma tentativa para se aprender a refletir e questionar o problema da sua escola do seu bairro, da sua comunidade.

De fato parece ser de grande importância a participação de diretores, professores e do poder público nessas ações, Trabalhando mais essas questões na escola, não só com palestras, mas com outras atividades que, de fato, tragam solução. Poderiam ser menos cobradas do diretor responsabilidades administrativas, para que tivesse tempo de acompanhar o desenvolvimento e avaliação do projeto pedagógico da escola em que trabalha. E o poder público, cuja participação no estudo e análise da situação como um todo é importante para apresentar propostas, projetos e/ou programas com o objetivo de um acompanhamento mais próximo das instituições e das questões que vão desde depredação da escola por parte dos

alunos e vândalos da comunidade externa, até questões mais graves como porte de armas, falta de quadra esportivas, falta de recursos humanos e físicos e muitas outras prioridades que somente quem está diariamente na escola pode apontar. As políticas públicas são exceção à falta de práticas educativas eficazes promovidas pela escola.

Numa publicação da UNESCO (CASTRO, ET AL, 2001, p.67) constatou-se que os projetos sociais que obtiveram êxito foram aqueles que envolveram jovens em situação de vulnerabilidade social que se tornaram os protagonistas que fizeram o contraponto à violência e a exclusão social.

Assim pode-se buscar que:

Não há prática verdadeira que não seja um ensaio ético e estético. Decência e boniteza têm que andar de mãos dadas. E para finalizar, trabalhar com crianças e adolescentes exige consciência do inacabado... “Eu me experimento” como ser cultural, histórico inacabado... Não se trata somente de não esquecer para não repetir. Mas não esquecer para construir a cooperação e vivências compartilhadas... (FREIRE, 1999, p. 43).

“Só assim é possível formar cidadãos críticos, competitivos e capacitados o bastante para sozinhos serem agentes transformadores de sua própria vida e da realidade que os cerca.” (BRASIL, Ministério da Educação e cultura).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre é difícil concluir um trabalho, porém toda finalidade permite apontar aspectos que, no decorrer dele, foram se tornando relevantes, significativos, constituindo-se nos pontos que merecem ser destacados como síntese do processo de pesquisa construído. Para o momento este é o entendimento, que não implicam na finalização da discussão aqui proposta, pois a temática é ampla, interessante e, devido à abordagem qualitativa adotada, permite muitas outras análises, leituras e contribuições.

Ao longo desses dois anos, buscou-se identificar nas políticas públicas em relação à temática violência, qual a sua representatividade no espaço escolar e quais as práticas educativas efetivas pela escola pública para prevenir a violência escolar.

Falou-se de violência, e constatou-se que o tema é amplo e, hoje, apresenta-se como um dos mais preocupantes do mundo e, em particular da sociedade brasileira onde ocupa grande parte dos noticiários. Na definição de políticas públicas, responde-se com soluções ineficazes, atreladas ao alto custo social e financeiro.

Dentre as análises desenvolvidas neste trabalho, percebeu-se que os conceitos de violência descrevem-na como um fenômeno essencialmente humano, construído a história, das civilizações, permeada em suas modulações tanto por fatores psicológicos como sociais e culturais.

No âmbito social, destacam-se não só as motivações sócio-econômicas, mas, fundamentalmente, as relações de trabalho presentes nas famílias e nas escolas, enfim, nas relações sociais as mais corriqueiras. A violência está institucionalizada na sociedade.

No capítulo 2 contextualiza-se a expansão demográfica da cidade de Foz do Iguaçu (local da pesquisa), com o aumento da violência no município, descrita nos capítulos 3º e 4º. Atualmente, Foz do Iguaçu conta com aproximadamente 311.336 habitantes (2007), com grande número de desempregados e pouco ou quase nada de recursos públicos de cultura, lazer e esporte para os segmentos juvenis de escolas situadas em bairros de periferia ou no centro da cidade. Estas, com efeito, são algumas das causas pelas quais o índice de violência está aumentando. Mas, nem sempre foi assim. Houve tempo em que as crianças temiam bicho-papão, assombrações que nasciam nas fábulas brasileiras. Hoje os *bichos* (grifo nosso) nascem na realidade local e nacional dos noticiários diários dos telejornais. A paisagem também era diferente, havia poucos carros nas ruas, as casas não tinham tantas grades e cercas elétricas, existiam poucos condomínios, guardados porseguranças particulares, era bem

menos perigoso andar nas ruas, passear e olhar as vitrines das lojas. As pessoas nem se preocupavam em sair com jóias no pescoço, pulso e dedos. Falava-se um pouco em meninos na rua, mas não se falava de meninos de rua.

A situação mudou, as favelas aumentaram, surgiram as gangues com adultos e adolescentes que traficando drogas, roubando, matando por acerto de contas, por um par de tênis. Aumentou o número de denúncias, de maus tratos, de violência doméstica e sexual. Isso acontece, muitas vezes, no nosso bairro, na frente da nossa casa, prédio ou escola, à noite ou em plena luz do dia. A cidade da tríplice fronteira e também o Brasil passaram a conceber um novo slogan *cidade violenta, país violento* (grifo nosso). Assim, não é sem tempo que os gestores municipais, estaduais e federais, formuladores das políticas façam uma agenda pública e viabilizem ações integradas que de fato concretizem-se em políticas públicas de cunho democrático e sustentável.

Ressalta-se que discutir sobre violência em âmbito geral, apresentando suas diferentes formas e características, tornou-se fácil para se compreender melhor o foco principal da pesquisa, das políticas públicas e da violência escolar que envolvem alunos na faixa etária da adolescência. Esta é tida como a mais vulnerável à violência e o aluno adolescente, pelas características inerentes ao próprio processo de adolescer, deve suscitar atenção e compreensão especiais. Adorno (2000, p. 105-108) explica que: o simples fato de ser jovem já implica em viver em situação de perigo, o que não significa que ser jovem é ser violento, pois dados disponíveis referem “os jovens não são nem mais nem menos violentos que o conjunto da população”.

Destacou-se que esta fase da adolescência, na escola, é importante para aluno. Ficou evidente que os alunos, apontados como propagadores de violência pela comunidade escolar, estão como vítimas pelo sistema escolar, social e familiar. Ainda salientou-se que a colocação dos alunos como culpados, enquanto produtores de violência, desconsiderou o papel dos professores, dos demais adultos e da própria escola.

Charlot (2002) reforça ao citar a situação de vítimas dos jovens no país:

(...) o problema da violência na escola é ainda, e até mesmo, em termos estatísticos, o dos alunos vítimas de violência. Mas esta questão tornou-se mais difícil pelo fato de que os alunos autores e vítimas se assemelham com bastante freqüência, do ponto de vista estatístico. São jovens fragilizados de um ou de outro ponto de vista, ou de vários pontos de vistas cumulados: rapazes (mas a violência das moças aumenta atualmente), alunos com dificuldades familiares, sociais e escolares (isto é, alunos matriculados nas habilitações, nos estabelecimentos, nos departamentos, ou classes mais desvalorizados). Não esqueçamos também as violências sociais, cujas vítimas mais freqüentes são os jovens: desemprego, acidentes nas estradas, drogas, agressões sexuais, etc (CHARLOT, 2002, p. 435).

Verifica-se que a associação entre a violência e o espaço escolar pode ser uma constante. Os tipos de violência mais referidos pelas escolas pesquisadas confirmam: agressões verbais (aluno e aluno, aluno e professor); agressões físicas (aluno e aluno); ameaças; consumo e tráfico de drogas (cigarro, álcool e outras); roubos; entrada de pessoas estranhas; depredações; punições como advertência, suspensão, transferência e encaminhamentos a delegacia do adolescente.

Perguntando aos entrevistados se a escola produz violência e como vêem a violência na (sua) escola, obtivemos que:

Os profissionais, têm uma visão real e crítica sobre o fenômeno da violência escolar, com destaque de ser um fenômeno em expansão, reforçado pelas desigualdades sociais, desestrutura familiar e nível sócio econômico. De fato a violência representa uma sociedade e não consiste em uma característica das escolas pesquisadas; porém os professores na sua maioria referem que o problema surge lá fora da escola. Diante disso questiona-se: a escola não é ou não faz parte da sociedade?

Os alunos, reconhecem que a maioria das manifestações de violência escolar decorre, principalmente, de reações agressivas dos alunos. Assim como têm uma visão crítica e negativa frente às atitudes e posicionamento de professores, direção e supervisão, para resolver problemas dentro da escola e reconhecem que muitas das manifestações decorrem de problemas fora da escola.

Destaques da classificação estabelecida:

- a) A violência *da* escola, apresentada com todos os tipos de prática utilizados pela instituição escolar prejudica os seus membros (qualquer um). Aparece principalmente na fala dos alunos, cuja manifestação decorre da manutenção de uma postura autoritária de professores, de direção e de supervisão na prática escolar diária.
- b) A violência *na* escola é caracterizada por diversas manifestações no cotidiano da escola, praticadas por e entre professores, alunos, diretores, funcionários, familiares, ex-alunos, pessoas da comunidade e estranhos encontrados na escola: aparece mais na fala dos profissionais entrevistados e nos registros feitos em atas e, boletins de ocorrência, na sua maioria, de violência cometida entre alunos, resultando em suspensões, advertências, transferências e encaminhamentos para a delegacia do adolescente pela patrulha escolar.
- c) Violência *contra* a escola apresenta-se com atos de vandalismo, incêndios, destruição e roubos ou furtos do patrimônio escolar: aparece com menor número de ocorrências

diante do índice de violência na escola. Porém, em grande parte os agressores são também, alunos e, em menor número, os vândalos e estranhos de fora da escola.

Nas descrições das entrevistas apresentadas, pode-se observar que a violência escolar tem gerado medo, insegurança, preocupação e para alguns a impotência da direção, supervisão e de professores das escolas tais sentimentos têm levado à adoção de medidas, tais como o policiamento nas escolas, a permanência constante de um policial morando no espaço da escola para inibir a violência. Mesmo quando não se utiliza a ação direta da polícia, as medidas adotadas têm sido as únicas desvinculadas e sem a interação dos professores como um todo. Considera-se que, na leitura junto aos professores, o clima de medo, fortemente intensificado por ameaças, acaba deixando os professores impossibilitados ou desanimados para realizar atividades efetivas de redução de violência, de se engajarem no estudo de elaboração e dedicação, para a realização de um projeto social voltado para a sua realidade, seus problemas, enfim, seu entorno.

Entende-se que se faz necessário a compreensão de que a violência, como fenômeno, manifesta-se por um duplo movimento de construção e desconstrução e de que o aspecto construtivo\destrutivo desta violência seja reconhecido pela comunidade escolar. Poderão ser palavras chaves que possibilitarão aos professores um trabalho pedagógico voltado para esta perspectiva: compreender os diferentes modos de manifestação da violência e as possibilidades da sua administração, como uma forma de enfrentar as manifestações perversas desta violência; compartilhar a responsabilidade de fazerem juntos, para a obtenção do êxito.

Diante das entrevistas registradas percebe-se também a imagem que a sociedade (município) constrói sobre os adolescentes que freqüentam a escola estadual pública em relação a sua localização. Estigmatizados muitas vezes pelas condições sociais de pobreza, esses adolescentes têm sido vistos, em muitos casos, com ressalvas de medo e assim tratados como *futuros* (grifo nosso) criminosos e delinqüentes.

Quanto às práticas educativas realizadas para diminuir a violência escolar, observou-se que: práticas educativas específicas para diminuir a violência, não foram encontradas, existem sim, outras práticas educativas efetivadas e encontradas nas escolas pesquisadas que no resultado final promovem a não violência escolar, porém, nenhuma delas está registrada ou tem um controle de avaliação, mas as escolas estão tentando e vêm conseguindo, com certo sucesso, amenizar a violência no ambiente escolar. Até porque na discussão da violência escolar, considerou-se o contexto de três escolas, duas localizadas na periferia da cidade e que estão incluídas entre as mais violentas do município, e outra no centro da cidade e, necessariamente as três passam, pelo mesmo problema de violência escolar; nas três escolas o

diálogo foi destacado como uma das formas capazes de despertar a reflexão e a discussão, indicando possibilidades para a sua superação dos problemas citados pelos profissionais; nota-se que alguns professores buscam respostas ou soluções para proporcionar mais harmonia na escola. Esta harmonia, porém, se pauta em critérios vindos do universo cultural dos professores e nunca dos alunos em questão. Porém estes professores não relataram nas entrevistas se, porventura, tentaram perguntar aos alunos quais seriam os critérios deles para buscar essa harmonia ou um funcionamento equilibrado dentro da escola. Exceto os alunos que relatam que gostariam que a escola, os professores e a direção pudessem ouvi-los e respeitá-los um pouco mais; nos referidos depoimentos desconhecem qualquer prática educativa realizada pela escola, exceto ao citar o programa da patrulha escolar que a classificam como uma ação de punição, repreensão. Sabe-se que o melhor caminho para tratar a violência escolar não é a punição, mas essa atitude é aceita e solicitada regularmente. O programa da patrulha escolar não é uma prática educativa e sim punitiva, de lei. Ter policiais na escola é um ato de punição, por mais atenciosos que sejam os policiais que trabalham na patrulha escolar, sua ação é de repreensão, apreensão e encaminhamentos. É uma ação de momento; assim que os policiais saem da escola, os alunos voltam a cometer violências porque o entendimento de respeito ao outro não se aprende sob pressão.

No entanto enfatiza-se que as escolas contam com profissionais que merecem ser parabenizados, pelas iniciativas em querer acertar, em preocupar-se em mudar essa realidade. São profissionais que sabem que a escola, mesmo com suas dificuldades e evidente falta de recursos físicos, pode oferecer alternativas e criatividade para amenizar a violência escolar.

A escola (A) obteve sucesso nas iniciativas baseadas na proposta de uma gestão mais aberta que tenta envolver os pais, alunos e moradores, sentindo dificuldades para a adesão dos professores. A diretora muito solícita e preocupada, mostrou-se interessada para que se fizesse um bom trabalho; apresentou a pesquisadora aos funcionários, fazendo-a em seguida conhecer toda a área física da escola. Durante a entrevista com os alunos, houve um incidente com uma das professoras que, pedindo para adentrar a sala onde ocorriam as entrevistas com gravação, mesmo assim, insistiu em usar o telefone, desligando-o logo em seguida, e em voz baixa dirigiu-se a um dos alunos e pediu-lhe que não citasse seu nome, que os problemas eram só deles. Esta atitude causou estranheza à entrevistadora, ao notar que esse aluno falou muito pouco e, depois, explicou o que lhe fora dito. Para os demais alunos, presentes, uma atitude de intimidação e ameaça ao aluno.

A escola (C) destacou-se: em um ano reduziu o índice de violência e os professores referem conseguir dar aula e elaborar projetos como o do Meio Ambiente que mobilizou

vários alunos numa ação de proteção ao ambiente escolar. Nesta escola um aluno não aceitou a entrevista; quando soube que iriam gravar, ao sair, ameaçou os demais (3) colegas dizendo para cuidarem do que iriam falar, que (ele) estaria na janela observando. Isso necessariamente intimidou os alunos que permaneceram na sala.

A escola (B): investiu e obteve sucesso com a feira de amostra científica e cultural sem premiação; dando ênfase ao diálogo para administrar conflitos com e entre alunos. O diálogo tornou-se fundamental ao se evidenciarem e se expressarem os conflitos para restabelecer a harmonia perdida nos momentos de ruptura, de imposição e de ausência de diálogo. O diretor mostrou-se atencioso ao receber a pesquisadora dando-lhe um cartão com sua assinatura, com o qual permitia-lhe entrar circular e sair da escola quando precisasse.

Quanto às políticas públicas e limitadas às fundamentações teóricas, depreendeu-se que:

- a) Entendidas as políticas públicas, elas devem ser formuladas e executadas de acordo com as necessidades e aspirações da maioria, admitindo-se que a sociedade organizada deva participar de sua formulação e execução;
- b) Discutiu-se que a necessidade de políticas sociais e educacionais são ações de resposta voltadas para o atendimento de interesses, necessidades e aspirações do cidadão e da coletividade pelo Estado;
- c) Quando se fala de políticas públicas, a escola, em conjunto com o poder público e judiciário, pede e apresenta propostas para diminuir a violência escolar;
- d) Investir em educação demanda projetos com resultados a longo prazo (1º, 2º e 3º graus) por envolver o ser humano no âmbito social e cultural. É um investimento para uma sociedade ao contrário é um problema de toda a sociedade;
- e) A escola é ou precisa ser um eixo de debate por relacionar-se a alunos adolescentes, considerando os múltiplos sentidos da educação para a formação de capital social e cultural, contribuição para a autonomia e também por ser um dos espaços de socialização na vida dos adolescentes. A escola é uma referência para os jovens, não só pela idéia de que é necessária para o mercado de trabalho, mas também pelas relações com os colegas, o que possibilita a sociabilidade de pares e com os professores. Como ponto focal de políticas públicas, o ambiente escolar pede cuidados com a qualidade de ensino, condições salariais e de trabalho de professores e funcionários e acompanhamento das relações sociais nas escolas, inclusive para detectar atos, ações desencadeadoras de violência;

- f) A educação é essencial à formação dos novos cidadãos, na medida que os saberes selecionados por uma sociedade e os seus valores são transmitidos e construídos mediante ações educativas visando uma educação de igualdade de oportunidades;
- g) A responsabilidade pela educação é de todos, educação é um bem público que atende ao aluno, daí a ênfase e responsabilidade dos professores de tornar as aulas criativas, interessantes, conhescerem os alunos e motivá-los a aprender;
- h) Considera-se importante o professor utilizar-se de práticas educativas para ensinar, discutir e estimular a formação crítica do aluno para o conhecimento político;
- i) A escola não pode tudo. O processo de formação do ser humano não dispensa nem o papel da família restrita ao pai, mãe e irmãos, nem o das demais extensões familiares, da mesma maneira que necessitam da participação de outros agentes sociais, como a igreja, os grupos sociais e a mídia;

Dentre as proposições apresentadas pelos entrevistados quanto ao que pode ser feito para diminuir a violência escolar: as que se voltam para os investimentos na melhoria da infra-estrutura e segurança da escola; maior participação nas relações sociais entre escola, familiares e comunidade; a reestruturação dos projetos pedagógicos de acordo com a realidade e necessidade local da escola, aproximando o ensino de acordo com o que seja importante para a população; incentivo ao diálogo com alunos; cursos em tempo integral para ocupar o tempo livre dos alunos; desenvolverem ações educativas sociais e culturais como esporte, lazer, arte, comunicação, teatro; abertura da escola nos finais de semana.

Compreende-se que uma ação de estado sozinha não pode combater a violência escolar; tal feito requer a participação efetiva de toda a comunidade escolar e da sociedade, mas cabe aos poderes públicos articular as contribuições, realizar os estudos e formular políticas públicas para atuar no caso da inexistência de prática educativa. Assim se existirem práticas educativas eficazes que oportunize melhorar o respeito humano, o resgate dos valores e como resultado e também, a diminuição da violência, a política pública seria um apoio à instituição escolar.

O desafio se faz com tarefas de tornar a escola um espaço de reflexão e vivência de todos os que fazem parte da comunidade educativa, entendendo que todos têm o compromisso com o processo educacional.

Entendendo que muitas vezes o professor se torna um profissional carente de apoio e compreensão, necessita de um aperfeiçoamento profissional para se encaixar no caminho da modernidade, salientando ainda que para a educação se contrapor à violência, precisa também, da escola como um espaço de transmissão do conhecimento com possibilidades de

conter, manter e ajudar o desenvolvimento da reflexão, criatividade e bem estar dos adolescentes, evitando regras restritas e autocráticas, privilégios para uns poucos, notas e não conteúdos, pouca escolha curricular, criando assim, um local com condições psicossociais para aprendizagem e desenvolvimento de cidadania.

O caminho da evolução e revolução educacional assistida, com geração de políticas públicas sólidas voltadas para o aluno, poderá direcionar-se pelo olhar da escola, da comunidade, valorizando o aluno, à sua família e os professores; só assim o Brasil deixará de ter violência escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas.** Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Unaids, Banco Mundial, Usaíd, Fundação Ford, Consed, Undime, 2002.

ABRAMOVAY, Mirian et al. **Escola e violência.** Brasilia: UNESCO, UCB, 2003.

ABRAMOVAY, Mirian. **Gangues, galeras, chegados e rappers:** juventude América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO. BID, 2002.

_____. **Juventud, violencia e vulnerabilidad social en violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ABRAMOVAY, Mirian (org). **Violência nas escolas: situação e perspectiva.** Boletim 21, Brasília/DF, 2005.

ADITAL. Notícias da América latina e Caribe. **Políticas públicas para jovens inexistem no Brasil.** Disponível em: www.adital.com.br/site/noticia. Acesso em 22. jan. de 2008.

ALMEIDA, Helenice. Violência Urbana: adolescente em emergência pública. In: **Projeto Acolher: um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro.** Brasília: Aben/Governo Federal, 2000, p. 73-78.

ANTUNES, Celso. **Resiliência: a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade.** Fascículo 13/Celso Antunes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ADORNO, Sergio. Crime, justiça penal e desigualdade judiciária: as mortes que se contam no tribunal de júri. In: **Revista da USP.** nº 21 mar/maio. 1994.

_____. Adolescentes, crime e violência. In: Abramovay, M.; Freitas, M.V.; e Sposito, M.P. (Org.). **Juventude em debate.** São Paulo: Cortez, 2000.

AMORIN, Cloves; ROMANELLI, Beatriz. A auto-estima e o Bullying: uma possibilidade de atuação do psicólogo escolar/educacional. **Psicologia**, Curitiba, v.4, n. 10, p.63-69, Jan/Abri.2005.

ARENKT, Hannath. **Entre o passado e o futuro.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BEHRENS, Marilda. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BICUDO, Maria A. Viggiani (org). **Formação do professor? Da incerteza à compreensão**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

BLAKISTON, Arthur. **Dicionário médico**. 2. ed. São Paulo. Copyright, 1987.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1999.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí, RS: Unijuí, 2006.

_____. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente exclusão social**. 2. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

BRASIL. **Código civil 2002**. Brasília, DF. 1996. Disponível em:
http://www.pr.gov.br/portals/portal/institucional//def_salas_apoio.php Acesso em 10 de jan. 2008.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília, DF. 1996. Disponível em:
http://www.pr.gov.br/portals/portal/institucional//def_salas_apoio.php Acesso em 10 de jan. de 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF. 1996. Disponível em:
http://www.pr.gov.br/portals/portal/institucional//def_salas_apoio.php Acesso em 10 de jan. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**, 2001b. Brasília, DF. 2004. Disponível em:
<http://datasus.saude.gov.br> acesso em 26 de out. de 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde, **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências de 1997 e 2002**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Secretaria especial dos Direitos Humanos. **Estatuto da criança e do adolescente**: lei federal nº 8.069/1990. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. SIM/DATASUS/MS. **Sistema de informação sobre mortalidade**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **SIM – Sistema de informação municipal**. Disponível em:
http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizat_texto.cfm?idtxt. Acesso em 29 de abr. de 2007.

BRASIL. **Programa SOS criança**. Disponível em: <http://caesp.df.gov.br/scripts/SOS.asp>. Acesso em 10 jan.de 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, p.126, 1997.

BRASIL. IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Mortes violentas: um panorama dos homicídios no Brasil**, pp. 1-32. Rio de Janeiro: FIBGE. 2003.

BRASIL. IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Radiografias sócio-econômica da prefeitura municipal de Foz do Iguaçu**, Rio de Janeiro: FIBGE. 2006.

BRASIL.<http://juventude.gov.pt/Portal/OutrosTemas/SaudeSexualidadeJuvenil/ProblemaSexualidade>. Acesso em 19 de mar.de 2008

BRASIL. IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Trabalho infantil**. Rio de Janeiro: FIBGE. 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde – Secretaria de Assistência à Saúde. **Normas de atenção à saúde integral do adolescente**, 1v. 1993.

BRASIL ESCOLA. **Tratado de Tordesilhas**. Disponível em: <http://www.brasilescola.com/historia/tratado-de-tordesilhas.htm>. Acesso em 15 de jul. de 2007.

BRASIL. **Mapa da violência III.** UNESCO. Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/ SEDH, Brasília, 2002.

BRASIL. **Mapa da violência 2006, os jovens do Brasil.** UNESCO. Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/ SEDH, Brasília, 2006.

BURATTO, Ana L. et. al. **A direção do olhar do adolescente focalizando a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CALDEIRA, Suzana Nunes e REGO, Isabel Estrela. Contributos da psicologia para o estudo da indisciplina na sala de aula. **Estudos da psicologia**, Campinas, v.18, n1, p.76-96, Jan/abril, 2001.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. **Educação e pesquisa**, São Paulo. v.27. n1, p.123-140, jan/jun.2001.

CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale.** Paris: fayard, 1995.

CASTRO, Mary Garcia et al. **Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esportes e cidadania com jovens em situações de pobreza.** Brasília: UNESCO, 2002.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto.** São Paulo: Editora Gente, 2001.

CHAUÍ, Marilena S. Uma ideologia perversa. **Folha de São Paulo**, SP. 14 mar.1999, 5.º cad. Mais! p.3.

CHARLOT, Bernard. ÈMIN, Jellab, A. (coords). **Violences à l'école: état des savoirs.** Paris: Mason 7 Armand colin, 1997.

_____. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v. ano 4, n. jul-dez, p. 432-442, 2002.

CHESNAIS, Jean Claude. **Histoire de la violence.** 2^a ed., Paris: Robert Lafont, 1981.

CHIPKEVITCH, Eugênio. **Puberdade e adolescência – aspectos biológicos, clínicos e psicossociais.** São Paulo: Rocca, 1994.

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS AL/RS. **Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos no RS.** Rio Grande do Sul: Assembléia legislativa, RS, 1994.

CONSELHO TUTELAR. Disponível em: www.conselhotutelar.com.br. Acesso em 10 jan. de 2008.

COLOMBIER, Claire. **A violência na escola.** [Tradução de Roseana Kligerman Murray], São Paulo: Summus, 1989.

CORRÊA, Lélio Bentes. **Adolescente no trabalho.** Disponível em: <http://www.redebrasil.inf.br/0artigos/adolescente.htm> Acesso em 16 de nov. de 2007.

COSTA, Jurandir P. **Ordem médica e nova família.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CRITELLI, Dulce Maria. **Educação e dominação cultural:** tentativa de reflexão ontológica. São Paulo: Cortez, 1981.

CRUZ NETO, Ótavio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecilia de S. (org) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEBARBIEUX, Eric. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967- 1997). **Educação e pesquisa.** São Paulo. v. .27, n.1 p.163-193. Jan./jun.2001.

DURKHEIM, Émile. Representações individuais e coletivas. In: **Sociologia e filosofia (E. Durkheim),** Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1970.

ENGUITA, Mariano Fernández. A educação e a mudança social. In: ENGUITA, M. F. **Educar em tempos incertos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Liliana. S. Educação, paradigma e tendência por uma prática educativa alicerçada na reflexão. Principal OEI. **Revista Iberoamericana de educación.** Três de Maio, 25 p, 2002.

FERRIANI, Maria. das Graças C; SANTOS, Graziela Vieira B. Adolescência, Puberdade e nutrição. In: RAMOS, F. R. S. **Adolescer: compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher.** Brasília: Aben, 2001.

FUKUI, Lia. Estudo de caso de segurança nas escolas públicas estaduais de São Paulo. **Cadernos de pesquisa.** Nº. 79, p.68-76. Nov. 1991.

FRANÇOSO, Lucimar Aparecida; GEJER, Débora; REATO, Ligia de Fátima Nóbrega. **Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência.** São Paulo: Atheneu, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

_____. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessário a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 13. ed. São Paulo: Olho d'água, 1999.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho. Ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GALDURÓZ, José C. et al. **V Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras de 2004**. Disponível em: http://unifesp.br/psicobio/cebrid/levantamento_brasil2/000-iniciais.pdf. Acesso em: 25 de jul. de 2007.

GERALDI, Corinta M. G. Currículo em ação: buscando a compreensão do cotidiano da escola básica. **Pró-posições**, São Paulo, v 5, nº3, p.111-132, 1994.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOMES, Candido Alberto. **A formação do professor em face da violência nas escolas: notas preliminares de pesquisa**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 07 de nov. de 2007.

GUARDA MUNICIPAL DE VARGINHA. **Ato Infracional e Ato de indisciplina**. Disponível em <http://www.gmvarginha.com.br/artigos/atoinfracional-diciplina-rodrigo.htm>. Acesso em 03 de jun. de 2008.

HOWARD, G. Hendricks. **O outro lado da montanha: o caminho do amadurecimento digno e saudável.** Traduzido por Carlos Osvaldo Pinto. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2005.

JUNG, Christian Gailard. **O desenvolvimento da personalidade.** Petrópolis: Vozes, 1999.

LATERMAN, Ilana. **Violência e incivilidade na escola.** Florianópolis: Letras contemporâneas, 2000.

LEVISKY, David Léo. **Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LEWIS, Melvin. WOLKMAR, Fred. **Aspectos clínicos do desenvolvimento na infância e adolescência.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Ieda. Pesquisa acidentes de trânsito de 2002 a 2005. In: **Conferência pan-americana sobre segurança no trânsito.** Disponível em: <http://getinternet.ipea.gov.br/publicações>. Acesso em: 17 de jan. de 2007.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua história.** Foz do Iguaçu: Copyright, 2001.

LOPES, Marcos. A. **Espaço da memória, fronteiras.** Cascavel: Edunioeste, 2000.

LUDKE, Manuel; ANDRE, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986

MAAKAROUN, Marilia F. **Tratado de Adolescência: uma visão multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1991.

_____. **Texto família e sociedade** – Curso de especialização em adolescência – PUCPR, campus Curitiba, 2005.

MACIEL, Beto; CAMPANA, Fabio. **Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da colônia militar José Maria de Brito.** Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da violência.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

MANDU, Edir Nei Teixeira. Adolescência: Saúde, Sexualidade e Reprodução. In: RAMOS, Flavia. R.S. **Adolescer, compreender, atuar, acolher.** Projeto Acolher. Brasília: Aben, 2001.

MARTINS, Cyro. **Caminhos - Ensaios psicanalíticos.** Porto Alegre: Movimento, 1993.

MARTINS, Eni de Fátima. **Violência na escola: concepções e atuações de professores.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação, Educação: Psicologia da educação. de. PUC. São Paulo, São Paulo, 2005. v.1

MARTINS, Maria Anita Viviani. Educação. In: FAZENDA I. (org) **Dicionário em construção interdisciplinaridade.** São Paulo: Cortez. 2001.

MARTINS, Wilson. O novo Emilio: o que a educação pode esperar das ciências sociais. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 27. n. 66, p. 125-142, abr/jun.1957.

MICHAUD, Yves. **A violência.** São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Estudo multidisciplinar sobre atuais condições e atendimento a crianças e adolescentes do Rio de Janeiro em situações especiais difíceis-Município do Rio de Janeiro e Duque de Caxias.** Rio de Janeiro: CLAVES/ENSP/FIOCRUZ, 1993.

_____. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo de Saúde Coletiva. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.4, n 1,7 – 32. 1999.

MORAIS, Regis de. **Violência e educação.** Campinas: Papirus, 1995.

NÉLISSE, Claude. L'Intervention:catégorie Floue et coonstruction de l'objet. In: NÉLISSE, Claude (1997) (dir.) **L' Intervention: lês savoir em action.** Sherbrooke: Éditions GGC, 1997.

NERICI, Imideo. G. **Adolescência: o drama de uma idade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1967.

NIETO, S. Lesson. Fron studentson creating a chance to dream. **Havard Educational.** Review, 1994.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Adolescência.** Disponível em: Wikimédia a enciclopédia livre. 2007 - <http://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Adolesc>. Acesso em 12 de nov. de 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial violência e saúde.** Genebra. 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Conferência mundial sobre direitos humanos,** Viena, 1993.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório.** Elisabeth Carmen Duarte *et al* (org.) Brasília: OPAS. 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Legislação.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/inst/fund/docs/index.php>. Acesso em: 16 de nov. de 2007.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Adolescência hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

OUTEIRAL, José. **Adolescer: estudos sobre adolescência.** Porto Alegre: Artes médicas, 1994.

PARANÁ. **Portal educacional do Estado do Pr. Dia-a-Dia Educação.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br> Acesso em 10 de jan. de 2007.

PARANÁ. **Ministério Público do Estado do Paraná.** Disponível em: <http://noticiasamp.nsf>. Acesso em: 01 de fev. de 2008.

PEREIRA, Maria Auxiliadora. **Violência nas escolas: visão de professores do ensino fundamental sobre esta questão.** Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto, 2003.

PFROMM, Samuel Netto. **Psicologia da adolescência.** 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1979.

PHELAN, Patricia. e DAVIDSON, Amy. L. **Navigating the Psychosocial pressures of adolescent the voices and experiences of hight school youth.** In. American educational research journal. 1994.

PRINA, Francesca. **Bullism e violenza e scuela: uma ricerca in cinque scuole.** Torinesi. Cittá di Torino, 1997.

PRIOTTO, Elis Palma. Características da violência escolar envolvendo adolescentes. In: **EDUCERE. 6º congresso de educação da PUCPR.** Curitiba. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Setor de segurança pública.** Disponível em: <http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/Portal/Pagina.aspx?Id=145>. Acesso em 15 de jul. de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Setor turismo.** Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br/pr/fozdoiguacu/turismo.htm>. Acesso em 14 de jul. de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Setor Educação. **Rede escolar. Estrutura e composição.** Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br/pr/fozdoiguacu/turismo.htm>. Acesso em 14 de jul. de 2007

RAMOS, Evilásio. Adolescência: desafios aos educadores. In. **Educação em debate.** São Paulo, nº 17/18, jan/dez, 1989.

RANIERI, Nina Beatriz. **Reflexões sobre as implicações da legislação de ensino na vida acadêmica.** Caderno 3, Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino superior, 1999.

RODRIGUES, Marlene. **Psicologia educacional: uma crônica ao desenvolvimento humano.** São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1976.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emilio ou Da educação.** São Paulo: Martins Fontes, 3º ed. p. 711, 2004 .

RUA, Maria das Graças (1998). As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: M. G. Rua, **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** 2v. Brasília: CNPD, pp. 731-752.

SANTOS, Benedito R. dos. **A emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias.** Dissertação (mestrado). Programa de Ciências Sociais/antropologia, PUC/SP, 1996

SANTOS, José. C. Análise teórica – política de Exame Nacional de Cursos. In: **Avaliação.** Campinas, SP, v. 4, n 3, p 09-24, set., 1999.

SANTOS, Elza; FRIZON, Ivete; OLIVEIRA, Izaura. **Foz do Iguaçu coletânea de dados.** Curitiba: Módulo, 1993.

SICREDI. Disponível em: <http://www.sicredipioneira.com.br/arquivos/reducoes>. Acesso em 18 de jul. de 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. In: **Revista educação e pesquisa**. São Paulo, v.27, nº 1, 2002.

TIBA, Içami. **Puberdade e adolescência desenvolvimento biopsicossocial.** São Paulo. Ágora editora. 1986.

_____. **Adolescência: o despertar do sexo.** São Paulo. Gente. 1994.

TRIVIÑOS, Augusto, N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. Organização das nações unidas para a educação a ciência e a cultura. **Ruínas jesuítas.** Disponível em: www.unesco.pt/pdfs/docs/lista_whpoz.doc. Acesso em 15 de jul. de 2007.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: os jovens do Brasil.** Rio de Janeiro: UNESCO Instituto Ayrton Senna: Garamond, 1998.

_____. **Revertendo violência, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa abrindo espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco.** Brasília: UNESCO, 2003

_____. **Mapa da violência dos municípios brasileiros 2006.** Disponível em: <http://www.ritla.net/index.php?option>. Acesso em: 07 de fev. de 2008.

WEBBER, Darcilo. **Foz em números.** Foz do Iguaçu: Grupo Camaleão criação e impressão Gráfica, 2003.

WINNICOTT, Donald. W. **O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. **Privação e delinquência.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WONG, Donna. L. **Enfermagem Pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva.** 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

**A - SOLICITAÇÃO APÊNDICE DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA AO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO.**

Ilm^a. Senhora Chefe do NRE - Núcleo Regional de Educação
Foz do Iguaçu – Pr.

Eu, Elis Palma Priotto, enfermeira, docente do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, COREN – Pr. 13.171, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação, nível mestrado, em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, venho solicitar a V. S^a autorização para coletar dados em escolas do ensino fundamental e médio deste Núcleo para a minha Dissertação de Mestrado, cujo tema é **Violência escolar: Políticas públicas e práticas educativas.**

Faz-se oportuno esclarecer que a participação dos docentes e diretores será voluntária e ocorrerá após consentimento livre e esclarecido dos participantes.

Em anexo consta cópia do projeto de pesquisa

Antecipadamente agradeço,

Elis Palma Priotto

Ilm^a Sr^a
Prof^a
Chefe do Núcleo Regional de Educação
Foz do Iguaçu – Paraná.

**APÊNDICE B - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA AO
DIRETOR (A) DA ESCOLA**

Prezado Senhor,

Eu, Elis Palma Priotto, enfermeira, docente do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, COREN – Pr. 13.171, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação, nível mestrado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, venho solicitar a V. S^a autorização para coletar dados para a minha Dissertação de Mestrado, cujo tema é **Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas**, nesta escola dirigida por V. S^a.

Faz-se oportuno esclarecer que a participação dos docentes será voluntária e ocorrerá após consentimento livre e esclarecido dos participantes.

Em anexo consta cópia do Projeto de Pesquisa

Antecipadamente agradeço,

Elis Palma Priotto

Ilm^a Sr(a)

Diretor (a) da Escola Estadual

Foz do Iguaçu – Paraná.

APÊNDICE C - INFORMAÇÕES AOS ENTREVISTADOS NA PESQUISA

Prezado (a) Senhor (a),

Estamos desenvolvendo um projeto de pesquisa científica, cujo tema é Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas.

Os objetivos deste trabalho são identificar _ junto aos professores de escola pública estadual do ensino fundamental e ensino médio _ quais as políticas públicas existentes e quais as práticas educativas realizadas pela instituição escolar para prevenir a violência.

Para o levantamento dos dados, utilizaremos a entrevista individual gravada, baseando-nos num roteiro de questões semi-estruturadas.

Caso concorde em participar deste estudo, gostaríamos de destacar que sua contribuição será de grande importância, que não haverá nenhum risco ou prejuízo pessoal em participar e que as entrevistas ocorrerão nos meses de maio a agosto de 2007.

Solicitamos que leia o termo de consentimento apresentado para apreciação e assinando-o caso, haja concordância de sua parte.

Colocamo-nos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

Agradecemos antecipadamente sua atenção.

Elis Palma Priotto

Pesquisadora

Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti

Orientador

**APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA
PESQUISA**

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____, RG _____

declaro que, assinando este documento, estou dando o meu consentimento para ser entrevistada(o) pela Professora Pesquisadora Elis Palma Priotto, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, o que contribuirá para o levantamento de dados da pesquisa, cujo tema é Violência escolar: Políticas Públicas e práticas educativas. Compreendo que estarei cedendo, a partir da presente data, os direitos de minha entrevista individual para ser utilizada integralmente ou em partes, sem restrições, pelos pesquisadores Elis Palma Priotto e Lindomar Wessler Boneti, respectivamente orientanda e orientador do referido trabalho. Compreendo também que estará assegurado o meu anonimato nos resultados dos dados obtidos e ao mesmo tempo, que estou livre para consentir ou recusar minha participação em qualquer etapa do processo.

Assim, declaro que as informações dadas na pesquisa podem ser usadas e, inclusive, divulgadas.

Data ____/____/____

Assinatura

APÊNDICE E – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS PROFISSIONAIS**INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS PROFISSIONAIS**

1) Identificação do entrevistado (profissionais): _____

• Sexo: feminino () masculino ()

• Idade _____

2) Formação profissional:

• Superior () Qual: _____

• Quanto tempo de formado: _____

• Atuação profissional atual _____

3) Questões específicas:

a) - A escola produz violência?

b) - Como você vê a violência na sua escola (ou nas escolas)?

c) - Você acha que a escola tem algum mecanismo ou prática educativa para combater ou prevenir a violência escolar? Quais? Explique.

d) - Qual a sua opinião sobre as ações existentes?

e) - O que pode ser feito para diminuir a violência escolar?

**APÊNDICE F - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS
ADOLESCENTES**

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS ADOLESCENTES

1) Identificação do entrevistado (aluno adolescente): _____

- Sexo: feminino () masculino ()
- Idade _____

2) Formação profissional:

- Série _____ Ensino Fundamental () Ensino Médio ()

3) Questões específicas:

- a) - A escola produz violência?
- b) - Como você vê a violência na sua escola?
- c) - Você acha que a escola tem algum mecanismo ou prática educativa para combater ou prevenir a violência escolar? Quais? Explique.
- d) - Qual a sua opinião sobre as ações existentes?
- e) - O que pode ser feito para diminuir a violência escolar?

**APÊNDICE G - RELAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR
IDADE E TEMPO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL**

**RELAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR IDADE E TEMPO
DE ATIVIDADE PROFISSIONAL**

ESCOLA A

Função/Profissão	Idade	Tempo de profissão
Diretora	46 anos	25 anos
Pedagoga – A	46 anos	6 anos
Pedagoga – B	46 anos	4 anos
Professora – 1	42 anos	20 anos
Professora – 2	32 anos	3 anos
Professor - 3	46 anos	15 anos

ESCOLA B

Função/Profissão	Idade	Tempo de profissão
Diretor	52 anos	26 anos
Pedagogo – A	30 anos	6 anos
Pedagoga – B	29 anos	44 anos
Professor – 1	28 anos	4 anos
Professora – 2	64 anos	3 anos
Professor - 3	46 anos	20 anos

ESCOLA C

Função/Profissão	Idade	Tempo de profissão
Diretora	49 anos	20 anos
Pedagoga – A	29 anos	4 anos
Pedagoga – B	54 anos	10 anos
Professor – 1	46 anos	4 anos
Professor – 2	40 anos	3 anos
Professor - 3	36 anos	10 anos

DEMAIS PROFISSIONAIS

Função/Profissão	Idade	Tempo de profissão
Juiz	50 anos	27 anos
Policial	25 anos	4 anos
Auditor	58 anos	35 anos

APÊNDICE H – CARTA DE AGRADECIMENTO

CARTA DE AGRADECIMENTO

Foz do Iguaçu, 10 de dezembro de 2007

Prezado (a) Senhor (a),

Quero agradecer a receptividade e acolhida neste ano em sua escola para que pudesse realizar a minha pesquisa de mestrado em Educação pela Universidade Católica do Paraná PUCPR. Pesquisa que tem como título “Violência escolar: Políticas públicas e práticas educativas”. Agradeço aos diretores, professores, supervisores e alunos que prontamente se dispuseram a responder ao questionamento por mim inquirido. Atualmente estou na fase de escrita da dissertação; já fiz todas as transcrições e análises necessárias para incluí-las no trabalho como um todo. Eu e o professor Dr. Lindomar Bonetti, orientador, estamos com o planejamento para realizar a defesa do trabalho de pesquisa entre os meses de março e abril de 2008. Assim que aprovada, peço permissão para enviar uma cópia do trabalho à escola. Fineza transmitir aos demais minha gratidão pela ajuda de extrema importância e validade para esta realização.

Aproveito a ocasião para desejar-lhes um Feliz Natal e que em 2008 possa também eu contribuir com a escola na tentativa de diminuir o índice de violência escolar comprovadamente existente.

Disponibilizo nosso endereço para possíveis contatos, e-mail elispalmapriotto@hotmail.com. Endereço: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - curso de Enfermagem. Rua Tarquínio Joslim dos Santos, 1300, fone: (45) 3576-8131- Foz do Iguaçu - PR – Brasil – CEP 85870-650.

Atenciosamente,

Elis Palma Priotto
(pesquisadora)

Ilmo (a) Senhor (a)